



1ª REVISÃO DO  
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
DE PORTO DE MÓS**

**ANÁLISE E DIAGNÓSTICO**  
Volume I

AGOSTO de 2002  
DEZEMBRO de 2003  
Corrigido em FEVEREIRO de 2011





1ª REVISÃO DO  
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
DE PORTO DE MÓS**

**ANÁLISE E DIAGNÓSTICO**

Volume I

AGOSTO de 2002

DEZEMBRO de 2003

Corrigido em FEVEREIRO de 2011

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS**

Ficheiro: RPDM\_PM\_AnDiag\_v3.doc



## FICHA TÉCNICA



### Plano Diretor Municipal de Porto de Mós

Agosto 2002

Dezembro 2003

Fevereiro 2011 (correção)

#### Coordenação Geral

João Salgueiro (Presidente Câmara Municipal)

#### Coordenação Técnica

Olga Prada (Engenheira do território)

#### Equipa Técnica

Plural – Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Unipessoal, Lda (2001-2013)

Plio, Lda (2013-2015)

---



## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO</b>	<b>1</b>
1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	1
1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO	2
<b>2. PORTO DE MÓS E O CONTEXTO REGIONAL</b>	<b>5</b>
2.1 CONTEXTO TERRITORIAL	5
2.2 O CONCELHO DE PORTO DE MÓS – CONSIDERAÇÕES GERAIS	6
2.2.1 Enquadramento Demográfico e Sócio-Económico	10
2.2.2 Povoamento e Estrutura Urbana	14
2.2.3 Quadro de Acessibilidades	15
2.2.4 Mobilidade e Complementaridades Económicas	16
<b>3. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS</b>	<b>20</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	20
3.1.1 Introdução	20
3.1.2 Ocupação do Território – Distribuição Geográfica da População	21
3.1.3 Evolução da População Residente	24
3.1.4 Componentes do Crescimento: Crescimento Natural e Crescimento Migratório	29
3.1.5 Estrutura Etária da População: Grupos Funcionais e Índices Resumo	33
3.1.6 Síntese Conclusiva	38
3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA	40
3.2.1 Introdução	40
3.2.2 Síntese da Caracterização Económica do PDM em Vigor (Estudos de Caracterização datados de 1991)	41
3.2.3 Condição perante a Actividade Económica, Ocupação dos Activos, Emprego e Desemprego	43
3.2.4 Nível de Instrução	48
3.2.5 Estrutura Económica e Empresarial	50
3.2.6 Evolução Recente do Investimento Público	63
<b>4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA</b>	<b>66</b>
4.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO	66
4.2 USO DO SOLO	68
4.2.1 Uso agrícola	69
4.2.2 Uso florestal	71
4.3 VALORES NATURAIS	71
4.3.1 Flora	71
4.3.2 Fauna	72
4.3.3 Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros	74
4.3.4 Rede Natura 2000	78
4.3.5 Outros valores naturais	79
4.4 UNIDADES DE PAISAGEM	80
4.5 DISFUNÇÕES AMBIENTAIS	81
4.5.1 Poluição em espaço urbano	81
4.5.2 Poluição em espaço agrícola	82
4.5.3 Poluição Industrial	83
4.5.4 Extracção de inertes	84
<b>5. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO</b>	<b>87</b>
5.1 INTRODUÇÃO	87
5.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA	87
5.3 PATRIMÓNIO	90
5.3.1 Considerações Gerais	90
5.3.2 Património Classificado	91
5.3.3 Outros Imóveis com interesse	94
5.3.4 Sítios e Conjuntos com interesse	98
5.3.5 Património Arqueológico	99
5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	104

<b>6. REDE URBANA</b>	<b>105</b>
6.1 INTRODUÇÃO	105
6.2 HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS	105
6.2.1 Introdução	105
6.2.2 Metodologia	106
6.2.3 Dimensão demográfica	108
6.2.4 Funções Centrais do Sector Privado	110
6.2.5 Funções Centrais do Sector Público	112
6.2.6 Definição dos níveis hierárquicos	114
6.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS	117
6.3.1 Considerações Gerais	117
6.3.2 Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação	118
6.3.3 Evolução Urbanística dos Aglomerados e Tipologias Arquitectónicas	121
6.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	136
<b>7. PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES</b>	<b>139</b>
7.1 PLANOS E ESTUDOS EFICAZES OU EM ELABORAÇÃO NO CONCELHO DE PORTO DE MÓS	139
7.2 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA	142
7.3 SÍNTESE CONCLUSIVA	144
<b>8. HABITAÇÃO</b>	<b>145</b>
8.1 INTRODUÇÃO	145
8.2 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO	147
8.2.1 População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação	147
8.2.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento	153
8.2.3 Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de pisos	155
8.2.4 Condições de habitabilidade	158
8.3 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS	161
8.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	165
<b>9. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS</b>	<b>166</b>
9.1 INTRODUÇÃO	166
9.1.1 Enquadramento geral	166
9.1.2 Metodologia	166
9.1.3 Considerações de destaque	168
9.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR	169
9.2.1 Introdução	169
9.2.2 Ensino pré-escolar	169
9.2.3 Ensino Básico Integrado	172
9.2.4 Ensino Secundário	175
9.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL	175
9.3.1 Introdução	175
9.3.2 Creches	176
9.3.3 Actividades de Tempos Livres	176
9.3.4 Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio	177
9.3.5 Apoio domiciliário	179
9.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE	179
9.4.1 Introdução	179
9.4.2 Centros de Saúde e Extensões	180
9.4.3 Farmácias	180
9.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO	181
9.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO	182
9.7 PREVENÇÃO E SEGURANÇA	184
9.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	184
<b>10. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES</b>	<b>187</b>
10.1 INTRODUÇÃO	187
10.2 REDE VIÁRIA	188

10.2.1 Inserção Nacional, Regional e Local	188
10.2.2 Rede Viária Concelhia	191
10.2.3 Perspectivas de Evolução	203
10.3 CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO TRÁFEGO	204
10.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS	205
10.5 SÍNTESE CONCLUSIVA	207
<b>11. INFRAESTRUTURAS URBANAS</b>	<b>209</b>
11.1 INTRODUÇÃO	209
11.2 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	209
11.2.1 Considerações Gerais	209
11.2.2 Sistemas de Abastecimento de Água	212
11.3 INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	215
11.3.1 Considerações Gerais	215
11.3.2 Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	216
11.4 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	218
11.4.1 Considerações Gerais	218
11.4.2 Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos	219
11.5 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS	223
11.5.1 Considerações Gerais	223
11.5.2 Infraestruturas Eléctricas	223
11.5.3 Infraestruturas de Comunicação	224
11.5.4 Infraestruturas Gasistas	225
11.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	225
<b>ANEXO - PRETENSÕES E SUGESTÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA PÚBLICA</b>	<b>227</b>

### **Índice de Figuras:**

Figura 1: O concelho de Porto de Mós no distrito de Leiria	5
Figura 2: Sub-região de Pinhal Litoral	6
Figura 3: Concelho de Porto de Mós	7
Figura 4: Densidade Populacional na Região Centro, em 1999.	11
Figura 5: Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)	15
Figura 6: Principais ligações à rede exterior	189
Figura 7: Rede Viária: Hierarquia Funcional	194
Figura 8: Esquema ilustrativo da cobertura do concelhos pelos Sistemas de Abastecimento de Água	212

### **Índice de Fotografias:**

Fotografia 1: Campo de lapiás em Pia Carneira	66
Fotografia 2: Depressão tectono-cársica de Alvados	66
Fotografia 3: Cultivo de culturas forrageiras através de um método tradicional	71
Fotografia 4: Um aspecto característico do PNSAC, a Lagoa de Alvados	75
Fotografia 5: Conjunto de moinhos com interesse arquitectónico e paisagístico	79
Fotografia 6: Costa de Alvados	80
Fotografia 7: Antiga lixeira selada, Fonte de Oleiro	81
Fotografia 8: Vacaria em Chão de Pias – Planalto de Santo António	83
Fotografia 9: Extracção de blocos na Zona do Codaçal	85
Fotografia 10: Saibreira desactiva que serve como vazadouro	86
Fotografia 11: Painel ilustrativo da Batalha de Aljubarrota - Campo da batalha de Aljubarrota - S. Jorge	89

Fotografia 12: Castelo de Porto de Mós	92
Fotografia 13: Campo Militar de S. Jorge	92
Fotografia 14: Pelourinho de Porto de Mós	93
Fotografia 15: Troço de estrada Romana em Alqueidão da Serra	93
Fotografia 16: Casa dos Gorjões / Casa da Família Gorjão	93
Fotografia 17: Arco da Memória - Arrimal	94
Fotografia 18: Ermida de Santo António	94
Fotografia 19: Igreja da Misericórdia e Hospital de Santo André - Porto de Mós	95
Fotografia 20: Igreja de S. João Baptista	95
Fotografia 21: Igreja Paroquial de S. Pedro	95
Fotografia 22: Edifício dos Paços do Concelho	97
Fotografia 23: Padrão em Alqueidão da Serra	97
Fotografia 24 - Antiga Central Termoeléctrica	97
Fotografia 25: Moinho em Porto de Mós	97
Fotografia 26: Moinhos em Telhados Grandes	97
Fotografia 27: Moinho de vento das Pedreiras	97
Fotografia 28: Outeiro da Ermida de S. João	98
Fotografia 29: Núcleo antigo Juncal	98
Fotografia 30: Núcleo antigo de Mira de Aire	98
Fotografia 31: Núcleo antigo das Pedreiras	99
Fotografia 32: Núcleo antigo de Porto de Mós	99
Fotografia 33: Núcleo antigo de Serro Ventoso	99
Fotografia 34: Degradação do parque edificado - Serro Ventoso	118
Fotografia 35: Mau estado de conservação de alguns edifícios - Juncal	118
Fotografia 36: Casa de habitação – Pedreiras – Arquitectura Tradicional	122
Fotografia 37: Exemplo de edifício dissonante	122
Fotografia 38: Igreja Paroquial de N. S. dos Prazeres	123
Fotografia 39: Vista sobre Alqueidão da Serra	124
Fotografia 40: Igreja do Arrimal	126
Fotografia 41: Igreja de Alqueidão do Arrimal	126
Fotografia 42: Campo militar da Batalha de Aljubarrota	127
Fotografia 43: Edifícios no núcleo antigo do Juncal	127
Fotografia 44: Igreja da Mendiga	129
Fotografia 45: Núcleo consolidado de Mira de Aire apoiado na EN 243	130
Fotografia 46: Igreja de Covão da Carvalha	130
Fotografia 47: Antiga estrada D. Maria, paralela à EN1	131
Fotografia 48: Largo da Igreja de Pedreiras, junto à entrada do Cemitério	131
Fotografia 49: Rua D. Fuas Roupinho do núcleo histórico de Porto de Mós	134
Fotografia 50: Edifício dos Paços do Concelho - Porto de Mós	134
Fotografia 51: Moinho de Telhados Grandes	135
Fotografia 52: Bezerra	135
Fotografia 53: Núcleo histórico de Serro Ventoso	136
Fotografia 54: Núcleo histórico de Serro Ventoso	136
Fotografia 55: Deposição de RSU no Aterro Sanitário de Leiria	219
Fotografia 56: Ecoponto - Mira de Aire	222

## Índice de Gráficos:

Gráfico 1: Evolução da população residente por dimensão dos lugares entre 1991 e 2001	14
Gráfico 2: Principais fluxos pendulares com origem em Porto de Mós	16
Gráfico 3: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Porto de Mós	18
Gráfico 4: Movimentos pendulares em Porto de Mós	19
Gráfico 5: Evolução da população residente no concelho de Porto de Mós, entre 1940 e 2001	25
Gráfico 6: Evolução da População por freguesias, no concelho de Porto de Mós, entre 1940 e 2001	28
Gráfico 7: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001	34
Gráfico 8: Distribuição da População segundo a sua Condição Perante a Actividade Económica, em 2001	44
Gráfico 9: Evolução da Ocupação dos activos por sectores de actividade, entre 1991 e 2001	45
Gráfico 10: Evolução do Emprego no concelho de Porto de Mós entre 1991 e 1999	46
Gráfico 11: População Residente no concelho de Porto de Mós, segundo o nível de ensino atingido, em 2001	48
Gráfico 12: Estabelecimentos por Sectores de Actividade, segundo CAE-Rev.2, em 1999	52
Gráfico 13: Uso actual do solo na sub-região Pinhal Litoral	69
Gráfico 14: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho de Porto Mós	70
Gráfico 15: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho de Porto Mós	70
Gráfico 16: Distribuição das espécies florestais na sub-região do Pinhal Litoral	71
Gráfico 17: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano	109
Gráfico 18: Hierarquia dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2003	112
Gráfico 19: Hierarquia dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2003	114
Gráfico 20: Pedidos de licenciamento para construção nos ultimo 6 anos, por freguesia	119
Gráfico 21: Licenças concedidas pela Câmara Municipal para Obras de Construção (1995-1999)	120
Gráfico 22: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1981 e 1991 (%)	149
Gráfico 23: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1991 e 2001 (%)	149
Gráfico 24: Evolução do número de famílias segundo a sua dimensão, entre 1991 e 2001	151
Gráfico 25: Evolução do número de edifícios, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001	152
Gráfico 26: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Porto de Mós (em %) em 2001	154
Gráfico 27: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Porto de Mós, em 2001	156
Gráfico 28: Edifícios segundo o número de pisos, 2001	158
Gráfico 29: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infraestruturas urbanas, em 2001	159
Gráfico 30: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001	164
Gráfico 31: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2001 no Concelho de Porto de Mós e no Pinhal Litoral	168
Gráfico 32: Estrutura da Rede Viária Concelhia	196
Gráfico 33: Tipo e Estado de Conservação por Categorias Viárias	196
Gráfico 34: Volumes de água consumidos e cobrados, por tipo de consumo e freguesia, em 2001	211
Gráfico 35: Evolução do Consumo de Electricidade em Porto de Mós (1991-1998)	224
Gráfico 36: Evolução do número de postos telefónicos principais por 1000 habitantes	225

## Índice de Quadros:

Quadro 1: Freguesias do concelho de Porto de Mós	7
Quadro 2: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001	8
Quadro 3: Densidade Populacional em 1981, 1991 e 2001	10
Quadro 4: Evolução da População na sub-região do Pinhal Litoral entre 1981 e 2001	11
Quadro 5: Taxa de natalidade e mortalidade (2001); Índices de envelhecimento (2001), de dependência da jovens e de dependência de idosos (2001)	12
Quadro 6: Variação da estrutura etária da população residente no Pinhal Litoral, entre 1991 e 2001 (%)	13
Quadro 7: Nível de escolaridade nos concelhos da sub-região do Pinhal Litoral (2001)	13
Quadro 8: Movimentos pendulares originados em Porto de Mós por sub-região de destino	17
Quadro 9: Movimentos pendulares com destino a Porto de Mós por sub-região de origem	18

Quadro 10: Evolução da densidade populacional nos concelhos da sub-região Pinhal Litoral, entre 1981 e 2001	21
Quadro 11: Localização das freguesias, mais e menos povoadas, do concelho de Porto de Mós, em 2001	22
Quadro 12: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Porto de Mós, por freguesias, entre 1940 e 2001	22
Quadro 13: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Porto de Mós, entre 1991 e 2001	23
Quadro 14: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Porto de Mós	24
Quadro 15: Evolução da população residente nos concelhos da sub-região Pinhal Litoral, entre 1981 e 2001	25
Quadro 16: Evolução do peso demográfico do concelho de Porto de Mós no Pinhal Litoral	26
Quadro 17: Localização das freguesias segundo tendências de evolução demográfica desde 1940 a 2001	27
Quadro 18: Evolução da população residente no concelho de Porto de Mós, por freguesias, entre 1940 e 2001	28
Quadro 19: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1981 e 2001	29
Quadro 20: Indicadores demográficos no concelho de Porto de Mós e no Pinhal Litoral	30
Quadro 21: População Residente e Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001	32
Quadro 22: Variação da estrutura etária da população residente no Pinhal Litoral, entre 1981 e 2001 (%)	35
Quadro 23: Estrutura Etária da População do concelho de Porto de Mós, por freguesia, em 2001	36
Quadro 24: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos do Pinhal Litoral (1981, 1991 e 2001)	37
Quadro 25: Índices de evolução da estrutura etária por freguesias, em 2001	37
Quadro 26: População segundo a Condição perante a Actividade Económica, 1991 e 2001	44
Quadro 27: Indicadores do mercado de trabalho, 1991 e 2001	45
Quadro 28: Ocupação dos Activos por sectores de actividade económica, em 2001	46
Quadro 29: Evolução do número de pessoas ao serviço, no concelho, no período 1995-1999	47
Quadro 30: Características do Desemprego no concelho de Porto de Mós, em 2001	47
Quadro 31: Variação da Taxa de Analfabetismo entre 1991 e 2001	48
Quadro 32: Nível de Ensino entre 1991 e 2001	48
Quadro 33: Pessoal ao serviço segundo nível de ensino, entre 1995 e 1999	49
Quadro 34: Evolução das Habilitações Escolares do Pessoal ao Serviço no concelho de Porto de Mós, por sector, 1995 a 1999	50
Quadro 35: Evolução do Emprego e do número de estabelecimentos no concelho de Porto de Mós no período 1991-1999	51
Quadro 36: Evolução do n.º de estabelecimentos e do emprego no concelho de Porto de Mós, 1995-1999, por Actividades	51
Quadro 37: Número de Empresas com sede na Região Centro, segundo CAE – Rev. 2, em 31.12.1999	53
Quadro 38: N.º de Estabelecimentos segundo a dimensão da empresa (pessoal ao serviço), no período 1995-1999	54
Quadro 39: N.º de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento (pessoal ao serviço), no período 1995-1999	55
Quadro 40: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego na agricultura e produção animal	56
Quadro 41: Culturas permanentes, no concelho de Porto de Mós, em 1999	56
Quadro 42: Culturas Temporárias, no concelho de Porto de Mós, em 1999	57
Quadro 43: Efectivo Animal, no concelho de Porto de Mós, em 1999	57
Quadro 44: Produção global das pedreiras em Porto de Mós, 2003-2007	58
Quadro 45: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, entre 1995 e 1999 – Sector Secundário	59
Quadro 46: Estabelecimentos e Emprego, segundo CAE, Rev.2 – Indústria Transformadora, em 1999	59
Quadro 47: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, entre 1995 e 1999 – Sector Terciário	61
Quadro 48: Projectos realizados no concelho de Porto de Mós no âmbito do I Quadro Comunitário de Apoio - Projectos aprovados e apoiados pelo FEDER e VALOREN	64
Quadro 49: Projectos realizados no concelho de Porto de Mós, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994/1999) - Projectos aprovados e apoiados pelo PROCENTRO	64
Quadro 50: Projectos com incidência no concelho de Porto de Mós, concluídos, em execução e a candidatar, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (2000/2006)	65
Quadro 51: Sítios Arqueológicos	102
Quadro 52: Evolução da População, por centro urbano, entre 1991 e 2001	108
Quadro 53: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2001	110
Quadro 54: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado, por centro urbano, em 2003	110
Quadro 55: N.º de Ordem dos centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2003	112
Quadro 56 - Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2003	113
Quadro 57: N.º de ordem dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2003	114
Quadro 58: Pedidos de Licenciamento para construção por freguesia (1995-2001)	119
Quadro 59: Licenças emitidas pela Câmara por tipo de intervenção – 1994/1999	120

Quadro 60: Sentidos da evolução populacional (acréscimo/decréscimo) nas décadas de 80 e 90 nas freguesias do concelho de Porto de Mós	148
Quadro 61: População e Alojamentos por freguesia, em 1981, 1991 e 2001	150
Quadro 62: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001	151
Quadro 63: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001	153
Quadro 64: Indicadores Médios de Ocupação, 1991 e 2001	153
Quadro 65: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho de Porto de Mós (em %)	154
Quadro 66: Tipo de Alojamentos, 1991 e 2001	155
Quadro 67: Formas de ocupação dos alojamentos - Distribuição das freguesias com pesos superiores às médias concelhias	157
Quadro 68: Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, 1991 e 2001 (em %)	157
Quadro 69: Edifícios segundo o número de pisos, 2001	158
Quadro 70: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação infraestruturas urbanas, por freguesia (%) em 2001	160
Quadro 71: Famílias que partilham o alojamento e famílias em alojamentos sobrelotados, 2001	160
Quadro 72: Carências habitacionais, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, em 2001	164
Quadro 73: População em 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino	169
Quadro 74: Ensino pré-escolar (Jardins de Infância) no ano lectivo 2001/2002	171
Quadro 75: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano lectivo 2001/2002	173
Quadro 76: 2º Ciclo do Ensino Básico (Ano lectivo 2001/2002)	174
Quadro 77: 3º Ciclo do Ensino Básico (Ano lectivo 2001/2002)	174
Quadro 78: Ensino Secundário (Ano lectivo 2001/2002)	175
Quadro 79: Creches (Ano lectivo 2001/2002)	176
Quadro 80: Actividades de Tempos Livres (ATL), em 2003	177
Quadro 81: Lares, Centros de Dia e de Convívio, no concelho de Porto de Mós, em 2003	178
Quadro 82: Evolução da dotação de Equipamentos de Apoio aos Idosos, no concelho de Porto de Mós, entre 1991 e 2003	178
Quadro 83: Apoio domiciliário no concelho de Porto de Mós, em 2003	179
Quadro 84 - Centro de Saúde e Extensões em 2003	180
Quadro 85: Farmácias por freguesia no concelho de Porto de Mós, em 2003	181
Quadro 86: Número e área (m <sup>2</sup> ) das instalações desportivas, por freguesia, em 2003	182
Quadro 87: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2003	183
Quadro 88: Associações culturais, recreativas e desportivas, em 2003	183
Quadro 89: Equipamento de Prevenção e Segurança, em 2003	184
Quadro 90: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores	190
Quadro 91: Extensões Viárias	195
Quadro 92: Rede Viária Concelhia: Inventário Físico e Acessibilidades	198
Quadro 93: Rede Viária Concelhia: Inventário Físico e Acessibilidades (cont.)	199
Quadro 94: Rede Viária Concelhia: Inventário Físico e Acessibilidades (cont.)	199
Quadro 95: Distâncias entre os Principais Pólos Geradores	202
Quadro 96: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1990/2000)	205
Quadro 97: Volumes de água consumidos e cobrados pelos serviços municipalizados, por tipo de consumo, em 2001	210
Quadro 98: Captações - Sistema de S. Jorge/ Porto de Mós	213
Quadro 99: Reservatórios - Sistema S. Jorge/ Porto de Mós/ Mendiga	214
Quadro 100: Reservatórios - Sistema de Mira de Aire/ Alvados/ Alcaria	215
Quadro 101: RSU - Capacidade do sistema, por zonas	221
Quadro 102: Parques de Telefones e Acessos RDIS da Portugal Telecom 1999	224



## 1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

### 1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Na sequência da metodologia acordada nas condições do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Porto de Mós e o consórcio Plural, Lda/ Vasco da Cunha, S.A., este relatório é elaborado no âmbito da 1ª Fase (Análise, Diagnóstico e Proposta Preliminar) da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Porto de Mós.

Decorridos, aproximadamente, oito anos após a entrada em vigor do actual Plano Director Municipal (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/94, publicada no Diário da República n.º 213, I Série B, de 14 de Setembro de 1994, alterada pelo Anexo publicado no D.R. n.º 52, II Série, de 3 Março de 1999) torna-se necessário proceder à sua revisão. Essencialmente, este processo terá por finalidade a supressão de deficiências e o agilizar da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade actual do concelho, em observação do art.º 5º do Regulamento do PDM que prevê que a implementação do Plano, com a validade de 10 anos, seja objecto de avaliação bienal, podendo ser determinada a necessidade de se proceder à sua revisão antecipadamente se se considerar que as disposições nele contidas se tornaram inadequadas. Um outro factor de extrema importância consiste na necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em especial dos PDM's.

A 1ª revisão do PDM de Porto de Mós terá, então, por objectivos:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da correcção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- Agilizar a gestão do Plano Director Municipal e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território em elaboração;
- Proceder à articulação do PDM, nesta sua 1ª revisão, com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, em elaboração;
- Corrigir possíveis incongruências entre o Regulamento e as Peças Desenhadas;
- Suprimir as deficiências e as desactualizações, ao nível da representação, na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes;
- Proceder à Revisão do Regulamento;
- Verificar e actualizar a base cartográfica;
- Especificar um modelo estratégico de actuação que estabeleça acções distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado das diferentes áreas do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;

- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Proceder à reestruturação da Rede Viária (PRN 2000);
- Requalificar alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da implantação de equipamentos colectivos;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.

A 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Porto de Mós deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as realidades-problema do concelho.

## 1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO

O enquadramento jurídico para elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) é estabelecido no Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, que veio introduzir alterações significativas ao regime anterior (estabelecido pelo D.L. n.º 69/90 de 2 de Março), nomeadamente em relação ao conteúdo dos PMOT's. Com a publicação da Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro, ficam estabelecidos os demais elementos que devem acompanhar o PDM.

De acordo com a legislação que actualmente regulamenta os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's), o Plano Director Municipal *“estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção”* (artigo 84º do D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro).

Este Plano é de elaboração obrigatória e de acordo com o artigo 85º, *“define um modelo de organização municipal do território nomeadamente estabelecendo:*

- a) A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;*
- b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de*

- captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;*
- c) A definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;*
  - d) Os objectivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adoptar, bem como os meios disponíveis e as acções propostas;*
  - e) A referenciação espacial dos usos e das actividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;*
  - f) A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
  - g) A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;*
  - h) A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;*
  - i) A definição de programas na área habitacional;*
  - j) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;*
  - l) A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respectivos objectivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;*
  - m) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;*
  - n) A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de protecção, bem como das necessárias à concretização dos planos de protecção civil de carácter permanente;*
  - o) As condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral;*
  - p) As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;*
  - q) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respectivas regras de gestão;*
  - r) Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respectivas regras de gestão;*

- s) *Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;*
- t) *A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;*
- u) *O prazo de vigência e as condições de revisão.”*

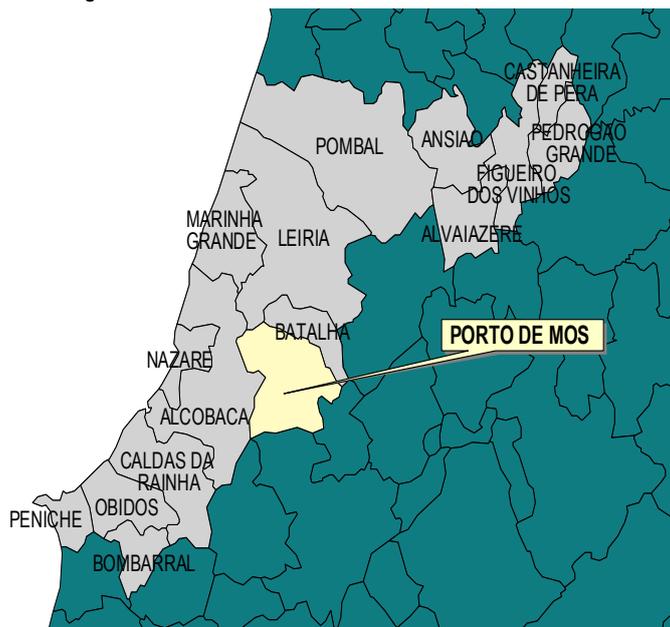
## 2. PORTO DE MÓS E O CONTEXTO REGIONAL

### 2.1 CONTEXTO TERRITORIAL

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois factores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio. Esta análise, assume muita importância no caso do concelho de Porto de Mós, já que, apesar da sua localização privilegiada e da existência de factores locativos pouco explorados, possui algumas debilidades que podem condicionar o seu desenvolvimento. Nos últimos anos, foram introduzidas algumas melhorias em diversas áreas, a que se fará referência na sequência deste capítulo.

O concelho de Porto de Mós está integrado na Região Centro<sup>1</sup>, que, integra 101 concelhos com traços bastante distintos, ocupando uma área total de 28172 km<sup>2</sup>.

Figura 1: O concelho de Porto de Mós no distrito de Leiria



Fonte: Plural

<sup>1</sup> Estas informações consideram já o novo enquadramento geográfico-administrativo que implicou as transferências das NUT III Oeste (excepto Mafra) e Médio Tejo para a Região Centro. Todavia, e por forma a que as comparações efectuadas ao longo deste sub-capítulo incidam sobre as mesmas áreas geográficas, recorre-se ainda aos valores relativos às NUT 2001.

Porto de Mós pertence ao Distrito de Leiria, juntamente com os concelhos de Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche e Pombal.

A sub-região de Pinhal Litoral, onde se integra este concelho, é constituída, pelos municípios da Batalha, de Leiria, da Marinha Grande, de Pombal e de Porto de Mós. O quadro formado por estes 5 municípios, partilha de algumas características comuns, pelo que será tomado como base de referência no estabelecimento de análises comparativas.

Neste conjunto de concelhos, que ocupam 1740 Km<sup>2</sup> e onde residiam, em 2001, cerca de 250990 habitantes, a densidade populacional é, então, de 144.2 hab/Km<sup>2</sup>, valor bastante superior à média regional (75 hab/Km<sup>2</sup>). Na última década censitária, a sub-região de Pinhal Litoral registou uma evolução populacional muito positiva, que foi acompanhada, embora timidamente, pelo concelho de Porto de Mós, como se terá oportunidade de verificar.

Porto de Mós pertence, ainda, à Associação de Municípios da Alta Estremadura, em conjunto com a Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Pombal. No total, estes seis municípios perfazem uma área de cerca de 2157 Km<sup>2</sup>.

## 2.2 O CONCELHO DE PORTO DE MÓS – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O concelho de Porto de Mós ocupa uma área de 265 Km<sup>2</sup>, o que equivale a cerca de 15% da área da sub-região de Pinhal Litoral. Este município, confina a Norte com os concelhos de Leiria e da Batalha, a Sul com Santarém e Rio Maior, a Nascente com a Batalha e Alcanena e, finalmente, a Poente com o concelho de Alcobaça. É constituído por 13 freguesias (Alcaria, Alqueidão da Serra, Alvados, Arrimal, Calvaria, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, S. João Baptista, S. Pedro, S. Bento e Serro Ventoso), sendo que S. João Baptista e S. Pedro abarcam e dividem a sede de concelho – a vila de Porto de Mós. Os aglomerados são, na sua generalidade, de pequenas dimensões.

Figura 2: Sub-região de Pinhal Litoral



Figura 3: Concelho de Porto de Mós



Fonte: Plural

No quadro seguinte, apresentam-se as freguesias do concelho de Porto de Mós:

Quadro 1: Freguesias do concelho de Porto de Mós

Freguesia	Área (Km <sup>2</sup> )	%	População	%
Alcaria	14,15	5,3	256	1,05
Alqueidão da Serra	21,27	8,0	1813	7,47
Alvados	21,03	7,9	558	2,30
Arrimal	18,57	7,0	747	3,08
Calvaria de Cima	10,11	3,8	2179	8,98
Juncal	26,67	10,1	3241	13,35
Mendiga	20,01	7,6	1016	4,19
Mira de Aire	16,77	6,3	3951	16,28
Pedreiras	11,28	4,3	2655	10,94
São Bento	39,70	15,0	953	3,93
São João Baptista (Porto de Mós)	16,18	6,1	2919	12,03
São Pedro (Porto de Mós)	14,98	5,7	2869	11,82
Serro Ventoso	34,16	12,9	1114	4,59
<b>TOTAL</b>	<b>264,88</b>	<b>100</b>	<b>24271</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 2001

Através da observação do quadro, verifica-se que a freguesia de Mira de Aire é a que concentra mais população residente – 3951 habitantes, que representa cerca de 16% da população total do concelho. Contudo, e na realidade a Vila de Porto de Mós constitui, como, aliás, seria de esperar, o principal pólo aglutinador de

população no concelho (5788 habitantes – 24% da população do concelho), inserida que está em duas freguesias: S. João Baptista e S. Pedro. Estas freguesias são, assim, as mais atractivas, já que é na sede de concelho que se concentram os serviços e os equipamentos mais importantes.

Podem agrupar-se as freguesias consoante o comportamento verificado nas últimas décadas. Assim, destaquem-se como freguesias em regressão demográfica: Alcaria (-14.1%), Arrimal (-8.3%), Mira de Aire (-2.8%) e São Bento (-0.4%). Associada à ideia de estagnação, tem-se Alvados (0.7%), que tem vindo a registar perdas de população, mas pouco significativas. Algumas freguesias que vinham a perder população, inverteram esta tendência, manifestando agora alguma dinâmica de crescimento. São elas: Alqueidão da Serra, Mendiga e Serro Ventoso. Com ganhos de população, ou com traços de crescimento tendencial, têm-se Calvaria de Cima e Juncal. Refiram-se ainda a freguesia de Pedreiras que, apesar de ter vindo a verificar ganhos cada vez menos significativos da população, possui maiores potencialidade de desenvolvimento económico e demográfico, e a vila de Porto de Mós (S. Pedro e S. João Baptista) cujo crescimento demográfico tem sido muito significativo nas últimas décadas censitárias.

**Quadro 2: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001**

Freguesias	População Residente			Crescimento Pop. (%)	
	1981	1991	2001	81/91	91/01
Alcaria	319	298	256	-6,6	-14,1
Alqueidão da Serra	1797	1767	1813	-1,7	2,6
Alvados	567	554	558	-2,3	0,7
Arrimal	853	815	747	-4,5	-8,3
Calvaria de Cima	1884	1969	2179	4,5	10,7
Juncal	2893	3122	3241	7,9	3,8
Mendiga	963	938	1016	-2,6	8,3
Mira de Aire	3952	4060	3951	2,7	-2,7
Pedreiras	2445	2652	2655	8,5	0,1
São Bento	1013	957	953	-5,5	-0,4
Porto de Mós (São João Baptista e São Pedro)	3936	5179	5788	31,6	11,8
Serro Ventoso	1078	1032	1114	-4,3	7,9
Concelho de Porto de Mós	21700	23343	24271	7,6	4,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 1981, 1991 e 2001

É de notar que a distribuição da população pelas 13 freguesias é bastante desigual, uma vez que Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal concentram cerca de 53% da população total do concelho. Algumas freguesias mantêm ainda um cariz rural vincado, razão pela qual não apresentam grande significado no total populacional do concelho. É o caso de São Bento que, apesar de possuir uma área equivalente a 15% da superfície total do concelho, tem apenas 953 habitantes.

Ainda que a população jovem tenha algum peso, o concelho de Porto de Mós, não fica alheio ao processo de duplo envelhecimento da população que associa ao aumento da população idosa, a diminuição da população jovem. Às freguesias mais envelhecidas, designadamente, Alcaria, Alvados e Arrimal, opõem-se Pedreiras, Arrimal, São Pedro e São João Baptista, onde a população jovem se destaca, assumindo, inclusivamente, um peso superior ao valor correspondente à média concelhia. Em Calvaria, Juncal e Mira de Aire, o grupo mais importante na distribuição etária corresponde aos estratos de população em idade activa.

A sub-região de Pinhal Litoral não apresenta um modelo económico pós-industrial, como é usual na maioria dos concelhos portugueses, onde o sector terciário se apresenta como dominante na estrutura económica. As freguesias de Porto de Mós possuem uma maior percentagem de activos empregados no sector secundário, exceptuando-se São Bento, onde 30.4% da população continua afectada ao primário, e a Vila de Porto de Mós (São João Baptista e São Pedro), onde há um claro predomínio do terciário, como é comum em sedes de concelho. Em Alcaria e Arrimal, o sector primário apresenta ainda uma importância significativa. Como tal, Porto de Mós apresenta um grande potencial de competitividade, podendo ser de forte contributo na diversificação do tecido industrial do território sub-regional.

Nos últimos anos tem sido implementada uma série de projectos públicos que interessa referir. No âmbito do QCA I (início da década de 90) foram aprovados e apoiados 15 projectos públicos com um custo total de 500 mil contos, divididos por quatro áreas de intervenção: Rede Viária e Infraestruturas Urbanas, Equipamentos, Ordenamento do Território (a destacar a elaboração do PDM em vigor e de dois Planos de Pormenor) e Desenvolvimento Local (a destacar a criação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais). Com a aplicação do QCA II, o investimento elegível duplicou face ao QCA I, permitindo a aprovação e a execução de 18 projectos, de entre os quais se destacam as intervenções na área económica (a realização da Expomós e a construção do Parque Industrial de Porto de Mós, por exemplo) e a introdução de melhorias nas redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. Finalmente, e no âmbito do QCA III, a Câmara Municipal concluiu a remodelação do largo do Rossio, encontrando-se ainda em fase de execução o alargamento da rede de abastecimento de água a São Bento e a construção do Complexo Municipal de Piscinas. A administração local prevê, ainda, candidatar ao QCA III um conjunto de seis projectos que evidenciam a sua preocupação na melhoria continuada das infraestruturas de saneamento básico, na diversificação da oferta ao nível dos equipamentos culturais e de recreio e lazer e na melhoria das condições de fixação de unidades industriais no concelho.

Um outro factor de desenvolvimento são as intervenções previstas a nível das acessibilidades. Efectivamente, o Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000) e o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes 2000-2006 (POAT 2000-2006) propõem a melhoria de algumas ligações, sendo de destacar, pela sua importância para o concelho de Porto de Mós, a construção do Itinerário Complementar n.º 9, (desde o IC2, até ao nó da AE

n.º 1, em Fátima), a construção da Variantes à EN 243, em Porto de Mós, a construção da variante à EN 243, em Mira de Aire, e a reconversão da EN 1 em IC2.

### 2.2.1 Enquadramento Demográfico e Sócio-Económico

A análise que se segue será realizada a dois níveis: sub-regional (sub-região de Pinhal Litoral) e regional (região Centro). Desta forma, será possível estabelecer comparações e identificar dinamismos e bloqueios, não só no domínio demográfico, mas também no plano sócio-económico.

Segundo os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e da Habitação, a sub-região de Pinhal Litoral representava, em 2001, aproximadamente, 14% da população da região Centro. No mesmo ano, o concelho de Porto de Mós possuía um total de 24 271 habitantes, ou seja, cerca de 9,7% da população total da sub-região do Pinhal Litoral. Dos concelhos que mais contribuíam para o quantitativo populacional da sub-região, são de destacar Leiria (48%), Pombal (22,6%) e Marinha Grande (13.7%).

O quadro que se segue é representativo da pressão demográfica na sub-região de Pinhal Litoral.

Quadro 3: Densidade Populacional em 1981, 1991 e 2001

Unidade Territorial	Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> )		
	1981	1991	2001
Sub-região do Pinhal Litoral	123,8	128.1	144.2
Batalha	121,6	128,2	144,3
Leiria	170,9	181.9	212,1
Marinha Grande	169,9	178.0	196.5
Pombal	85,8	82,0	89,9
Porto de Mós	81,9	88,1	91,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 1981, 1991 e 2001

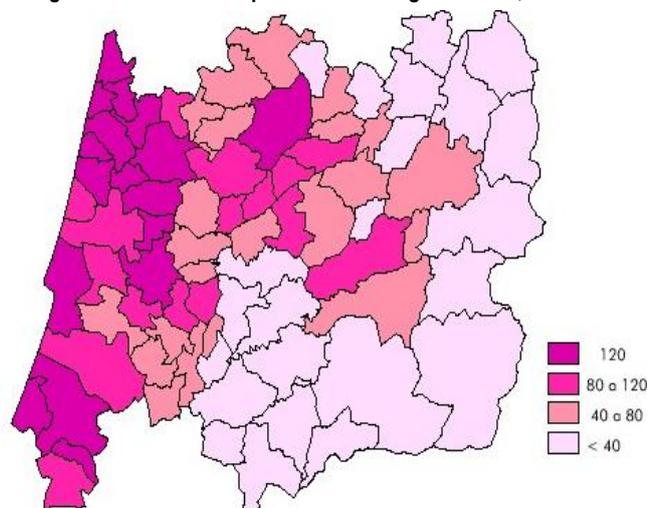
A **densidade populacional** tem vindo a aumentar, nos últimos anos, em resultado do aumento generalizado da população, principalmente nos núcleos urbanos com maior importância, facto que decorre do fenómeno de litoralização. As densidades populacionais mais altas são as que se verificam em concelhos como Leiria (212.1 hab/Km<sup>2</sup>), Marinha Grande (196.5/Km<sup>2</sup>) e Batalha (144.3 hab/Km<sup>2</sup>), sendo, inclusivamente, mais elevadas do que a média sub-regional, já por si bastante elevada.

O concelho de Leiria possui, como se verá adiante, um quantitativo populacional equivalente ao quádruplo do de Porto de Mós numa área próxima ao dobro que este ocupa. Daí que a densidade populacional seja a mais alta da sub-região (em 2001, era de 212,1 hab/km<sup>2</sup>).

Na Região Centro, evidencia-se a disparidade existente entre o litoral e o interior, com uma maior concentração da população nas sub-regiões da faixa litoral - Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral - onde reside mais de metade da população regional. A pressão demográfica, como se pode verificar na figura seguinte, vai aumentando com a proximidade ao litoral, assumindo valores realmente baixos nos concelhos do interior.

Nas freguesias de Porto de Mós, a densidade populacional varia entre os 235 hab/Km<sup>2</sup>, em Mira de Aire e em Pedreiras, e os 18 hab/Km<sup>2</sup>, em Alcaria.

Figura 4: Densidade Populacional na Região Centro, em 1999.



Fonte: INE, A Região Centro em Números

O município de Porto de Mós registou, entre 1981 e 1991, um acréscimo de população da ordem dos 7.6%, sendo que no intervalo entre as duas últimas acções censitárias manteve a tendência verificada, embora de uma forma menos substancial – **variação populacional** positiva de 4.0%. Como resultado desta evolução, contabiliza-se já um aumento de 5500 indivíduos face a 1940, por exemplo. A única excepção a este comportamento, verificou-se em 1960, em que a inflexão registada foi perfeitamente justificada e enquadrada no contexto sócio-económico da época. O abrandamento atestado na última década, revela uma perda de capacidade atractiva e de fixação de população, resultando na diminuição de importância relativa no contexto regional. Com efeito, se na década de 80, Porto de Mós foi o concelho que mais cresceu na sub-região do Pinhal Litoral (7.6% contra os 3.3% verificados no Pinhal Litoral), na década seguinte, foi o que menos cresceu face aos 12% do total dos concelhos desta sub-região.

Quadro 4: Evolução da População na sub-região do Pinhal Litoral entre 1981 e 2001

Unidade Territorial	População Residente			Crescimento Pop. (%)	
	1981	1991	2001	81/91	91/01
Sub-região do Pinhal Litoral	215816	223025	250990	3.3	12.5
Batalha	12588	13329	15002	5.9	12.6
Leiria	96517	102762	119847	6.5	16.6
Marinha Grande	31284	32234	35571	3.0	10.3
Pombal	53727	51357	56299	-4.4	9.6
Porto de Mós	21700	23343	24271	7.6	4.0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 1981, 1991 e 2001

O quadro seguinte permite constatar que os concelhos que constituem a sub-região do Pinhal Litoral possuíam, em 2001, **taxas de natalidade** bastante semelhantes, variando entre os 10.6‰ no concelho de Porto de Mós e os 11.6‰ no concelho da Marinha Grande. O concelho de Porto de Mós, desta forma, assume a taxa de natalidade mais baixa dos concelhos que constituem a sub-região do Pinhal Litoral. Já no que diz respeito à **taxa de mortalidade**, o concelho de Porto de Mós assume o valor mais alto da sub-região (11.4‰), sendo o valor mais baixo referente ao concelho de Leiria (7.7‰).

**Quadro 5: Taxa de natalidade e mortalidade (2001); Índices de envelhecimento (2001), de dependência da jovens e de dependência de idosos (2001)**

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade (permilagem)	Taxa de Mortalidade (permilagem)	Índice de Envelhecimento (%)	Índice de Dependência de Idosos	Índice de Dependência de Jovens
Sub-região do Pinhal Litoral	11	9,1	97,1	23,4	24,1
Batalha	10,8	9,3	100,5	25,2	25,1
Leiria	11,1	7,7	80,8	20,1	24,9
Marinha Grande	11,6	9,1	104,1	22,0	21,1
Pombal	10,7	11	125,3	30,1	24,0
Porto de Mós	10,6	11,4	<b>108,4</b>	26,3	24,2

Fonte: <http://infoline.ine.pt>; valores obtidos a partir de cálculos próprios, com base nos Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População

O **índice de envelhecimento**, por sua vez, situava-se nos 108.4%, acima do que se verificava na globalidade dos concelhos da sub-região, cujo valor (97.1%) era grandemente influenciado por Leiria, com o índice de envelhecimento mais baixo da sub-região: 80.8%.

Consequentemente, era também no concelho de Porto de Mós que se verificava um dos valores mais altos de **índice de dependência de idosos** (26.3%), só ultrapassado por Pombal (30.1%). Finalmente, e no que concerne ao **índice de dependência de jovens**, Porto de Mós assume um valor aproximado ao da sub-região: 23.8%.

Ainda relativamente aos índices de estrutura apresentados, pode dizer-se que, em 2001, por cada 100 indivíduos activos, existiam 50.5 dependentes no concelho de Porto de Mós.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por **grupos etários** no concelho de Porto de Mós, acompanham estruturalmente a região em que este se insere, embora, em termos gerais, o município esteja a ficar um pouco mais envelhecido do que a sub-região do Pinhal Litoral. Também, em comparação com a última acção censitária, o município apresentou uma maior proporção de idosos e uma menor de jovens.

**Quadro 6: Variação da estrutura etária da população residente no Pinhal Litoral, entre 1991 e 2001 (%)**

Unidade Territorial	1991			2001		
	0-14	15-64	>65	0-14	15-64	>65
Região Centro	19,1	64,3	16,6	15,0	65,5	19,4
Sub-região do Pinhal Litoral	20,2	67,0	12,8	16,3	67,8	15,9
Batalha	20,0	66,0	14,0	16,7	66,5	16,8
Leiria	21,3	67,4	11,3	17,2	69,0	13,9
Marinha Grande	18,3	70,4	11,3	14,8	69,9	15,4
Pombal	19,3	64,8	15,9	15,6	64,9	19,5
Porto de Mós	20,1	65,8	14,1	16,1	66,4	17,5

Fonte: INE – Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

As informações disponíveis relativamente aos **sectores de actividade económica**, permitem constar que o concelho de Porto de Mós apresenta uma forte especialização em actividades industriais, já que, dos 754 estabelecimentos existentes em 1999 (Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade), 28% pertenciam à Indústria Transformadora, outros 28% tinham actividades relacionadas com o comércio e 12.1% estavam ligados ao sector da construção. As indústrias transformadoras eram o terceiro sector com maior peso no número de empresas do concelho (13.8%). Refira-se ainda que, do total de estabelecimentos, cerca de 56% empregavam até 4 trabalhadores e 18% entre 5 e 9 pessoas.

O **grau de qualificação e as habilitações literárias** da população são um factor importantíssimo no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento. O concelho de Porto de Mós, apresenta ainda sérias lacunas a este nível, apesar da década de 90 ter sido palco de uma evolução positiva. Em 2001, 19.7% da população não possuía qualquer nível de ensino, 47.8% haviam completado apenas a instrução primária e apenas 3.2% possuíam um grau de qualificação superior. Em 2001, estes valores eram um pouco diferentes: 12.9% - população sem nenhum nível de ensino; 24.3% - população com apenas o ensino primário; e 3.3% - população com ensino médio/ superior.

**Quadro 7: Nível de escolaridade nos concelhos da sub-região do Pinhal Litoral (2001)**

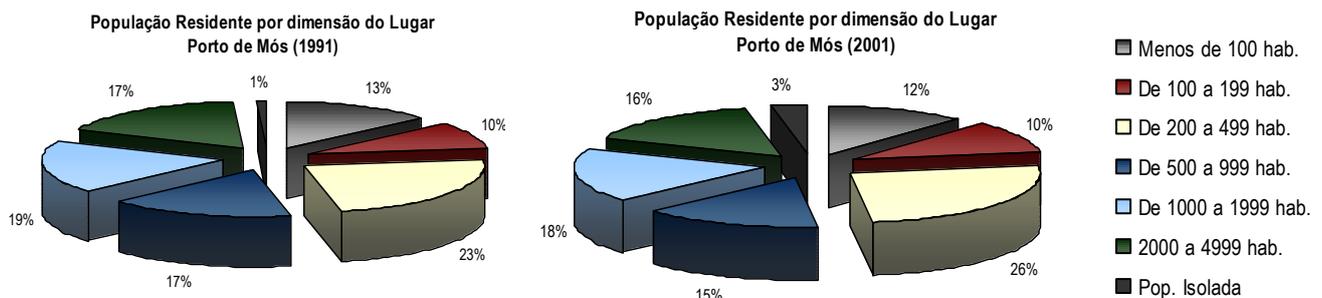
Unidade Territorial	População Residente (2001)	Nenhum nível de ensino	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	Analfabetos com 10 ou mais anos
Sub-região do Pinhal Litoral	250990	13,4%	22,4%	7,7%	5,0%	6,1%	0,4%	4,4%	9,0%
Batalha	15002	13,2%	25,4%	8,6%	4,8%	4,8%	0,2%	2,8%	8,8%
Leiria	119847	11,6%	20,9%	7,8%	5,1%	6,7%	0,5%	5,6%	7,0%
Marinha Grande	35571	11,2%	23,0%	6,2%	5,5%	8,4%	0,5%	4,6%	7,0%
Pombal	56299	19,1%	23,8%	8,0%	4,1%	4,3%	0,2%	2,9%	14,6%
Porto de Mós	24271	12,9%	24,3%	8,3%	5,7%	4,6%	0,2%	3,1%	8,8%

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001.

## 2.2.2 Povoamento e Estrutura Urbana

A forma como se processa a evolução da ocupação humana no território depende da influência das alterações que se vão operando aos níveis demográfico e sócio-económico. No concelho de Porto de Mós, em 2001, a população concentrava-se, maioritariamente, em cerca de 26%, em aglomerados de dimensão entre os 200 e os 999 habitantes. As figuras apresentadas representam a distribuição da população por dimensão do lugar.

Gráfico 1: Evolução da população residente por dimensão dos lugares entre 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Entre 1991 e 2001, deu-se uma pequena diminuição relativa da população residente em lugares de muito pequena dimensão e em lugares com mais de 500 habitantes, em benefício dos lugares isolados e dos lugares de média dimensão (entre os 200 e 499 habitantes). Com efeito, de 1991 para 2001, o peso da população que habitava em lugares com menos de 100 habitantes, passou dos 13% para os 12% e as pessoas que viviam em aglomerados com mais de 500 habitantes, passaram dos 53% para os 49%. No mesmo período, os aglomerados com uma população compreendida entre os 200 e os 499 habitantes, ganharam 3% da população residente.

A tendência verificada na década de 90, particularmente no que diz respeito ao peso assumido pelas sedes de freguesia e pela sede de concelho, contrariamente do que seria de esperar, passaram a concentrar um menor número de habitantes do que o que foi contabilizado na acção censitária de 1991, dando assim uma maior importância aos restantes aglomerados do concelho.

Na definição de um sistema urbano à escala regional não devem valorizar-se os lugares de maior dimensão. Com essa verticalização da estrutura urbana, os aglomerados mais pequenos ficariam em clara desvantagem. O sistema deve ser desenvolvido numa óptica de complementaridade entre os diversos níveis definidos, assumindo as especificidades de cada um deles.

### 2.2.3 Quadro de Acessibilidades

A questão das acessibilidades é fundamental para a integração do concelho ao nível supra local, já que constitui um factor que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis nacional e regional.

A localização geográfica do concelho de Porto de Mós, situado na zona litoral centro do país, a relativa proximidade a dois nós do IP1/A1 (Fátima, a Nordeste; Torres Novas, a Sueste) e o facto de ser atravessado pelo IC2/EN1 na zona poente do território, conferem-lhe condições de acessibilidade rodoviária satisfatórias, assegurando, o IC2, as principais ligações longitudinais do concelho ao exterior. Contudo, é importante referir que as ligações ao IP1/A1, a nascente, são um pouco dificultadas, quer pela distância a que se encontram os seus nós de acesso (Fátima, a cerca de 17 Km de Porto de Mós; Torres Novas, a 27 Km), quer pela orografia do terreno, quer, ainda, pelas

características penalizantes das vias que as servem (a EN243, na ligação ao Nó de Torres Novas e vias municipais, no caso do Nó de Fátima), factores que deverão ser substancialmente atenuados com a implementação do IC9, nomeadamente, do lanço entre a Batalha e o Nó de Fátima.

A Estrada Nacional 243 constitui o principal eixo transversal de ligação ao exterior, estabelecendo ligações no sentido Sul (via IP1/A1) ao Interior Centro e à Sub-região do Médio Tejo, através da continuidade assegurada pelo IP6 a partir do Nó de Torres Novas. Ao nível regional e local, são de destacar as ligações efectuadas pela EN8 (assegura a ligação à sub-região Oeste, assim como a Alcobaça e à Nazaré, por exemplo), pela EN362 (efectua a ligação ao concelho de Santarém e à Batalha) e pela EN 242-2 (incluída na rede municipal pelo PRN2000, estabelece a ligação ao IC1/A8 e à Marinha Grande). Finalmente, é ainda de destacar a EM 543-1, cujo desenvolvimento no sentido nordeste em direcção a S. Mamede e a Fátima (Nó de Fátima do IP1/A1) permite uma boa ligação ao exterior, e a EM242-4 como a principal via que estabelece a ligação ao exterior de nível municipal (Porto de Mós – Juncal – A8, em Pataias).

Figura 5: Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)



Fonte: Junta Autónoma de Estradas.

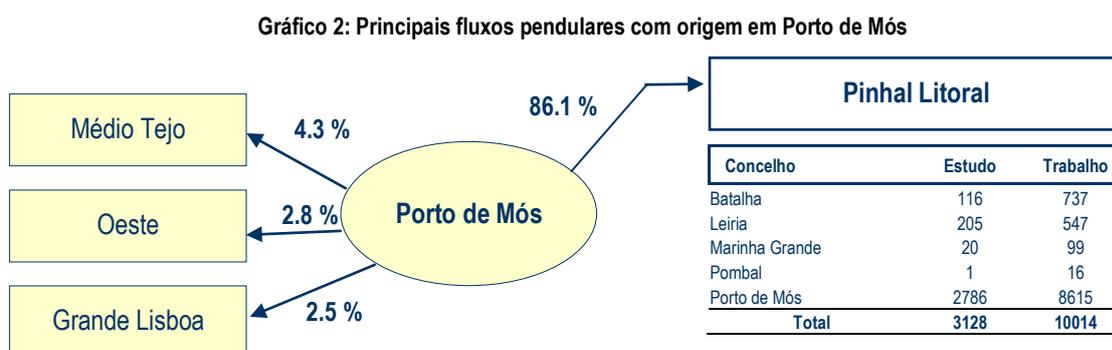
O Plano Rodoviário Nacional 2000 e o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes 2000-2006, prevêem a introdução de algumas melhorias à rede nacional no sentido de reforçar a coesão e a solidariedade internas, de melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas, de beneficiar a coordenação intermodal e de aperfeiçoar as ligações rodoviárias entre centros urbanos, nós e variantes.

Assim, as intervenções nalgumas vias integradas na Rede Nacional permitirão uma melhoria substancial das suas ligações exteriores de nível nacional, regional e, mesmo, local, sendo de destacar: (i) a construção de alguns lanços do IC9, nomeadamente o da Nazaré/Alcobaça, o de Chão da Feira/Fátima e o de Fátima/Ourém/Tomar; (ii) a implementação da variante a Porto de Mós (estão em estudo duas alternativas de traçado) que permitirá desviar algum tráfego de atravessamento da sede de concelho; (iii) a implementação da futura variante do IC2 à Batalha; (iv) a implementação do IC36 que servirá no acesso da A1 a Porto de Mós, no sentido Sul/Norte; e (v) a gradual implementação do IC1 que constituirá uma alternativa à utilização do IC2.

## 2.2.4 Mobilidade e Complementaridades Económicas

A avaliação do grau de integração económica de um concelho no quadro regional, assim como das interdependências territoriais, passa pelo estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e o exterior. Apesar da informação estatística disponível não permitir aferir das dinâmicas económicas inter-concelhias, será realizada uma breve análise dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

De acordo com dados obtidos no Instituto Nacional de Estatística, referentes aos Censos de 2001, o concelho de Porto de Mós gerou um total de 15265 deslocações, sendo 3773 (25%) relacionadas com estudo e 11492 (75%) por motivos de trabalho. Refira-se, ainda, que, do total de deslocações, 86.1% tiveram como destino a sub-região do Pinhal Litoral e 75% como origem e destino o concelho de Porto de Mós (2786 – Estudo, 8615 – Trabalho). O esquema abaixo é representativo das deslocações geradas pelo concelho de Porto de Mós.



Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

Apresentam-se, de seguida, os dados relativos às deslocações efectuadas de um modo mais pormenorizado por forma a facilitar a sua análise. Das deslocações efectuadas por motivos de estudo, são de destacar as que têm por destino locais onde existem estabelecimentos universitários/cursos técnicos, nomeadamente em Lisboa (156), Ourém (155), Coimbra (118) e Aveiro (22).

Nos movimentos pendulares com destino à sub-região do Pinhal Litoral, assumem maior importância, os que têm por destino o concelho de Porto de Mós (movimentos internos), o município da Batalha e o concelho de Leiria. As restantes deslocações assumem valores substancialmente mais baixos, quer pela distância física e pelas condições de acesso, quer pela débil estrutura de transportes.

**Quadro 8: Movimentos pendulares originados em Porto de Mós por sub-região de destino**

Sub-Região	Estudo	Trabalho
Minho-Lima	0	2
Cávado	3	7
Ave	0	1
Grande Porto	13	25
Tâmega	0	1
Entre Douro e Vouga	0	5
Douro	5	1
Alto Trás os Montes	2	2
Algarve	19	10
Cova da Beira	10	0
Oeste	33	389
Médio Tejo	189	471
Baixo Vouga	22	25
Baixo Mondego	118	24
Pinhal Litoral	3128	10014
Pinhal Interior Norte	0	9

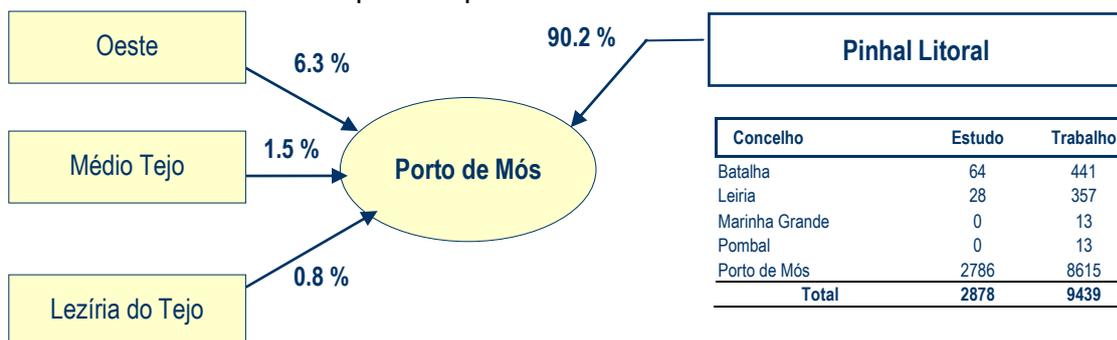
  

Sub-Região	Estudo	Trabalho
Pinhal Interior Sul	0	1
Dão-Lafões	3	1
Serra da Estrela	0	2
Beira Interior Norte	5	4
Beira Interior Sul	3	2
Grande Lisboa	160	229
Península de Setúbal	13	12
Alentejo Litoral	0	2
Alto Alentejo	2	1
Alentejo Central	16	8
Baixo Alentejo	5	4
Lezíria do Tejo	20	231
R.A. Madeira	0	9
R.A. Açores	4	0
<b>Total</b>	<b>3773</b>	<b>11492</b>

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

No que diz respeito aos movimentos pendulares com destino ao concelho de Porto de Mós, os valores são um pouco mais baixos. Em 2001, foram contabilizadas um total de 13648 deslocações: 77% por razões profissionais e os restantes 23% relacionados com a actividade escolar. Do total, 90% tiveram como origem os concelhos da sub-região do Pinhal Litoral e 84% tiveram origem no concelho de Porto de Mós. Veja-se o esquema representativo dos principais fluxos pendulares, com destino a Porto de Mós.

Gráfico 3: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Porto de Mós



Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

Os movimentos no interior do concelho são, uma vez mais, muito expressivos. Porto de Mós não manifesta grande capacidade para atrair população na sua envolvente territorial, salvo as deslocações verificadas desde os concelhos da Batalha e de Leiria, por motivos de trabalho (talvez relacionados com a intensa actividade industrial existente neste concelho). Atente-se no quadro seguinte:

Quadro 9: Movimentos pendulares com destino a Porto de Mós por sub-região de origem

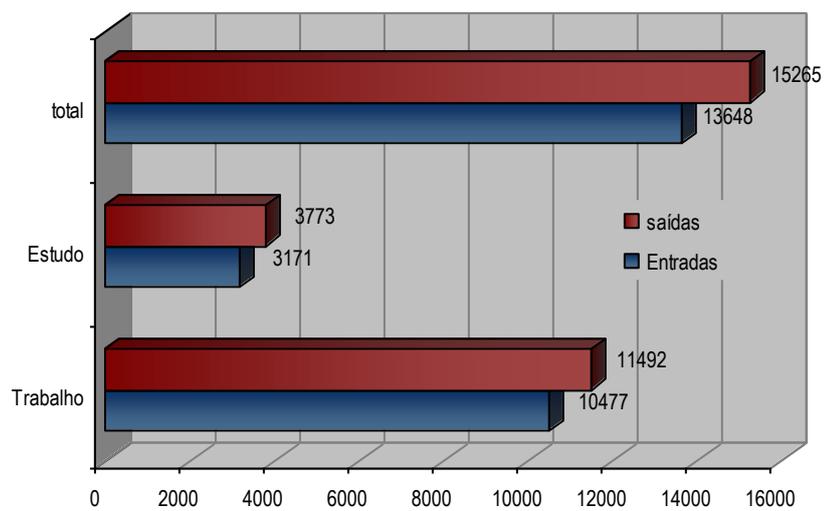
Sub-Região	Estudo	Trabalho
Minho-Lima	0	1
Cávado	0	1
Ave	0	5
Grande Porto	0	11
Tâmega	0	3
Entre Douro e Vouga	0	9
Douro	0	3
Alto Trás os Montes	0	2
Algarve	0	2
Oeste	261	604
Médio Tejo	9	193
Baixo Vouga	0	27
Baixo Mondego	0	25

Sub-Região	Estudo	Trabalho
Pinhal Litoral	2878	9439
Pinhal Interior Norte	1	20
Dão-Lafões	0	3
Serra da Estrela	0	1
Beira Interior Norte	0	1
Beira Interior Sul	0	2
Grande Lisboa	5	23
Península de Setúbal	0	5
Alentejo Central	0	1
Baixo alentejo	0	1
Lezíria do Tejo	17	95
<b>Total</b>	<b>3171</b>	<b>10477</b>

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

Concluindo, em 2001, o concelho de Porto de Mós possuía um saldo pendular negativo em 1015 postos de trabalho, uma vez que são mais as pessoas a sair do concelho do que a entrar para trabalhar. Desta forma, e ao se comparar este valor face aos dados de 1991, tem-se uma evolução negativa em mais 714 pessoas, uma vez que, em 1991, Porto de Mós possuía um saldo negativo em 301 postos de trabalho.

Gráfico 4: Movimentos pendulares em Porto de Mós



Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

### 3. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

##### 3.1.1 Introdução

A caracterização demográfica no âmbito de um Plano Municipal de Ordenamento do Território é um contributo indispensável para o desenvolvimento de estratégias orientadas para uma melhor e mais ajustada intervenção territorial.

Mais do que conhecer os quantitativos demográficos ou as densidades populacionais ou, ainda, efectuar retrospectivas históricas recuadas, interessa sublinhar a qualidade da estrutura do conjunto dos indivíduos residentes no concelho, a respectiva distribuição por grupos etários e pelos índices resumo, bem como a construção de cenários possíveis para estimar a população e as suas características para o horizonte de vigência do Plano Director Municipal.

A presente revisão do PDM de Porto de Mós integra os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, embora ainda não permitam dar a conhecer a totalidade dos domínios da abordagem demográfica, como é o caso das componentes do crescimento demográfico. Assim, ressalva-se que estas (crescimento natural e crescimento migratório) reportam aos Resultados Preliminares do mesmo Recenseamento, os quais, em termos de população total, relativamente aos Resultados Definitivos, diferem apenas em 16 indivíduos, pelo que se considera que não obstante não serem os dados definitivos, a margem de erro é insignificante.

A metodologia adoptada privilegiou as componentes comparativa, quantitativa e qualitativa. Sempre que se justificou, as comparações foram feitas com a sub-região Pinhal Litoral (NUT III), a qual é composta por cinco municípios que, no seu conjunto, apresentam uma certa homogeneidade e identidade, ao contrário da Região Centro que já apresenta, no seu interior, concelhos com traços e comportamentos bastante distintos.

Uma última nota metodológica diz respeito à opção pela junção das freguesias de São João Baptista e São Pedro em todas as análises efectuadas, por não haver compatibilidade entre a divisão administrativa do concelho e os dados oficiais do INE e também pelo facto de o centro urbano de Porto de Mós ser atravessado pelas duas freguesias.

### 3.1.2 Ocupação do Território – Distribuição Geográfica da População

Com uma superfície de 265 Km<sup>2</sup> (cerca de 15 % do total da superfície da NUT III – Pinhal Litoral) e 24271 habitantes, o concelho de Porto de Mós insere-se numa sub-região densamente povoada onde a evolução demográfica tem sido marcada, desde 1940 pelo progressivo crescimento demográfico, o qual se tem reflectido no mesmo sentido, na densidade populacional, situando-se actualmente nos 92 hab./Km<sup>2</sup> (cf. Quadro). Este valor confere-lhe um índice de ocupação inferior à média da sub-região em que se insere, que era, em Março de 2001, de 144 hab./Km<sup>2</sup>.

**Quadro 10: Evolução da densidade populacional nos concelhos da sub-região Pinhal Litoral, entre 1981 e 2001**

Unidade Territorial	População Residente			Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional		
	1981	1991	2001		1981	1991	2001
Sub-região de Pinhal Litoral	215816	223025	250990	1741	124.0	128.1	144.2
Batalha	12588	13329	15002	104	121.0	128.2	144.3
Leiria	96517	102762	119847	565	170.8	181.9	212.1
Marinha Grande	31284	32234	35571	181	172.8	178.1	196.5
Pombal	53727	51357	56299	626	85.8	82.0	89.9
<b>Porto de Mós</b>	<b>21700</b>	<b>23343</b>	<b>24271</b>	<b>265</b>	<b>81.9</b>	<b>88.1</b>	<b>91.6</b>

Fonte: INE-Portugal, Estimativas da População Residente, 1999 e Censos 2001

Internamente, verificam-se fortes assimetrias na ocupação do espaço, destacando-se, segundo os Censos 2001, como freguesias mais densamente povoadas: Mira de Aire (236 hab/Km<sup>2</sup>), Pedreiras (235 hab/Km<sup>2</sup>), Calvaria de Cima (216 hab/Km<sup>2</sup>), Porto de Mós (186 hab/Km<sup>2</sup>) e Juncal (122 hab/Km<sup>2</sup>). As freguesias menos povoadas são Alcaria (18 hab/Km<sup>2</sup>), São Bento (24 hab/Km<sup>2</sup>), Alvados (27 hab/Km<sup>2</sup>) e Serro Ventoso (33 hab/Km<sup>2</sup>).

A distribuição geográfica das densidades, em 2001, reforça a distribuição existente em 1991, destacando-se que as maiores densidades se localizam a N/NW e as menores densidades se localizam no centro/sul do concelho.

As alterações mais significativas, ocorridas a este nível, na década de 90, foram os aumentos significativos das densidades populacionais de Calvaria de Cima (em 1991, era de 195 hab./Km<sup>2</sup> e, em 2001, era de 216 hab/Km<sup>2</sup>) e de Porto de Mós (em 1991, era de 166 hab/Km<sup>2</sup> e, em 2001, era de 186 hab/Km<sup>2</sup>).

Quadro 11: Localização das freguesias, mais e menos povoadas, do concelho de Porto de Mós, em 2001

	Juncal	Calvaria Cima		
		Pedreiras	Porto Mós	Alqueidão Serra
		Serro Ventoso	Alcaria	
Arrimal			Alvados	Mira de Aire
		Mendiga	São Bento	

Freguesias **mais** povoadas (>122 hab./ km<sup>2</sup>)  
 Freguesias **menos** povoadas (<33 hab./ km<sup>2</sup>)

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População

Quadro 12: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Porto de Mós, por freguesias, entre 1940 e 2001

Freguesias	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (hab/Km <sup>2</sup> )						
		1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Alcaria	14.2	40.2	34.8	27.5	20.7	22.5	21.1	18.1
Alqueidão da Serra	21.3	88.6	96.9	107.1	87.4	84.5	83.1	85.2
Alvados	21.0	46.8	40.1	36.2	27.2	27.0	26.3	26.5
Arrimal	18.6	45.3	46.6	46.8	46.4	45.9	43.9	40.2
Calvaria de Cima	10.1	125.2	149.9	153.9	159.2	186.4	194.8	215.5
Juncal	26.7	91.3	99.3	103.7	99.3	108.5	117.1	121.5
Mendiga	20.0	48.0	49.3	50.9	49.5	48.1	46.9	50.8
Mira de Aire	16.8	116.2	142.4	180.6	219.1	235.7	242.1	235.6
Pedreiras	11.3	148.0	162.1	172.3	148.5	216.8	235.1	235.4
São Bento	39.7	30.8	33.2	34.0	29.0	25.5	24.1	24.0
Porto de Mós (*)	31.2	122.7	141.3	131.3	126.5	126.3	166.2	185.8
Serro Ventoso	34.2	34.0	34.1	34.3	33.2	31.6	30.2	32.6
<b>Total</b>	<b>264.9</b>	<b>70.8</b>	<b>77.5</b>	<b>80.1</b>	<b>77.1</b>	<b>81.9</b>	<b>88.1</b>	<b>91.6</b>

Fonte: INE- Portugal, Recenseamentos Gerais da População

(\*) São Pedro e São João Baptista

A análise da estrutura do povoamento do concelho revela uma população concentrada em pequenos aglomerados dispersos no território concelhio. Em 2001, e como já acontecia em 1991, quase metade da população (cerca de 48%) residia em lugares de dimensão inferior a 500 habitantes (cf. Quadro), existindo, por outro lado, o aglomerado Mira D'Aire que representava 16% da população do concelho.

Não obstante, em apenas dez anos (1991/2001) emergiram duas tendências de assinalar, ambas no sentido da disseminação da ocupação humana: (i) aumento do número de lugares de muito pequena dimensão (até 100 habitantes), em paralelo com o incremento da população isolada/residual (+300%); (ii) diminuição clara da população nos lugares de maiores dimensões, nomeadamente no principal pólo demográfico (Mira de Aire) e nos lugares com população a variar entre os 1000 e os 1999 habitantes (-40%).

De 1991 para 2001, destacam-se como principais alterações na estrutura do povoamento:

- aumento do número total de lugares do concelho (passa de 102, em 1991, para 111 em 2001), em paralelo com o aumento significativo da população isolada (de 184 pessoas em 1991 passam a 738 pessoas, em 2001);
- ligeiro aumento dos lugares com menos de 100 pessoas, sendo estes os que existem em maior número. O incremento registado foi não só em termos do número de lugares (57, em 1991, e 62, em 2001) mas também em termos do número de indivíduos (com 3100 habitantes, em 1991, passam para 3171 habitantes, em 2001), embora o peso da população nestes lugares tenha registado uma ténue diminuição;
- aumento do número de lugares com entre 500 e 999 habitantes (em 1991 existiam 6 lugares com um total de 3883 residentes e, em 2001, os lugares passam a oito, com 5468 indivíduos-mais 41%);
- o único lugar com população entre 2000 e 4999 habitantes – Mira de Aire - mantém-se em 2001, embora registando um ligeiro decréscimo populacional (-5,5%).

**Quadro 13: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Porto de Mós, entre 1991 e 2001**

Escalões de Dimensão	1991			2001		
	Nº de lugares	População Residente	%	Nº de lugares	População Residente	%
Menos de 100 hab.	57	3100	13.3	62	3171	13.1
De 100 a 199 hab.	16	2233	9.6	20	3452	14.2
De 200 a 499 hab.	19	5558	23.8	18	5024	20.7
De 500 a 999 hab.	6	3883	16.6	8	5468	22.5
De 1000 a 1999 hab.	3	4373	18.7	2	2627	10.8
2000 a 4999 hab.	1	4012	17.2	1	3791	15.6
Pop. Isolada/Residual	-	184	0.8	-	738	3.0
<b>Total Concelho</b>	<b>102</b>	<b>23343</b>	<b>100</b>	<b>111</b>	<b>24271</b>	<b>100</b>

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

A contribuição de cada uma das 13 freguesias do concelho é a que se apresenta no quadro seguinte, em que as freguesias que abrangem a vila de Porto de Mós (São Pedro e São João Baptista) representam 24% do total do concelho, sendo seguidas pela freguesia de Mira de Aire (16%), Juncal (13%) e Pedreiras (11%). Os restantes contributos oscilam, indiscriminadamente, entre os 9% e os 1,1%. De um modo geral, entre 1981 e 2001 e em termos de volume demográfico, a tendência desenhada é a da diminuição do peso da maioria das freguesias a favor do aumento de importância das freguesias que integram a vila de Porto de Mós.

**Quadro 14: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Porto de Mós**

Freguesias	1981		1991		2001	
	Total	%	Total	%	Total	%
Alcaria	319	1.5	298	1.3	256	1.1
Alqueidão da Serra	1797	8.3	1767	7.6	1813	7.5
Alvados	567	2.6	554	2.4	558	2.3
Arrimal	853	3.9	815	3.5	747	3.1
Calvaria de Cima	1884	8.7	1969	8.4	2179	9.0
Juncal	2893	13.3	3122	13.4	3241	13.4
Mendiga	963	4.4	938	4.0	1016	4.2
Mira de Aire	3952	18.2	4060	17.4	3951	16.3
Pedreiras	2445	11.3	2652	11.4	2655	10.9
São Bento	1013	4.7	957	4.1	953	3.9
Porto de Mós (*)	3936	18.1	5179	22.2	5788	23.8
Serro Ventoso	1078	5.0	1032	4.4	1114	4.6
<b>Total</b>	<b>21700</b>	<b>100.0</b>	<b>23343</b>	<b>100.0</b>	<b>24271</b>	<b>100.0</b>

Fonte: INE- Portugal, Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991, 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

### 3.1.3 Evolução da População Residente

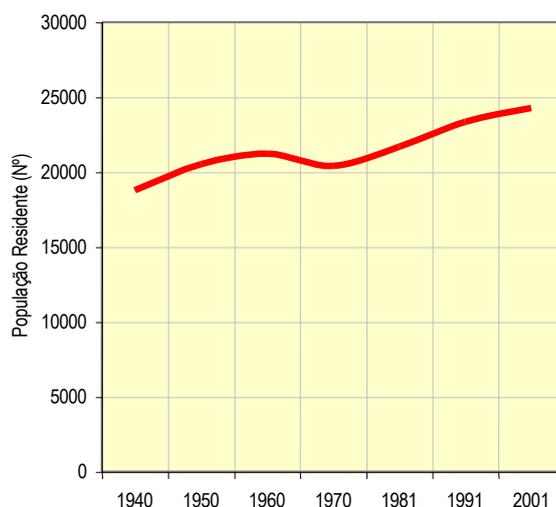
O concelho de Porto de Mós, à semelhança da maioria concelhos do Pinhal Litoral, tem vindo, progressivamente, a ganhar população, segundo informação posterior a 1940. Efectivamente, Porto de Mós, entre 1940 e 2001, ganhou aproximadamente 5500 pessoas (de 18766 habitantes em 1940 passou para 24271 em 2001).

Neste período, apenas se registou uma inflexão do crescimento populacional na década de 60 (Porto de Mós perdeu entre 1960 e 1970, cerca de 800 pessoas), perfeitamente enquadrada no contexto sócio-económico da época, nomeadamente o conflito colonial e a atracção crescente que vinham gerando as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa e os países do centro da Europa.

A incidência conjunta destes fenómenos levou a uma grande mobilização de emigrantes. Contudo, este contexto nacional descrito, sobretudo incidindo sobre os concelhos rurais do interior, não afectou de modo muito grave o concelho de Porto de Mós, que logo em 1981, evidencia claros sinais de recuperação demográfica (entre 1970 e 1981, Porto de Mós ganha cerca de 1300 novos residentes).

A década de 80 é palco de um reforço do crescimento concelhio iniciado uma década antes. Com efeito, Porto de Mós cresce 7,6% entre 1981 e 1991. Contudo, na década de 90, apesar de o concelho continuar a aumentar o seu efectivo populacional, emerge um sinal de abrandamento do ritmo de crescimento, consubstanciado num aumento de apenas 4% entre 1991 e 2001 (mais 928 indivíduos).

**Gráfico 5: Evolução da população residente no concelho de Porto de Mós, entre 1940 e 2001**



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001

Nas duas últimas décadas, o concelho de Porto de Mós acompanha a evolução tendencial do conjunto sub-regional em que se insere, posicionando-se, contudo, de forma completamente antagónica em cada uma das décadas. Com efeito, se na década de 80 é o concelho que mais cresce do Pinhal Litoral (8%) contra 3% da sub-região, na década seguinte é o que menos cresce, apresentando por isso uma dimensão do crescimento bastante inferior (4%) à registada pelo Pinhal Litoral (12,5%).

**Quadro 15: Evolução da população residente nos concelhos da sub-região Pinhal Litoral, entre 1981 e 2001**

Unidade Territorial	População Residente			Taxa de Variação	
	1981	1991	2001	1981/91	91/2001
Sub-região de Pinhal Litoral	215816	223025	250990	3.3	12.5
Batalha	12588	13329	15002	5.9	12.6
Leiria	96517	102762	119847	6.5	16.6
Marinha Grande	31284	32234	35571	3.0	10.3
Pombal	53727	51357	56299	-4.4	9.6
Porto de Mós	21700	23343	24271	7.6	4.0

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001

Em termos relativos, e apesar do aumento populacional verificado, o concelho de Porto de Mós vê o seu peso diminuído no total sub-regional: enquanto que, em 1991, cerca de 10,5% da população total do Pinhal Litoral residia no concelho de Porto de Mós, em 2001, esse valor desce para 9,7%, verificando um peso ainda inferior aos 10% registados duas décadas antes (1981).

Quadro 16: Evolução do peso demográfico do concelho de Porto de Mós no Pinhal Litoral

Unidade Territorial	1981		1991		2001	
	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)
Sub-região de Pinhal Litoral	215816	-	223025	-	250990	-
Concelho de Porto de Mós	21700	10.0	23343	10.5	24271	9.7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991, 2001

A análise da escala intra-concelhia permite identificar os grandes traços da evolução demográfica, por freguesias (cf. Figuras e Quadro seguintes). Assim, individualizam-se quatro grupos de freguesias com comportamentos semelhantes:

### I. Freguesias em tendencial regressão demográfica

- a freguesia de **Alcaria** representa 1,1% da população do concelho em 2001 e tem registado desde 1940 progressivos decréscimos demográficos, tendo perdido, entre aquela data e 2001, 313 residentes;
- a freguesia de **Alvados** representando 2,3% da população concelhia em 2001, regista também desde 1940, sucessivas perdas demográficas, as quais, contudo, não são muito significativas em termos absolutos, situando-se desde 1970, entre valores de população que variam entre os 550 e 570 habitantes, estando desta forma relativamente estabilizada em termos demográficos;
- a freguesia de **Arrimal** representa 3,1% da população concelhia e tem registado decréscimos demográficos relativos poucos significativos desde 1970, no entanto entre 1981 e 1991, essa tendência regressiva acentuou-se (perdeu 8,3% da população);
- a freguesia de **São Bento** representando 3,9% da população concelhia em 2001, tem vindo a perder progressivamente população desde 1960, não sendo contudo significativas, em termos absolutos, essas perdas;

### II. Freguesias em tendencial regressão demográfica mas significativa inversão na década de 90

- a freguesia de **Alqueidão da Serra** representa 7,5% da população concelhia em 2001, tendo crescido entre 1940 e 1960, embora desde esta data tenha perdido significativos quantitativos populacionais (entre aquela data e 1991 perdeu 511 pessoas), tendo apresentado, contudo, na década de 90 sinais de recuperação, crescendo 2,6%;
- a freguesia de **Mendiga** representa 4,2% da população concelhia em 2001 e tem registado sucessivas perdas demográficas desde 1960, as quais, em termos absolutos, não são muito significativas, contudo, na década de 90, apresentou claros sinais de recuperação, tendo aumentado 8,3%;
- a freguesia de **Serro Ventoso** representando 4,6% da população concelhia em 2001, tem apresentado um comportamento idêntico à freguesia de Mendiga, registando sucessivas perdas demográficas desde

1960, não muito significativas em termos absolutos. Esta tendência é invertida contudo, na década de 90, tendo ganho cerca de 80 pessoas nos últimos 10 anos;

### III. Freguesias em tendencial ascensão demográfica

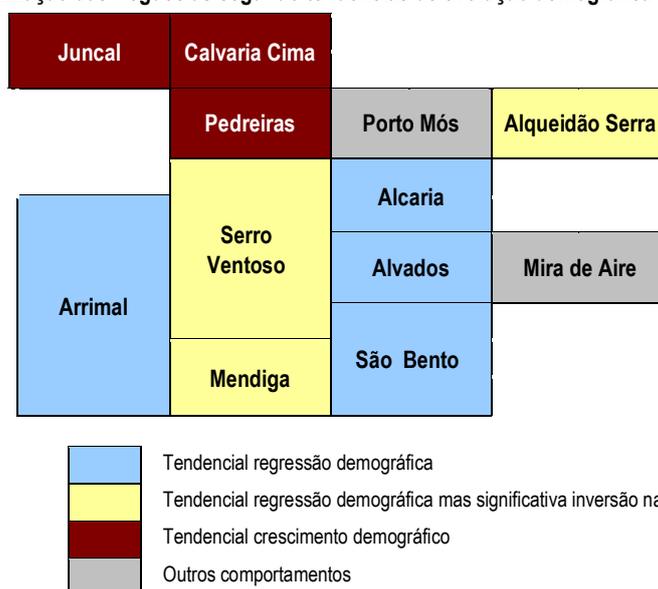
- as freguesias de **Calvaria de Cima**, **Juncal** e **Pedreiras**, representando 9%, 13,4% e 10,9%, respectivamente, da população concelhia, são as três freguesias mais populosas depois de Mira de Aire e São Pedro e São João Baptista (estas últimas consideradas conjuntamente). Têm registado progressivos acréscimos demográficos desde 1940 (com uma única exceção para Pedreiras e Juncal, que perderam população entre 1960/70), cuja dinâmica demográfica está fortemente associada à dinâmica económica, beneficiadas que estão pelas acessibilidades ao exterior e, conseqüentemente, por serem detentoras de maiores possibilidades de desenvolvimento económico e demográfico.

### IV. Freguesias com outros comportamentos

- a freguesia de **Mira de Aire** é a freguesia mais populosa do concelho e representa, em 2001, 16% do total. Tem vindo, desde 1940, a ser palco de sucessivos acréscimos demográficos, embora a ritmos ligeiramente mais moderados a partir de 1970. Contudo, na década de 90, fecha-se um longo período de ascensão e regista-se uma inversão da tendência, consubstanciada num decréscimo de 2,7% (cerca de 100 pessoas);

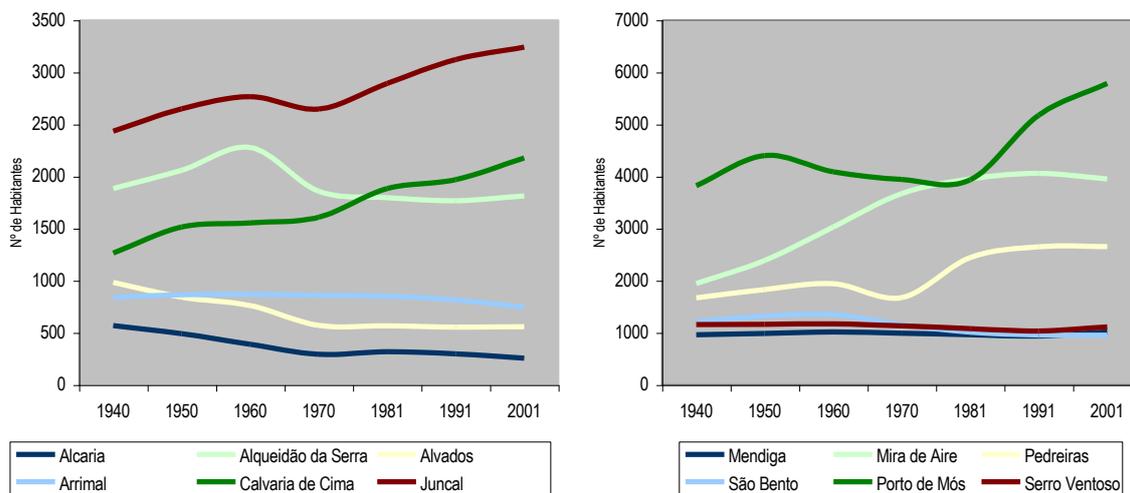
as freguesias de **São Pedro** e **São João Baptista** (Porto de Mós), se consideradas conjuntamente, representam 24% da população concelhia em 2001. Depois de um período de claro declínio demográfico, registado entre 1950 e 1981, inverteram esta tendência e tem crescido significativamente entre 1981 e 2001 (ganharam neste período cerca de 1900 pessoas).

Quadro 17: Localização das freguesias segundo tendências de evolução demográfica desde 1940 a 2001



Fonte: Plural

Gráfico 6: Evolução da População por freguesias, no concelho de Porto de Mós, entre 1940 e 2001



Fonte: INE, RGP, 1940 a 2001

Veja-se o quadro seguinte:

Quadro 18: Evolução da população residente no concelho de Porto de Mós, por freguesias, entre 1940 e 2001

Freguesias	População Residente							Taxa de Variação (%)					
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Alcária	569	492	389	293	319	298	256	-13.5	-20.9	-24.7	8.9	-6.6	-14.1
Alqueidão Serra	1885	2060	2278	1860	1797	1767	1813	9.3	10.6	-18.3	-3.4	-1.7	2.6
Alvalados	984	843	761	572	567	554	558	-14.3	-9.7	-24.8	-0.9	-2.3	0.7
Arrimal	841	866	869	861	853	815	747	3.0	0.3	-0.9	-0.9	-4.5	-8.3
Calvaria Cima	1266	1515	1556	1610	1884	1969	2179	19.7	2.7	3.5	17.0	4.5	10.7
Juncal	2434	2649	2766	2647	2893	3122	3241	8.8	4.4	-4.3	9.3	7.9	3.8
Mendiga	961	987	1019	991	963	938	1016	2.7	3.2	-2.7	-2.8	-2.6	8.3
Mira de Aire	1948	2388	3029	3674	3952	4060	3951	22.6	26.8	21.3	7.6	2.7	-2.7
Pedreiras	1670	1829	1943	1675	2445	2652	2655	9.5	6.2	-13.8	46.0	8.5	0.1
São Bento	1223	1320	1350	1153	1013	957	953	7.9	2.3	-14.6	-12.1	-5.5	-0.4
Porto de Mós (*)	3824	4402	4090	3943	3936	5179	5788	15.1	-7.1	-3.6	-0.2	31.6	11.8
Serro Ventoso	1161	1164	1170	1133	1078	1032	1114	0.3	0.5	-3.2	-4.9	-4.3	7.9
<b>TOTAL</b>	<b>18766</b>	<b>20515</b>	<b>21220</b>	<b>20412</b>	<b>21700</b>	<b>23343</b>	<b>24271</b>	<b>9.3</b>	<b>3.4</b>	<b>-3.8</b>	<b>6.3</b>	<b>7.6</b>	<b>4.0</b>

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

O número de famílias residentes em Porto de Mós aumentou 12% no espaço de uma década, verificando-se um acréscimo de 896 famílias entre 1991 e 2001, contudo, a um ritmo significativamente inferior ao da sub-região em que se insere (26%).

Tendo em conta que a população apenas cresceu 4%, facilmente se depreende que a dimensão média das famílias neste concelho diminuiu. De uma dimensão média de 3,1, em 1991, passa-se para uma dimensão média de 2,9 pessoas/família, em 2001, significando que há mais famílias, mas estas são constituídas por menos indivíduos (cf. Quadro).

Contudo, a diminuição da dimensão média das famílias verificada em Porto de Mós, registou um ritmo inferior ao do Pinhal Litoral, que viu evoluir esses valores numa década (1991/2001), de 3,1 para 2,7 pessoas por família, tendo sido os concelhos de Leiria e Pombal os que registaram as maiores diminuições da dimensão média das famílias.

Através de uma análise global das freguesias do concelho, encontram-se algumas discrepâncias na dimensão média das famílias, sendo que a freguesia que apresenta uma menor dimensão média é a de Alcaria (2,2) e as que apresentam uma maior dimensão média são Arrimal, Juncal e Pedreiras, todas com uma dimensão média de 3,0 pessoas /família.

**Quadro 19: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1981 e 2001**

Freguesias	Número de Famílias (**)			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	1981	1991	2001
Alcaria	135	124	114	-8.1	-8.1	2.4	2.4	2.2
Alqueidão da Serra	522	591	640	13.2	8.3	3.4	3.0	2.8
Alvados	198	204	215	3.0	5.4	2.9	2.7	2.6
Arrimal	239	245	253	2.5	3.3	3.6	3.3	3.0
Calvaria de Cima	560	622	762	11.1	22.5	3.4	3.2	2.9
Juncal	879	983	1068	11.8	8.6	3.3	3.2	3.0
Mendiga	308	322	371	4.5	15.2	3.1	2.9	2.7
Mira de Aire	1222	1353	1454	10.7	7.5	3.2	3.0	2.7
Pedreiras	734	818	888	11.4	8.6	3.3	3.2	3.0
São Bento	353	339	348	-4.0	2.7	2.9	2.8	2.7
Porto de Mós (*)	1192	1654	1993	38.8	20.5	3.3	3.1	2.9
Serro Ventoso	334	340	385	1.8	13.2	3.2	3.0	2.9
<b>Total Concelho</b>	<b>6676</b>	<b>7595</b>	<b>8491</b>	<b>13.8</b>	<b>11.8</b>	<b>3.3</b>	<b>3.1</b>	<b>2.9</b>
<b>Sub-região de Pinhal Litoral</b>	<b>-</b>	<b>72423</b>	<b>91755</b>	<b>-</b>	<b>26.7</b>	<b>-</b>	<b>3.1</b>	<b>2.7</b>

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro (\*\*) Famílias Clássicas + Famílias Institucionais

A referência à evolução do número de famílias é muito importante do ponto de vista, não só do seu significado puramente demográfico, mas também no âmbito da programação do parque habitacional, na medida em que esta evolução, no sentido da diminuição da dimensão das famílias, produzirá uma importante pressão na produção habitacional e, conseqüentemente, na própria definição dos perímetros urbanos.

### 3.1.4 Componentes do Crescimento: Crescimento Natural e Crescimento Migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efectivo) e provoca modificações nas respectivas estruturas etárias. A maior ou menor intensidade de actuação de cada uma das componentes do crescimento determina diferentes níveis de crescimento e, conseqüentemente, diferentes alterações na estrutura etária.

Se o crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o saldo migratório mede a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é ou não atractivo ou repulsivo do ponto de vista demográfico.

Não obstante o tendencial declínio da taxa de natalidade (passou de 14.8‰, em 1981, para 10.6‰, em 2001) e a relativa ascensão da taxa de mortalidade (incrementada sobretudo pelo crescente aumento da população com mais de 65 anos), o crescimento natural, como um dos elementos responsáveis pela variação demográfica, tem exercido uma importante influência na evolução populacional de Porto de Mós, com especial importância na década de 90.

**Quadro 20: Indicadores demográficos no concelho de Porto de Mós e no Pinhal Litoral**

Taxas (‰)	1981	1989	1995	1999
<b>Taxa de Natalidade</b>				
Porto de Mós	14.8	9.8	-	10.7
Pinhal Litoral	-	-	11.0	12.2
<b>Taxa de Mortalidade</b>				
Porto de Mós	9.7	8.8	-	11.2
Pinhal Litoral	-	-	9.3	10.2

Fonte: PDM em vigor, INE, Anuário Estatístico, 2000; INE, Estimativas da População Residente em 1990-1995

A emigração, constituindo o principal factor de evolução demográfica nos anos sessenta e princípios dos 70 (embora longe de atingir em Porto de Mós os efeitos provocados na maioria dos concelhos rurais do interior), contribuiu, inicialmente, para o declínio da população e, posteriormente, para a redução do saldo fisiológico, através de efeitos indirectos sobre a natalidade e a mortalidade. Os efeitos sobre a natalidade derivaram da ausência dos escalões etários potencialmente procriadores (os estratos populacionais emigrados). Os efeitos sobre a mortalidade traduziram-se em termos relativos, na medida em que aumentou a proporção de idosos no total (população que ficou) e, por inerência, os óbitos.

A emigração terá, contudo, diminuído substancialmente ou mesmo cessado nos finais dos anos 70 devido à conjugação de dois factores: alteração das condições de atracção exercidas pelo principal país de destino e desenvolvimento de factores de atracção local, o que em conjunto com o retorno de residentes das ex-colónias, terão contribuído para uma regressão do factor migratório.

É assim que, na década de 70, o crescimento natural deverá ter readquirido o principal factor de evolução demográfica, embora já na década seguinte (81/91) tenha de novo sido ultrapassada pelo crescimento migratório, que desta vez passou claramente a positivo (cf. Quadro seguinte).

Nova alteração se verifica na década seguinte (1991/2001), em que o crescimento natural adquire importância significativa no crescimento efectivo, já que o crescimento migratório é novamente negativo.

Interessando conhecer a evolução mais recente dos factores que têm justificado a evolução demográfica, o quadro seguinte tem sistematizado o crescimento efectivo e as componentes desse crescimento nas décadas de 80 e 90, no concelho de Porto de Mós, enquadrados pela evolução ocorrida a nível sub-regional, sendo de destacar, grosso modo, os seguintes aspectos:

#### **a nível concelhio**

- na década de 80, o crescimento efectivo na ordem dos 7,6% teve como suporte tanto o crescimento natural (os nascimentos foram superiores aos óbitos em 708) como o crescimento migratório. Entraram no concelho, entre 1981 e 1991, cerca de 935 pessoas;
- de acordo com os Resultados Preliminares dos Censos 2001, na década de 90, registou-se uma muito significativa alteração no comportamento das componentes de crescimento demográfico, relativamente à década anterior. Com efeito, não obstante o crescimento efectivo inferior na década de 90, o crescimento natural foi superior tanto em termos relativos como absolutos (o diferencial entre os óbitos e os nascimentos foi de 976 indivíduos). Em contrapartida, o crescimento migratório, que na década de 80, tinha sido largamente positivo, foi, nesta década, negativo (o saldo entre as entradas e as saídas de população foi de -64 indivíduos). O comportamento do crescimento migratório entre 1991 e 2001 tem implícito a efectiva perda de capacidade de captação e fixação da população no concelho de Porto de Mós, possivelmente em detrimento de concelhos mais atractivos da sub-região como o são Leiria e Pombal.

#### **a nível sub-regional**

- na década de 80, todos os concelhos do Pinhal Litoral, à excepção de Pombal, tinham registado crescimentos efectivos positivos, tendo sido o concelho de Porto de Mós o que mais cresceu em termos relativos, neste período. O crescimento natural foi positivo em todos os concelhos da sub-região, contrariamente ao que sucedeu com o crescimento migratório, que foi globalmente negativo, com papel preponderante do concelho de Pombal (perdeu cerca de 3400 residentes), destacando-se Porto de Mós como sendo o concelho que maiores ganhos populacionais obteve naquela década;
- na década de 90, todos os concelhos da sub-região registaram crescimentos positivos, predominantemente justificados pelo comportamento do crescimento migratório, cuja única excepção foi precisamente o concelho de Porto de Mós; efectivamente, o saldo entre as entradas e as saídas no concelho foi negativo (-64 indivíduos). Neste contexto, os concelhos de Leiria e Pombal foram os concelhos largamente mais atractivos em termos de captação e fixação de população.

Quadro 21: População Residente e Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001

Unidade Territorial	POPULAÇÃO RESIDENTE						1981-1991						1991-2001					
	1981		1991		2001		Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório		Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PORTUGAL	9833014	100	9862670	100	10318084	100	29656	0,3	354104	3,6	-324448	-3,3	450937	4,6	89834	0,9	361103	3,7
CENTRO	1763119	17,9	1721541	17,4	1779672	17,2	-41578	-2,4	23276	1,3	-64854	-3,7	58022	3,4	-30198	-1,8	88220	5,1
<b>PINHAL LITORAL</b>	<b>215816</b>	<b>12,2</b>	<b>223025</b>	<b>13</b>	<b>248931</b>	<b>14</b>	<b>7209</b>	<b>3,3</b>	<b>9510</b>	<b>4,4</b>	<b>-2301</b>	<b>-1,1</b>	<b>25906</b>	<b>11,6</b>	<b>4365</b>	<b>2</b>	<b>21541</b>	<b>9,7</b>
Batalha	12588	5,8	13329	6	14995	6	741	5,9	602	4,8	139	1,1	1666	12,5	691	5,2	975	7,3
Leiria	96517	44,7	102762	46,1	119319	47,9	6245	6,5	6188	6,4	57	0,1	16557	16,1	3405	3,3	13152	12,8
Marinha Grande	31284	14,5	32234	14,5	34092	13,7	950	3	989	3,2	-39	-0,1	1858	5,8	361	1,1	1497	4,6
Pombal	53727	24,9	51357	23	56270	22,6	-2370	-4,4	1023	1,9	-3393	-6,3	4913	9,6	-1068	-2,1	5981	11,6
<b>Porto de Mós</b>	<b>21700</b>	<b>10,1</b>	<b>23343</b>	<b>10,5</b>	<b>24255</b>	<b>9,7</b>	<b>1643</b>	<b>7,6</b>	<b>708</b>	<b>3,3</b>	<b>935</b>	<b>4,3</b>	<b>912</b>	<b>3,9</b>	<b>976</b>	<b>4,2</b>	<b>-64</b>	<b>-0,3</b>

Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991, INE, 1993; Censos 2001 (Resultados Preliminares), INE, 2002

### 3.1.5 Estrutura Etária da População: Grupos Funcionais e Índices Resumo

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país) na medida em que, as diferentes saliências ou reentrâncias, reflectem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem); 15-64 anos (população em idade activa); e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida activa.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências são directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida.

A queda da fecundidade está, cada vez mais, identificada com o contexto sócio-económico da sociedade portuguesa e menos explicada por factores puramente demográficos. Está, pois, em causa, uma crescente aceitação de novos parâmetros de qualidade de vida. Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma consequência inevitável da evolução da ciência e da tecnologia.

Estas tendências começam lentamente a repercutir-se no concelho de Porto de Mós. Efectivamente, começam a manifestar-se sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente com a diminuição da proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos) e com o aumento dos idosos (idades superiores a 65 anos), reflectindo-se numa estrutura etária em fase de envelhecimento.

Sendo uma tendência generalizada, a nível nacional, o fenómeno do envelhecimento demográfico, nomeadamente, no que diz respeito ao aumento dos idosos, importa salientar algumas conclusões do estudo realizado pelo INE: “*As Gerações mais Idosas*”, Série de Estudos n.º 83, 1999, onde se conclui que:

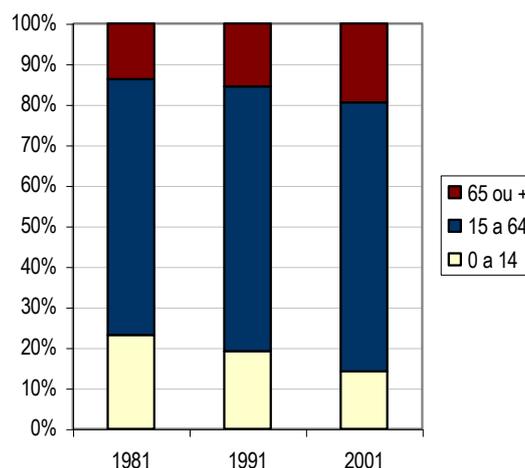
- “o número de pessoas idosas residente em Portugal mais que duplicou, nos últimos quarenta anos, provocando o alargamento do topo da pirâmide etária. A população idosa é predominantemente feminina;
- o ritmo de crescimento da população idosa é mais acelerado do que o da população total, sobretudo nas idades mais avançadas;
- a estrutura etária continuará a sofrer alterações nos próximos anos, prevendo-se que o fenómeno do envelhecimento demográfico se acentue e a população idosa ultrapasse em número a população jovem, entre 2010 e 2015;

- a população idosa reforçará assim a sua importância relativa e a sua tendência de envelhecimento no futuro próximo;
- as famílias unipessoais de idosos têm crescido nos últimos anos, principalmente as famílias unipessoais de mulheres; (...)"

Apesar de Porto de Mós ter, ainda hoje, uma importante percentagem de jovens, muito próxima da registada pela sub-região de Pinhal Litoral, não é, contudo, alheio ao processo de envelhecimento da população que caracteriza a área em que se insere, pois verifica-se que, desde os anos 80, os grupos mais idosos estão a aumentar e os mais jovens a registar decréscimos dos respectivos pesos relativos. A figura seguinte permite visualizar com clareza essa evolução.

A tendência desta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

**Gráfico 7: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001**



Fonte: INE, Alterações demográficas nas regiões portuguesas entre 1981-1991; INE, Censos 2001

Em traços gerais, a evolução mais recente (últimas duas décadas) da distribuição da população, por grupos etários, é a seguinte:

- diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 24,5% do total da população, em 1981, para 20,1% em 1991 e, para 16,1%, em 2001;
- ligeiro aumento da população em idade activa (14-65 anos), passando de 63,7%, em 1981, para 66,3%, em 2001;

- aumento mais acentuado do grupo dos idosos (65 e mais anos) que, de 11,9 %, em 1981, passa para 14,1%, em 1991, e para 17,5%, em 2001.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Porto de Mós, acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais velho do que a sub-região do Pinhal Litoral (cf. Quadro). Com efeito, Porto de Mós, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma proporção de jovens aproximadamente idêntica, mas uma maior proporção de idosos.

A observação destas variáveis numa perspectiva dinâmica permite ajustar equipamentos e serviços às necessidades actuais e previstas.

**Quadro 22: Variação da estrutura etária da população residente no Pinhal Litoral, entre 1981 e 2001 (%)**

Unidade Territorial	1981			1991			2001		
	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65
Região Centro	24.1	61.8	14.1	19.1	64.3	16.6	15.0	65.6	19.4
Pinhal Litoral	25.9	64.0	10.0	20.2	67.0	12.8	16,3	67,8	15,9
Batalha	24.5	64.9	10.6	20.0	66.0	14.0	16,7	66,5	16,8
Leiria	27.0	64.3	8.7	21.3	67.4	11.3	17,2	69,0	13,9
Marinha Grande	25.6	65.8	8.6	18.3	70.4	11.3	14,8	69,9	15,4
Pombal	25.0	62.8	12.3	19.3	64.8	15.9	15,6	64,9	19,5
<b>Porto de Mós</b>	<b>24.5</b>	<b>63.7</b>	<b>11.9</b>	<b>20.1</b>	<b>65.8</b>	<b>14.1</b>	<b>16,1</b>	<b>66,4</b>	<b>17,5</b>

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, INE, 1981, 1991, 2001

Internamente, numa análise ao conjunto das freguesias do concelho, destacam-se os seguintes grupos de comportamentos:

- freguesias duplamente mais envelhecidas (com menores proporções de jovens e maiores proporções de idosos): Alcária, Alvados e São Bento;
- freguesias com peso de população jovem superior à média concelhia: Pedreiras, Arrimal e Porto de Mós (São Pedro e São João Baptista) e Juncal;
- freguesias com importante peso de população em idade activa (superior à média concelhia): Calvaria, Juncal, Mira de Aire e Porto de Mós (São Pedro e São João Baptista).

**Quadro 23: Estrutura Etária da População do concelho de Porto de Mós, por freguesia, em 2001**

Freguesias	0 –14 anos	15-64 anos	> 65 anos
Alcaria	8,2	56,3	35,5
Alqueidão da Serra	16,1	62,1	21,8
Alvados	13,4	61,6	24,9
Arrimal	17,5	66,9	15,5
Calvaria de Cima	15,0	70,5	14,5
Juncal	16,7	68,5	14,8
Mendiga	15,4	64,7	20,0
Mira de Aire	15,1	67,9	17,0
Pedreiras	17,6	64,8	17,6
São Bento	13,7	61,0	25,3
Porto de Mós	17,2	67,5	15,3
Serro Ventoso	16,0	63,3	20,7
<b>TOTAL</b>	<b>16,1</b>	<b>66,4</b>	<b>17,5</b>

Fonte: INE, Censos 2001

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa em índices resumo das estruturas populacionais. Estes índices são normalmente apresentados para medir a dependência e o envelhecimento da população.

Os índices de dependência são utilizados para medir a relação existente entre a população nas idades não activas e a população em idade activa. O índice de dependência de jovens mede os efectivos dos 0 aos 14 anos a cargo de cada 100 indivíduos dos 15 aos 64 anos; da mesma forma, o índice de dependência de idosos mede o número de pessoas com 65 e mais anos cujo encargo recai em cada 100 indivíduos em idade activa. O índice de dependência total é a soma dos dois anteriores, ou seja, cada 100 indivíduos em idade activa tem a cargo determinado número de jovens e de idosos.

O índice de envelhecimento é um dos indicadores mais utilizados para medir o estado de envelhecimento ou rejuvenescimento da população em determinado momento, e representa o número de idosos (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0 aos 14 anos).

Os índices resumo, como o próprio nome sugere, sintetizam o “estado” da população de determinado território e pretendem medir, os já referidos níveis de dependência e envelhecimento.

Em Porto de Mós, entre 1981 e 2001, a evolução pode traduzir-se, genericamente, da seguinte forma:

- significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 39, em 1981 para 24, em 2001);
- ligeiro aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 19 para 26);

- em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 49, em 1981 para 108, em 2001.

**Quadro 24: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos do Pinhal Litoral (1981, 1991 e 2001)**

Unidade Territorial	Dependência de Jovens			Dependência de Idosos			Dependência Total			Índice de Envelhecimento		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
	Região Centro	39	29.7	22.9	22.8	25.9	29.7	61.8	55.5	52.6	58.6	87.2
Pinhal Litoral	40.1	30.1	24,1	15.6	19.1	23,4	56.1	49.2	47,5	38.7	63.4	97,1
Batalha	37.8	30.3	25,1	16.3	21.3	25,2	54.1	51.6	50,3	43.1	70.3	100,5
Leiria	42.1	31.6	24,9	13.6	16.7	20,1	55.7	48.3	45,0	32.3	52.9	80,8
Marinha Grande	38.8	25.9	21,1	13.1	16.1	22,0	51.9	42	43,1	33.8	61.9	104,1
Pombal	39.8	29.7	24,0	19.6	24.5	30,1	59.3	54.3	54,1	49.2	82.5	125,3
<b>Porto de Mós</b>	<b>38.5</b>	<b>30.5</b>	<b>24,2</b>	<b>18.7</b>	<b>21.5</b>	<b>26,3</b>	<b>57.2</b>	<b>52</b>	<b>50,5</b>	<b>48.6</b>	<b>70.4</b>	<b>108,4</b>

Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991, INE, 1993; INE, Censos 2001

No contexto sub-regional, Porto de Mós destaca-se do conjunto do Pinhal Litoral por possuir um maior índice de dependência de idosos e por um também superior índice de envelhecimento (em termos comparativos, Porto de Mós tem mais 11 velhos por cada 100 jovens do que o Pinhal Litoral).

As freguesias com maiores índices de dependência de idosos, de dependência total (por força, sobretudo, do peso da população com mais de 65 anos) e de envelhecimento são as já referidas Alcaria, Alvados e São Bento.

**Quadro 25: Índices de evolução da estrutura etária por freguesias, em 2001**

Freguesias	Dependência de Jovens	Dependência de Idosos	Dependência Total	Índice de Envelhecimento
Alcaria	14,6	63,2	77,8	433,3
Alqueidão da Serra	25,9	35,1	61,0	135,3
Alvados	21,8	40,4	62,2	185,3
Arrimal	26,2	23,2	49,4	88,5
Calvaria de Cima	21,3	20,5	41,8	96,3
Juncal	24,4	21,6	46,0	88,7
Mendiga	23,7	30,9	54,6	130,1
Mira de Aire	22,2	25,0	47,3	112,8
Pedreiras	27,1	27,1	54,3	100,0
São Bento	22,5	41,5	64,0	184,0
Porto de Mós	25,4	22,7	48,1	89,1
Serro Ventoso	25,2	32,8	58,0	129,8
<b>Total</b>	<b>24,2</b>	<b>26,3</b>	<b>50,5</b>	<b>108,4</b>

Fonte: Valores obtidos a partir de cálculos próprios, com base nos Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População, 2001, INE

O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, o índice de envelhecimento.

### 3.1.6 Síntese Conclusiva

O concelho de Porto de Mós tem vindo a registar **acréscimos demográficos sucessivos**. Desde 1940 até 2001, viu aumentar os seus efectivos em aproximadamente 5500 indivíduos, contando hoje com 24271 habitantes, conforme indicam os Censos 2001. A única excepção à curva demográfica ascendente foi a inflexão registada na década de 60, no entanto, perfeitamente justificada e enquadrada no contexto sócio-económico da época.

Desde então até aos nossos dias, o concelho tem registado dinâmicas demográficas positivas, não obstante a **última década** ter sido palco de **um relativo abrandamento do ritmo de crescimento**, ou seja, embora aumentando o seu número de habitantes, cresceu relativamente menos do que na década de 80.

E se na década de 80 foram **responsáveis pelo crescimento** verificado, tendo o crescimento natural como o migratório, na década de 90, o único responsável pelo crescimento efectivo de 4% do concelho, **foi exclusivamente o crescimento natural**, já que o saldo migratório foi negativo.

O comportamento descrito das componentes de crescimento indicia uma efectiva **perda da capacidade atractiva e de fixação de população**, registada em períodos anteriores.

Nas duas últimas décadas, o concelho de **Porto de Mós acompanha a evolução tendencial do conjunto sub-regional** em que se insere, posicionando-se, contudo, de forma completamente antagónica em cada uma das décadas. Com efeito, se na década de 80 é o concelho que mais cresce do Pinhal Litoral (8%), contra 3% da sub-região, na década seguinte é o que menos cresce, apresentando, por isso, uma dimensão do crescimento bastante inferior (4%) à registada pelo Pinhal Litoral (12%).

Esta evolução recente tem tradução na perda de importância relativa no contexto regional. Com efeito, enquanto que em 1991 cerca de 10,5% da população total do Pinhal Litoral residia no concelho de Porto de Mós, em 2001, esse valor desce para 9,7%, verificando um peso ainda inferior aos 10% registados duas décadas antes (1981).

Em termos de **distribuição territorial**, é possível identificar dinâmicas espaciais distintas:

- a) as freguesias de **Alcaria, Alvados, São Bento e Arrimal**, encontram-se em progressiva regressão demográfica, sendo também as que possuem menores volumes populacionais;
- b) **Alqueidão da Serra, Mendiga e Serro Ventoso**, com comportamentos tendencialmente recessivos, registaram uma inversão desta tendência, apresentando crescimentos positivos na década de 90;
- c) as freguesias de **Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras, São João Baptista, São Pedro e Mira de Aire** são inequivocamente as mais dinâmicas em termos demográficos e económicos, não

obstante a freguesia de Mira de Aire ter registado uma ligeira perda demográfica, na década de 90.

Um facto de assinalar é a tendencial diminuição da dimensão média das famílias, em resultado de um crescimento das famílias superior ao crescimento do número de habitantes. De uma dimensão média de 3,3 em 1981, passa-se para 2,9 pessoas/família em 2001, significando que há mais famílias mas que estas são constituídas por menos indivíduos. A amplitude da diminuição da dimensão média das famílias no concelho de Porto de Mós é, contudo, inferior à registada pelo Pinhal Litoral.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências, directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida, começam lentamente a repercutir-se no concelho de Porto de Mós. Efectivamente, começam a manifestar-se sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente, no espaço de apenas duas décadas, com a diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 24,5% do total da população, em 1981, para 16,1%, em 2001 e com um aumento acentuado da população idosa (65 e mais anos) que, de 11,9 %, em 1981, passa para 17,5%, em 2001.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Porto de Mós acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais velho do que a sub-região do Pinhal Litoral (cf. Quadro). Com efeito, Porto de Mós, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma proporção de jovens aproximadamente idêntica, mas uma maior proporção de idosos.

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa nos designados Índices-resumo das estruturas populacionais. Estes índices, como o próprio nome sugere, sintetizando o “estado” da população de determinado território e medindo os níveis de dependência e envelhecimento, podem traduzir-se genericamente, entre 1981 e 2001, da seguinte forma: significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 39 em 1981 para 24 em 2001; ligeiro aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 19 para 26); em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 49, em 1981 para 109, em 2001.

O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, o índice de envelhecimento.

## 3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA

### 3.2.1 Introdução

A abordagem deste sub-capítulo assenta, basicamente, na actualização possível dos elementos estatísticos que permitem **identificar os aspectos mais relevantes da evolução recente**, posterior à abordagem realizada no PDM em vigor (1993), da estrutura sócio-económica do concelho de Porto de Mós, sendo certo que estruturalmente não se verificaram alterações significativas relativamente ao cenário, então, traçado. Para tal, parte-se da transcrição da síntese da caracterização económica do PDM em vigor, para, de seguida, se identificarem, de forma sucinta, os aspectos mais relevantes da estrutura sócio-económica concelhia.

Com base nesta abordagem, apresentar-se-á, na próxima fase do Plano, a sistematização das debilidades e potencialidades do concelho, a partir das quais se apontarão os vectores estratégicos de desenvolvimento concelhio.

As fontes de informação utilizadas foram várias, tendo em conta que não existe um sistema estatístico que agregue toda a informação necessária a uma abordagem como esta. Deste facto decorre a utilização e referência a distintas datas, o que nem sempre permite análises comparativas ou de causa-efeito, precisamente pela existência de hiatos temporais entre a vária informação. Contudo, os dados mais recuados, e só utilizados pontualmente, para caracterizar a situação actual, referem-se a 1991 (Censos 91, INE).

Os Resultados Provisórios do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação já estão disponíveis, mas, para além do conhecimento da população residente em 2001 e dos níveis de instrução (concelho e freguesias), não contribuem com mais nenhuma informação para a análise em causa, estando ainda por conhecer, entre os mais importantes, os dados referentes à população segundo a sua condição perante a actividade económica, bem como a população activa por sectores de actividade económica.

Assim, as fontes de informação utilizadas foram:

- PDM em vigor;
- XIII Recenseamento Geral da População, INE, 1991;
- XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001 ;
- Recenseamento Geral da Agricultura, INE, 1999;
- Quadros do Pessoal do Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1995 e 1999;
- Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, INE, 1999;
- Anuário Estatístico da Região Centro, INE, 2000;

- Centro de Emprego de Leiria;
- GADIL (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais);
- Câmara Municipal.

Muita da informação utilizada para caracterizar a estrutura económica do concelho, nomeadamente, a análise da estrutura da ocupação da população empregada e do número de estabelecimentos por sectores de actividade, segundo a CAE-Rev.2, é proveniente dos Quadros de Pessoal, DETEFP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

De acordo com o regime legal vigente (Dec. Lei n.º 332/93, de 25 de Setembro), as entidades abrangidas pelo seu âmbito de aplicação, estão obrigadas ao envio anual, durante o mês de Novembro, ao Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), do mapa dos Quadros de Pessoal, com dados actualizados, referentes ao mês de Outubro anterior. O tratamento e apuramento estatístico, a que estes dados são sujeitos, constituem a base mais actualizada a nível concelhio, de entre as estatísticas que incidem sobre as actividades industriais.

Esta fonte estatística considera o emprego no sector formal da economia, ou seja, aquele que tem lugar em unidades empresariais com pessoas ao serviço, o que resulta numa sub-avaliação, quer do total dos estabelecimentos, quer do total de pessoas ao serviço e, sobretudo, no âmbito dos sectores primário e terciário, onde as empresas em nome individual, sem pessoal, apresentam um peso elevado. Contudo, dado ser informação mais recente e desagregada por ramo de actividade é relevante na análise da actividade económica e, em especial, das suas tendências, sendo especialmente importante no presente caso, do concelho de Porto de Mós, dada a importância do sector industrial no concelho.

Para uma análise que incorporasse os dados sobre emprego informal (estabelecimentos por conta própria), embora com muito menor informação, recorreu-se ao Ficheiro Central das Empresas do INE, cuja publicação consta do Anuário Estatístico da Região Centro, também do INE, editado no ano 2000 (publicação mais recente).

### **3.2.2 Síntese da Caracterização Económica do PDM em Vigor <sup>2</sup> (Estudos de Caracterização datados de 1991)**

O concelho de Porto de Mós é um concelho de vocação essencialmente industrial, em que se estima que a população activa no sector secundário constitua actualmente de 54 a 56% do total. O aumento de actividade nos últimos dez anos ter-se-á cifrado em cerca de 25% e terá sido possível graças a alterações estruturais na repartição etária da população que favoreceram os escalões em idade activa (para o que contribuiu

---

<sup>2</sup> Transcrição integral de capítulo do PDM em vigor.

consideravelmente o movimento migratório no sentido do concelho) e a uma entrada progressiva de mão de obra feminina no mercado de trabalho.

O sector primário, em que se estima estarem actualmente empregados de 15 a 18% da população activa, tem uma importância relativamente reduzida na economia do concelho. De acordo com dados do Recenseamento Geral Agrícola de 1979, as especializações do concelho em actividades primárias encontrar-se-iam a nível da produção frutícola (maçãs, sobretudo, mas também pêras) e pecuária (sobretudo suínos, mas também gado bovino e caprino). As produções agrícolas mais importantes seriam o trigo, a aveia, o milho, o milho forrageiro, outras culturas forrageiras, e a uva e a azeitona. A produção florestal seria muito pouco significativa. As indústrias extractivas, não obstante a existência de pedreiras praticamente por todo o concelho, teriam uma produção pouco significativa.

No sector secundário predominam as indústrias transformadoras e dentre estas, as mais importantes são as indústrias têxteis e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos. Estas indústrias conheceram, na década de 80, importantes oscilações conjunturais mas a respectiva produção total foi consideravelmente incrementada entre 1981 e 1989. A produtividade correspondente a estas indústrias ou às outras de menor peso que se encontram no concelho não parece contudo ser muito elevada, estabelecendo-se a respectiva média em valores inferiores à média do distrito. A construção civil, por outro lado, deverá ter conhecido incremento considerável na década, não só devido ao aumento da construção de edifícios de habitação motivado, pelo crescimento populacional importante em algumas das freguesias mas também devido à importância assumida pelo mercado de obras públicas concelhias.

O sector terciário, finalmente, de que se conhece muito poucos dados, deverá ter aumentado a sua importância relativa nos últimos dez anos, empregando actualmente de 28 a 30% dos activos. Tais activos, empregar-se-iam sobretudo no pequeno comércio (incluindo comércio de artigos provenientes da indústria têxtil em ligação com visitas turísticas ao concelho) e na função pública. A actividade turística propriamente dita parece ser muito reduzida.

Em termos espaciais, o concelho apresenta três zonas distintas do ponto de vista demográfico e económico:

- A primeira dessas zonas corresponde às freguesias do noroeste – Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras, São João Baptista e São Pedro – beneficiadas pela proximidade a grandes vias de comunicação e a zonas economicamente mais desenvolvidas pertencentes a concelhos como Batalha, Alcobaça, e Leiria. Este conjunto concentrava já em 1991, mais de 55% da população do concelho, tendo sido nas freguesias que o compõem que se verificou o essencial do desenvolvimento económico e crescimento demográfico nas duas últimas décadas. A actividade industrial surge aqui particularmente importante, nomeadamente nas localidades de Porto de Mós (faianças, malhas, mármore, moldes, pré-esforçados, serração, matadouro), Juncal (faianças,

cerâmica, metalurgia do alumínio e serrelharia, zincagem, serraçomóveis, fabrico de cartão, plástico, lagares), São Jorge (cerâmica, serração, móveis, pré-fabricados e pré-esforçados, viveiros de plantas), Cruz da Légua (grande concentração de cerâmicas várias, vasos, azulejos, e louça artística, olarias, serração e oficina, tapeçaria, pré-esforçados, móveis), Pedreiras (serração, faianças, toldos) e Tremoceira (cerâmicas e lagar de azeite). Porto de Mós, por outro lado, concentra uma parte considerável da actividade terciária do concelho, sobretudo estabelecimentos públicos da Administração Central e Local, agências bancárias e comércio;

- Mira de Aire, que se enquadra numa zona de maior afastamento do litoral e, portanto, mais à margem do surto de desenvolvimento das últimas décadas, congregava 17,5% da população em 1991, que se ocupava fundamentalmente na indústria. A actividade do sector primário era quase inexistente. Essa indústria, que é de implantação antiga (o seu desenvolvimento verificou-se sobretudo até ao final da década de sessenta), está em grande medida ligada ao têxtil (confecção, malhas, colchas, mantas, carpetes, alcatifas, fição de lã algodão, tecidos, tinturaria), embora abranja outras actividades (reparação de máquinas, embalagens, recauchutagem de pneus, aviários);
- As restantes freguesias do concelho partilham uma mesma tendência à depressão demográfica em termos de longo prazo – a respectiva população representava, em 1991, pouco mais de 27% do total concelhio, enquanto que em 1960 concentrava 37% - embora de modo diversificado. Isso estará relacionado não só com diferenças de desenvolvimento mas também com o momento em que os surtos de desenvolvimento industrial, quando os houve, ocorreram, moldando de modo diferente a estrutura etária das freguesias. Em Alqueidão da Serra (serração, oficinas, malhas, móveis) e Alvados (tecidos e têxteis) a actividade industrial é mesmo superior à agrícola, o que também sucede em Mendiga e, provavelmente, em Alcaria. Só em São Bento, Arrimal e Serro Ventoso é que a actividade económica preponderante está no sector primário.

### **3.2.3 Condição perante a Actividade Económica, Ocupação dos Activos, Emprego e Desemprego**

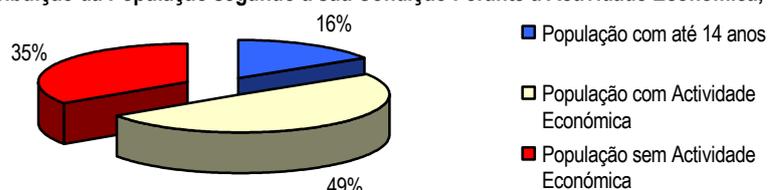
Porto de Mós é um concelho de tradição industrial, fazendo jus à sua integração no distrito de Leiria, o qual, como é sabido, integra uma das mais sólidas redes industriais, materializada numa forte tradição industrial de aproveitamento e valorização dos recursos naturais.

Integrado estatisticamente na sub-região do Pinhal Litoral (para além de Porto de Mós, integra os concelhos de Batalha, Leiria, Pombal e Marinha Grande), o concelho de Porto de Mós é, neste contexto geográfico, juntamente com o concelho de Batalha, o de menor dimensão demográfica e empresarial. Não obstante, numa análise a nível concelhio, este concelho tem registado uma evolução no sentido do reforço e incremento da actividade económica.

Em 2001, os 24 271 residentes no concelho de Porto de Mós, agrupavam-se da seguinte forma, quando analisados em função da sua condição perante a actividade económica:

- população até 14 anos – 16,1%;
- população com actividade económica (população activa - empregada e desempregada) – 49,4%;
- população sem actividade económica, na qual se integram os estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho, e outros casos – 34,5%.

**Gráfico 8: Distribuição da População segundo a sua Condição Perante a Actividade Económica, em 2001**



Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

**Quadro 26: População segundo a Condição perante a Actividade Económica, 1991 e 2001**

Condição perante Actividade Económica		1991 N.º	1991 %	2001 N.º	2001 %
População com Actividade Económica (População Activa)	Empregada	10281	97.3	11593	96.8
	Desempregada	284	2.7	388	3.2
	Total	10565	100	11981	100
População sem Actividade Económica	Estudante	2051	22.1	1543	18.4
	Doméstica	2166	23.4	1410	16.8
	Reformada	4194	45.2	4684	55.9
	Incapac. p/ o Trabalho	191	2.1	327	3.9
	Outras	667	7.2	417	5.0
	Total	9269	100	8381	100
<b>População Total do Concelho</b>		23343	-	24271	-

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Analisando outros indicadores do mercado de trabalho verifica-se que a população activa total em Porto de Mós totalizava os 11 981 indivíduos (mais 1416 pessoas que em 1991), sendo a taxa de actividade de 49,4% (em 1991 era de 45,3%) superior, tanto à da sub-região do Pinhal Litoral (48,5%), como à da região Centro (45,5%). Do mesmo modo, a taxa de desemprego (3,2%), no mesmo momento, era inferior à do Pinhal Litoral (3,7%) e à da região Centro (5,8%), traduzindo uma clara posição mais favorável do mercado de emprego local relativamente a contextos geográficos mais vastos, onde este concelho se integra.

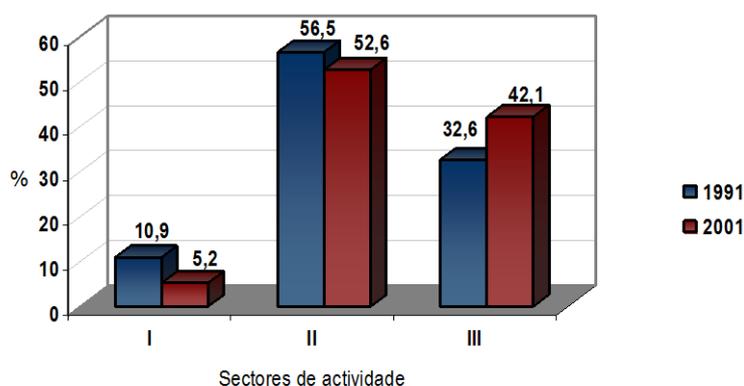
Quadro 27: Indicadores do mercado de trabalho, 1991 e 2001

Indicadores do mercado de Trabalho:	Porto de Mós		Pinhal Litoral		Região Centro	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
População Total	23343	24271	223025	250990	1721650	2348397
População Empregada	10281	11593	92080	117166	677568	1006373
População Desempregada	284	388	3353	4501	35325	61491
População Activa (%)	45.3	49.4	42.8	48.5	41.4	45.5
Taxa de Desemprego (%)	2.7	3.2	3.5	3.7	4.9	5.8
Taxa de Desemp. Feminina (%)	4.0	4.9	6.0	5.4	7.6	8.1

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Na **distribuição sectorial dos activos**, continua a observar-se uma preponderante afectação no sector secundário (53%), face aos sectores primário (5%) e terciário (42%), contudo, a evolução registada na década de 90 evidencia uma clara diminuição da população afecta às actividades agrícolas a favor das actividades terciárias, que entre 1991 e 2001, registaram um incremento de dez pontos percentuais.

Gráfico 9: Evolução da Ocupação dos activos por sectores de actividade, entre 1991 e 2001



Fonte: INE -Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

O predomínio industrial, comum aos concelhos do Pinhal Litoral, confere-lhes a especificidade de não apresentarem um modelo económico pós-industrial, como é característica generalizada do território nacional, onde se verifica uma maior relevância do sector terciário.

Internamente, à excepção das freguesias que integram a vila de Porto de Mós e de Alcaria (predomínio do sector terciário), todas as freguesias têm a sua população predominantemente afecta ao sector secundário.

**Quadro 28: Ocupação dos Activos por sectores de actividade económica, em 2001**

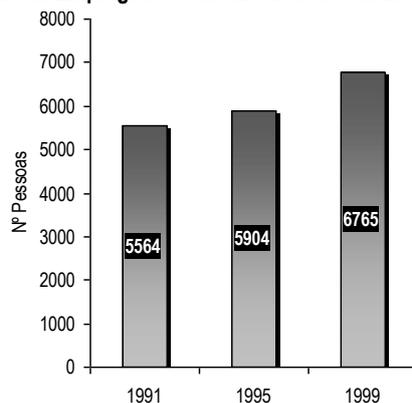
Unidade Territorial	Sectores de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário
Alcaria	12,2	41,1	46,7
Alqueidão da Serra	3,4	54,1	42,4
Alvados	4,4	56,6	39,0
Arrimal	13,0	55,8	31,2
Calvaria De Cima	6,4	54,8	38,8
Juncal	6,0	60,3	33,8
Mendiga	3,7	56,4	40,0
Mira de Aire	0,6	56,5	42,8
Pedreiras	2,3	62,2	35,5
São Bento	30,4	52,8	16,8
Porto de Mós*	4,5	39,4	56,1
Serro Ventoso	7,3	49,4	43,4
<b>Concelho de Porto de Mós</b>	<b>5.2</b>	<b>52.6</b>	<b>42.1</b>

\* São João Baptista + São Pedro

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

O emprego (pessoas ao serviço), de acordo com os Quadros de Pessoal, cresceu no espaço de oito anos (1991 a 1999), cerca de 22%, sendo de salientar que, só entre 1995 e 1999, cresceu 15%.

**Gráfico 10: Evolução do Emprego no concelho de Porto de Mós entre 1991 e 1999**



Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Os sectores responsáveis pelo crescimento verificado entre 1995 e 1999 foram, em termos absolutos, os “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (+297 indivíduos), a “Indústria Transformadora” (+227 indivíduos) e o “Comércio por grosso e a Retalho; Reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico” (mais 202 indivíduos). Em termos relativos, os grandes crescimentos verificados, verificaram-se nos “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (202%), nas “Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais” (145%), nas “Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (137%) e na “Indústria Extractiva” (99%).

Em consequência desta evolução, neste mesmo período, embora continuando a ser a indústria transformadora a que maior peso possui no total da actividade do concelho, em número de efectivos, ela perdeu

alguma importância nos últimos anos, a favor, sobretudo, dos “Transportes, Armazenagem e Comunicações”.

**Quadro 29: Evolução do número de pessoas ao serviço, no concelho, no período 1995-1999**

Actividades (Cae Rev.2)	Nº Pessoas		Peso da Actividade		Taxa de Variação (%)
	1995	1999	1995	1999	
<b>A</b> Agri., P. Animal, Caça Silv.	127	164	2.2	2.4	29.1
<b>C</b> Indústrias Extractivas	148	294	2.5	4.3	98.6
<b>D</b> Indústrias Transform.	3532	3759	59.8	55.6	6.4
<b>E</b> Prod. Distr. Elect., Gás, Água	21	14	0.4	0.2	-33.3
<b>F</b> Construção	915	690	15.5	10.2	-24.6
<b>G</b> Comércio Gros. E Ret.;	655	857	11.1	12.7	30.8
<b>H</b> Alojamento E Restauração	84	115	1.4	1.7	36.9
<b>I</b> Transp., Armaz E Comunic.	147	444	2.5	6.6	202.0
<b>J</b> Actividades Financeiras	94	77	1.6	1.1	-18.1
<b>K</b> Act. Imob., Alug. Serv. P.	46	109	0.8	1.6	137.0
<b>L</b> Adm. Públ., Def., Seg.Social Obri.	4	7	0.1	0.1	75.0
<b>M</b> Educação	39	59	0.7	0.9	51.3
<b>N</b> Saúde E Acção Social	72	127	1.2	1.9	76.4
<b>O</b> O. Act. Serv. Colec., Sociais, Pess.	20	49	0.3	0.7	145.0
<b>TOTAL</b>	<b>5904</b>	<b>6765</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>14.6</b>

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A análise dos dados disponibilizados pelo Centro de Emprego de Leiria, relativamente ao desemprego, permite conhecer as características mais recentes (Dezembro 2001) do desemprego em Porto de Mós, ou melhor, das pessoas inscritas como desempregadas no Centro de Emprego, que, naquela data, totalizavam os 325 indivíduos. Assim, o perfil do desemprego em Porto de Mós, acompanhando, de perto, o do Pinhal Litoral, apresenta as seguintes características: (1) cerca de 2/3 dos desempregados são mulheres (66%); (2) mais de 4/5 dos desempregados possuem mais de 25 anos (84%); (3) quase todos os desempregados procuram Novo Emprego (95%), e (4) mais de 4/5 dos desempregados possui escolaridade inferior à mínima obrigatória (81%).

**Quadro 30: Características do Desemprego no concelho de Porto de Mós, em 2001**

Características	Descrição	Nº	%
Sexo	Homens	112	34.4
	Mulheres	213	65.5
Grupo Etário	< 25 anos	52	16.0
	25 a 49 anos	146	44.9
	50 e + anos	127	39.1
Categoria	1º Emprego	17	5.2
	Novo Emprego	308	94.8
Habilitações Escolares	Não sabe ler	14	4.3
	Lê e escreve	24	7.4
	4 anos Escolaridade	127	39.0
	6/9 anos Escolaridade	99	30.5
	11/12 anos Escolaridade	35	10.8
	Bacharel./Licenciatura	26	8.0
<b>Total</b>		<b>325</b>	<b>-</b>

Fonte: Centro de Emprego de Leiria

### 3.2.4 Nível de Instrução

Em 2001, 10 pessoas (com 10 ou + anos) em cada 100 (com 10 ou + anos) não sabiam ler nem escrever no concelho de Porto de Mós (Taxa da Analfabetismo de 9,8%). Tendo em conta os mesmos valores do Pinhal Litoral, da Região Centro e do próprio país, o concelho de Porto de Mós regista nesta matéria, um contexto, bastante favorável, apresentando uma taxa de analfabetismo ligeiramente superior à de Portugal, mas inferior à registada pelas outras duas unidades territoriais. Não obstante esta taxa ser já bastante razoável no contexto do país, é de salientar que dez anos antes, ela era superior em três pontos percentuais.

**Quadro 31: Variação da Taxa de Analfabetismo entre 1991 e 2001**

Unidade Territorial	1991	2001
Portugal	11.0	9.0
Centro	14.0	10.9
Pinhal Litoral	13.2	10.1
<b>Porto de Mós</b>	<b>12.8</b>	<b>9.8</b>

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Não foi só ao nível da evolução positiva da taxa de analfabetismo que o Concelho de Porto de Mós se destacou mas também pela evolução dos níveis de ensino atingidos pela população, os quais reflectem uma visível elevação dos níveis de instrução da população residente. Os seguintes indicadores reflectem essa evolução:

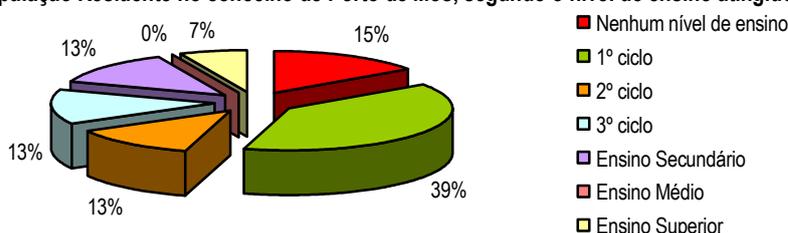
**Quadro 32: Nível de Ensino entre 1991 e 2001**

Nível de Ensino	1991	2001
- analfabetos com 10 ou mais anos	11,2%	8,7 %
- população com apenas o ensino primário	47,8%	39,1 %
- população com ensino médio/superior	3,2%	6,8 %

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Não sendo um contexto muito positivo, quando se tem 39% da população com apenas o 1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário), a análise evolutiva ocorrida no espaço de uma década indicia, contudo, uma tendencial melhoria a este nível, se se considerar que dez anos antes aquele valor era de 48%. Por outro lado, é de realçar a mais que duplicação da população com ensino médio/superior, que, em 1991, contava com 747 indivíduos (3,2%) e, em 2001, com 1613 indivíduos (7% da população do concelho de Porto de Mós é detentora de ensino médio e/ou superior).

**Gráfico 11: População Residente no concelho de Porto de Mós, segundo o nível de ensino atingido, em 2001**



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001

Este é um facto decisivo para a melhoria desejável ao nível da qualidade do emprego, na medida em que recursos humanos qualificados e habilitados são uma importante mais-valia para o arranque e sustentação de processos de desenvolvimento.

Quando analisada a formação escolar do pessoal ao serviço, de acordo com os Quadros de Pessoal, o retrato recente (1995-1999), traduzido no quadro seguinte, permite salientar alguns aspectos, nomeadamente:

#### **Análise Global:**

- o pessoal ao serviço com menor escolaridade (com apenas ensino básico ou menos), representando, em 1999, metade da população total, diminuiu muito ligeiramente (- 5 indivíduos);
- o pessoal ao serviço com o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e com o Ensino Secundário, representando 43%, em 1999, aumentou significativamente (+ 722 indivíduos);
- o peso do pessoal ao serviço com Ensino Médio ou Superior, embora representando apenas 2,8% do total, registou um aumento considerável (+ 75 indivíduos).

**Quadro 33: Pessoal ao serviço segundo nível de ensino, entre 1995 e 1999**

<b>Grau de Ensino</b>	<b>Peso do Pessoal ao Serviço em 1995 (%)</b>	<b>Peso do Pessoal ao Serviço em 1999 (%)</b>	<b>Taxa Variação (%)</b>
< Ensino Básico	4,2	3,4	- 7,3
1º Ciclo do EB	53,4	46,8	0,4
2º/3º Ciclos do EB	31,2	34,0	24,9
Ensino Secundário	6,2	9,3	72,3
Ensino Médio/Superior	1,9	2,8	67,0

#### **Análise por sector da CAE:**

- dos catorze sectores de actividade, segundo a classificação da CAE-Rev.2, existentes no concelho de Porto de Mós, nove têm a maioria do seu pessoal ao serviço com a escolaridade correspondente ao 1º Ciclo do ensino básico, incidindo predominantemente nos sectores agrícola e industrial;
- o sector da “Educação” (M) é o que apresenta o maior peso de indivíduos com ensino médio ou superior (19%);
- nos sectores das “Actividades Financeiras”(J) e das “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas” (K), o nível de escolaridade predominante é o Ensino Secundário, sendo também representativo o peso do pessoal ao serviço com ensino médio e superior.

**Quadro 34: Evolução das Habilitações Escolares do Pessoal ao Serviço no concelho de Porto de Mós, por sector, 1995 a 1999**

Sector	Ano	N.º Pessoas ao serviço por grau de habilitação									Total
		< Ens. Básico	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Sec.	Escola Profiss.	Bacharel.	Licenciat.	Ignorado	
A	1995	4	58	27	16	17	0	1	4	0	127
	1999	8	83	35	11	19	1	3	1	3	164
C	1995	4	80	49	3	2	0	0	0	10	148
	1999	0	168	55	21	14	0	0	2	34	294
D	1995	210	1840	895	282	159	3	20	30	93	3532
	1999	187	1811	935	373	271	4	32	50	96	3759
E	1995	2	14	3	1	1	0	0	0	0	21
	1999	2	7	3	1	1	0	0	0	0	14
F	1995	19	662	121	48	34	0	6	11	14	915
	1999	20	362	126	74	51	0	5	23	29	690
G	1995	3	305	157	77	60	1	2	11	39	655
	1999	6	321	221	117	128	0	4	19	41	857
H	1995	0	52	15	5	7	0	0	0	5	84
	1999	1	71	19	10	8	1	1	0	4	115
I	1995	2	76	39	13	4	0	0	0	13	147
	1999	1	237	108	42	40	0	0	5	11	444
J	1995	0	8	6	26	50	0	0	3	1	94
	1999	0	4	8	20	33	1	3	8	0	77
K	1995	0	8	5	10	17	0	1	3	2	46
	1999	0	21	14	20	39	0	6	5	4	109
L	1995	0	1	2	0	1	0	0	0	0	4
	1999	0	4	1	0	2	0	0	0	0	7
M	1995	0	10	11	4	4	0	8	0	2	39
	1999	0	12	13	7	11	1	7	4	4	59
N	1995	2	31	11	6	8	0	10	2	2	72
	1999	2	44	27	21	8	0	5	2	18	127
O	1995	0	8	7	4	1	0	0	0	0	20
	1999	1	21	15	4	4	0	1	1	2	49
Total	1995	246	3153	1348	495	365	4	48	64	181	5904
	1999	228	3166	1580	721	629	8	67	120	246	6765
	Var(%)	-7,3	0,4	17,2	45,7	72,3	100	39,6	87,5	35,9	14,6

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

### 3.2.5 Estrutura Económica e Empresarial

#### 3.2.5.1 Traços Gerais

O conhecimento da estrutura económica e empresarial do concelho de Porto de Mós poderá ser importante para a actuação municipal, no domínio da política de apoio à actividade económica, nomeadamente ao nível dos apoios às actividades existentes ou a atrair para o Concelho, como sejam a concessão de incentivos à instalação de novas empresas e a melhoria das infraestruturas e de equipamentos.

A estrutura produtiva do concelho de Porto de Mós apresenta um número razoável de actividades económicas indutoras de alguma diversificação do tecido produtivo. Porém, ao analisar o grau de industrialização, medido

pelo número de estabelecimentos e emprego, verifica-se que ambos os indicadores são mais elevados no concelho do que no país o que aponta para uma forte especialização nas actividades industriais.

Entre 1991 e 1999, o concelho de Porto de Mós registou um aumento substancial de 92% do número de estabelecimentos (passaram de 392 em 1991, para 754 em 1999), embora o ritmo de crescimento do emprego ficasse aquém daquele, cifrando-se nos 22% (passaram de 5564 pessoas ao serviço, em 1991, para 6765, em 1999).

**Quadro 35: Evolução do Emprego e do número de estabelecimentos no concelho de Porto de Mós no período 1991-1999**

	1991	1995	1999	var.(%) 91/95	var.(%) 95/99	var.(%) 91/99
<b>Emprego</b>	5564	5904	6765	6.1	14.6	21.6
<b>Estabelecimentos</b>	392	522	754	33.2	44.4	92.3

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A evolução mais recente (1995-1999) da actividade económica do concelho evidencia uma ligeira diminuição da especialização do concelho nas Indústrias Transformadoras (representavam 60% do emprego em 1995 e, em 1999, passaram a representar 56%) e na Construção (o emprego diminuiu cerca de 25%), a favor sobretudo, dos Transportes, Armazenagem e Comunicações, das Indústrias Extractivas e da generalidade dos serviços.

**Quadro 36: Evolução do n.º de estabelecimentos e do emprego no concelho de Porto de Mós, 1995-1999, por Actividades**

Actividades (CAE Rev.2)	Estabelecimentos					Emprego				
	Total		Peso da Actividade		Var. (%) 95-99	Total		Peso da Actividade		Var. (%) 95-99
	1995	1999	1995	1999		1995	1999	1995	1999	
<b>A</b> Agri., P. Animal, Caça, Silv.	10	19	1.9	2.5	90.0	127	164	2.2	2.4	29.1
<b>C</b> Indústrias Extractivas	28	47	5.4	6.2	67.9	148	294	2.5	4.3	98.6
<b>D</b> Indústrias Transform.	175	211	33.5	28.0	20.6	3532	3759	59.8	55.6	6.4
<b>E</b> Prod. Distr. Elect., Gás, Ag.	1	1	0.2	0.1	0.0	21	14	0.4	0.2	-33.3
<b>F</b> Construção	58	91	11.1	12.1	56.9	915	690	15.5	10.2	-24.6
<b>G</b> Comércio Gros. E Ret.	151	202	28.9	26.8	33.8	655	857	11.1	12.7	30.8
<b>H</b> Alojamento, Restauração	28	34	5.4	4.5	21.4	84	115	1.4	1.7	36.9
<b>I</b> Transp., Armaz E Comunic.	30	57	5.7	7.6	90.0	147	444	2.5	6.6	202.0
<b>J</b> Actividades Financeiras	9	12	1.7	1.6	33.3	94	77	1.6	1.1	-18.1
<b>K</b> Act. Imob. Alug. Serv. Empr.	14	45	2.7	6.0	221.4	46	109	0.8	1.6	137.0
<b>L</b> Adm.Públ.,Def.,Seg.Social.	1	1	0.2	0.1	0.0	4	7	0.1	0.1	75.0
<b>M</b> Educação	4	5	0.8	0.7	25.0	39	59	0.7	0.9	51.3
<b>N</b> Saúde E Acção Social	6	10	1.1	1.3	66.7	72	127	1.2	1.9	76.4
<b>O</b> O. Act. Serv. Colect. Soc. P.	7	19	1.3	2.5	171.4	20	49	0.3	0.7	145.0
<b>Total</b>	<b>522</b>	<b>754</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>44.4</b>	<b>5904</b>	<b>6765</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>14.6</b>

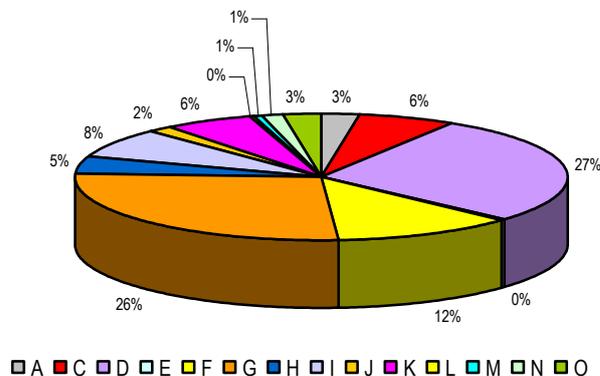
Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A par da dinâmica do emprego, a dinâmica de crescimento dos estabelecimentos é reveladora de uma concentração sectorial na Indústria Transformadora (27%) e no Comércio (26%), não sendo negligenciável o

número de estabelecimentos afectos à Construção (91).

Em termos relativos, as maiores dinâmicas de crescimento, em termos de estabelecimentos, entre 1995-1999 registaram-se nas “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas” (221%), nas “Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais” (171%) e na “Agricultura e Produção Animal” (90%).

**Gráfico 12: Estabelecimentos por Sectores de Actividade, segundo CAE-Rev.2, em 1999**



A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e Restauração; I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, Sociais e Pessoais;

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Os Quadros de Pessoal escondem, contudo, a importância do segmento informal – estabelecimentos por conta própria, não contemplados nesta fonte estatística, e as actividades de carácter muito familiar ou artesanal não inscritas como estabelecimentos, que, em concelhos como o de Porto de Mós, têm um peso ainda bastante significativo na economia local. Os estabelecimentos por conta própria estão incluídos nos valores apresentados por uma outra fonte estatística, designadamente, o Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos do INE, cujos valores para o ano de 1999 se reproduzem no quadro seguinte. A informação, com a introdução dos estabelecimentos por conta própria, evidencia a importância que estes têm, sobretudo, no sector agrícola (estão registados, em 1999, 481 empresas neste sector), correspondendo a pequenas unidades familiares e artesanais.

**Quadro 37: Número de Empresas com sede na Região Centro, segundo CAE – Rev. 2, em 31.12.1999**

Actividades (CAE Rev. 2)		Região Centro	%	Pinhal Litoral	%	Porto de Mós	%
A+B	A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura B - Pesca	21738	10.9	2764	8.3	481	14.0
C	Indústrias extractivas	582	0.3		0.5	109	3.2
D	Indústrias transformadoras	20581	10.3	182	12.4	475	13.8
E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	56	0.0	4149	0.0	-	0.0
F	Construção	37548	18.9	7	19.2	462	13.5
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	66859	33.6	6426	33.5	1135	33.1
H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	15460	7.8	11220	6.9	221	6.4
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações	4268	2.1	2303	2.2	122	3.6
J	Actividades Financeiras	5884	3.0	728	3.0	100	2.9
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	12739	6.4	1008	8.1	145	4.2
L a Q	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; educação; saúde e acção social; outras actividades de serviços colectivos, Sociais e Pessoais	7938	4.0	2709	3.4	98	2.9
N. I.	Não Identificado (Actividades mal definidas)	5395	2.7	1152	2.4	86	2.5
<b>TOTAL</b>		<b>199048</b>	<b>100.0</b>	<b>33458</b>	<b>100.0</b>	<b>3434</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, INE, 1999

Segundo esta fonte estatística, as empresas relacionadas com as actividades comerciais (considerando as empresas com empregados e os estabelecimentos por conta própria) são as que maior peso têm no conjunto do concelho (33%), cujo peso é idêntico ao registado pelo Pinhal Litoral e pela região Centro. As actividades agrícolas são o sector com o 2º maior peso de empresas no total concelho (14%) cujo valor é, significativamente, superior ao registado pelo Pinhal Litoral e pela região Centro. As indústrias transformadoras são o sector com o 3º maior peso de empresas no total concelho (13,8%), possuindo um peso ligeiramente superior ao registado no Pinhal Litoral e na região Centro. São, ainda, de salientar, os pesos das indústrias extractivas e dos transportes, armazenamento e comunicações, que embora reduzidos (3,2% e 3,6%, respectivamente), se situam acima dos valores regionais e sub-regionais, chamando, desta forma, a atenção para a relativa importância destas actividades no concelho.

Por outro lado, os sectores da construção e das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas apresentam pesos bastante inferiores aos registados pela sub-região e região. Os restantes sectores de actividade, segundo a mesma fonte, apresentam pesos e, por isso, uma distribuição consonante com o padrão do Pinhal Litoral e do Centro. O tecido empresarial de Porto de Mós é constituído, maioritariamente, por pequenas empresas, tal como acontece a nível regional e nacional. Dos 754 estabelecimentos existentes em 1999, cerca de 56% das empresas respectivas empregavam até 4 trabalhadores e 18% entre 5 e 9 trabalhadores. Contudo, existe um número significativo de empresas que possuem estabelecimentos em Porto de Mós com dimensões bastante superiores. No entanto, no concelho, o estabelecimento de maiores dimensões possui entre 200 e 300 trabalhadores.

**Quadro 38: N.º de Estabelecimentos segundo a dimensão da empresa (pessoal ao serviço), no período 1995-1999**

Sector	Ano	N.º Pessoas ao Serviço										Total
		1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-300	400-499	500-999	>1000	
A	1995	4	3	0	2	0	1	0	0	0	0	10
	1999	11	3	1	1	2	1	0	0	0	0	19
C	1995	13	9	3	2	1	0	0	0	0	0	28
	1999	25	9	8	3	2	0	0	0	0	0	47
D	1995	62	32	33	26	14	8	0	0	0	0	175
	1999	88	33	40	30	12	7	1	0	0	0	211
E	1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	1999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
F	1995	26	16	6	7	1	0	1	1	0	0	58
	1999	44	25	10	7	2	1	2	0	0	0	91
G	1995	103	30	8	6	2	0	1	1	0	0	151
	1999	139	35	17	7	0	1	2	0	1	0	202
H	1995	22	5	1	0	0	0	0	0	0	0	28
	1999	27	5	2	0	0	0	0	0	0	0	34
I	1995	21	5	2	1	0	0	0	0	0	1	30
	1999	31	14	4	4	2	0	0	0	0	2	57
J	1995	0	1	0	2	0	0	0	0	0	6	9
	1999	2	2	0	0	0	0	0	0	1	7	12
K	1995	11	0	1	0	1	0	0	0	1	0	14
	1999	34	5	1	0	0	0	0	1	1	3	45
L	1995	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	1999	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M	1995	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4
	1999	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	5
N	1995	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	6
	1999	4	1	2	2	1	0	0	0	0	0	10
O	1995	5	1	1	0	0	0	0	0	0	0	7
	1999	15	3	1	0	0	0	0	0	0	0	19
Total	1995	269	106	57	48	20	9	2	2	1	8	522
	1999	421	137	87	55	22	10	5	1	3	13	754
	Var.(%)	56.5	29.2	52.6	14.6	10.0	11.1	150.0	-100.0	200.0	62.5	44.4

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Em termos de volume de emprego, os estabelecimentos que empregavam o maior número de indivíduos eram os que tinham dimensão entre 20 e 49 trabalhadores (25%), seguidos dos estabelecimentos com entre 50-99 e 10-19 trabalhadores (ambos com 16%), seguidos dos estabelecimentos com entre 1 e 4 pessoas (14%).

**Quadro 39: N.º de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento (pessoal ao serviço), no período 1995-1999**

Sector	Ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20-49	50-99	100-199	200-300	Total
A	1995	8	29	0	0	90	0	0	127
	1999	29	26	12	0	97	0	0	164
C	1995	39	71	38	0	0	0	0	148
	1999	74	58	115	47	0	0	0	294
D	1995	154	210	361	858	930	1019	0	3532
	1999	202	226	494	1005	774	843	215	3759
E	1995	0	0	0	21	0	0	0	21
	1999	0	0	14	0	0	0	0	14
F	1995	80	103	83	274	0	0	375	915
	1999	95	178	115	226	76	0	0	690
G	1995	233	185	63	120	54	0	0	655
	1999	326	218	158	155	0	0	0	857
H	1995	42	31	11	0	0	0	0	84
	1999	53	34	28	0	0	0	0	115
I	1995	50	34	45	18	0	0	0	147
	1999	73	75	54	165	77	0	0	444
J	1995	0	31	42	21	0	0	0	94
	1999	6	35	36	0	0	0	0	77
K	1995	26	10	10	0	0	0	0	46
	1999	74	24	11	0	0	0	0	109
L	1995	4	0	0	0	0	0	0	4
	1999	0	7	0	0	0	0	0	7
M	1995	0	19	0	20	0	0	0	39
	1999	4	5	24	26	0	0	0	59
N	1995	4	0	19	49	0	0	0	72
	1999	11	0	10	56	50	0	0	127
O	1995	15	5	0	0	0	0	0	20
	1999	34	15	0	0	0	0	0	49
TOTAL	1995	655	728	672	1381	1074	1019	375	5904
	1999	981	901	1071	1680	1074	843	215	6765
	Var.(%)	49.8	23.8	59.4	21.6	0.0	-17.3	-42.7	14.6

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

### 3.2.5.2 Sectores de Actividade Económica

#### Sector Primário

No concelho de Porto de Mós, as actividades agrícolas e de produção animal ocupam uma área de 819 Ha, a qual corresponde, segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999, a 31% da superfície total do concelho e a 19% da área total das explorações agrícolas da sub-região do Pinhal Litoral.

Tradicionalmente industrial, o concelho de Porto de Mós tem vindo a perder progressivamente a população afectada às actividades agrícolas, como aliás sucede em toda a região e país, cifrando-se, em 2001, em cerca de 5%, os activos afectos ao sector primário, menos seis pontos percentuais que na década anterior.

O nível de instrução da população familiar do produtor agrícola é bastante baixa (39% tem apenas o ensino básico e 33% não possui qualquer nível de ensino), a formação profissional agrícola é, grosso modo, a que resulta exclusivamente da prática (87%).

A tempo completo, apenas se dedicam às explorações, cerca de 199 indivíduos, predominando a afectação parcial, num contexto em que cerca de um terço desta população possui uma actividade remunerada, considerada como actividade principal, tanto no sector secundário como terciário.

Segundo os Quadros de Pessoal do MTS, existiam, em 1999, 19 estabelecimentos registados com pessoal ao serviço em actividades agrícolas e pecuárias, empregando, no total, 164 trabalhadores. No período mais recente (1995-1999), o número de estabelecimentos aumentou de 10 para 19 (90%) e o emprego passou de 127 para 164 trabalhadores (+29%).

A indústria extractiva do concelho (extracção de pedra, areias e argilas), com relativa importância no contexto sub-regional, tinha registados, em 1999, 47 estabelecimentos com pessoal ao serviço e empregava 294 indivíduos, tendo crescido 68% e 99%, respectivamente, só entre 1995 e 1999, segundo os Quadros de Pessoal.

Quadro 40: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego na agricultura e produção animal

Actividade		Estabelecimentos			Emprego		
A	Agricultura, Prd. Animal, Caça E Silvicultura	1995	1999	Variação (%)	1995	1999	Variação (%)
011	Agricultura	4	8	100,0	16	32	100,0
012	Produção Animal	3	5	66,7	18	19	5,6
013	Agricultura E Produção Animal Associadas	1	3	200,0	2	11	450,0
014	Actividades Dos Serviços Relacion. Com A Agricultura E Com A Produção Animal	2	3	50,0	91	102	12,1
TOTAL		10	19	90,0	127	164	29,1

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O segmento informal, que integra os estabelecimentos por conta própria, captado por outra fonte estatística (Ficheiro Central das Empresas, INE) dá conta da existência de 481 empresas agrícolas, no concelho de Porto de Mós, sendo, esta disparidade das fontes de informação, reflexo da existência de uma prática agrícola de subsistência que existe, sobretudo, como complemento do rendimento familiar. As principais culturas permanentes produzidas em Porto de Mós são o olival, a vinha e os frutos frescos, tanto em termos do número de explorações como da área que ocupam.

Quadro 41: Culturas permanentes, no concelho de Porto de Mós, em 1999

Culturas Permanentes	N.º de explorações	Área (ha)	% (Ha)	Peso da Área na Sub-Região (%)
Frutos frescos	448	546	19.3	34.4
Citrinos	66	7	0.2	7.3
Frutos secos	34	16	0.6	22.2
Olival	1223	2029	71.7	44.3
Vinha	456	232	8.2	6.7
<b>Total</b>	<b>1417</b>	<b>2830</b>	<b>100.0</b>	<b>28.5</b>

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

As principais culturas temporárias são as culturas forrageiras e os cereais para grão.

**Quadro 42: Culturas Temporárias, no concelho de Porto de Mós, em 1999**

Culturas Temporárias	N.º de explorações	Área (ha)	% (Ha)	Peso da Área na Sub-Região (%)
Cereais para Grão	467	187	14.5	3.1
Leguminosas secas para grão	467	87	6.8	11.2
Prados temporários	83	44	3.4	24.0
Culturas forrageiras	644	921	71.5	20.0
Batata	200	36	2.8	8.8
Culturas hortícolas	28	13	1.0	2.7
<b>Total</b>	<b>1889</b>	<b>1288</b>	<b>100.0</b>	<b>10.1</b>

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

A produção animal tem alguma relevância no concelho, sobretudo a que respeita às aves e aos suínos (60762 e 28 341 cabeças, respectivamente, em 1999). A nível sub-regional, apresentam uma importância significativa os caprinos (40% do efectivo animal da sub-região) e os bovinos (35% do efectivo animal do Pinhal Litoral).

**Quadro 43: Efectivo Animal, no concelho de Porto de Mós, em 1999**

Animal	Pinhal Litoral	Porto de Mós	%	Peso na sub-Região (%)
Bovinos	20 468	7 198	6.6	35.2
Suínos	251 491	28 341	26.1	11.3
Ovinos	27 010	5 872	5.4	21.7
Caprinos	10 284	4 080	3.8	39.7
Equídeos	1 528	375	0.3	24.5
Coelhas	23 580	1 807	1.7	7.7
Aves	2 672 604	60 762	56.0	2.3
<b>TOTAL</b>	<b>3 006 965</b>	<b>108435</b>	<b>100.0</b>	<b>3.6</b>

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Outro ramo de actividade com interesse no município de Porto de Mós é o ramo da indústria extractiva. De acordo com dados da Direcção Geral de Energia e Geologia, em 2007, as pedreiras a laborar no município produziram 440825 toneladas, o que corresponde a uma quota de 1,6% da produção total da região Centro.

A tendência evolutiva, no período em análise, é de uma diminuição do volume de produção anual, e, conseqüentemente de diminuição da quota de produção da região, não obstante o relativo aumento de importância em termos de quota de valor do produto transaccionado.

Quadro 44: Produção global das pedreiras em Porto de Mós, 2003-2007

Anos	Concelho de Porto de Mós		Peso da produção do concelho na Região (%)	
	Toneladas	Mil Euros	Toneladas	Mil Euros
2003	1.007.241	16.809	3,6	11,0
2004	1.104.705	18.097	3,4	13,6
2005	763.785	14.423	2,6	12,0
2006	541.436	14.032	2,1	12,5
2007	440.825	13.302	1,6	13,1

Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia

A indústria extractiva do concelho (extracção de pedra, areias e argilas), com relativa importância no contexto sub-regional, tinha registados, em 1999, 47 estabelecimentos com pessoal ao serviço e empregava 294 indivíduos, tendo crescido 68% e 99%, respectivamente, só entre 1995 e 1999, segundo os Quadros de Pessoal. Estes indicadores demonstram a relevância que esta actividade tem na estrutura económica concelhia, apesar do ramo das indústrias transformadoras ser preponderante. No entanto, e como se verá no ponto seguinte, as indústrias transformadoras mais relevantes são as que se encontram a jusante da actividade extractiva, como a “Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos”, ou seja, cerâmica estrutural e decorativa, rochas ornamentais e industriais.

O município de Porto de Mós consta do mapa nacional dos principais centros produtores de rochas ornamentais e rochas industriais. No âmbito das primeiras o destaque vai para produção de calcários sedimentares e calcários para calçada, enquanto nas rochas industriais existe uma maior diversificação, sendo de destacar as areias comuns, a argila comum, os calcários sedimentares e o calcário dolomítico<sup>3</sup>.

### **Sector Secundário**

No sector secundário, estava afectada, em 2001, a maioria da população activa do concelho de Porto de Mós (53%), em detrimento dos sectores primário (5%) e terciário (42%), sendo de salientar que na década anterior aquele valor era superior em quatro pontos percentuais.

A evolução mais recente (1995-1999), segundo os Quadros de Pessoal, indicia uma relativa estabilização do sector primário, uma ligeira diminuição do sector secundário e um crescimento significativo do terciário. Esta evolução, a acontecer, está, contudo, em consonância com a tendência actual de terciarização dos sistemas económicos, materializada na expansão dos sectores comerciais e de serviços. Com efeito, é de assinalar a tendência para a diminuição do peso da indústria transformadora no total das actividades no concelho, tanto no

<sup>3</sup> Fonte: Rochas Ornamentais e Industriais Portuguesas, DGEG, 2000

que concerne ao número de estabelecimentos (em 1995 representava 34% e em 1999, 28%), como ao número de pessoas ao serviço (em 1995 representava 60% em 1999, 56%).

Os dados mais recentes, relativos a 1999, permitem concluir que no âmbito das actividades referenciadas como pertencendo ao sector secundário, são as indústrias transformadoras as grandes empregadoras do concelho (cerca de 84%), tendo, ainda, alguma importância, a construção (14%). No total do emprego do concelho, só a indústria transformadora representa 56% do emprego.

**Quadro 45: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, entre 1995 e 1999 – Sector Secundário**

Actividades (CAE Rev. 2)	Estabelecimentos				Emprego			
	1995	1999	(1995/1999)		1995	1999	(1995/1999)	
	N.º	N.º	Variação		N.º	N.º	Variação	
			N.º	%			N.º	%
D Indústrias Transformadoras	175	211	36	20.6	3532	3759	227	6.4
E Prod. Dist. Elect., Gás E Agua	1	1	-	-	21	14	-7	-33.3
F Construção	58	91	33	56.9	915	690	-225	-24.9
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>303</b>	<b>69</b>	<b>29.0</b>	<b>4468</b>	<b>4463</b>	<b>-5</b>	<b>0.1</b>

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

A indústria transformadora, sendo, com efeito o grande motor da economia concelhia, registou em apenas quatro anos (1995-1999), um acréscimo do número de estabelecimentos nas ordem dos 21% (+ 26 estabelecimentos). O emprego gerado, no mesmo período, foi de 6,4% (+227 indivíduos), sugerindo esta diferença de ritmos de crescimento, a crescente modernização deste sector.

As indústrias com maior relevância são a “Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos”, ou seja, cerâmica estrutural e decorativa, rochas ornamentais e industriais, a “Fabricação de Têxteis” e a “Fabricação de produtos Metálicos”, empregando respectivamente, 1952, 792 e 163 trabalhadores.

**Quadro 46: Estabelecimentos e Emprego, segundo CAE, Rev.2 – Indústria Transformadora, em 1999**

Actividades (CAE Rev. 2)	Estabelecimentos (N.º)	Emprego (N.º)
D 15 Indústrias Alimentares e das Bebidas	18	63
D 17 Fabricação de Têxteis	23	792
D 18 Indústria do Vestuário	9	163
D 19 Curtimenta, Acab de peles s/pêlo; Fabric. Art. Viagem;	1	16
D 20 Indústria da Madeira e da Cortiça, exopt. mobiliário	15	75
D 21 Fabric. de Pasta, Papel e de Cartão e seus Artigos	3	35
D 22 Edição, Impressão e Rep. de Suport. de Inform. Grav.	8	75
D 24 Fabricação de Produtos Químicos	4	49
D 25 Fabric. Artigos de Borracha e Matérias Plásticas	5	87
D 26 Fabric. de outros Prod. Minerais não Metálicos	81	1952
D 28 Fabric. de produtos Metálicos, excepto Máquinas	22	152
D 29 Fabric. Máquinas e Equipamentos, NE	10	63

Actividades (CAE Rev. 2)		Estabelecimentos (N.º)	Emprego (N.º)
D 34	Fabric. Veículos autom., reboques e semi-reboques	1	5
D 36	Fabric. Mobiliário; Outras Ind. Transf. NE	9	226
D 37	Reciclagem	2	6
<b>Total</b>		<b>211</b>	<b>3759</b>

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Tem havido, por parte da edilidade local, uma preocupação crescente pela criação de infraestruturas de apoio ao sector industrial, consentânea com a sua importância no desenvolvimento económico do concelho. A intervenção prosseguida tem-se materializado na criação de zonas industriais, que, não só oferecem melhores condições de laboração, de infraestruturas de apoio à actividade e de acessibilidade, como também, respondem aos requisitos crescentes de melhores condições ambientais e de vivência dos espaços urbanos.

Com efeito, foi criada a Zona Industrial de Porto de Mós, já totalmente ocupada, com uma área que totaliza os 6 Ha e, para a qual, já foi recusada a instalação a 10 empresas, por indisponibilidade de espaço. A câmara municipal espera, ainda este ano, concluir o processo negocial de aquisição de terrenos, de molde a concretizar-se a 2ª fase do Plano de Pormenor, o que virá permitir disponibilizar mais 26 lotes, dentro de, aproximadamente, dois anos.

Existem, ainda, dois empreendimentos industriais privados, a zona industrial de Santeira e a zona industrial da Patinha, com 17 e 16 lotes, respectivamente, estando, na primeira, em construção, quatro unidades industriais/armazéns e, na segunda, mais de metade dos lotes já possui unidades em funcionamento.

O concelho está a registar uma procura muito grande destas zonas industriais, na sequência da necessidade de ampliação das actuais instalações de indústrias locais, mas cuja expansão não é possível, existindo também, por outro lado, empresas novas (da região) que solicitam terrenos para instalação neste concelho.

Face às crescentes solicitações, o município depara-se com a necessidade premente de viabilizar mais espaços industriais para dar resposta não só às empresas locais que precisam de se expandir e que se pretende que não o façam para o exterior do município, como também às novas empresas que, dada a sua visibilidade e dimensão, poderão vir a gerar um significativo volume de emprego no concelho.

Neste sentido, a câmara municipal, pretende iniciar a 1ª fase da Zona Industrial de Mira D`Aire, que se encontra, presentemente, na fase final de aquisição de terrenos, estando previsto o lançamento a concurso, ainda este ano.

Existe, ainda, no Juncal, uma outra zona industrial, com cerca de 45000 m<sup>2</sup>, também em fase de aquisição de terrenos, destinada a pequenas e médias empresas.

Perante esta dinâmica de procura de espaço para instalação de indústrias transformadoras, bem como os esforços da câmara municipal para dar resposta em termos de oferta, espera-se que o concelho de Porto de Mós, não obstante a tendência manifestada recentemente para a terciarização da sua economia, continuará a ter na indústria transformadora, o principal motor de desenvolvimento do concelho.

### **Sector Terciário**

Este sector tem sido preterido, ao longo dos tempos, por força da importância (crescente) do sector secundário, contrariando a tendência regional e nacional para a terciarização da economia. Com efeito, em 2001, o sector terciário empregava cerca de 42% da população activa do concelho, mais dez pontos percentuais que na década anterior.

Dentro das actividades do sector terciário, aquelas que têm mais importância no concelho são o “Comércio por Grosso e a Retalho e, dentro deste, com maior importância, o comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e o comércio de produtos alimentares, bebidas e tabaco. Com significativa importância, encontra-se, também, o sector dos transportes, armazenagem e comunicações. Estes dois sectores associados representam cerca de 70% do emprego do sector terciário.

**Quadro 47: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, entre 1995 e 1999 – Sector Terciário**

Actividades (CAE Rev. 2)	Estabelecimentos				Emprego			
	1995	1999	(1995/1999)		1995	1999	(1995/1999)	
	N.º	N.º	Variação		N.º	N.º	Variação	
			N.º	%			N.º	%
G Comércio P/ Grosso E A Retalho;	151	202	51	33.8	655	857	202	30.8
H Alojamentos E Restauração	28	34	6	21.4	84	115	31	36.9
I Transp., Armaz. Comunic.	30	57	27	90.0	147	444	297	202.0
J Activ. Financeiras	9	12	3	33.3	94	77	-17	-18.1
K Activ. Imobiliárias, Aluguer	14	45	31	221.4	46	109	63	137.0
L Adm.Públ.,Def.,Seg. Social	1	1	0	0.0	4	7	3	75.0
M Educação	4	5	1	25.0	39	59	20	51.3
N Saúde E Acção Social	6	10	4	66.7	72	127	55	76.4
O Outras Activ. De Serv. Colect	7	19	12	171.4	20	49	29	145.0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>385</b>	<b>135</b>	<b>54.0</b>	<b>1161</b>	<b>1844</b>	<b>683</b>	<b>58.8</b>

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Por outro lado, os serviços de natureza social (administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde, etc.) representavam, em 1999, 13% do emprego deste sector.

É de importância assinalável o crescimento ocorrido em apenas quatro anos (1995-1999), materializado num incremento do emprego de 59% (+683 indivíduos) e do número de estabelecimentos de 54% (+135), gerados predominantemente pelo sector dos transportes, armazenagem e comunicações e pelo comércio por grosso e a retalho. As actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, bem como as actividades

recreativas, culturais e desportivas (que se integram nas “Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais) registaram, também, um crescimento (relativo) bastante importante.

### **Actividades Turísticas**

Porto de Mós integra-se numa região com uma importante variedade de motivos de interesse, que passam pelo elevado património natural, histórico, cultural e religioso, que lhe conferem um valor estratégico para o desenvolvimento futuro da região.

Os recursos naturais locais, associados às iniciativas da administração local, que tem realizado crescentes e notáveis esforços, começam a constituir uma base bastante sólida para o desenvolvimento turístico integrado do concelho.

Uma das grandes lacunas deste sector é a inexistência de unidades hoteleiras ou de alojamento, para além do único estabelecimento de turismo de habitação (Quinta do rio Alcaide), que incitem à permanência no concelho e ao melhor aproveitamento dos recursos turísticos que possui.

De entre as potencialidades naturais e as obras realizadas, destacam-se no concelho de Porto de Mós, as seguintes:

- o Castelo de Porto de Mós, que, para além do seu valor histórico e patrimonial, está a ser utilizado como espaço para exposições e de realização de espectáculos musicais;
- algumas das mais importantes grutas do país, nomeadamente as grutas de Santo António, Alvados e Mira de Aire que são belíssimas formações calcárias com rios e amplos espaços subterrâneos, constituídas por inúmeras estalagmites e estalactites, que o tempo e a natureza têm conseguido preservar;
- o potencial das Serras de Aire e Candeeiros, para a prática de desportos radicais e de natureza;
- os parques de campismo, em Arrimal, e caravanismo, na freguesia de Pedreiras;
- vários parques de merendas, nomeadamente localizados nas freguesias de Alcaria, Alqueidão, Alvados e São Pedro;
- circuitos pedestres e equestres, integrados no Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, essencialmente das freguesias de Alvados e Alcaria;
- piscinas municipais de Porto de Mós (a inaugurar brevemente);
- parque aquático, em Mira de Aire;
- helipista, em Alcaria;

- vários edifícios com valor arquitectónico com potencial de utilização cultural e de lazer (espaços culturais polivalentes, museus, turismo de habitação, etc.).

Aproveitando grande parte das potencialidades enumeradas, presentemente, as actividades turísticas e de lazer, com maior destaque no concelho de Porto de Mós, são os desportos radicais, o ciclismo (BTT), os percursos de jipe pelas montanhas e os percursos pedestres, numa evidente e crescente especialização no turismo de natureza e aventura.

### 3.2.6 Evolução Recente do Investimento Público

O sector público local tem-se mostrado bastante dinâmico e isso tem-se manifestado, particularmente, no acesso a apoios provenientes dos programas comunitários. Com efeito, os Quadros seguintes, com a inventariação dos projectos aprovados no âmbito dos três Quadros Comunitários de Apoio, traduzem a efectiva dinâmica do executivo local.

No início da década de 90 (vigência do QCA I), foram aprovados e apoiados, pelo FEDER e VALOREN, 15 projectos públicos, que totalizaram um investimento global elegível, de cerca de 500 mil contos, globalmente direccionados para quatro áreas de intervenção:

- infraestruturas rodoviárias e urbanas, com beneficiações de Estradas Municipais, das redes de abastecimento de água e de saneamento básico;
- infraestruturas sociais (equipamentos desportivos e culturais), com a construção do Pavilhão Polidesportivo de Porto de Mós, aquecimento de águas de pavilhões existentes, construção da biblioteca municipal e do complexo cultural (cine-teatro-2ª fase);
- ordenamento do território, com a realização do Plano Director Municipal e dos Planos de Pormenor do Centro da Várzea e de Mira de Aire;
- desenvolvimento local, com a criação do GADIL.

O QCA II quase que duplicou, relativamente ao QCA I, o investimento elegível total dos 18 projectos aprovados pelo PROCENTRO, tendo atingido quase o 1 milhão de contos. Neste caso, as intervenções, incidindo predominantemente em projectos de infraestruturas rodoviárias e urbanas, alargaram a sua intervenção a outras infraestruturas, nomeadamente económicas, com a promoção da Expomós, do Catálogo de Produtos Artesanais, da construção do Parque Industrial de Porto de Mós e da beneficiação da Informação Viária para a “Grande Rota Turística”.

**Quadro 48: Projectos realizados no concelho de Porto de Mós no âmbito do I Quadro Comunitário de Apoio - Projectos aprovados e apoiados pelo FEDER e VALOREN**

Designação do Projecto	Ano de Exec.	Localização	Invest. Elegível (contos)	Subs. Atribuído (%)
Correç. Alarg. Pavi. da EM 543-Porto Mós ao lim. Conc.	1991	Porto de Mós/Alqueidão Serra	79 808	65%
Correç. Alarg. Pavi. da EM 54-P Tojal ao limite do Conc.	1991	Tojal	18 050	65%
Saneamento Doméstico das Eiras da Lagoa	1991	Porto de Mós	16 586	65%
Ref. Abast. Água a Porto de Mós-Captações (C. Matos)	1992	Calvaria de Cima	20 151	65%
Biblioteca Municipal	1992	Porto de Mós	41 485	37%
Pavilhão Polidesportivo de Porto de Mós	1992	Porto de Mós	86 234	62%
Gab. Apoio desenvolvimento de Iniciativas Locais	1991/2/3	Porto de Mós	22 168	38%
PDM de Porto de Mós	1992	Porto de Mós	25 572	75%
Plano de Pormenor do Centro da Várzea	1992	Porto de Mós	2 344	75%
Plano de Pormenor do Centro de Mira de Aire	1992	Mira de Aire	1 440	75%
Complexo Cultural- Cine Teatro – 2ª Fase	1993	Porto de Mós	126 366	75%
Av.ª da Igreja	1993	Porto de Mós	22 810	75%
Aquec. Das Águas do Gimnodesportivo de Mira de Aire		Mira de Aire	3 777	70%
Aquec. Das Águas do Gimnodesportivo de Porto de Mós		Porto de Mós	3 777	70%
Correcção e Pav. Da Estrada P. Mós/Ribeira Cima		Porto de Mós	32 090	75%
<b>TOTAL</b>	-	-	502 658	-

Fonte: GADIL, Maio 2002 (p/ intermédio de Câmara Municipal de Porto de Mós)

**Quadro 49: Projectos realizados no concelho de Porto de Mós, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994/1999) - Projectos aprovados e apoiados pelo PROCENTRO**

Designação do Projecto	Ano de Exec.	Localização	Invest. Elegível (contos)	Subsídio Atribuído (%)
Expomós	1995	Porto de Mós	2 773	75%
Expomós	1996	Porto de Mós	2 901	70%
Expomós	1997	Porto de Mós	2 324	65%
Expomós	1998	Porto de Mós	2 762	60%
Expomós	1999	Porto de Mós	2 220	55%
Rem. Estrada Casais Garridos/Andam/Picamilho/Juncal	1996	C.Garrid.,Andam,Picamil,Jun cal	31 427	75%
Corr. Pav. Estrada de Alqueidão da Serra/Bouceiros	1996	Alqueidão da Serra/Bouceiros	106 155	75%
Abastecimento de Água Cabeça Veada e Arrimal	1997	Cabeça Veada e Arrimal	66 575	75%
Remodelação Estrada Serro Ventoso/S. Bento	1997	Serro Ventoso/S. Bento	45 961	75%
Catálogo de Produtos Artesanais	1997	Porto de Mós	1 462	75%
Ampliação Rede Saneamento de Porto de Mós	1998	Porto de Mós	77 457	75%
Construção de Posto Médico de Mira de Aire	1998	Mira de Aire	52 082	75%
Rede Águas Resid. Domésticas Cruz da Légua, Tremoceira, Pedreiras e Outros Lugares	1999	C.Légua, Trem, Ped. O. Lugares	95 583	75%
Recuperação do Castelo de Porto de Mós	1999	Porto de Mós	136 556	75%
Rede de Águas Residuais Domésticas a São Jorge	2000	São Jorge	43 403	75%
Construção do Parque Industrial de Porto de Mós – 1ª F	2001	Porto de Mós	179 273	75%
Catálogo dos Produtos Artesanais	1996	Porto de Mós	1 462	75%
Beneficiação de Inform. Viária para Grande Rota Turística	2000	Alq.Serra, Alv., T.Grdes, S. Bento	116 921	96%
<b>TOTAL</b>	-	-	967 297	-

Fonte: GADIL, Maio 2002 (p/ intermédio de Câmara Municipal de Porto de Mós)

A acção da administração local, no sentido de melhorar as condições de vida dos munícipes mantém-se patente nos projectos concluídos e em execução, no âmbito do QCA III (2000-2006), nomeadamente, a Remodelação do Largo do Rossio, a construção do Complexo Municipal de Piscinas e a dotação de Abastecimento de Água a S. Bento.

As, ainda, intenções de investimento, materializadas no conjunto de seis projectos a candidatar, evidenciam a contínua preocupação na melhoria das infraestruturas de saneamento básico, na diversificação da oferta de equipamento cultural (construção de polivalente cultural em Mira de Aire) e de Recreio/Lazer (Parque Urbano de Porto de Mós – Jardim Sul) e na melhor dotação de infraestruturas de apoio à actividade industrial do concelho (Zona Industrial de Mira de Aire).

**Quadro 50: Projectos com incidência no concelho de Porto de Mós, concluídos, em execução e a candidatar, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (2000/2006)**

Designação do Projecto	Estado Projecto	Localização	Invest. Total (contos)	Subsídio Atribuído (%)
Remodelação do largo do Rossio	Concluído	Porto de Mós	76 263	60%
Abastecimento de Água a São Bento	Em Execução	São Bento	173 350	69%
Complexo Municipal de Piscinas	Em Execução	Porto de Mós	428 816	65%
Zona Industrial de Mira de Aire	A candidatar	Mira de Aire	-	-
RARs F. do Oleiro/fonte dos Marcos//Rib. Baixo	A candidatar	F. Oleiro/F. dos Marcos//Rib. Baixo	-	-
RARs Tojal/Bom Sucesso/Castanheiro	A candidatar	Tojal/B. Sucesso/Castanheiro	-	-
RARs Moitalina/Cruz da Légua/ Cumeira/Boieira	A candidatar	Moitalina/C. Légua/ Cumei./Boiei.	-	-
Parque Urbano de Porto de Mós – Jardim Sul	A candidatar	Porto de Mós	-	-
Construção de Polivalente Cultural	A candidatar	Mira de Aire	-	-

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

No âmbito da actuação da Administração Central, existem três intenções de intervenção (todas em fase de estudo) com incidência sobre o território municipal, ao nível da infraestruturização rodoviária, que, a concretizarem-se, serão um factor preponderante na melhoria da acessibilidade ao concelho e, inevitavelmente, ao seu desenvolvimento económico, beneficiando, sobretudo, o sector económico preponderante do concelho, nomeadamente:

- Construção do IC 9, desde o IC 2 (Chão da Feira) até ao nó da A1, em Fátima;
- Construção das Variantes à EN 243, em Porto de Mós e em Mira d'Aire;
- Remodelação da EN 1 em IC 2.

## 4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

### 4.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO<sup>4</sup>

O concelho de Porto Mós, divide-se nas seguintes unidades **geomorfológicas**: Plataforma sedimentar detrítica; Bacia aluvionar dos rios Lena e Alcaide e “vale tifónico” de Porto de Mós; Planalto de S.Mamede; Anticlinal de Candeeiros; Depressões tectono-cársicas de Arrimal-Mendiga-Serro Ventoso; Planalto de Santo António; Depressões tectono-cársicas de Alvados e de Mira-Minde. A **litoestratigrafia** divide-se nas seguintes unidades: Depósitos Modernos; Aluviões; Formações Residuais (“terra rossa”); Quaternário; Pliocénico; Miocénico; Paleogénico; Cretácico; Jurássico Superior (Portlandiano-Kimeridgiano); Jurássico Superior (Oxfordiano); Jurássico Médio (Coloviano-Batoniano-Bajociano); Jurássico Inferior (Lias superior e médio), Jurássico Inferior (Infralias), Rochas Eruptivas. Do ponto de vista **tectónico-estrutural**, o concelho de Porto-Mós pode ser dividido em duas grandes unidades: o Anticlinal Tifónico de Porto de Mós e o Maciço Calcário Estremenho. As características **hidrogeológicas** resumem-se às seguintes unidades: Depósitos Aluvionares, Solos Residuais (“terra rossa”), Depósitos Pliocénicos, Formações Miocénicas, Oligocénicas, Cretácicas e do Jurássico Superior (Kimeridgiano e Portlandiano), Camadas de Montejunto, Maciço Calcário Jurássico (“Dogger e Lias”). Os **recursos minerais** ocorrentes na área do concelho integram-se no grupo dos designados minerais não metálicos que incluem, genericamente, rochas para materiais de construção, jazidas de lignito, eventuais jazidas de gesso, salgema e rochas ornamentais calcárias. Neste último grupo destacam-se as seguintes variedades: Alpinina (Cabeço de Alfava, Alvados), Semi-rijo (Lajedo, Mendiga), Olho de Sapo (Salgueiras, Arrimal) e Brecha de Santo António (Espinheiro, S. Bento).

Fotografia 1: Campo de lapíais em Pia Carneira



Fotografia 2: Depressão tectono-cársica de Alvados



A **análise fisiográfica** é efectuada em três vertentes: hipsometria, festos e talvegues e declives. Para a **hipsometria** escolheram-se cinco classes tendo em conta a escala do trabalho, o relevo presente e o objectivo do plano. As zonas mais baixas do concelho, com cotas inferiores a 200 metros, correspondem às zonas

<sup>4</sup> Plano Director Municipal de Porto Mós, 1994

associadas aos vales dos cursos de água mais importantes (rio Lena, rio de Cós e rio Alcoa), sendo definidoras de duas importantes áreas: a depressão (poldje) de Mira-Minde e toda a zona NW do Concelho (plataforma sedimentar detrítica). Entre os 200 e 300 metros, não há muita representatividade no concelho, a não ser o poldje de Alvados e o planalto de Alqueidão da Serra. Com 300 a 400 metros, define-se todo o planalto que se estende desde Arrimal/ Mendiga até Serro Ventoso e corresponde ao terço inferior das encostas. Entre os 400 e 450 metros, há correspondência ao terço médio/superior das encostas, definindo as elevações que caracterizam o planalto de S. Mamede. A partir dos 450 metros, corresponde à zona superior dos sistemas de relevo mais acentuados do Concelho, nomeadamente a Serra dos Candeeiros, a Serra de S. Bento e a Costa de Mira-Minde. Em relação aos **festos**, assinalam-se apenas os de maior importância, como o caso do festo que separa a bacia do Tejo da bacia do Lis e o festo que define a linha de cumeada da Serra dos Candeeiros. São ainda assinalados alguns festos secundários, que definem pequenas bacias dentro do Concelho, como por exemplo a do rio Alcaide e rio Lena, as dos afluentes do rio Lis e a do rio Alcoa. Dos principais **talvegues**, destacam-se o Rio Lena, o Rio Alcaide, a Ribeira de Arrimal, o Rio de Cós, o Rio Alpedriz e o Rio Alcoa. No que se refere aos **declives**, constata-se a existência de um grande contraste, já que às extensas zonas de declives suaves, de que é exemplo todo o NW do Concelho (plataforma sedimentar detrítica), e ao planalto de Santo António, se opõem zonas muito declivosas, que correspondem, essencialmente, à Serra dos Candeeiros, ao Serro dos Casais, à Costa de Alvados, a Mira-Minde e à zona envolvente de Porto de Mós. A restante área concelhia, caracteriza-se pela existência de todas as classes de declive, que surgem em pequenas manchas.

A **climatologia** é analisada ao nível dos principais elementos climáticos: temperatura, precipitação, humidade do ar, insolação, vento e geada. Para esta análise recorreu-se aos registos das estações udométricas de Fátima, Minde, Aljubarrota, Leiria, Porto Mós e Serro Ventoso e ainda os registos da estação climatológica de Alcoabaça, visto não existir nenhuma no concelho. A consulta foi feita a dados publicados relativos ao período de 1941/1970 e 1941/1962. A temperatura média anual no concelho, varia entre os 13.3 °C e 14.7 °C, registando-se o valor médio anual mais elevado na estação de Porto-Mós (14.7 °C). O valor médio anual de humidade relativa do ar às 9 horas varia entre 75% e 80%, podendo-se assim considerar húmido. A insolação compreende valores médios anuais variáveis entre 2 400 e 2 500 horas/ano. O vento dominante sopra do quadrante N/ N-W havendo também uma percentagem de calma elevada. Quanto à geada, ocorre durante 2 a 4 meses, com uma frequência de 20 a 40 dias no ano. Segundo Thornthwaite, o clima classifica-se como mesotérmico (temperado), super-húmido, com pequena eficácia térmica e moderado défice de água no Verão.

Quanto à utilização dos **solos** de classe A (segundo o “Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário”, editada pelo S.R.O.A), que inclui as classes de capacidade de uso A e/ou B e/ou C, pode considerar-se bastante abrangente visto serem solos de alta produtividade, susceptíveis de utilização agrícola intensiva ou moderadamente intensiva. No concelho, estes solos predominam nas zonas planas correspondendo às zonas de vale mais significativas e aos poldjes que constituem depressões onde se acumulou “terra rossa”, de matriz

argilosa, constituindo zonas de elevada fertilidade. Exemplo destas situações são: o extenso vale que se estende desde Mendiga a Serro Ventoso, o poldje de Alvados e Mira-Minde, o vale do rio Lena, junto a Porto de Mós, estendendo-se até ao limite norte do Concelho, o vale do rio de Cós, prolongando-se até Alcaria de Cima e vale do rio Alcoa. A utilização dos solos de classe F, que inclui a classe de capacidade de uso D e/ou E, é bastante restrita visto serem solos com severas limitações de utilização agrícola, adaptados para utilizações florestais de produção/protecção e para vegetação natural. Estes solos estendem-se por toda a Serra dos Candeeiros, Serro dos Casais, Planalto de S. Mamede e de Santo António. Surgem ainda zonas de utilização mista, A+F, localizadas, na sua maior parte, numa extensa área que se prolonga desde S. Jorge até à Cumeira de Cima, na envolvência de Mendiga/Bemposta, e de Alvados, Alcaria e Porto de Mós. Em termos gerais, com base nestas cartas, podemos concluir que as áreas F ocupam a maior parcela do Concelho, embora as áreas A sejam também bastante representativas.

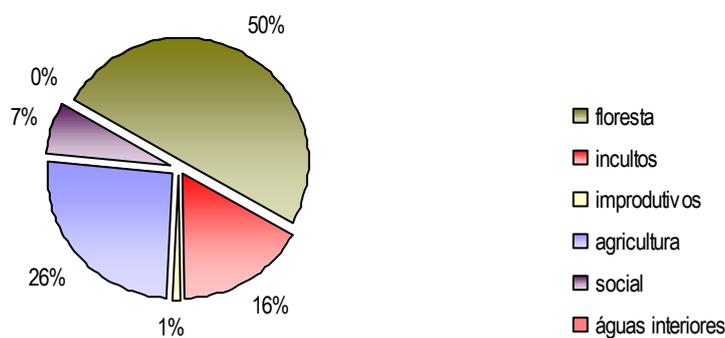
## 4.2 USO DO SOLO

Antes de mais é importante referir que a peça desenhada que acompanha este tema teve como base uma consulta ao portal [www.geocid-snig.cnig.pt](http://www.geocid-snig.cnig.pt). Aqui, a informação relativa à ocupação do solo obtém-se, geralmente, através da COS – *Carta de Ocupação do Solo* (informação cartográfica à escala 1/25 000). As fotografias aéreas, utilizadas para obtenção da série, são datadas de Agosto de 1990 e de Agosto de 1991. No entanto, esta informação não cobre todo país. Com efeito parte do concelho de Porto de Mós, não está contemplada. Por conseguinte, recorreu-se à *Carta Corine Land Cover* (série cartográfica de ocupação do solo, à escala 1/ 100000), elaborada através da interpretação visual de imagens de satélite *Landsat*, com apoio de informação auxiliar, referente ao período de Agosto de 1985 a Agosto de 1987. Por este facto, a informação em causa encontra-se desactualizada, principalmente porque é visado um território que nos últimos anos tem sofrido grandes alterações nos usos agrícolas e florestais. Ainda assim, optou-se pela utilização desta informação, visto que, em termos de definição das classes de ordenamento do território, o uso mantém-se, geralmente, como agrícola, variando apenas o tipo de cultura.

De qualquer forma, o desenvolvimento deste tema faz-se também com recurso a outras fontes, nomeadamente a dados estatísticos da Direcção Geral de Florestas (1995) e ao Recenseamento Geral de Agricultura (1999), que permitem ter uma ideia bastante mais aproximada de como é, actualmente, a ocupação do solo no concelho.

Os dados estatísticos da Direcção Geral das Florestas, referem-se a uma aplicação informática disponível no respectivo portal, com a designação *Aerostat*. Nesta aplicação consta uma estimativa das áreas conforme a ocupação do solo, sendo baseada numa amostra de cerca de 130 000 fotopontos, obtidos por fotointerpretação da cobertura aero-fotográfica de 1995. Com estes dados elaborou-se o gráfico referente uso do solo.

Gráfico 13: Uso actual do solo na sub-região Pinhal Litoral



Fonte: Direcção Geral das Florestas, *Aerostat* – aplicação para a estimativa de áreas de ocupação do solo

Através da análise do gráfico anterior, verifica-se existir um considerável predomínio de área dedicada à exploração silvícola da sub-região do Pinhal Litoral (50%). Seguidamente, surge a área agrícola, mas com bastante menos expressão (26%). Os incultos têm também uma ocupação assinalável (16%). Transpondo esta análise para o concelho de Porto de Mós, e conjuntamente com o estudo da *Carta Corine Land Cover*, as diferenças não são substanciais. A principal diferença consiste num maior predomínio de incultos, onde se incluem as áreas de pastagens pobres, de matagal e de vegetação esclerófito, em relação à área ocupada pela floresta.

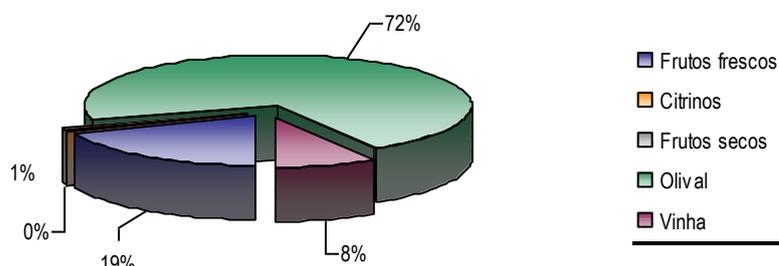
No concelho de Porto de Mós, a floresta é, essencialmente, remetida para uma faixa de pinheiros bravos a NW. Também no Planalto de Santo António se encontram ainda manchas consideráveis de folhosas autóctones (aziniais, carvalhais de carvalho-cerquinho e sobreirais), assim como de olivais em associação com pastagens de boa produtividade. A NE, a floresta autóctone pontua com frequência a paisagem, alternando com espaços incultos, fruto do abandono da agricultura.

#### 4.2.1 Uso agrícola

A agricultura já deteve maior importância no concelho do que actualmente. As actividades industriais de exploração e transformação de inertes têm vindo a preencher o lugar que antigamente era ocupado por uma agricultura de subsistência, que assim tem vindo a perder importância, confinando-se à área a NW do concelho, através da exploração de pomares e de vinha, e às grandes depressões de Alvados e Minde, com uma agricultura em mosaico ou em associação com o olival. Hoje, as actividades agrícolas são exercidas no quadro de explorações individuais e sob três modalidades principais: agricultura a tempo parcial, como fonte complementar de rendimento não monetário de chefes de família, cuja profissão é não agrícola; agricultura comercial, que assenta sobretudo nas produções de origem animal (a carne e o leite) e agricultura de subsistência, residual e localizada nas zonas mais deprimidas do concelho, em acentuado declínio demográfico e económico. Exceptuando a ponta NW do concelho, onde a fruticultura está virada para uma forte

comercialização da produção, a agricultura em Porto de Mós, caracteriza-se por possuir baixos índices de produtividade e de mecanização, sendo orientada num espírito de autoconsumo familiar, e não como principal actividade do agregado.

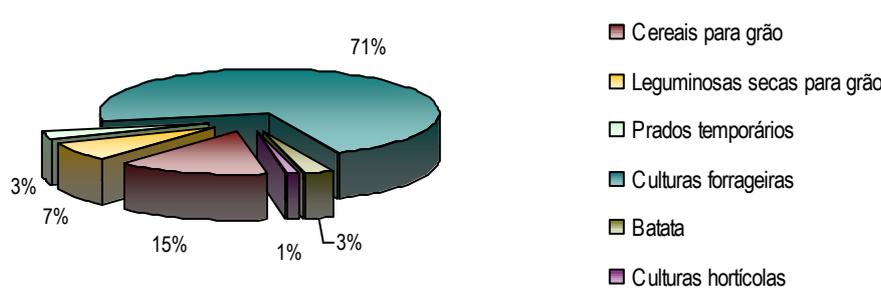
**Gráfico 14: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho de Porto Mós**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999, Região do Pinhal Litoral

A análise do gráfico anterior permite concluir pela importância que os olivais têm na agricultura do concelho. O cultivo da oliveira surge associado ao de outras culturas temporárias, nomeadamente de cereais para grão e de culturas forrageiras. A crescente incrementação de pomares surge em substituição das culturas de regadio e das culturas hortícolas. A cultura da vinha tem vindo a ser abandonada, consequência das alterações de mercado.

**Gráfico 15: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho de Porto Mós**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999, Região do Pinhal Litoral

Quanto às culturas temporárias, destacam-se as culturas forrageiras, cultivadas nos chousos e associadas à exploração pecuária de vacas, com maior incidência no planalto de Santo António. De seguida, surgem os cereais para grão, também cultivados nos chousos, em simultâneo com a oliveira. Tanto a batata, como as leguminosas secas para grão (grão de bico, ervilhaca, lentilhas) têm, também, alguma expressão, resultado do seu cultivo nos chousos existentes nas imediações dos aglomerados urbanos.

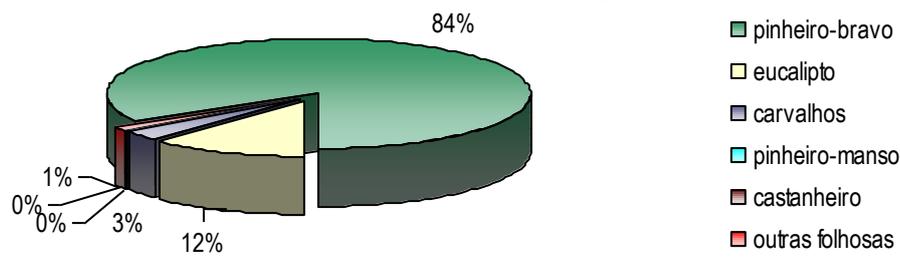
Fotografia 3: Cultivo de culturas forrageiras através de um método tradicional



#### 4.2.2 Uso florestal

Mediante a observação do gráfico aqui apresentado, conclui-se que as áreas florestais de pinheiro bravo dominam na sub-região do Pinhal Litoral. Este facto torna-se óbvio ao inserir esta sub-região no território abrangido pelo Pinhal de Leiria. No concelho, o pinheiro bravo predomina na ponta NW. O eucalipto não tem uma expressão significativa, concentrando-se na encosta poente da Serra dos Candeeiros. Os carvalhos, pertencentes à flora autóctone, dispersam-se pelo planalto de Santo António e pelo planalto de S. Mamede.

Gráfico 16: Distribuição das espécies florestais na sub-região do Pinhal Litoral



Fonte: Direcção Geral das Florestas, *Aerostat* – aplicação para a estimativa de áreas de ocupação do solo

### 4.3 VALORES NATURAIS

#### 4.3.1 Flora<sup>5</sup>

A região em estudo insere-se, em termos de vegetação clímax, na classe *Quercetea ilicis* Br.-Bl.1947. Os bosques de *Quercus faginea* Lam. ssp *broteroi* (*Arisaro-Quercetum broterii*, Br.-Bl., P.Silva & Rozeira) formam manchas de reduzida dimensão em situação de vale ou de meia encosta.

"Os carrascais, expressão mais directa da degradação da formação anterior, estendem-se por zonas de maior altitude em matos que, de um modo geral, não passam 1,5 m de altura. A acção conjunta e intensiva do fogo e

<sup>5</sup> Plano Director Municipal de Porto Mós, 1994

do pastoreio, tem provocado, ao longo dos tempos, uma regressão neste tipo de vegetação, sendo frequente a presença de espécies características da *Cisto-Lavanduletea* Br.-Bl. (1940) 1952 que alternam com características da *Calluno-Ulicetea* Br.-Bl. & R.Tx. 1943, e da *Ononido-Rosmarinetea* Br.-Bl. 1952. As espécies características da *Tuberarietea guttatae* Br.-Bl. 1952 em Rivas-Martínez 1978 revelam o estágio máximo de degradação da vegetação. É a esta última classe que pertence a maior parte das forrageiras que os rebanhos podem encontrar nestas serras." (Espírito Santo, Rego, Costa, s/d, B).

As formações vegetais de *Quercus faginea* Lam. ssp *broteroi*, ocupam situações de declive bastante acentuado, com afloramentos rochosos onde dificilmente se instala outro tipo de vegetação. Estas formações apresentam "uma riqueza específica de elementos das classes *Querco-Fagetea* Br.-Bl. & Vlieger 1937 e *Trifolio-Geranietea* Th.Muller 1962. Esta última é formada pela vegetação herbácea vivaz que se radica nas clareiras e orlas de bosques espontâneos geralmente caducifólios, como acontece nestes carvalhais. *Querco-Fagetea* engloba espécies que encontram o seu óptimo em bosques caducifólios onde encontram condições de frescura, sombreamento e humidade edáfica (Franzi 1984) apropriada, condições estas que se podem encontrar nos carvalhais de *Quercus faginea* Lam. ssp *broteroi* (P.Coutinho) A. Camus do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, já que o seu ombroclima é sub-húmido a húmido." (Lousã & Espírito Santo 1990). Nas zonas de cumeada, em situações de maiores altitudes, surgem bosques de *Quercus rotundifolia*, que por degradação dão origem a matos altos de *Quercus coccifera* L. ou de um híbrido deste com o *Quercus rotundifolia*, o *Quercus airensis* Franco & Vasc. Os povoamentos florestais são constituídos por pinheiro bravo, pinheiro de Alepo e eucalipto, tendo o fogo destruído a quase totalidade dos pinhais de Alepo.

#### 4.3.2 Fauna<sup>6</sup>

No capítulo do PDM em vigor referente à Fauna, enumeram-se exaustivamente os anfíbios, os répteis, os mamíferos e as aves existentes no Concelho. Visto não haver nota de nova bibliografia sobre este tema, remete-se para a consulta deste documento. No entanto, no âmbito da revisão do PDM, é conveniente salientar a importância faunística do concelho.

O conjunto de factores naturais, sociais e económicos existentes no concelho manifestam-se, directa e indirectamente, nas comunidades faunísticas em presença, conferindo-lhe um valor considerável de riqueza e singularidade.

As zonas periféricas ao Maciço estremenho são ecologicamente diferentes, apresentando um coberto vegetal e uma estrutura de biótopos (onde predomina o pinhal) mais pobre, traduzindo-se este facto numa zoocenose com pouco interesse quando comparada com a zona que constitui o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (PNSAC). Ali, face às espécies, comprovada ou potencialmente, ocorrentes e às informações coligidas sobre a

---

<sup>6</sup> Plano Director Municipal de Porto Mós, 1994

utilização que a comunidade de vertebrados faz dos habitats existentes, identificam-se de uma maneira muito sucinta e globalizante áreas cuja sensibilidade faunística e ecológica suscita um maior interesse. São elas:

- **Zonas húmidas** - Integram este grupo os habitats aquáticos propriamente ditos, bem como o meio ribeirinho e ripícola adjacente. Este ecossistema, fazendo fronteira entre dois biomas, manifesta claramente a acção do "efeito de orla", sendo as suas biocenoses verdadeiros ecótonos de importante valor biológico. Com efeito, a variedade de habitats que proporcionam permite a existência de uma fauna característica bastante diversificada, onde os animais anfíbios, ou com ecofases aquáticas, e terrestres assumem papel de destaque (Almaa, 1984). As comunidades ictiofaunísticas presentes serão, certamente, influenciadas pelas diferenças abióticas e bióticas de cada local, predominando as espécies ciprinícolas, sempre que o meio permita a sua ocorrência. Em termos de herpetofauna, todos os anfíbios se encontram presentes, numa ou em mais fases do seu ciclo de vida, referenciando-se, no caso dos répteis, uma espécie exclusiva das áreas ribeirinhas: a cobra-de-água-viperina (*Natrix maura*). A comunidade ornítica que habita estas zonas é variada, podendo citar-se o caso do Guarda-rios (*Alcedo atthis*), do Rouxinol-bravo (*Cettia cetti*), da Galinha-de-água (*Gallinula chloropus*) e do Galeiro (*Fulica atra*), que ocorrem de uma maneira exclusiva nestes locais. O mesmo tipo de dependência se verifica com a Lontra (*Lutra lutra*) e o Rato-de-água (*Arvicola sapidus*);
- **Habitats terrestres** - Zonas de olival associado a culturas de sequeiro, entrecortadas por zonas de regadio, junto aos vales. Segundo Marques, et al. (1992) estes locais apresentam uma maior diversidade avifaunística onde se encontram parcialmente restritos; Espécies como a Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), a perdiz (*Alectoris rufa*), as cotovias (*Galerida sps.*). Na comunidade mamológica destacam-se o coelho (*Oryctolagus cuniculus*), a lebre (*Lepus capensis*) a doninha (*Mustela nivalis*) e o texugo (*Meles meles*). As manchas de carvalhal (predominantemente de *Quercus faginea*), constituem resquícios, escapados aos incêndios e à reflorestação, situadas maioritariamente em vales protegidos ou nas orlas de áreas agrícolas. Os mamíferos de médio e grande porte, como a geneta (*Genetta genetta*), o gato-bravo (*Felis silvestris*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o javali (*Sus scrofa*), utilizam este biótopo como abrigo. Da avifauna destacam-se o gavião (*Accipiter gentilis*), a coruja-do-mato (*Athene noctua*), o gaio (*Garrulus glandarius*), a felosa-de-Bonelli (*Phylloscopus bonelli*) e o Chapim-real (*Parus major*);
- As **minas, grutas e algares** constituem fenómenos cársicos com ecossistemas de grande interesse, devido à sua originalidade e à especialização das espécies de invertebrados, e vertebrados, que conseguem sobreviver neste meio (Rodrigues & Palmeirim, 1991). Dos vertebrados que utilizam este habitat, destacam-se pela sua importância conservacionista, a gralha-de-bico-vermelho e os morcegos cavernícolas. A manutenção das populações destas espécies

passa pela preservação das grutas e algares, susceptíveis, ou que comprovadamente albergam estes taxa . Refiram-se, para o efeito, os trabalhos de Farinha (1991) e de Palmeirim & Rodrigues (1992), que identificaram locais considerados importantes para as espécies em causa e que merecem, por isso, uma protecção especial que passa, essencialmente, por restringir, ou condicionar as perturbações aos abrigos, através, por exemplo, do controle de visitas espeleológicas ou do lançamento de lixo para o seu interior;

- As **zonas escarpadas e afloramentos rochosos**, que irrompem dos matagais na vizinhança ou em vales fluviais e que, devido à sua inacessibilidade e condições inóspitas, potenciam o aparecimento de espécies com requerimentos ecológicos elevados, como é o caso do Bufo-real (*Bufo bufo*), do Andorinho-real (*Apus apus*), e do Melro-azul (*Monticola solitarius*).

### 4.3.3 Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros<sup>7</sup>

O Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (PNSAC) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 118/79 pelo facto de que estas serras “reúnem grande interesse paisagístico, além de conservarem muitos valores naturais e terem ainda um riquíssimo património arquitectónico e cultural ligado às populações que ali habitam”. O Plano de Ordenamento do Parque foi aprovado pela Portaria n.º 21/88, estando portanto bastante desactualizado. Em consequência foi desencadeado o seu processo de revisão, estando a decorrer actualmente a discussão da versão preliminar da caracterização. É com base nesta versão que os sub-capítulos seguintes são desenvolvidos. A escolha dos temas abordados prende-se com a sua maior importância para a caracterização biofísica do concelho de Porto Mós, visto este ser o concelho mais ocupado pela área do Parque. Esta caracterização sumária deveria ser acompanhada pelas seguintes peças desenhadas: carta das grandes estruturas geológicas, carta de biótopos, carta da área de pedreiras, carta de habitats da rede natura, carta das estruturas de apoio ao recreio, decorrentes da mesma versão. No entanto não foi possível aceder a essa informação em tempo útil, remetendo-se para fase seguinte da revisão do PDM, a introdução destes elementos.

#### 4.3.3.1 Caracterização geral

O PNSAC abrange uma parte significativa do Maciço Calcáreo Estremenho. A zona apresenta sub-unidades que correspondem a compartimentos elevados: a Serra dos Candeeiros, a Oeste, o Planalto de Santo António, ao Centro e Sul, e a Serra de Aire (que já não pertence ao concelho de Porto Mós) e o Planalto de Mamede, respectivamente, a Este e Oeste. Estas elevações estão separadas por depressões relacionadas com acidentes tectónicos: a depressão da Mendiga, que separa a Serra dos Candeeiros do Planalto de Santo António, a depressão de Minde-Mira e a depressão de Alvados, que marcam uma fronteira entre os planaltos de Sto António e de S. Mamede/Serra de Aire.

<sup>7</sup> PNSAC, Revisão do Plano de Ordenamento, Fase de caracterização – versão preliminar para discussão, Junho 2002

A permeabilidade e a solubilidade dos calcários, associadas à grande distância existente entre a superfície e o nível freático de base, têm como resultado um sistema de escoamento superficial das águas funcionalmente irrelevante, com vales cegos, depressões sem ligação exterior ao sistema, etc. A função de escoamento das águas é assegurada por um extenso sistema subterrâneo de drenagem do qual resulta um património espeleológico notável. Estas condições, bem como o relevo movimentado, dão origem a uma grande escassez de solos agrícolas e de água superficial disponível na área do Maciço, por contraste com a abundância de água superficial da sua periferia, ou subterrânea no seu interior, condicionando a ocupação humana e a economia local. As actividades económicas predominantes nesta área são, além da agricultura e da pastorícia, geralmente pobres, de subsistência e em declínio, a suinicultura intensiva, a exploração da pedra e a indústria transformadora na periferia do Maciço, aproveitando a abundância de água das nascentes cársicas da base do mesmo. Actualmente, a agricultura é em grande medida uma actividade complementar de outras mais remuneradoras, com excepção da que se baseia na produção de gado no Planalto de Sto António.

**Fotografia 4: Um aspecto característico do PNSAC, a Lagoa de Alvaldos**



As características particulares desta área dão origem a uma paisagem singular no contexto nacional, mas também a um património florístico (cerca de 1/5 das espécies da flora vascular de Portugal têm representatividade no PNSAC) e faunístico de grande importância.

Em resumo, o Parque Natural caracteriza-se pela sua singularidade geológica, morfológica e paisagística e pela sua diversidade biológica, merecendo ainda referência as marcas evidentes na ocupação do território da luta permanente das populações para vencer as dificuldades impostas pela ausência de água superficial e pela escassez de solo agrícola.

#### **4.3.3.2 Património geológico**

Um dos aspectos paisagísticos mais relevantes no Parque, é sem dúvida, o geológico. Isto deve-se, essencialmente à existência dos seguintes aspectos:

- extensos campos de lapiás;
- grandes áreas com dolinas e depressões mais complexas;
- depressões cársicas tipificáveis como poljes;
- grande número de grutas,
- extensos aquíferos drenados por nascentes importantes;
- escarpas de falhas de grandes acidentes transversais.

#### 4.3.3.3 Uso do solo

A utilização do solo corresponde a um mosaico de usos adaptados às condições locais, nomeadamente:

- Matos nos cabeços e em encostas declivosas, muitos dos quais com forte regeneração de azinheira e com boas regenerações de sobreiros e/ou carvalhos cerquinhos (dependendo das condições de humidade), ou resinosas (em especial pinheiro bravo e de Alepo (dependendo, do facto de se tratar de zonas anteriormente florestadas));
- Matos baixos e prados, nas zonas aplanadas dos cimos das serras;
- Olivais, nas encostas, em que tal é possível, nas depressões, no sopé das serras, onde existe acumulação de solo, em associação com a cultura arvenses de sequeiro ou com prados permanentes;
- Agricultura de sequeiro, nas depressões, com solos mais profundos e com maior humidade;
- Áreas florestais, sobretudo pinhais e eucaliptais, na zona das areias que bordeja o Maciço Calcário Estremenho, a Sul e a Oeste, em algumas depressões abandonadas pela agricultura e nas encostas e cimo das serras florestadas, em que não houve destruição pelo fogo.

#### 4.3.3.4 Pedreiras

A actividade de extracção de inertes, se bem que tradicional na área do PNSAC, conheceu um aumento significativo a partir dos meados dos anos oitenta quando se conjugaram vários factores favoráveis, designadamente:

- Um período de expansão económica com fortes efeitos no dinamismo do sector da construção civil;
- As alterações tecnológicas que permitem a extracção de pedras com menor recurso aos explosivos, o que se adapta às características da fracturação dos maciços existentes;
- Uma alteração no gosto dos clientes que permitiu aos calcários sedimentares competir com os mármore;

- A introdução do sistema de financiamento com características do leasing, muito bem adaptado a situações de expansão da actividade, em que os equipamentos podem ser pagos à medida da comercialização.

Esta situação contribui para a fixação da população, mas tem efeitos significativos na conservação, dos patrimónios geológico, geomorfológico e florístico do PNSAC.

No essencial podem-se distinguir quatro grandes tipos de pedreiras, que, por sua vez se subdividem conforme o tipo de material extraído: pedreiras industriais (britas, dolomitos e cal); pedreiras de rocha ornamental (pedreiras de blocos), pedreiras de calçada e pedreiras de laje. As pedreiras que têm maior incidência no território do concelho de Porto de Mós são as pedreiras de rocha ornamental, mais conhecidas como pedreiras de blocos. Estas pedreiras ocupam áreas que em média não ultrapassam os 3 ha. A exploração é feita em degraus, com cerca de 6 metros de altura. O método de exploração recorre a máquinas de corte por forma a tirar os blocos com dimensões comerciais (bloco com 3.5 metros de comprimento e com 1.5 metros, quer de altura, quer de largura). O material extraído é utilizado maioritariamente em pavimentos e acabamentos de edifícios. Em Porto de Mós, são conhecidos com as seguintes designações comerciais: Alpininina, Brecha de Santo António e Semi-rijo.

#### **4.3.3.5 Recreio e Turismo no PNSAC**

Recentemente, as formas tradicionais de recreio, têm vindo a alterar-se, assistindo-se, nos últimos anos, a pressões crescentes para a promoção de outras actividades vulgarmente referenciadas como Turismo Activo e, actualmente, enquadradas no Turismo de Natureza. Para além de ser servido periféricamente por bons acessos, internamente o Parque possui pólos turísticos com dinâmica própria, como sejam as grutas turísticas de Alvados, Mira de Aire, Santo António e Moeda. Estes factores contribuem decisivamente para que seja uma área potencial em termos turísticos. Neste contexto, e no seguimento do Decreto Regulamentar n.º 18/99 de 27 de Agosto, o Plano de Ordenamento pretenderá enquadrar o desenvolvimento das actividades relacionadas com o Turismo Natureza, incluindo actividades e serviços de desporto de natureza, gerindo os inevitáveis conflitos entre a utilização recreativa e turística e a conservação da natureza. Destacam-se as seguintes actividades a ter em conta no plano desenvolvido pelo PNSAC:

- Pedestrianismo;
- BTT;
- Todo-o-Terreno;
- Espeleologia;
- Parapente;
- Escalada.

#### 4.3.4 Rede Natura 2000

A criação da *Rede Natura 2000* resulta de duas directivas comunitárias: a Directiva 79/409/CEE, relativa à protecção das aves selvagens - *Directiva das Aves*, e a Directiva n.º 92/43/CEE de 21 de Maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais, da fauna e da flora selvagens - *Directiva Habitats*. Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi legislada em Conselho de Ministros, aprovando as listas de sítios a integrar na Rede Natura, em duas fases distintas. Para o concelho de Porto Mós, e consultando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, que aprova a lista nacional de sítios (2ª fase), prevista no art.º 3º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto, cria um sítio de importância comunitária abrangendo o concelho de Porto Mós, que, a seguir, se passa a descrever.

#### Serras de Aire e Candeeiros (44 226ha) – Sítio n.º PTCO0015

##### Habitats naturais do anexo I da Directiva Habitats (anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril)

Lagos eutróficos naturais com vegetação do tipo Magnopotamion ou Hydrocharition (3150),  
Charcos temporários mediterrânicos (3170),

Formações estáveis xerotermófilas de *Buxus sempervirens* das vertentes rochosas (*Berberidion spp.*) (5110),

Matagais arborecentes de *Laurus nobilis* (5230),

Florestas termomediterrânicas e pré-estépicas de todos os tipos (5330),

Matos termomediterrânicos de *Cytisus* e *Genista* (5335),

Prados calcários cársicos (*Alyssum-Sedion albi*) (6110)<sup>8</sup>,

Formações herbáceas secas seminaturais e fácies arbustivas em calcários (*Festuca brometalia*) (importantes habitats de orquídeas) (6210),

Subestepes de gramíneas e anuais (*Thero-Brachypodietea*) (6220),

Pradarias com *Molina* em solos calcários, turfosos e argilo-limonosos (*Molinion caeruleae*) (6410),

Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molina-Holoschoenion* (6024),

Depósitos mediterrânicos ocidentais e tremófilos (8130),

Vegetação casmófitas das vertentes rochosas, subtipos calcários (8210),

Rochas calcárias nuas (8240),

Grutas não exploradas pelo turismo (8310),

Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus Pyrenaica* (9230),

Carvalhais de *Quercus faginea* (Península Ibérica) (9240),

Florestas de *Quercus suber*, e

Florestas de *Quercus ilex* (9340).

##### Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats (anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril)

*Arabis sadina*,

*Iberis procumbens ssp micorcarpa*,

*Juncus valvatus*,

*Narcissus calcicola*

*Rhynchosinapis erucastrum ssp. Cintrana*, e

*Silene longicilla*.

<sup>8</sup> A sublinhado destacam-se os Habitats prioritários.

**Espécies da fauna constantes do anexo II da Directiva Habitats  
(anexo II do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril)**

*Myotis myotis* – morcego-rato-grande,  
*Miniopterus schreibersii* - morcego-de-pelucho,  
*Myotis bechsteinii* - morcego-de-bechstein,  
*Myotis blythii* - morcego-rato-pequeno,  
*Myotis emarginatus* - morcego-lanudo,  
*Rhinolophus ferrumequinum* - morcego-de-ferradura-grande,  
*Rhinolophus euryale* - morcego-de-ferradura-mediterrânico,  
*Rhinolophus mehelyi* - morcego-de-ferradura-mourisco,  
*Rhinolopus hipposideros* – morcego-de-ferradura-pequeno,  
*Lutra lutra* – lontra,  
*Chondrostoma polylepis*, e  
*Rutilus macrolepidotus*

**4.3.5 Outros valores naturais**

O concelho é abrangido pelo Parque Natural numa vasta área, e este, por sua vez, encerra uma variedade e quantidade de valores naturais, já descritos no respectivo capítulo. Deste modo, quanto a outros valores naturais, resta mencionar os aspectos considerados mais importantes resultantes da observação empírica do território. O concelho tem excelentes miradouros para usufruir da sua beleza paisagística. Destaca-se a estrada para as grutas de Alvados, a Serra dos Candeeiros, a Serra da Lua e a EM 1270 para Mira de Aire. A proliferação de conjuntos de moinhos pelos cabeços da região, conferem-lhe uma das suas principais características, revelando-se um dos seus valores intrínsecos com forte potencial turístico. Resultado das características geológicas já descritas, os poldjes originam a formação de lagoas, que são também interessantes aspectos paisagísticos frequentes no concelho. Destacam-se as duas lagoas de Arrimal, outra na depressão cársica de Alvados e outras três na depressão de Minde. Os planaltos de Santo António e de São Mamede contêm diversos campos de lapiás, rochas com formas bastante curiosas, resultado da erosão dos calcários promovidas por diversos factores (pelo escoamento da água, pelas diferenças de temperatura e pela resistência desigual à dissolução da água impregnada de gás carbónico). Por fim, destaca-se as escarpas de falha, *Costas*, numa designação mais corrente. A Costa de Alvados, a Costa de Mira e a Costa de Mendiga valem pela sua imponência e originalidade paisagística.

Fotografia 5: Conjunto de moinhos com interesse arquitectónico e paisagístico



#### 4.4 UNIDADES DE PAISAGEM

A definição das unidades de paisagem surge da análise conjunta e integrada de vários factores intervenientes na paisagem. No âmbito da revisão do Plano Director Municipal, a abordagem será esquemática permitindo apenas a percepção geral da paisagem. É, essencialmente, baseada na análise do uso do solo com a sobreposição da análise fisiográfica, e no caso específico de Porto de Mós, dando também especial atenção ao património geológico. Nesta medida, o concelho apresenta uma paisagem bastante rica e diversificada. Prova disso é o facto de grande área do concelho fazer parte integrante do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros. Destacam-se as formações cársicas que caracterizam especificamente esta paisagem: os campos de lapiás, as grandes áreas com dolinas e depressões, os poldjes, as grutas, os algares, etc. Assim como os típicos chousos – espaços para agricultura, resultado de sucessivas acções de desprega dos solo, que deu lugar à formação de pequenos muros de pedra solta compartimentando o espaço, tão característicos desta região. Por conseguinte, podem reconhecer-se as seguintes unidades de paisagem:

- **Zona agrícola de pomares e vinhas** – unidade que se pode identificar na ponta NW do concelho ao longo do rio de Cós, nas proximidades da sede de concelho e na envolvência ao rio Lena. Nesta unidade é possível constatar a sucessiva substituição da cultura da vinha pelas culturas frutícolas, resultado das alterações operadas no mercado agrícola;
- **Zona florestal de pinheiro bravo** - ao longo da EN8, vestígios ainda bem visíveis do Pinhal de Leiria, e numa determinada zona, surge associada a uma frente de explorações de barreiros, actualmente grande parte dela abandonada e sem qualquer recuperação paisagística;
- **Serra dos Candeeiros** – unidade confinada à Serra como identidade geomorfológica e biofísica;
- **Depressões tipo poldje** – unidades que surgem associadas aos vales de maior beleza paisagística do concelho: o vale de Mendiga, o vale de Alvados e o vale de Minde. Estas depressões cársicas são resultado directo da evolução geológica do Maciço Calcário Estremenho;
- **Planalto de Santo António** – unidade geomorfológicamente bem definida e com uma ocupação do solo essencialmente de vegetação esclerófitica;
- **Planalto de São Mamede** – unidade idêntica à anterior diferenciando-se, apenas, no que respeita à ocupação do solo, já que predominam as florestas degradadas;
- **Escarpas de falha** – unidade geomorfológicamente bem definida, providenciando uma paisagem de rara beleza, a escarpa do bordo poente do planalto de Santo António, a Costa de Alvados e a Costa de Mira.

Fotografia 6: Costa de Alvados



## 4.5 DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

Os principais tipos de disfunções ambientais dizem respeito aos seguintes aspectos:

- Poluição em espaço urbano: esgotos e resíduos sólidos;
- Poluição em espaço agrícola: adubos e pesticidas, suiniculturas, vacarias e aviários;
- Poluição industrial: indústria têxtil, indústria de fabrico de plásticos, destilarias e lagares de azeite;
- Extração de inertes: exploração e transformação – saibreiras, barreiras/cerâmicas e mármore;

### 4.5.1 Poluição em espaço urbano

Em meio urbano, a descarga indevida de águas residuais domésticas nas linhas de água conduz a um elevado teor de azoto nas suas várias formas (coliformes totais e fecais), bem como a valores elevados de CQO (Carência Química de Oxigénio) e de CBO (Carência Bioquímica de Oxigénio). O concelho de Porto de Mós tem três ETAR's em funcionamento (Porto de Mós, Juncal e Alcaria), e uma em projecto que se irá localizar em Mira de Aire. Todas estas estações, bem como o restante sistema de drenagem e tratamento de águas residuais, estão integradas no SIMLIS – Sistema Municipal Integrado de Abastecimento e Saneamento de Água.

Fotografia 7: Antiga lixeira selada, Fonte de Oleiro



Os resíduos sólidos produzidos no concelho, são conduzidos para uma das unidades de transferência com ecocentro, do sistema inter-municipal da Valorlis, situado a Norte da sede de concelho, perto de Fonte de Oleiro. Daqui são transportados para o Aterro Sanitário de Leiria, também administrado pela Valorlis. Esta empresa faz

a recolha selectiva, a triagem e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos seis concelhos que compõem a Alta Estremadura: Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós.

#### 4.5.2 Poluição em espaço agrícola

Da análise da ocupação do solo, concluiu-se que a agricultura é uma das principais actividades do concelho. Esta actividade conduz à utilização frequente de adubos e pesticidas para a fertilização dos solos e para o controlo de pragas. No entanto, a utilização excessiva destes produtos provoca graves danos ambientais.

Os adubos são lançados no solo, entram no ciclo da água e, ao chegarem às linhas de água, contribuem para a sua eutrofização. Os pesticidas são muito resistentes à água, podendo chegar facilmente aos peixes, quer directamente, quer através do fitoplâncton, acabando por atingir também a cadeia alimentar. O gado é altamente influenciado pelos pesticidas, pois acumula resíduos nos tecidos adiposos e mais tarde no leite.

Segundo o Decreto-Lei n.º 339/99 de 25 de Agosto, as explorações suícolas podem classificar-se em familiares, quando exploram menos de 20 porcas reprodutoras e/ou menos de 200 porcos de engorda, ou de regime intensivo, quando, em área coberta ou ao ar livre, não utilizam o pastoreio em qualquer das fases do processo produtivo. No concelho de Porto de Mós, predomina este tipo de exploração. No art.º 5 do Decreto-Lei está implícito que a implantação destas unidades está dependente do licenciamento camarário, além da aprovação de licenciamento pelas entidades directamente relacionadas, nomeadamente pela Direcção Geral de Veterinária, pela Direcção Regional do Ambiente e pela Direcção Regional de Agricultura das respectivas áreas de influência.

As suiculturas, principalmente as de carácter familiar, que já tiveram uma forte incidência no concelho, (Porto de Mós chegou a ser o 2º concelho a produzir carne suína), actualmente têm uma presença dispersa e pouco relevante como se pode verificar pela análise da peça desenhada. Estas explorações são um foco de poluição com maior incidência nas águas e, em menor grau, nos solos. A poluição das águas dá-se através da acumulação de azoto nos solos, que são fertilizados pelo estrume produzido na agro-pecuária. Este estrume possui elevada concentração de nitratos, provenientes da existência de azoto orgânico nos excrementos e nos resíduos líquidos. Os nitratos em excesso são arrastados, quer pelas águas da chuva, quer pelas regas, contaminando as águas subterrâneas, os rios e as águas superficiais. Este problema tem especial relevância num concelho como o de Porto de Mós, que pelas suas características geológicas, possui aquíferos que proliferam pela região. O risco de poluição das captações de água é uma ameaça para o consumo doméstico. Há também a considerar as descargas directas de efluentes.

A Portaria n.º 810/90 aprova as normas sectoriais relativas à descarga de águas residuais provenientes de todas as explorações de suicultura. Com efeito, está previsto o licenciamento, pela Direcção Geral de Qualidade de Vida, da descarga de águas residuais de todas as explorações de suicultura de capacidade igual ou superior a

2500 animais ou a 300 porcas reprodutoras. O cumprimento desta legislação poderá permitir controlar aquele tipo de poluição, no que se refere as explorações de maiores dimensões.

Os ruídos, odores e impacte visual que as suiniculturas provocam, no meio em que se inserem, são outros dos problemas a considerar.

Os aviários provocam o mesmo tipo de problemas ambientais descritos para as suiniculturas, podendo ainda surgir graves problemas sanitários, tanto nas instalações, como nos animais, caso não sejam tomados os cuidados higiénicos adequados a estas situações.

O único aviário do concelho, localizado na freguesia de São João Baptista, tem um contrato com Valorlis para a recolha dos resíduos produzidos, o que torna a sua laboração inofensiva para o ambiente.

As vacarias, têm uma presença bastante assinalável no concelho. No entanto devido ao seu carácter familiar, (com poucas cabeça de gado), depreende-se que não causem especial distúrbios ao ambiente. Neste trabalho, não foi determinada a sua dimensão real, mas foi efectuado o registo das vacarias existentes. Conclui-se que a sua predominância incide no planalto de Santo António, em que as condições edafoclimáticas proporcionam o aparecimento de pastagens adequadas a este tipo de pecuária.

Fotografia 8: Vacaria em Chão de Pias – Planalto de Santo António



#### 4.5.3 Poluição Industrial

As actividades geradoras deste tipo de poluição foram identificadas como sendo as seguintes: indústrias têxteis, tinturarias, oficinas de reparação automóvel, unidades de produção de materiais de construção (pré-esforçados) e indústrias de plásticos. As pedreiras (extracção e indústria transformadora) e as barreiras (extracção e indústria transformadora) são analisadas no capítulo seguinte.

Os lagares de azeite podem acarretar graves problemas ambientais, pelo que a legislação é exigente no que concerne ao licenciamento da sua operação. As condições impostas para o licenciamento (obrigatório por Decreto Regulamentar n.º 25/93 de 17 de Agosto) de lagares de azeite são definidas na Portaria n.º 407/2000 de 17 de Julho. A laboração só pode iniciar-se uma vez terminada a instalação e apresentado um pedido de vistoria à Direcção Regional da Agricultura.

No que diz respeito ao grau de nocividade dos resíduos produzidos, interessa abordar de forma sucinta o processo de elaboração do azeite, salientando os aspectos que interferem com o meio ambiente.

Do processo de limpeza resultam resíduos sólidos (folhas e pedúnculos) que, em geral, são armazenados a céu aberto para, posteriormente, serem espalhados nos olivais. Os efluentes líquidos (água da lavagem da azeitona) contêm ainda sólidos facilmente sedimentáveis (terra, areias e alguma matéria orgânica).

Do processo de separação (centrifugação) usual resultam duas fracções líquidas - águas ruças e azeite - e uma sólida - bagaço - ou, em alternativa, uma líquida e uma pastosa. O bagaço pode, ainda, ser sujeito a um processo de extracção de azeite, sendo posteriormente utilizado em processos de queima. As águas ruças são, em geral, adicionadas às águas de lavagem. A carga orgânica destas águas é muito elevada, pelo que, se forem descarregadas em cursos de água, os microorganismos provocam a oxidação de matéria orgânica por consumo do oxigénio dissolvido na água, pondo, assim, em risco os seres vivos do meio.

No concelho de Porto de Mós destaca-se um lagar de azeite, localizado na freguesia de Alvados, construído com fundos comunitários, que, segundo se pode apurar, respeita todas as normas ambientais.

Há ainda a salientar, na freguesia de Mira de Aire, a existência de uma série de indústrias têxteis, aparentemente inofensivas ao ambiente. No entanto, há que referir a presença de duas tinturarias. Essas sim, através dos resíduos líquidos que produzem, sem qualquer tratamento, podem provocar problemas a vários níveis, inclusivamente, ao nível da contaminação de águas para abastecimento público.

#### **4.5.4 Extracção de inertes**

A exploração de inertes, é sem dúvida, um dos maiores problemas ambientais do concelho. Nas últimas décadas tem ocorrido o sucessivo abandono da agricultura já por si precária, para dar lugar ao aumento das explorações e indústrias transformadoras de inertes. Estas indústrias trazem vários tipos de problemas. Além da alteração da topografia e da paisagem, em geral, verifica-se a existência de montes de terra e de desperdícios bem como de pargas de materiais já extraídos. Em alguns casos, o ruído e as poeiras podem provocar graves perturbações, que se tornam ainda mais complicadas, com a ocupação urbana desordenada na envolvente. Os efeitos das poeiras tornam-se ainda mais problemáticos durante as britagens, cobrindo a vegetação, as estradas e os aglomerados num raio de centenas de metros da exploração.

Os riscos de erosão natural do solo nas zonas onde se localizam as pedreiras são relativamente elevados. Nas áreas onde o declive é mais acentuado, a velocidade de escoamento é maior, e devido a serem zonas sem coberto vegetal, o efeito erosivo é mais evidente.

O Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro, aprova o regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais e no art. 2.º é criada a figura legal do PARP - Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística -, documento técnico constituído pelas medidas ambientais e pela proposta de solução para o encerramento e a recuperação paisagística das áreas exploradas. O

cumprimento desta legislação poderá permitir controlar os impactes negativos provocados por este tipo de exploração. Actualmente, o PNSAC detém informação que permite saber qual a situação (actividade/ abandono, tipo de exploração, com/sem PARP, etc) das áreas de extracção de inertes incluídas no concelho. No entanto, não foi possível aceder atempadamente a essa informação. Sendo assim, optou-se por assinalar, de forma esquemática, na peça desenhada referente às disfunções ambientais, as zonas com maior incidência de pedreiras em actividade. Este esboço é resultado do levantamento de campo e da análise dos ortofotomapas.

As principais zonas de pedreiras do concelho distribuem-se da seguinte forma:

- **Zona do Codaçal**, freguesia de Serro Ventoso. Pedreiras de blocos. Dimensão média dos blocos - 2.50x1.20x1.20m. Nome comercial da rocha explorada - «Semi-rijo»;
- **Zona de Alvados**, freguesia de Alvados. Pedreiras de blocos. Nome comercial da rocha explorada - «Alpinina»;
- **Zona das Salgueiras**, freguesia de Arrimal. Pedreiras de blocos. Dimensões e designações comerciais - 2.50x1.50x1.20m, «Branco do Mar»; 2.20x0.60x1.00m - «Banco de Baixo», 2.20x1.10x1.00m - «Olho de Sapo» e «Semi-rijo»;
- **Zona da Cabeça Veada**, freguesia da Mendiga. Pedreiras de blocos. Dimensão média dos blocos - 1.60x1.00x0.70m. Variedade explorada - «Semi-rijo»;
- **Zona do Espinheiro**, freguesia de São Bento. Pedreiras de blocos. Dimensão média - 1.60x1.20x1.00m. Rocha explorada - «Brecha de Santo António».

Fotografia 9: Extracção de blocos na Zona do Codaçal



As presença das pedreiras também induz a outro tipo de problema ambiental para além da sua extracção, isto é, a sua transformação em produto comercial. As indústrias de transformação de mármore produzem resíduos líquidos e sólidos, poluentes, e não preconizam nenhuma medida de mitigação ambiental. Estas indústrias encontram-se um pouco por todo o concelho, no entanto há uma concentração excepcional no arruamento principal do aglomerado urbano de Pedreiras, na EM 1342. A concentração deste tipo de indústria permite prever problemas de contaminação dos aquíferos naquela área.

Para além das pedreiras, a extracção de inertes também se faz sentir ao nível dos barreiros e das saibreiras. Estão localizadas na envolvente da EN8, onde também se concentram as unidades industriais de transformação dessa matéria prima: as cerâmicas. Na referida zona proliferam barreiros abandonados, sem qualquer tipo de recuperação paisagística. Aliás, estes locais são potenciais vazadouros de lixos domésticos, provocando a contaminação das águas e a proliferação de roedores e de organismos prejudiciais à saúde pública.

**Fotografia 10: Saibreira desactiva que serve como vazadouro**



## 5. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

### 5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo far-se-á uma abordagem do território concelhio no que diz respeito à sua evolução histórica e ao património arqueológico e arquitectónico, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação.

Alguns aspectos referidos terão por base o Plano Director Municipal em vigor uma vez que, em certos campos, pouco há a acrescentar.

### 5.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA

Fazer uma abordagem histórica de um território concelhio torna-se, por vezes, uma tarefa difícil, quando a informação bibliográfica escasseia. No entanto, uma referência a esta temática constitui sempre um contributo para a compreensão de um determinado território e sua evolução.

A questão das origens de núcleos populacionais é quase sempre nebulosa, e Porto de Mós não foge à regra. Assim não é de iniciar este apontamento histórico sem antes chamar a atenção para a escassez de documentação relativa ao passado remoto.

As prospecções efectuadas ao longo de várias décadas, por todo o distrito de Leiria permitiram identificar um considerável número de locais de fixação **Neolítica**. Alcobaça e, principalmente, Porto de Mós, têm contribuído em larga escala para o estudo da pré-história regional. Os diversos utensílios de pedra lascada e polida, encontrados em território concelhio, documentam a presença humana desde tempos remotos.

A transição do período da pedra polida para a era dos metais foi bastante lenta, e decorreu em alturas diferentes consoante a área geográfica.

Porto de Mós é apontada como sendo uma das estações da **Idade do Cobre**, juntamente com Espite e Cadelas, por terem sido encontrados achados de grandiosa importância.

No entanto, é da **ocupação romana** que se encontram mais vestígios. De uma maneira geral, foi decisiva a influência para o desenvolvimento económico do território, que teve como principal centro impulsionador e administrativo *Porto Molarum* (hoje Porto de Mós). Da presença Romana ficou um vasto espólio, que passa pelas cerâmicas, pelos monumentos funerários, por vestígios da exploração do ferro, em Alqueidão da Serra, por moedas e, até mesmo, por um troço de calçada Romana, cujo traçado se estende até Bouceiros. O próprio nome do Rio, Lena, poderá ter a sua origem nesta época, uma vez que, Lenas, na mitologia romana, eram as festas realizadas em honra de Baco, normalmente localizadas perto de uma corrente de água.

Serro Ventoso e Mendiga, nasceram à beira da Estrada Romana que, de Porto de Mós, já nesse tempo, seguia para Santarém. Também Pedreiras teve início junto à grande Via Lisboa-Conimbriga, enquanto que, Alqueidão da Serra teve origem ao longo da estrada Romana com início na Fonte e Vieiros, local onde os Romanos exploraram o ferro. Os Romanos, senhores absolutos do espaço geográfico, aproveitavam para explorar os recursos naturais existentes - agrícolas, hidráulicos, florestais, minerais e piscatórios – e tiveram necessidade de implantar uma verdadeira rede de estradas, já com algumas das pontes incluídas, de que, como exemplo na actualidade, se tem a Ponte de Anaia e a do Rio Alcaide. Dos benefícios introduzidos em Porto de Mós pelos Romanos, ressalta a produção do ferro, que auxiliou na abertura de reservatórios de águas pluviais. A ocupação destes locais foi privilegiada já que permitia algumas actividades, nomeadamente a pastorícia e a agricultura.

A presença de **Visigodos** é atestada por diversos vestígios, encontrados, especialmente nas proximidades do Juncal.

Os **Árabes** viriam, então, a conquistar grande parte da Península Ibérica, sendo que as lutas entre estes e os Cristãos duraram séculos. Dos locais dominados pelos mouros, nesta área, conhecem-se, por exemplo, Alqueidão, Alvados, Aljubarrota, Alcanadas, Alcobaça, Alfeizerão, Alcanena, Alcanede, Alpiarça, etc.

Em 1080, o Conde D. Henrique de Borgonha, é chamado por Afonso VI, Rei de Leão, para ajudar a combater os Mouros. Em recompensa do seu apoio nas lutas violentas contra os muçulmanos, Afonso VI, nomeou-o governador do Condado de Portugal e casou-o com a sua filha D. Teresa. Deste casamento nasceu **D. Afonso Henriques**, que, em 1135, conquistou Leiria, para, em 1137, cair novamente nas mão dos Mouros. O monarca português reconquistou-a em 1143, lutando contra a própria mãe na Batalha de S. Mamede. As guerras sucederam-se, mais para satisfação das ambições pessoais dos governantes, do que para o desenvolvimento e progresso económico e cultural dos povos. Originaram-se novas guerras e conflitos entre os povos ibéricos, para se definirem concretamente os limites das fronteiras. Em 1180, uma incursão das forças Sarracenas de Mérida, atingiu o Castelo de Porto de Mós, acabando por ser derrotadas pelo primeiro alcaide, D. Fuas Roupinho. Após tão conturbado período, no qual o Concelho foi palco de diversas batalhas entre Mouros e Cristãos (Reconquista Cristã), D. Sancho I manda reedificar e ampliar o Castelo de Porto de Mós e reabilitar a própria Vila (1185-1211), que mais adiante viria a ser a sua sede do Concelho. O Castelo de Porto de Mós, terá sido construído sobre as ruínas de um Posto de Vigia Romano. Mais tarde, em 1281, D. Dinis doa a Vila de Porto de Mós a sua mulher D. Isabel (Rainha Santa) e em 1287 alarga a doação aditando-lhe as colheitas e outras terras. Nesta altura, volta a ser remodelado o castelo. Em 1305, D. Dinis dá a primeira carta de foral à Vila de Porto de Mós.

Em Agosto de 1385, o Vale do Lena é atravessado pelo exército português, comandado pelo rei D. João I e pelo Condestável Nuno Álvares Pereira. A inesquecível **Batalha de Aljubarrota** (onde foi usada a tática do quadrado, que permitiu contornar as dificuldades das tropas portuguesas, em menor número e pior equipadas)

que iria traçar o destino e a história nacional, trava-se, então, a 14 de Agosto de 1385, em S. Jorge, terras de Porto de Mós. A Batalha marcou o momento decisivo da guerra luso-castelhana de 1384-1397.

Fotografia 11: Painel ilustrativo da Batalha de Aljubarrota - Campo da batalha de Aljubarrota - S. Jorge



A Capela de S. Jorge é mandada construir por D. Nuno Álvares Pereira para assinalar o local da Batalha entre o Portugueses e Castelhanos.

O Castelo de Porto de Mós, no reinado de D. Fernando, e após as guerra com Castela, foi esquecido e adaptado a paço solarengo por D. Afonso Conde de Ourém, depois de o receber do Condestável, integrado que estava no dote de casamento de sua mulher, D. Beatriz Pereira Alvim, em meados do séc. XV. A Vila foi também doada por D. João I (1385-1433) ao Alcaide de Leiria, Garcia Rodrigues Taborda.

Recebe novo foral em 1515, concedido por D. Manuel. Em 1537, Porto de Mós dependia judicialmente da Comarca de Leiria, sendo que religiosamente, só a partir de 1585, passou estar na jurisdição de Ourém.

No ano de 1689, o alcaide de Porto de Mós era o comendador Luiz de Melo da Silva, que, após a sua morte, deixou a comenda vaga a Fernão Teles da Silva, 2º marquês de Alegrete, que a depois deixou aos Marqueses de Penalva, em 1769.

O Castelo sofreu fortes danos com o terramoto de 1755, perdendo os *corocheus* de três torres. O tremor de terra de 1909, agravou ainda mais o seu estado de ruínas. Só por volta de 1940, seria alvo de restauro, operação que lhe conferiu as características actuais.

A 7 de Setembro de 1895, é extinto o Concelho, situação que duraria apenas três anos. Com isto, as suas freguesias foram divididas pelos concelhos vizinhos: Mira e Minde foram anexadas a Torres Novas, Alqueidão da Serra a Leiria e as restantes freguesias ao concelho de Alcobaça. Em 1898, o concelho de Porto de Mós é restaurado, ficando, porém, a freguesia de Minde integrada no concelho de Torres Novas.

A designação Porto de Mós, tem a sua origem associada à presença romana nas margens do Lena - *Porto Molarum*, e, naturalmente, à produção de mós na pedreira do Figueiredo, assim como ao transporte das mesmas, por via fluvial, a partir da zona da actual Ponte Vidal Homem.

O Brasão de Porto de Mós é composto por figurações simbólicas do Castelo, da arborização, das mós, dos Rios e da Vinicultura.

## 5.3 PATRIMÓNIO

### 5.3.1 Considerações Gerais

A história do progresso humano é a história das relações do homem com o meio onde vive, o domínio dos materiais e a sua utilização, de modo a melhorar as suas condições de existência. É a herança dos nossos antepassados, a estrutura da nossa identidade, valores materiais e espirituais que nos unem e fazem de nós um povo e um país.

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar.

Actualmente assiste-se à destruição massiva deste património, por ignorância, abandono ou desprezo, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente.

Hoje, felizmente, há uma consciência crescente da importância que assume, a defesa do património cultural e construído assistindo-se não só a intervenções pontuais mas também, à salvaguarda de conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

Triunfando da acção destruidora do tempo e dos homens, o Concelho guarda ainda vestígios, alguns bem claros e expressivos, da vida dos povos que ao longo dos séculos, o ocuparam. A preservação ou recuperação do património construído aparece como uma tarefa algo difícil, dado o estado em que se encontram alguns dos aglomerados, descaracterizados pelas novas construções de má qualidade arquitectónica e implantadas de forma desordenada.

No Concelho de Porto de Mós existem alguns imóveis classificados e diversos imóveis, não só de arquitectura erudita mas de feição mais popular, bem como vestígios arqueológicos, que urge proteger.

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro** (que revoga a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho), estabelecendo as bases da política e do regime para sua protecção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

O Decreto n.º 21 875 de 18 de Novembro de 1932, e o Decreto n.º 34 993 de 11 de Outubro de 1945, legislam sobre zonas de protecção de edifícios e outras construções de interesse público.

Ainda no que concerne à legislação aplicável no âmbito do património, são de referir os seguintes diplomas:

- **D.L. n.º 205/88**, de 16 de Junho - define quais os técnicos que podem assinar projectos em zonas de protecção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público;
- **D.L. n.º 270/99**, de 15 de Julho - define o que se entende por trabalhos arqueológicos e contém o regulamento a que estes devem obedecer;
- **Decreto-Lei n.º 215/2006**, de 27 de Outubro – que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura;
- **Portaria n.º 376/2007**, de 30 de Março - aprova os estatutos do IGESPAR, I. P.;
- **Decreto-Lei n.º 96/2007**, de 29 de Março – aprova a orgânica do IGESPAR, I. P. (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.);
- **Decreto Regulamentar n.º 34/2007**, de 29 de Março – aprova a orgânica das Direcções Regionais de Cultura;
- **Portaria n.º 373/2007**, de 30 de Março – aprova a estrutura nuclear das Direcções Regionais de Cultura e as competências das respectivas unidades orgânicas.

No concelho de Porto de Mós, os Serviços do Parque Natural, em intercâmbio com a Câmara Municipal, têm desempenhado um importante papel na preservação de todo um património, quer natural, quer construído. Têm vindo a dar forma a um programa de recuperação de casas tradicionais e abrigos florestais, para fins turísticos. Encontramos assim, uma enorme diversidade de formas de construção, que não se limitam às casas de pedra, ganhando expressão sob a forma de muros, cisternas, caleiras, ou mesmo, de pias para retenção de água.

### 5.3.2 Património Classificado

#### Monumentos Nacionais

- Castelo de Porto de Mós (Decreto de 16/06/1910, DG n.º 136, de 23/06/1910; ZEP e Zona *non aedificandi* - DG, II Série, n.º 152 de 02/07/1948);
- Capela de São Jorge (Decreto de 16/06/1910, DG n.º 136, de 23/06/1910; ZEP – Portaria n.º 708/77, DR, I Série, n.º 266, de 17/11/1977; DG n.º 111, de 10/05/1961, e DG n.º 170, de 21/07/1954);
- Campo Militar de São Jorge de Aljubarrota - Local da 2ª Posição (Decreto n.º 18/2010, DR, I Série, n.º 250, de 28/12/2010, ZEP - Despacho de Homologação de 29/04/2003).

Castelo de Porto de Mós (MN) - É um elemento representativo de arquitectura militar, gótica e renascentista. É uma estrutura isolada, situada sobre um morro de 148 metros de altura sobranceiro à vila de Porto de Mós, de onde se avistam o vale do Lena e a Serra dos Candeeiros. A sua implantação está inscrita em pentágono irregular. É uma muralha bastante espessa, rematada por cachorrada, que é reforçada, nos quatro ângulos mais salientes, por torreões. Os dois torreões que rematam a fachada principal são coroados por placas cerâmicas verdes. As torres são rasgadas por janelas em arco quebrado ou com verga de arco segmentar.

Fotografia 12: Castelo de Porto de Mós



Capela de S. Jorge (MN) - Construída no Campo da Batalha de Aljubarrota, é um exemplo de arquitectura religiosa. Está implantada numa zona ajardinada, sendo composta por dois volumes articulados com coberturas diferenciadas de 2 águas sobre nave. A fachada principal é constituída por uma única nave, de empena triangular e é rasgada por uma porta com frontão triangular, ladeada por dois vãos de verga de arco redondo. A capela-mor tem três andares e é coroada por merlões chanfrados. No interior o tecto é coberto por madeira de três planos.

Campo Militar de São Jorge de Aljubarrota - Local da 2ª Posição, também conhecido por Campo Militar Aljubarrota e área envolvente, está situado no aglomerado de S. Jorge, no local onde está implantada a Capela de S. Jorge. Esta área corresponde ao local onde se realizou a famosa Batalha de Aljubarrota, e dada à sua importância histórica, este campo e a área envolvente encontram-se salvaguardados com o objectivo máximo de os preservar, tentando manter intacta uma parte do Património Nacional e da História de Portugal. Interessa aqui salientar que está em elaboração um Plano de Pormenor de Salvaguarda para esta área e que a Zona Especial de Protecção, definida pelo Despacho de homologação de 29/04/2003, só entra em vigor após publicação no Diário da República.

Fotografia 13: Campo Militar de S. Jorge



### **Imóveis de Interesse Público**

- Pelourinho de Porto de Mós (Decreto n.º 23122, DG n.º 231 de 11.10.1933);
- Gruta dos Moinhos Velhos (Decreto n.º 40361, DG n.º 228 de 20.10.1955);
- Troço da Via Romana, em Alqueidão da Serra (Decreto n.º 29/90, DR n.º 163 de 17.07.1990);
- Casa dos Gorjões/ Casa da Família Gorjão (Decreto n.º 67/97, DR n.º 301 de 31.12.1997);

Pelourinho de Porto de Mós (IIP) - Este Pelourinho revivalista, é um símbolo da arquitectura civil pública, sendo formado por uma coluna coríntia que está assente num soco de quatro degraus, com base num quadrado com os cantos recortados. É encimado por cruz, com remate de folhagem e com dois escudos portugueses. Afecção: Autarquia Local, Art.º 3º, Dec. n.º 23122, 11 de Outubro 1933.

Gruta dos Moinhos Velhos (IIP) - É uma formação cavernosa calcária e lávica onde se constituíram grandes reservatórios de água subterrâneos. Considerada a maior gruta conhecida em território nacional, com 8000 metros já explorados, encontram-se aqui formações calcárias de estalactites e estalagmites e têm sido encontrados inúmeros vestígios paleontológicos. A gruta é propriedade privada e está ser alvo de utilização turística.

Troço de Via Romana, em Alqueidão da Serra

(IIP) - É um troço de uma via romana secundária com 150 metros de comprimento, constituído por blocos de pedra calcária irregulares intercalados por pedras de menor dimensão. Ao longo das bermas encontram-se por vezes pequenos blocos de pedra elevados, colocados em segmentos de espaços regulares, existindo também muros de suporte

Fotografia 14: Pelourinho de Porto de Mós



Fotografia 15: Troço de estrada Romana em Alqueidão da Serra



em locais onde o percurso é mais desnivelado. Afecção: Autarquia local, Art.º 3º, Dec. n.º 23122, 11 de Outubro 1933.

Casa dos Goriões/Casa da Família Gorião (IIP) - É uma casa senhorial urbana, exemplo da arquitectura civil privada, oriunda dos finais do século XIX, início do século XX. A fachada principal é rasgada por diversos vãos salientando-se a porta principal que é encimada por uma janela de sacada com brasão de armas. O interior encontra-se bastante descaracterizado. A escadaria que permite o acesso ao primeiro piso (agora utilizado pelos serviços administrativos da Câmara) é, ainda, o único elemento original.

Fotografia 16: Casa dos Goriões / Casa da Família Gorião



### **Imóveis em Vias de Classificação**

- Arco da Memória (Despacho de Abertura de 26/03/2007)

Arco da Memória – Marco do couto dos Frades de Alcobaça, é um arco monumental que foi mandado reedificar por D. Miguel, em 1830. O Arco possui um tratamento igual nas duas faces, contendo, nas ilhargas, uma inscrição em Latim e outra em português, que documentam o motivo da sua construção. Localiza-se num ponto alto, bastante distante do aglomerado de Arrimal, junto à linha fronteira do concelho. O local onde se insere encontra-se bastante desaproveitado e um pouco ao abandono.

**Fotografia 17: Arco da Memória - Arrimal**



### **5.3.3 Outros Imóveis com interesse**

Tendo em atenção o PDM em vigor, o inventário efectuado pelo IPPAR e o trabalho de campo realizado, foram identificados alguns imóveis que se consideram possuir valor, devendo ser preservados. Alguns destes imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, mais ligada à propriedade. Podem ser exemplos de:

- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura Civil Privada
- Arquitectura Civil Pública
- Arquitectura Industrial
- Estruturas de apoio

Para além dos imóveis que se encontram classificados, salientam-se desde já alguns exemplos que constituem importantes testemunhos da **arquitectura religiosa** do Concelho:

- Cruzeiro de Porto de Mós - Localizado na travessa do Escorial, este cruzeiro encontra-se apoiado numa base quadrada facetada nos cantos com três degraus. Nos vértices superiores surge uma inscrição com a data 1615;
- Ermida de Santo António - Esta pequena capela, situada na freguesia de São Pedro, possui um alpendre do século XVII, sendo baseada na planta da Igreja da Senhora das Vitórias, em S. Jorge. Tem uma planta longitudinal composta por

**Fotografia 18: Ermida de Santo António**



única nave e a capela-mor tem forma de cruz grega, com braços reduzidos. A existência de um afresco numa das trompas da cúpula da capela-mor, singulariza o revestimentos deste espaço. O corpo interior está forrado com azulejos da época de construção;

- Igreja da Misericórdia de Porto de Mós/Hospital de Santo André - situados na freguesia de S. João Baptista, numa rua estreita que desemboca no Rossio, os edifícios constituem um quarteirão da malha urbana formado pelo corpo da Igreja e pelo antigo hospital de Santo André. Actualmente, a Igreja é usada como capela mortuária. O hospital encontra-se abandonado;

Fotografia 19: Igreja da Misericórdia e Hospital de Santo André - Porto de Mós



- Igreja de Alcaria de Invocação de Nossa Senhora dos Prazeres - situa-se no centro de Alcaria, num espaço privado fechado. O adro da Igreja é pontuado por um cruzeiro com soco de quatro degraus onde está apoiada uma cruz. Esta igreja teve início numa pequena capela, em 1604, que, com os sucessivos aumentos, em 1638, 1741 e 1932, atingiu a dimensão actual. A torre é de 1890 e o adro de 1922;
- Igreja de Mira de Aire - Igreja situada no núcleo primitivo do aglomerado, que desencadeou a formação da povoação na sua época de construção. Actualmente está desactivada, por existir já uma igreja de construção recente no mesmo largo, contemplando actividades de acção cultural;

- Igreja Matriz de S. João Baptista - A igreja está situada na parte mais antiga da vila, compreendendo a antiga mouraria e o bairro dos judeus que se localizava na parte traseira da mesma. Insere-se num adro ajardinado e murado e é rodeada de edifícios da mesma época. A Igreja é de nave única, tendo uma capela-mor. Resulta de uma arquitectura religiosa romântica setecentista. A torre sineira é de estrutura maciça e robusta, que de certa forma parece desproporcional em relação ao corpo principal.

Fotografia 20: Igreja de S. João Baptista



- Igreja Paroquial de S. Miguel - A igreja (século XVIII) é possuidora de uma arquitectura religiosa rococó e está integrada na povoação do Juncal. Situada no cimo de uma larga escadaria que culmina num amplo adro circundante e murado, é composta por uma planta longitudinal de uma única nave, que incorpora a capela-mor, a sacristia e as dependências paroquiais. O interior é, parcialmente, revestido com azulejos da fábrica do Juncal.

Fotografia 21: Igreja Paroquial de S. Pedro

- Igreja Paroquial de S. Pedro - A igreja é de uma arquitectura religiosa resultante de um barroco tardio e possui uma implantação destacada no centro do aglomerado, por se localizar numa esquina do Largo do Rossio. A planta da igreja é longitudinal e irregular, composta por volumes articulados. Refiram-se, ainda, as lavragens da capela lateral, em mármore policromos da região.
- Capela de Nossa Senhora da Guia - É um edifício representativo da arquitectura religiosa da época setecentista, que está integrado na povoação de Calvaria de Cima, ladeado de um pequeno largo onde se localizam o coreto e as construções recentes do salão paroquial. A capela inscreve-se num rectângulo, sendo a fachada principal de empena triangular e o interior composto por um tecto de madeira em três planos.
- Templo do Chão Pardo/Igreja de Nossa Senhora da Piedade - É uma Igreja de planta longitudinal representativa de uma arquitectura religiosa proto-barroca. A talha é de estilo nacional com revestimento decorativo de pleno simbolismo que remete para a vida eterna.



A **Arquitectura Civil Privada** está representada, principalmente por edifícios residenciais de feição urbana com 1 ou 2 pisos integrados em conjuntos urbanos com interesse.

- Solar dos Crespos (Porto de Mós) – localizado no centro de Porto de Mós, este edifício, sofreu já diversas intervenções que conduziram à sua descaracterização;
- Solar dos Calados (Juncal) – edifício do século XVIII. É um dos poucos edifícios existentes no centro do aglomerado do Juncal que testemunham um passado recente de relativa prosperidade económica.

A **Arquitectura Civil Pública** está representada por:

- Museu de História Natural de Porto de Mós - Inaugurado em 1989, situa-se no centro do aglomerado e incorpora um importante espólio recolhido nos mais diversos lugares do distrito de Leiria;
- Edifício dos Paços do Concelho - É um edifício dos finais do século XIX, de uma arquitectura pública com bastante interesse, onde se encontram as instalações da Câmara Municipal de Porto de Mós. Tem alguns elementos alegóricos esculpidos com arte e equilíbrio arquitectónico, como o Brasão da Vila e cimalkas de tulipas estilizadas;

- Padrão de Alqueidão da Serra/Cruzeiro da Independência - Este Padrão encontra-se sobre uma plataforma circular, elevado num soco quadrangular com a inscrição “VIII Centenário da Independência, III da Restauração de Portugal, 1940.

Fotografia 22: Edifício dos Paços do Concelho



Fotografia 23: Padrão em Alqueidão da Serra



Fotografia 24 - Antiga Central Termoeléctrica



Como exemplo de **Arquitectura Industrial** é de destacar a Central Termoeléctrica de Porto de Mós. Mandada construir pela Empresa Mineira do Lena, entre 1930-33, tinha por objectivo contribuir para a electrificação e para o progresso do distrito de Leiria. Como pormenores interessantes destaquem-se as paredes do lado Norte, que possuíam estruturas de ferro e eram construídas em tijolo maciço, para que, desta forma, pudessem resistir às elevadas temperaturas das fornalhas com grelhas rotativas e a estrutura base da construção, feita para a refrigeração das turbinas da Central.

Como **Estruturas de Apoio**, foram identificados e cartografados alguns elementos marcantes no âmbito do património local e que assumem valor de destaque dentro desta tipologia, nomeadamente Fontes, Moinhos, Pontes, e outros elementos distintos.

- Fonte do Castelo;
- Forca de Porto de Mós – localizada no alto de uma pequena colina a sul da Vila de Porto de Mós, deve ser preservada como símbolo da violência medieval da “Justiça de Porto de Mós”;
- Moinhos em Porto de Mós, em Telhados Grandes e em Pedreiras.

Fotografia 25: Moinho em Porto de Mós



Fotografia 26: Moinhos em Telhados Grandes



Fotografia 27: Moinho de vento das Pedreiras



### 5.3.4 Sítios e Conjuntos com interesse

De seguida destacam-se alguns conjuntos notáveis de imóveis que pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico de julgam de suma importância. Distinguem-se, também, espaços (sítios) que, por constituírem uma associação equilibrada entre as obras do homem e da natureza, com valor histórico, natural ou social, se assumem como uma *mais-valia* do ponto de vista patrimonial.

Como sítios com interesse têm-se:

- SÍTIO, Outeiro da Ermida de Santo António – além de constituir um local privilegiado para apreciação da paisagem, a composição da igreja e da sua envolvente urbana é bastante interessante;
- SÍTIO, Moinhos da Portela do Vale de Espinho – conjunto de moinhos que se situam ao longo de uma linha de cumeda constituindo um elemento muito interessante do ponto de vista paisagístico;

São ainda de referir, como detentores de bons exemplos da arquitectura tradicional e popular, assim como pela importância da conservação de núcleos urbanos antigos que apresentam ainda alguma coerência original, no seu traçado e edificado:

- CONJUNTO, Núcleo Antigo do Juncal;
- CONJUNTO, Núcleo antigo de Mira de Aire;
- CONJUNTO, Núcleo antigo de Pedreiras;
- CONJUNTO, Núcleo antigo da Vila de Porto de Mós;
- CONJUNTO, Núcleo antigo de Serro Ventoso.

Fotografia 28: Outeiro da Ermida de S. João



Fotografia 29: Núcleo antigo Juncal



Fotografia 30: Núcleo antigo de Mira de Aire



Fotografia 31: Núcleo antigo das Pedreiras



Fotografia 32: Núcleo antigo de Porto de Mós



Fotografia 33: Núcleo antigo de Serro Ventoso



### 5.3.5 Património Arqueológico<sup>9</sup>

As considerações anteriormente feitas a propósito do património construído aplicam-se também, genericamente, ao património arqueológico. No entanto, a inserção de uma parte exclusivamente dedicada ao património arqueológico visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias do passado, que devem constituir o orgulho do Concelho.

O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, torna-se necessário, no âmbito do ordenamento do território, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objectos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objectos arqueológicos.

A lavoura mecânica, os projectos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura incontrolada e o alargamento de estradas e caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores aos sítios arqueológicos. Daí a importância das cartas arqueológicas que, devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas.

Uma das medidas mais importantes, é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos que nos precederam.

<sup>9</sup> Baseado em: Figueiredo, António Jorge Ferreira Figueiredo, Padrões de povoamento antigo na Alta Estremadura – da Idade do Ferro à Romanização, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1998 (ed. Policopiada) e PDM em vigor.

A Câmara Municipal poderá desempenhar um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, mediante a sensibilização da população, evitando ainda, que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa.

O Concelho de Porto de Mós é possuidor de um considerável número de sítios arqueológicos, o que é facilmente explicável pelas suas características naturais e geo-estratégicas, que oferecem um espaço favorável à instalação de comunidades humanas.

O material existente, embora apenas tenha como base achados fortuitos ou escavações científicas avulsas, permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no actual concelho de Porto de Mós, contudo, é natural que novas prospecções tragam à luz do dia mais locais de interesse arqueológico, e consequentemente novos dados.

As partes laterais dos maciços apresentam vestígios de ocupação humana desde a pré-história, sendo vários os testemunhos que se encontram no Museu de História Natural de Porto de Mós. Independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, todo o sítio arqueológico é único por si mesmo, reflectindo a história de uma comunidade. Assim, uma vez que outros lugares estão por descobrir, importa referir, mais uma vez, que a informação relativa aos sítios arqueológicos é decisiva para prevenir o aniquilamento da herança cultural.

No que concerne à Pré-História, refira-se o **Paleolítico Superior**, que se encontra sobejamente representado na região da Alta Estremadura, inclusivamente no concelho de Porto de Mós, existindo uma certa continuidade na ocupação do território, principalmente nos terraços quaternários do Lena e na área serrana, em abrigos na rocha. A necessidade de arranjar pastos e terrenos para as actividades agrícolas levou a uma procura crescente de regiões mais afastadas do litoral.

Em relação ao **Neolítico**, o número de notícias de achados é relativamente abundante. A presença de comunidades neolíticas na zona serrana é denunciada por referências a achados em áreas próximas dos férteis vales em altitude e, pontualmente, nas zonas planálticas.

O **Calcolítico**, é muito pouco referenciado, embora existam algumas alusões a materiais possivelmente calcolíticos encontrados em Arrimal, Serro Ventoso e Alvados, que indiciam algum interesse por vales de altitude, raros locais agricultáveis do maciço e vias naturais de circulação por excelência.

Da **Idade do Bronze** registam-se fragmentos de um diadema provenientes de Mira de Aire, objectos recolhidos ocasionalmente, assim como vários achados em cujas tipologias é perceptível uma sólida cadeia de relações com a Europa atlântica. Os objectos mais significativos terão vindo de Fonte dos Marcos, de Porto de Mós e do Juncal.

Na fase da **Proto-História**, a área do actual concelho de Porto de Mós encontrava-se já ocupada por populações para quem a importância do controlo das vias naturais de circulação ao longo, e através do Maciço Calcário, era fundamental, pelo que, algumas destas referências indiciam, de facto, a existência de povoados com excepcionais condições de defesa natural, principalmente na zona serrana. A toponímia reforça esta hipótese, Castelejos e Penas do Castelo são dois exemplos bastantes evidentes.

Da presença **Romana**, são conhecidos numerosos vestígios em todo o concelho. A ocupação romana é uma certeza comprovada pela existência de *villae* nas terras de Porto de Mós (Santa Luzia, Sampaio) e de numerosos monumentos funerários na Ribeira de Cima, em Santo Estêvão e no castelo da vila. Também os "cipos" e as lápides funerárias, com inscrições, de entre as quais se destaca um invulgar monumento funerário (encontrado no lugar do Desterro - Ribeira de Cima) que se atribui aos primórdios da romanização, têm constituído importantes instrumentos para o estudo do povoamento romano no território concelhio. Fonte de Oleiro e Fonte de S. Marcos, têm dado também um importante contributo neste sentido. Alqueidão da Serra encontra-se associado à exploração do ferro. A estrada romana, no cimo da Carreirancha, talvez o mais importante vestígio romano do Concelho, tinha início na Fonte, para dar escoamento ao minério de ferro explorado pelos romanos nos Vieiros, Zambujal e Figueirinha. Ainda a referir na zona de Porto de Mós, as pontes, de origem romana, nomeadamente, a Ponte de Anaia (pequena ponte de dois arcos e 4 m de largura que seria, supostamente, a única saída de Porto de Mós para a Pederneira – Nazaré), e a Ponte do Rio Alcaide (também de pequenas dimensões, tem apenas um arco e 3,70 m de largura, que servia a estrada romana que seguia de Porto de Mós para "Cardilium" - Torres Novas, pelos lados de Alcaria e Mira de Aire). Por último, importa ainda assinalar o facto de também em Alvados ter sido encontrada diversa cerâmica romana.

A região foi também longamente ocupada pelos **árabes**, cuja presença é comprovada por diversos topónimos - Alcaria, Arrimal, Azoio ou Azoia e Alqueidão, com significados muçulmanos relacionados com a agricultura, a religião, as formas de ocupação e distribuição do espaço e as actividades económicas.

Da **Idade Média**, assume particular expressão o Castelo de Porto de Mós, bem como os vestígios do traçado e do casario medieval, na sua envolvente.

Em suma, existem referências e topónimos indicadores de sítios arqueológicos para a quase totalidade do concelho. No entanto, destacam-se alguns importantes núcleos, entre os quais:

- o Juncal e área envolvente;
- a vila de Porto de Mós e o vale do Lena, a montante e a jusante da Vila;
- a freguesia de Alqueidão da Serra;
- os acessos ao Maciço Calcário, por Serro Ventoso;
- os acessos ao Maciço, a partir de Alcanede;

- os acessos ao Maciço, a partir do Litoral, por Arrimal;
- o vale de Alvados e as cumeadas envolventes;
- os acessos ao Maciço, a partir de Minde/Mira de Aire.

No entanto, independentemente da existência de qualquer dado documental, a totalidade do concelho deve ser considerada como terreno potencialmente arqueológico.

Os sítios arqueológicos reflectem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural. Na listagem dos Sítios Arqueológicos, fornecida pela Câmara Municipal de Porto de Mós, são identificados diversos locais, que estão representados no seguinte quadro e na planta da Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico.

**Quadro 51: Sítios Arqueológicos**

Designação	CNS	Sítio-tipo	Período
Casal d'Além	13330	Povoado	Moderno e Contemporâneo
Necrópole do Largo S. João	15597	Necrópole	Medieval e Moderno
Estrada Romana	1630	Via	Romano e posterior
Santa Catarina	22031	Necrópole e templo	Indeterminado - Moderno e Contemporâneo
Carrascal da Corredoura 1	12503	Achado isolado	Calcolítico
Carrascal da Corredoura 2	12594	Achado isolado	Paleolítico Superior
Estação do Carriço	12622	Vestígios diversos	Paleolítico Médio e Neolítico
Cortinas	1875	Vestígios diversos	Romano e posterior
Abrigo da Pena de Mira	12624	Abrigo (achado isolado)	Mesolítico Inicial
Algar da Arroiteia	12953	Ocupação em gruta	Paleolítico
Abrigo do Vale da Canada	12632	Abrigo sob rocha	Paleolítico Superior e Idade do Ferro
Algar do Covão do Poço	13631	Vestígios em gruta	Neolítico Final
Campo da Batalha de Aljubarrota	286	Campo de batalha	Medieval Cristão
Fornecos	22032	Casal rústico (silos)	Romano
Alqueidão do Arrimal	12951	Povoado	Pré-história Recente
Barradas	1709	Necrópole	Idade do Ferro/Romano
Barreira da Lage	1855	Villa	Romano
Cabeço da Pedreira	12943	Povoado	Neolítico
Cabeço do Sol 1	1853	Ocupação em gruta	Indeterminado
Calvaria de Cima	14294	Jazida de superfície	Paleolítico Superior
Cova	12947	Ocupação em gruta	Paleolítico
Detintas	12936	Povoado de ar livre	Pré-história Recente
Eiras Novas	1478	Sepultura	Indeterminado
Escorial	14999	Vestígios de Metalurgia	Idade do Ferro/Romano
Falsa de Alvados	10568	Casal Rústico	Romano ou Alta Idade Média
Figueiredo	2047	Vestígios diversos	Paleolítico e Idade Média
Santo Estêvão	-	Vicus, necrópole	Romano
Cabeçadas	15003	Vestígios de metalurgia	Romano e posterior
Fonte dos Marcos	1872	Silo	Romano
Fómea	12941	Povoado	Pré-história Recente
Gruta da Cova da Velha	4777	Ocupação em gruta	Neolítico
Cabeço do Sol 2	-	Abrigo	Indeterminado e Contemporâneo
Lagar	4874	Villa	Romano

Designação	CNS	Sítio-tipo	Período
Lagoa de Alvaldos 1	12628	Vestígios diversos	Idade do Bronze e do Ferro
Lagoa Grande 1	12629	Vestígios diversos	Neo-Calcolítico
Lagoa Grande 2	12630	Estação de ar livre	Neolítico
Lagoeira	12633	Vestígios diversos	Neolítico
Lapa	12891	Povoado	Neolítico (?)
Lapa do Anecrial	5453	Ocupação em gruta	Paleolítico
Lapa da Figueira	12623	Ocupação em gruta	Neolítico (?)
Lapa do Cabeço das Moitas	12631	Vestígios diversos	Neolítico
Lapa da Mouração	3670	Necrópole em gruta	Neolítico e Romano
Lapa dos Morcegos	3595	Ocupação em gruta	Indeterminado
Lombo	12634	Achado isolado	Pré-história Recente
Mira de Aire	12724	Tesouro	Idade do Bronze
Moinhos de Vento, Pragais	14997	Vicus	Romano
Pedreira de Alvaldos	12946	Ocupação em gruta	Paleolítico
Povoado das Penas do Castelo	12588	Povoado	Calcolítico/Proto-histórico/Romano (?)
Castelo de Porto de Mós	1321	Vestígios diversos/fortificação	Romano e posterior
Costa	-	Vestígios Diverso	Proto - História/ Romano
Lagoeira 2	-	Vestígios Diversos	Neolítico
Pregueiras	1662	Sepultura	Medieval Cristão
Quinta de Sampaio	1366	Villa e templo	Romano e Medieval Cristão
Quinta de Santa Luzia	15018	Villa	Romano
Lapa da Moura	-	Necrópole	Indeterminado
Desterro	15021	Sepultura e Vicus	Romano - século I d. C.
Valicova	12939	Povoado	Neolítico
Ventas do Diabo	12725	Ocupação em gruta	Neolítico e Calcolítico
Zambujal	15000	Vestígios diversos	Romano
S Miguel do Peral 1	-	Vicus e templo cristão	Romano e Moderno
Pedra da Paciência	21600	Vestígios diversos	Paleolítico
Juncal	12253	Mamoia	Indeterminado e Moderno
Alcaria	-	Povoado	Idade Média
Moinho	17976	Achado Isolado e azenha	Paleolítico e Contemporâneo
Casal de Meneses	17960	Vestígios diversos	Romano
Monte do Moinho Velho	17959	Estação de ar livre	Paleolítico
Tojal de Baixo	17962	Achado isolado	Paleolítico Médio
S Miguel do Peral 2	-	Vestígios diversos	Paleolítico
Zambujal de Alcaria	-	Vestígios diversos	Romano/Idade Média
Mendigos	-	Vestígios diversos	Indeterminado
Vale da Malhada	-	Vestígios diversos e escorial	Indeterminado
Buraco dos Mouros	-	Vestígios diversos	Indeterminado
Cabeço da Boavista	-	Vestígios diversos	Romano/Medieval
Boieira	-	Vestígios diversos	Romano
Cemitério Velho	-	Necrópole	Indeterminado
Rua do Escorial	-	Vestígios diversos	Romano
Av. de Santo António	-	Estrutura	Indeterminado
Paços do Concelho	-	Templo, Necrópole, Silos	Idade Média
Lapas de Castelejos	-	-	Indeterminado
Abrigo 2 do Vale da Canada	-	-	Indeterminado
Pedra do Altar	-	-	Indeterminado
Lagoa Pequena	-	Vestígios Diversos	Indeterminado
Casal do Centas	-	-	Neolítico

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Os sítios arqueológicos mencionados consideram os dados disponíveis no ex-Instituto Português de Arqueologia (IPA) e foram, na íntegra, reconhecidos presencialmente no terreno, pelo técnico da CM responsável por esta área. No entanto é de referir que este inventário estará sempre sujeito a actualização.

#### **5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA**

O concelho possui um património construído bastante vasto (o castelo, as igrejas, as capelas, os moinhos, as casas de habitação de arquitectura tradicional ou erudita, etc.) cujo tratamento deve ser articulado com o património natural e etnográfico, e que contribuem, sem dúvida, para a riqueza do concelho. Note-se, ainda, que hoje, e paradoxalmente, o conceito de património é mais vasto, e engloba simultaneamente os valores paisagísticos do meio natural como enquadramento de qualquer valor cultural a proteger, o património cultural móvel ou imóvel (património construído) e o património "incorpóreo" ou imaterial que consiste em todas as manifestações etnológicas, como sejam usos e costumes, medicinas locais, crenças religiosas, festas e romarias, música, danças e cantares populares, cozinha tradicional, etc.

A nível arqueológico o concelho é possuidor de um significativo número de sítios arqueológicos, o que se deve às características naturais e geo-estratégicas e que permitiram a fixação de diversos povos na área que hoje corresponde ao concelho de Porto de Mós, encontrando-se grande parte destes testemunhos no Museu de História Natural de Porto de Mós.

## **6. REDE URBANA**

### **6.1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo pretende-se fazer uma caracterização e uma apreciação do desenvolvimento do concelho, sob gestão do PDM em vigor, da estrutura e da dinâmica construtiva dos diversos aglomerados que compõem o município de Porto de Mós, assim como efectuar uma breve abordagem que permita compreender a actual estrutura urbana, com referência ao parque edificado e habitacional nas suas diversas componentes. Os Planos eficazes no concelho e as pretensões resultantes da prévia consulta pública, são também objecto de análise neste capítulo.

O estudo é apoiado e fundamentado em elementos bibliográficos, na observação do local, em dados fornecidos pela Câmara Municipal e em informações retiradas do PDM em vigor.

### **6.2 HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS**

#### **6.2.1 Introdução**

No âmbito da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) “o plano director municipal define um modelo de organização municipal do território”, nomeadamente estabelecendo “b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos” (Art.º 85º, alínea b).

Mais à frente o mesmo diploma acrescenta: “A identificação e delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal.” (idem, alínea h).

O estabelecimento de uma hierarquia de centros urbanos, no âmbito de um Plano Director Municipal, tem subjacente a necessidade de definição de um correcto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de actividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações inter-centros e atenuando a actual dependência polarizadora das sedes concelhias.

Assim, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico proposto, da sua

função de apoio às actividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos colectivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis.

Os centros urbanos são os aglomerados que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes ou a criar e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede. Chama-se rede urbana ou sistema urbano ao conjunto de centros e respectivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes.

Na dependência directa, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar, em relação à população que serve e são as actividades terciárias (comércio e serviços), as que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflecte, essencialmente, a periodicidade da procura pelos sectores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim:

- a) a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso;
- b) a procura especializada e esporádica e/ou excepcional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atractiva e não tanto pelas dinâmicas demográficas existentes e/ou pela importância de outros indicadores de desenvolvimento.

## 6.2.2 Metodologia

Para a definição da hierarquia dos centros urbanos do concelho de Porto de Mós definiram-se, como critério de selecção, todos os aglomerados sedes de freguesia (à excepção de São Bento<sup>10</sup>) e todos os aglomerados, ou

---

<sup>10</sup> Exclui-se São Bento pela particularidade desta freguesia não possuir a "clássica" sede de freguesia.

conjunto de aglomerados contíguos (limitados por perímetro urbano), que possuem mais de 300 habitantes (segundo dados de 2001). Verifica-se, grosso modo, que os aglomerados com dimensão demográfica inferior àquela apresentam muito pouca ou nenhuma dinâmica económica/funcional. Tendo em conta este critério, os centros urbanos identificados no âmbito desta análise são os seguintes:

- 1 - Alcaria
- 2 - Alqueidão da Serra
- 3 - Alvados
- 4 - Arrimal
- 5 - Calvaria de Cima
- 6 - Cruz da Léguas/São Jorge
- 7 - Juncal
- 8 - Mendiga
- 9 - Mira de Aire
- 10 - Pedreiras
- 11 - Porto de Mós
- 12 - Serro Ventoso

Os centros urbanos **Cruz da Léguas/ São Jorge** e **Porto de Mós**, embora assim designados por comodidade de designação, representam contínuos urbanos mais vastos e são delimitados por um único perímetro urbano. Assim, o aglomerado designado por Cruz da Léguas/São Jorge representa o grupo formado por estes dois aglomerados, quando associado aos aglomerados de Cumeira de Cima, Tremoceira, Moitalina e Chão da Feira. O aglomerado “Porto de Mós”, inclui, para além da sede concelhia, os aglomerados contíguos de Ribeira de Cima, Corredoura, Casais de Baixo, Tourões, Eiras da Lagoa e Pragosa.

Há um conjunto bastante vasto de outros aglomerados que não são considerados no âmbito dos indicadores que, por excelência, permitem determinar a hierarquia dos centros por serem conjuntos urbanos de reduzida dimensão, com fraca ou nula importância funcional mas, no entanto, possuem alguma expressão demográfica, têm representação gráfica à escala do Plano e delimitação de perímetro urbano. Constituem, desde já, o último nível da hierarquia urbana e serão designados de “restantes aglomerados”.

Os indicadores utilizados na determinação da hierarquia dos centros urbanos foram:

- Dimensão Demográfica;
- Funções Centrais do Sector Privado;
- Funções Centrais do Sector Público.

Apresentam-se de seguida as definições das expressões utilizadas ao nível da dinâmica funcional, nomeadamente:

- **Centro Urbano ou Lugar Central** - aglomerado onde se localiza uma ou mais funções centrais;

- **Função Central** - tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua actividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve;
- **Unidade funcional** - cada unidade da função central.

Os dados demográficos reportam a 2001 (Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População, INE) e os dados das funções centrais do sector privado (unidades de comércio e serviços), bem como os do sector público foram fornecidos pela Câmara Municipal e datam de Março de 2003.

### 6.2.3 Dimensão demográfica

Um dos primeiros indicadores a avaliar é a dimensão demográfica, a qual permite iniciar a abordagem à definição de diferentes níveis hierárquicos. Com efeito, a diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares, pela importância das suas funções, está muito ligada à importância das funções demográficas dos próprios aglomerados. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se com as flutuações populacionais.

Na década de oitenta, o concelho de Porto de Mós registou, globalmente, um acréscimo populacional de 7,6% (mais 1643 indivíduos), no entanto na década de 90 registou-se um abrandamento do crescimento, o qual se cifrou nos 4%.

A evolução demográfica ocorrida entre 1991 e 2001 ao nível dos centros urbanos considerados nesta abordagem não foi uniforme, sendo que metade destes centros registou acréscimos populacionais, ao contrário do que sucedeu com os restantes centros. Os maiores centros urbanos, nomeadamente Porto de Mós, Mira de Aire e Cruz da Léguas/S. Jorge, bem como Alcaria, Pedreiras e Alqueidão da Serra foram os centros que viram diminuir a sua população residente. Por outro lado, os centros historicamente mais deprimidos de Alvados, Arrimal, Mendiga e Serro Ventoso, juntamente com Juncal e Calvaria de cima foram os que registaram acréscimos demográficos, ainda que tímidos, entre 1991 e 2001.

Os 12 aglomerados enumerados representavam 64% da população concelhia em 2001 (menos quatro pontos percentuais que em 1991), apresentando-se, destacadamente, o aglomerado de Mira de Aire como o mais importante pólo demográfico, representando 15,6% da população total do concelho, seguido por Porto de Mós (13,3 %), Cruz da Léguas/São Jorge (11,5%), Juncal (6%) e Alqueidão da Serra (4,9%).

Quadro 52: Evolução da População, por centro urbano, entre 1991 e 2001

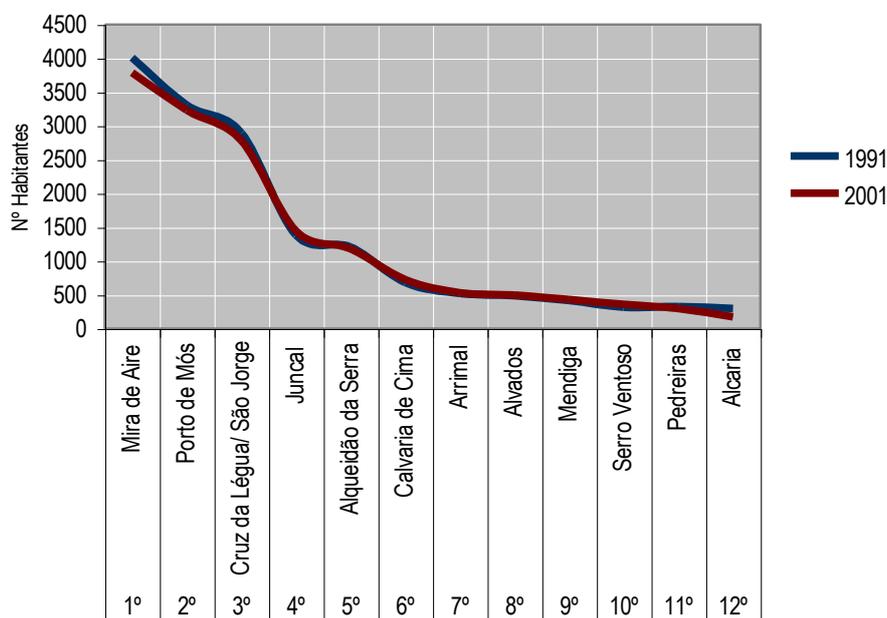
Centro Urbano	População 1991	População 2001		
		N.º	Peso no total concelho (%)	Taxa de Variação 91/2001 (%)
Alcaria	298	176	0,7	-40,9
Alqueidão da Serra	1209	1182	4,9	-2,2

Alvados	490	497	2,0	1,4
Arrimal	521	530	2,2	1,7
Calvaria de Cima	681	726	3,0	6,6
Cruz da Léguas/ São Jorge	2895	2782	11,5	-3,9
Juncal	1384	1445	6,0	4,4
Mendiga	418	433	1,8	3,6
Mira de Aire	4012	3791	15,6	-5,5
Pedreiras	328	298	1,2	-9,1
Porto de Mós	3310	3234	13,3	-2,3
Serro Ventoso	319	360	1,5	12,9

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

O escalonamento urbano em 2001 está patente, juntamente com o de 1991, na figura seguinte, sendo visível a sua integral manutenção nesta década, a par da diminuição efectiva da população dos três centros urbanos mais importantes do concelho.

**Gráfico 17: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano**  
(Dimensão demográfica dos centros urbanos do concelho de Porto de Mós em 1991 e 2001)



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Quadro 53: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2001

Nº de ordem	Centros urbanos	População 2001
1º	Mira de Aire	3791
2º	Porto de Mós	3234
3º	Cruz da Léguas/ São Jorge	2782
4º	Juncal	1445
5º	Alqueidão da Serra	1182
6º	Calvaria de Cima	726
7º	Arrimal	530
8º	Alvados	497
9º	Mendiga	433
10º	Pedreiras	360
11º	Serro Ventoso	298
12º	Alcaria	176

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

#### 6.2.4 Funções Centrais do Sector Privado

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto, se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do sector privado, quer do sector público.

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se funções centrais do sector privado aquelas que se referem sobretudo a serviços e unidades comerciais retalhistas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

A análise funcional teve como suporte a quantificação das funções centrais e das unidades funcionais que se encontram sistematizadas no quadro seguinte.

Quadro 54: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado, por centro urbano, em 2003

Função Central	Centro Urbano											
	Alcaria	Alq. Da Serra	Alvados	Arrimal	Calvaria de Cima	C.Léguas/S.Jorge	Juncal	Mendiga	Mira D Aire	Pedreiras	Porto de Mós	Serro ventoso
Mercearia/Taberna		2	2	1		12	2	1	4	4	3	
Mercearia/Minimercado	1	1	1	1	3	4	6	3	12	4	4	1
Supermercado									1	1	2	
Grande superfície											1	
Talho		2				3	2	1	9	1	2	
Padaria		5	3		1	1	2		5		4	

Centro Urbano												
Função Central	Alcaria	Alq. Da Serra	Alvados	Arrimal	Calvaria de Cima	C. Léguas/S. Jorge	Juncal	Mendiga	Mira D'Alre	Pedreiras	Porto de Mós	Sarro ventoso
Peixaria					1		1				1	
Frutaria								1			2	
Café/Pastelaria	3	2	1	3	3	15	6	2	13	3	24	3
Restaurante	1	2	5			14	3		15	1	14	
Comércio Misto					1	3	4	2	10	2	5	2
Barbeiro				2		1			2		4	
Cabeleireiro		3	1	2	2	7	4	2	11	1	8	
Lavandaria							2		1		3	
Florista						3	1		4		3	1
Papelaria		1			1	1	2	1	4		4	
Jornais/Revistas					1	1	1		3	1	4	
Livraria									3		1	
Artesanato			1								1	
Comércio artefactos Mármore								1				
Materiais de Construção		1		1	2	1	1	1	3	1	3	1
Electrodomésticos				1		3	2	1	6	1	6	
Material eléctrico							1		5		3	
Sapateiro				2				1	3	2	2	
Alfaiate					1				1		3	
Oficina de Automóveis/Motos	2	3	3		1	12	3	3	12	3	12	3
Fotógrafo				1	1		1		3		2	
Móveis e decorações		1				8	1	1	4		9	1
Ourivesaria						1	1		2		5	
Stand de automóveis			1			6			5	5	0	
Pronto-a-Vestir		1		1	2	6	6	2	12	1	38	
Sapataria				1		1		1	6	1	6	1
Galeria de arte											3	
Antiquário									1		2	
Bar/Discooteca	1				1	1	1	1	5		3	
Ginásio							1				2	
Escola de Condução									1		2	
Escola de Música		1					1		1		1	
Clube de vídeo									1		1	
Agência Funerária					1	1			1	1	2	
Pensão											4	
Farmácia		1			1		1	1	2	1	1	
Médico					1		3		1	1	11	
Clínica médica							1		1		2	
Recolha de Análise Clínicas		1			1		1		1	1	2	
Banco						2	1	1	1		8	
Advogados		1			1	1	2	1	4		15	
Seguros		4		1	1	2	1	2	7	2	7	
Gabinete de Contabilidade		1			1	2	1	1	3	1	7	
Taxi	1		1	1	2	3	2	1	5	1	7	
Posto telefónico	1	1	1	1	1	1	1	1	1		5	1
Estação de Correios							1		1		1	
Posto de Correio	3	1	3	2	1		1	1	4		4	1
Bomba Gasolina	1				1	2	1	1	4	1	4	1
<b>Total Unidades Funcionais</b>	<b>14</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>33</b>	<b>118</b>	<b>72</b>	<b>35</b>	<b>204</b>	<b>41</b>	<b>273</b>	<b>16</b>
<b>Total Funções Centrais</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>29</b>	<b>37</b>	<b>26</b>	<b>46</b>	<b>24</b>	<b>53</b>	<b>11</b>

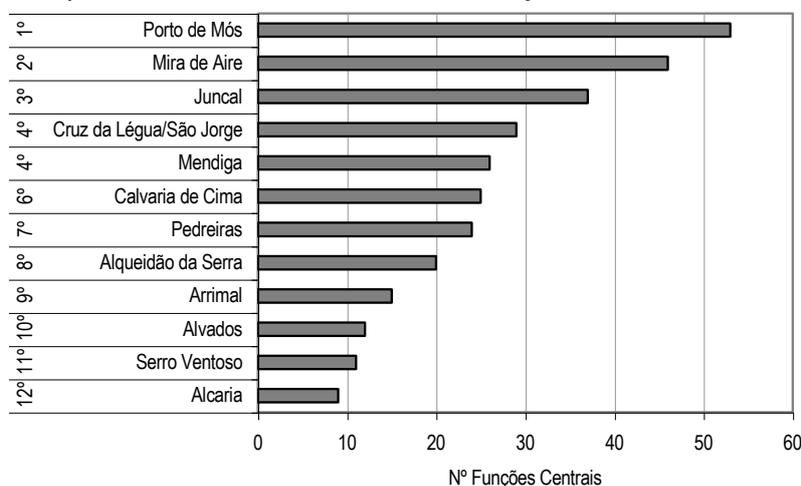
Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Quadro 55: N.º de Ordem dos centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2003

Nº de Ordem	Centros urbanos	Funções Centrais (F.C.)	Unidades Funcionais (U.F.)
1º	Porto de Mós	53	273
2º	Mira de Aire	46	204
3º	Juncal	37	72
4º	Cruz da Léguas/São Jorge	29	118
4º	Mendiga	26	35
6º	Calvaria de Cima	25	33
7º	Pedreiras	24	41
8º	Alqueidão da Serra	20	35
9º	Arrimal	15	21
10º	Alvados	12	23
11º	Serro Ventoso	11	16
12º	Alcaria	9	14

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Gráfico 18: Hierarquia dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2003



Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

### 6.2.5 Funções Centrais do Sector Público

As funções centrais do sector público são aquelas que dizem respeito essencialmente a serviços e equipamentos de uso colectivo, e enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende essencialmente de factores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos colectivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e sócio-económica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos centros urbanos

pela ocorrência de funções centrais do sector privado, deverá ser feita em conjunto com as funções centrais do sector público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos porque dadas as características do concelho, a quase totalidade dos existentes se localiza na sede concelhia.

A dotação de equipamentos sociais do concelho de Porto de Mós coloca, naturalmente, a sede concelhia em primeiro plano, bastante destacada dos restantes aglomerados.

A ocorrência de funções centrais do sector público, por aglomerado, está representada no quadro seguinte.

**Quadro 56 - Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2003**

Aglomerados Equipamentos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>ENSINO</b>												
Pré-escolar		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
EB 1º ciclo	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
EB 2º ciclo							●		●		●	
EB 3º ciclo							●		●		●	
Ensino secundário							●		●		●	
<b>SAÚDE</b>												
Centro de Saúde											●	
Extensão C. Saúde	●	●	●	●	●		●	●	●	●		●
Farmácia		●			●		●	●	●	●	●	
<b>ACÇÃO SOCIAL</b>												
Creche						●	●		●		●	
ATL		●			●	●	●				●	
Lar da 3ª Idade						●			●		●	
Centro de Dia		●				●	●		●		●	
Centro de convívio		●							●			
<b>DESPORTO</b>												
Pequeno Campo Jogos		●	●		●		●	●	●	●	●	
Grande Campo Jogos		●			●		●	●	●	●	●	
Pavilhão/Sala Desporto	●	●	●	●	●	●	●	●	●		●	●
Piscina							●				●	
<b>CULTURA</b>												
Biblioteca		●					●				●	
Cine-Teatro											●	
Museu					●						●	
Espaço de exposições											●	
Imprensa Local									●		●	
Rádio Local											●	
Posto de Turismo											●	
Associação	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
<b>PREV. SEGURANÇA</b>												
Bombeiros							●		●		●	
GNR									●		●	
<b>Total de Funções Centrais</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>5</b>

1 - Alcaria

2 - Alqueidão da Serra

3 - Alvados

4 - Arrimal

5 - Calvaria de Cima

6 - Cruz da Légua/São Jorge

7 - Juncal

8 - Mendiga

9 - Mira de Aire

10 - Pedreiras

11 - Porto de Mós

12 - Serro Ventoso

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

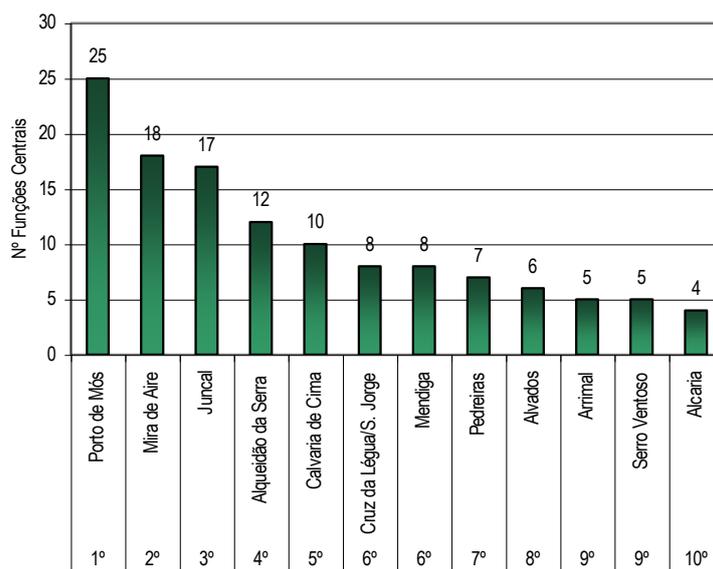
No quadro seguinte encontram-se ordenados os aglomerados de acordo com a dotação de equipamentos colectivos.

Quadro 57: N.º de ordem dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2003

N.º de Ordem	Aglomerados	Funções Centrais (F.C.)
1º	Porto de Mós	25
2º	Mira de Aire	18
3º	Juncal	17
4º	Alqueidão da Serra	12
5º	Calvaria de Cima	10
6º	Cruz da Légua/S. Jorge	8
6º	Mendiga	8
7º	Pedreiras	7
8º	Alvados	6
9º	Arrimal	5
9º	Serro Ventoso	5
10º	Alcaria	4

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Gráfico 19: Hierarquia dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2003



Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

## 6.2.6 Definição dos níveis hierárquicos

A rede urbana do concelho de Porto de Mós apresenta três particularidades de assinalar:

- existência de dois centros urbanos com nível funcional quase idêntico. Com efeito, o concelho é detentor, para além da sede concelhia, de outro centro – Mira de Aire que funciona como verdadeira

alternativa àquele para quase todas as funções urbanas, com excepção para as funções do sector público (equipamentos sociais) e administrativas (tribunal, finanças, cartório, conservatório, etc) que se localizam, predominantemente, na sede concelhia. Não obstante, estes centros são posicionados em níveis distintos, justificados pelas diferentes dotações das referidas funções administrativas e do sector público;

- existência de um importante número de centros de nível intermédio, ou seja, de centros que, não sendo alternativa aos dois centros principais, em muitas das funções que aqueles desempenham, são, no entanto, detentores de funções que ultrapassam a irradiação marcadamente local dos restantes centros do concelho. São funções centrais do sector privado cuja aquisição ou prestação de serviços tem um carácter mais ocasional, como o são as funções “banco”, “advogado”, “móveis e decorações”, “pronto a vestir”, “farmácia”, entre outros. Nestes centros intermédios, estas funções foram predominantemente impulsionadas pelo desenvolvimento industrial das áreas próximas;
- existência de assimetrias espaciais na distribuição hierarquizada dos centros. Não obstante a coexistência das duas situações anteriormente referidas, este concelho possui uma área claramente mais desfavorecida, em termos demográficos e de desenvolvimento, que abrange as freguesias de Serro Ventoso, Alcaria, Alvados e São Bento (área centro/sul) e de Arrimal, no extremo sul/poente, fortemente condicionadas pela orografia e pelas conseqüentes dificuldades de acesso. Por outro lado, os centros de nível intermédio, com excepção de Mendiga, que se localiza a sul do concelho, localizam-se todos na zona norte, relativamente próximos uns dos outros e beneficiando do atravessamento da EN1 que desde sempre favoreceu o desenvolvimento industrial desta área do concelho.

Analisados que foram os vários indicadores, a primeira aproximação à hierarquia dos aglomerados é a seguinte:

Níveis Hierárquicos	Hierarquia actual dos Centros Urbanos
<b>1º Nível</b>	Porto de Mós
<b>2º Nível</b>	Mira de Aire
<b>3º Nível</b>	Juncal Cruz da Léguas/São Jorge Alqueidão da Serra Calvaria de Cima Mendiga Pedreiras
<b>4º Nível</b>	Alcaria Alvados Arrimal Serro Ventoso
<b>5º Nível</b>	Restantes Aglomerados

O **NÍVEL I** é constituído pela sede concelhia – **Porto de Mós**, facto que decorre, em primeiro plano, da sua importância administrativa, sendo polarizadora de todo o funcionamento municipal, pois é aqui que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos colectivos e serviços públicos de nível superior, estando direccionada para servir uma procura especializada e esporádica. Presentemente, possui um número aproximado de 53 Funções Centrais e 273 Unidades Funcionais do sector privado.

O **NÍVEL II** é constituído por **Mira d'Aire** que, à excepção das funções centrais do sector público (equipamentos sociais) e funções administrativas (serviços públicos), funciona como verdadeira alternativa à sede de concelho. Este aglomerado possui menos sete funções centrais do sector privado (46) e um número inferior de unidades funcionais (204) que o aglomerado de Porto de Mós. A sua localização periférica relativamente à sede concelhia e no extremo oriental do concelho, conferem-lhe uma posição privilegiada para assumir tais funções de alternativa a Porto de Mós, sendo o maior pólo demográfico do concelho.

O **NÍVEL III** da hierarquia urbana é assegurado por cinco aglomerados – **Juncal, Cruz da Légua/São Jorge, Alqueidão da Serra, Calvaria de Cima, Mendiga e Pedreiras** que possuem uma expressiva dimensão demográfica, com excepção de Pedreiras, e alguma importância funcional sendo, esta última, de cariz predominantemente local, embora possuam várias funções de prestação de serviços ou de aquisição de bens de carácter mais ocasional ou esporádico e uma área de influência mais vasta, sendo de destacar, neste nível, o aglomerado de Juncal. Possuem entre 37 e 24 Funções Centrais e 118 e 33 Unidades Funcionais do sector privado e, de um modo geral, possuem um conjunto de equipamentos bastante satisfatório face à população a servir.

O **NÍVEL IV** é constituído por aglomerados com alguma dimensão demográfica – **Alcaria, Alvados, Arrimal e Serro Ventoso**, mas de reduzida importância funcional. As funções existentes neste nível são as que servem uma procura diária e local (mercearia, café, comércio misto, etc) e os equipamentos colectivos que possuem são do nível mais básico (escola primária, campo de futebol, associação...).

O **NÍVEL V** é constituído pelos **Restantes Aglomerados** de reduzida dimensão, com fraca ou nula dinâmica funcional, mas com alguma expressão demográfica e dimensão territorial à escala do Plano, sendo delimitados por perímetro urbano.

Sendo esta a hierarquia urbana actual, está apta a sofrer alterações decorrentes da evolução e discussão das propostas apresentadas e a apresentar, sobretudo a nível urbanístico e de infraestruturas viárias, podendo vir a configurar-se uma nova hierarquia, em função não só dos aspectos referidos, mas também da própria estratégia de desenvolvimento, a definir para o concelho, tendo sempre presente a importância da hierarquização dos aglomerados enquanto estrutura orientadora da implantação espacial de equipamentos colectivos e de actividades económicas promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais.

## 6.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS

### 6.3.1 Considerações Gerais

Neste sub-capítulo pretende-se fazer uma análise da estrutura urbana concelhia, assim como, analisar a dinâmica construtiva e a evolução dos aglomerados à luz do Plano Director Municipal em vigor, tendo, ainda, em atenção o desenvolvimento dos sistemas construtivos e da linguagem arquitectónica. Desta forma, a componente seguinte constituirá, essencialmente, uma comparação entre a situação descrita no PDM em vigor e a avaliação que se fez no trabalho de levantamento.

Importa, antes de mais, perceber como se estrutura o povoamento na área do concelho de Porto de Mós.

O Concelho de Porto de Mós, de topografia acidentada, insere-se no distrito de Leiria, confrontando a sul com o distrito de Santarém. É constituído por treze freguesias: Alcaria, Alqueidão da Serra, Alvados, Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, S. Bento, S. João Baptista e S. Pedro (sendo que a Vila de Porto de Mós está inserida nestas duas, como já se teve oportunidade de referir) e Serro Ventoso. As zonas de planície estão situadas predominantemente a Norte, a Noroeste e, menos importante, a Sudeste - Lagoa de Minde. A orografia condiciona fortemente a distribuição da população no concelho, traduzindo-se em densidades populacionais superiores nas planícies. Como tal, as freguesias que apresentam maior densidade populacional são: Calvaria de Cima, Mira de Aire, Pedreiras, Juncal e Porto de Mós. As de menor densidade populacional são, Alcaria, Alvados e S. Bento.

Os dois centros urbanos com maior importância são Porto de Mós e Mira de Aire, que também influenciam uma área extra concelhia.

O povoamento é, assim, consequência das características naturais do território, que vão influenciando, e sendo influenciadas, pela evolução histórica. No concelho de Porto de Mós distinguem-se duas situações: um povoamento intenso e activo, na periferia da Serra, associado à abundância de água que permitiu o estabelecimento de actividade agrícola; e uma fixação mais recente, ao longo das principais vias, relacionada com a actividade industrial. Deste modo, os aglomerados mais importantes situam-se a Norte, que é, simultaneamente, a zona com melhores acessos e ligações aos pólos extra-concelhios: Leiria, Batalha, Alcobaca e, a nascente, Fátima e Torres Novas.

Porto de Mós ao centro, Mira de Aire a nascente e Juncal a poente, constituem os principais centros de atracção, dentro do Concelho. Este eixo, sensivelmente deslocado para Norte, bem como, o atravessamento da IC2-EN1, no sentido N-S, a Oeste, provocam necessariamente uma assimetria no território concelhio. Assim, a faixa Norte caracteriza-se por um acentuado desenvolvimento, especialmente a zona compreendida entre Porto de Mós e o Juncal, que é dominada por um "corredor industrial", associado a uma sobrecarga de tráfego de nível nacional.

Este “contínuo industrial” é formado pelas zonas de S. Jorge, Cruz de Léguas e Pedreiras e constitui um dos espaços mais problemáticos e desagradáveis do Concelho.

De um modo geral, os aglomerados, no que concerne à sua formação originária, são de estrutura orgânica, de forma radial ou concêntrica em torno da Igreja. A sua expansão fez-se sobre as principais vias de comunicação ou, noutras ocasiões, descendo para o interior, materializando-se sobre os vales de suave encosta. As habitações, são, maioritariamente, unifamiliares e os edifícios, nas zonas mais antigas, são de ocupação espontânea e linear, permitindo o desencadear de arruamentos que surgem estreitos e sinuosos, como uma adaptação ao cadastro e à topografia, mas salvaguardando os terrenos com melhor aptidão agrícola.

As zonas de expansão recentes, desenvolveram-se na periferia dos aglomerados, ou ao longo dos principais acessos. Estas situações conduzem à criação de espaços intersticiais, que muitas vezes são votados ao abandono, ou constituem impasses no tecido urbano, de resolução difícil. Com a ocupação das áreas periféricas dos aglomerados, vem-se assistindo gradualmente à desertificação e à degradação dos núcleos mais antigos, a que está associada a descaracterização provocada pela introdução de novas linguagens arquitectónicas importadas e distintas das locais.

### 6.3.2 Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação

O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria nas condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitectónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados. No concelho de Porto de Mós, esta situação assume alguma dimensão nos aglomerados com maior desenvolvimento, particularmente em Mira de Aire, S. Jorge e Cruz da Léguas.

A zona que se encontra mais degradada, não propriamente a nível de edificado, mas principalmente a nível paisagístico e como espaço, é sem dúvida, e mais uma vez, a envolvente da EN1, nomeadamente a Cruz da Léguas.

**Fotografia 34: Degradação do parque edificado - Serro Ventoso**



**Fotografia 35: Mau estado de conservação de alguns edifícios - Juncal**



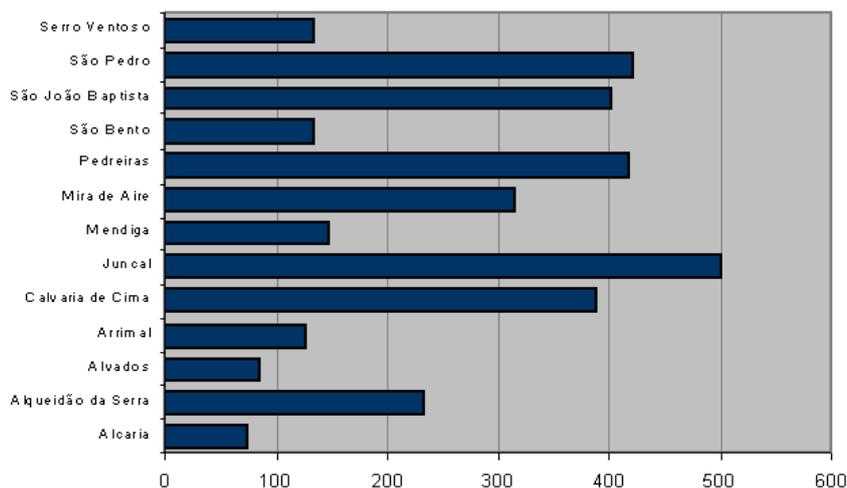
Salvo algumas exceções, os aglomerados de maiores dimensões têm crescido significativamente, o que nem sempre corresponde ao crescimento populacional. Além de Porto de Mós, os aglomerados que apresentam uma maior dinâmica de construção são Mira de Aire, Juncal, toda a zona de Pedreiras, Calvaria de Cima e Alqueidão da Serra. No quadro seguinte, apresentam-se os dados relativos aos pedidos de licenciamento à Câmara para construção de edifícios, nos últimos 6 anos.

**Quadro 58: Pedidos de Licenciamento para construção por freguesia (1995-2001)**

Freguesia	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Alcaria	3	8	10	13	12	18	10	74
Alqueidão da Serra	8	33	23	42	57	37	32	232
Alvados	3	5	12	23	21	14	8	86
Arrimal	8	11	18	25	37	22	3	124
Calvaria de Cima	20	50	53	71	86	60	48	388
Juncal	28	90	49	102	93	75	63	500
Mendiga	3	11	14	23	49	29	17	146
Mira de Aire	16	35	43	63	66	53	37	313
Pedreiras	20	52	51	90	85	71	48	417
São Bento	5	14	15	19	50	18	12	133
São João Baptista	16	45	56	92	93	49	51	402
São Pedro	25	61	54	93	97	53	39	422
Serro Ventoso	5	18	14	30	37	17	12	133
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>433</b>	<b>412</b>	<b>686</b>	<b>783</b>	<b>516</b>	<b>380</b>	<b>3370</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

**Gráfico 20: Pedidos de licenciamento para construção nos último 6 anos, por freguesia**



Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Como se pode verificar através da análise do quadro e do gráfico anteriores, os pedidos de licenciamento para a construção de edifícios são mais consideráveis nas freguesias do Juncal, de S. João Baptista, de S. Pedro e de Pedreiras.

**Quadro 59: Licenças emitidas pela Câmara por tipo de intervenção – 1994/1999**

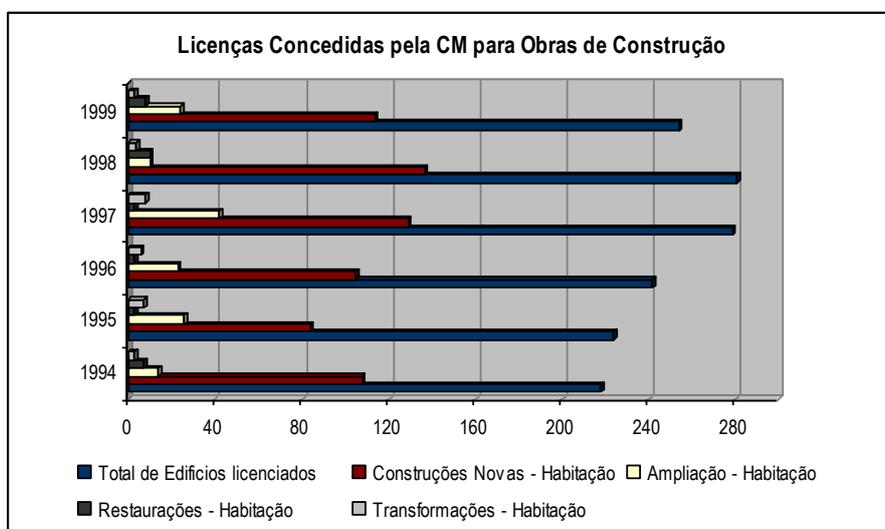
Ano	Construções Novas	Ampliação	Restaurações	Transformações	TOTAL
1994	173	25	9	11	218
1995	159	49	3	13	224
1996	180	44	3	15	242
1997	190	66	5	18	279
1998	201	58	10	12	281
1999	179	58	9	8	254
TOTAL	1082	300	39	77	1498

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 1995-2000

Como se pode constatar, as licenças têm aumentado gradualmente, com excepção do último ano (1999) em que se verificou uma pequena queda no número das intervenções. A maior parte das licenças emitidas, destinam-se à construção de edifícios novos ou a execução de obras de ampliação.

Destaque-se a fraca expressão das obras de transformação e restauração, o que explica o mau estado de conservação de grande parte dos edifícios dos núcleos antigos.

**Gráfico 21: Licenças concedidas pela Câmara Municipal para Obras de Construção (1995-1999)**



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro (1995-2000)

Na quase totalidade dos aglomerados as habitações são vivendas unifamiliares isoladas ou em banda, que ocupam lotes de reduzidas dimensões. Na Vila de Porto de Mós, por seu turno, a habitação colectiva assume-se como tipologia dominante nas construções mais recentes.

A ocupação nos aglomerados vai-se fazendo de forma dispersa e pouco disciplinada. Consequentemente, grande parte das áreas urbanas e/ou urbanizáveis definidas no Plano Director Municipal em vigor encontra-se expectante, principalmente no que diz respeito a “situações de miolo”. É o caso de algumas áreas nos aglomerados de Pedreiras, Calvaria de Cima, Cruz da Légua e Juncal, por exemplo.

Verifica-se uma relação directa entre a dinâmica urbana e a concentração de actividades económicas, associadas à qualidade e localização das infraestruturas viárias mais importantes.

### 6.3.3 Evolução Urbanística dos Aglomerados e Tipologias Arquitectónicas

No que concerne à estrutura dos aglomerados existentes no concelho de Porto de Mós, estes podem subdividir-se em quatro grandes grupos:

- **Aglomerados de características mais nucleadas**, que conservam ainda um núcleo antigo perfeitamente identificável, com ruas estreitas e traçado orgânico, por vezes concêntrico. As expansões nestes aglomerados foram ocorrendo ao longo dos arruamentos de forma aleatória. São exemplos: Alcaria, Calvaria de Cima, Juncal, Boieira, Andam, Picamilho, Mira de Aire, Porto de Mós, Serro Ventoso, Mato Velho/ Casal Velho e Casais do Chão da Mendiga;
- **Aglomerados de formação linear**, com evidente fixação ao longo de um eixo viário estruturante, como são os casos de Alqueidão da Serra, Casal Duro, Alvados, Arrimal, Portela do Vale de Espinho, Casais dos Matos, Cruz da Légua, Casal de Alho, Andainho/Casais Garridos, Marinha/ Matos/ Marinha Baixo, Vale Travelho, Pedreiras, Casal Velho e Fontainhas;
- **Aglomerados de configuração incaracterística**, que não admitem nenhuma estrutura, já que a sua ocupação foi sendo feita espontaneamente. São exemplo: Zambujal de Alcaria, Barrenta, Alqueidão do Arrimal, S. Jorge, Chão Pardo, Cabeça Veada, Bemposta, Covão da Carvalga, Figueiredo, Pragais, Fradilhão/ Poço Chainça, Cabeça das Pombas, Telhados Grandes, Vale Figueirinhas, Chão das Pias e Sobreira;
- **Aglomerados que correspondem a uma sucessiva união de lugares**, que se desenvolvem, na maior parte dos casos, em torno de um mesmo eixo viário, dando origem a extensas formas de povoamento que apresentam acentuada linearidade (Fonte do Oleiro/ Fonte dos Marcos/ Mendigos/ Ribeira de Baixo, Bom Sucesso/ Casal Oleiro/ Castanheiro/ Tojal de Cima/ Tojal de Baixo, Barreira Junqueira/ Curraleira, São Bento/ Casal das Correiras/ Covão do Sabugueiro, Vale da Portela/ Bezerra) ou tentacularidade (Barreiro dos Marcos/ Demó Velha/ Lombas e Boceiros/ Cabeço Bezerral).

Em geral, as habitações consistem em moradias unifamiliares em lotes de pequenas dimensões, dificultando o processo de requalificação dos núcleos originais, na medida em que não possuem áreas compatíveis com as necessidades actuais. No concelho encontram-se, essencialmente, três tipologias de habitação.

A primeira tipologia, mais antiga, corresponde à **casa tradicional** e consiste num edifício térreo de planta rectangular alongada, em que os diferentes compartimentos se encontram interligados. Os materiais de construção utilizados são as alvenarias de adobe, o tijolo ou a pedra miúda. Estes edifícios são, quase sempre, caiados de branco, com os socos, cunhais, vãos e cornijas também caiados, mas com cores vivas, geralmente, ocre, azul ou vermelhão. As coberturas são de duas ou quatro águas e a telha mais utilizada é a de canudo de barro vermelho. A presente tipologia encontra-se fortemente associada à envolvente agrícola e à vivência rural.

Fotografia 36: Casa de habitação –  
Pedreiras – Arquitectura Tradicional



Fotografia 37: Exemplo de edifício dissonante



A segunda tipologia corresponde à **moradia unifamiliar**, que surge nas zonas de expansão mais recentes, onde a maioria dos edifícios têm dois pisos, existindo, porém, muitos com apenas um piso. Os materiais mais utilizados são, a alvenaria de tijolo rebocada e pintada, por vezes com revestimento a azulejo; as caixilharias das janelas são normalmente em alumínio e nas coberturas é, usualmente, utilizada a telha de betão com cores não tradicionais. O sistema construtivo utilizado é o de betão armado. São, em alguns casos, edifícios inestéticos devido à sua forma, volumetria e materiais utilizados.

A terceira tipologia refere-se aos edifícios de **habitação colectiva** com 3 ou mais pisos, que ocorrem no concelho, mas apenas nas zonas de expansão dos dois principais centros urbanos, em Porto de Mós e Mira de Aire.

Das construções não destinadas à habitação, destacam-se os **moinhos** de vento (geralmente de planta redonda, são normalmente construídos em pedra, uma vez que abunda na região, e cobertos por um telhado cónico), a **eira** e a **casa da eira**, com um piso. As **capelas e igrejas**, caiadas de branco, são muitas vezes contornadas por um muro baixo, como acontece, por exemplo, com a Igreja de Alvados.

Concluindo, pode-se dizer que os aglomerados apresentam quase sempre uma imagem de contraste entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar de linguagem dissonante face ao contexto em que se insere. É importante focar o gradual abandono que se tem verificado nos edifícios tradicionais da maioria dos aglomerados.

Há a referir, ainda, que algumas intervenções recentes se têm vindo a revelar como problemas no que se refere ao enquadramento estético do edificado, contribuindo, ainda, para a desvalorização patrimonial.

De seguida, como resultado das visitas de campo efectuadas e da leitura do PDM em vigor, pretende-se efectuar uma breve abordagem dos principais aspectos que caracterizam o actual povoamento de cada freguesia do concelho, assim como identificar as principais alterações verificadas nestes últimos anos, sob vigência do PDM.

### FREGUESIA DE ALCARIA

Esta freguesia é constituída pelos aglomerados da **Alcaria**, que é a sede de freguesia, e por **Zambujal de Alcaria**. Encontram-se no mesmo local, mas divididos por uma zona baixa que não permite a edificação.

Localizam-se a seis quilómetros a Sudeste de Porto de Mós, encontrando-se Alcaria, numa encosta com uma boa exposição solar, embora algo declivosa.

É um aglomerado de estrutura orgânica, com algumas zonas pouco consolidadas, onde as ruas, estreitas e onduladas, são bem definidas, apresentando quase na totalidade um carácter tradicional. Os edifícios em alvenaria de adobe, tijolo ou pedra miúda, caiados de cor branca, encontram-se de um modo geral, em médio estado de conservação. Em mau estado, só os edifícios abandonados. A tipologia de habitação mais comum é a moradia unifamiliar, predominantemente, de um piso.

Fotografia 38: Igreja Paroquial de N. S. dos Prazeres



Alcaria é dos aglomerados, do Concelho, com menor densidade populacional, e é constituído por duas povoações, Alcaria e Castanhal. As novas construções surgem, principalmente, na periferia do aglomerado, incidindo na direcção e ao longo da EM555, ou então como operações de preenchimento, visto que o aglomerado ainda tem diversos espaços disponíveis no seu interior.

A evolução de **Alcaria**, nos últimos anos, tem consistido na expansão do aglomerado para Norte e na ocupação, das áreas definidas como urbanizáveis. **Zambujal de Alcaria**, não registou grandes alterações nos últimos anos.

## **FREGUESIA DE ALQUEIDÃO DA SERRA**

Esta freguesia situa-se na zona nordeste do concelho, junto à Serra de Aire, sendo constituída por oito aglomerados: Alqueidão da Serra, Barreiro dos Marcos/ Demó Velha/ Lombas, Boceiros/ Cabeço do Bezerril, Casais dos Vales, Casal Duro, Covão de Oles, Covas Altas e Valongo.

**Alqueidão da Serra**, a sede de freguesia, é formado por três sítios: Alqueidão da Serra, Carreirancha e Várzea, e admite uma estrutura alongada desenvolvida longitudinalmente ao longo da EM 543 e do CM 1270 com algumas infiltrações para o interior.

O núcleo antigo, que se "aninha" na concavidade formada pela EM543, mantém, de um modo geral, as suas características primitivas. O seu tecido encontra-se perfeitamente consolidado, não oferecendo grandes espaços para preenchimento. Foram efectuadas diversas intervenções, mas do tipo ampliação e conservação. Foram efectuadas algumas operações de substituição, no entanto as novas construções surgem, grosso modo, associadas às novas zonas de expansão. O facto de o núcleo não ter sido sujeito a operações de substituição significativas, prende-se ainda, com a abundância de terrenos para construção, na sua periferia.

Os novos edifícios, são moradias unifamiliares de dois pisos, em alvenaria de tijolo rebocada e pintada, e surgem nos diversos extremos da povoação, embora, mais acentuadamente, a Sudeste, em zona interiores ao caminho municipal.

**Casais dos Vales**, localiza-se numa zona muito próxima de Alqueidão da Serra, para Sul, e apresenta uma estrutura linear associada a um conjunto de edificações tradicionais um pouco degradadas. Verifica-se a existência de algumas construções recentes, na zona Norte do aglomerado, na direcção da sede de freguesia.

**Barreiro dos Marcos/ Demó Velha/ Lombas e Bouceiros/ Cabeço do Bezerril** são dois aglomerados constituídos por um conjunto de pequenos núcleos de casas, que se encontram muito próximos, e que apresentam uma estrutura orgânica e uma dimensão considerável. Estes desenvolvem-se ao longo de ruelas estreitas e irregulares e apresentando um cariz rural muito acentuado e pouca dinâmica de crescimento.

**Casal Duro** é uma pequena povoação localizada na zona Sul da freguesia, que se desenvolve ao longo do CM 270, em grande extensão, verificando-se a existência de algumas construções novas dissonantes contrastando com as restantes edificações do aglomerado.

**Fotografia 39: Vista sobre Alqueidão da Serra**



É de referir que existem outros aglomerados nesta freguesia, nomeadamente, **Covão de Oles**, **Covas Altas** e **Valongo**, e que na presente revisão iram ser alvo de delimitação de perímetro urbano. Estas povoações são de pequenas dimensões, apresentando uma estrutura linear, com desenvolvimento ao longo dos arruamentos.

### **FREGUESIA DE ALVADOS**

Num vale fértil, a 10 Km da sede do Concelho, entre serras ásperas e agrestes, situam-se Alvados e Barrenta.

**Alvados**, é de dimensão considerável e engloba vários núcleos – Alto de Alvados, Carrascos, Casas dos Riscos, Portela de Baixo, Portela de Cima e Orçário -, e desenvolve-se ao longo de arruamentos. Tendo como centro o núcleo onde se encontra a igreja, o aglomerado desenvolveu-se ao longo do CM1348, subindo em direcção à EN243.

A habitação é de tipologia unifamiliar, tendo as construções mais antigas, na sua maioria, 1 piso, embora também se encontrem, frequentemente, edifícios de 2 pisos. O seu estado de conservação é médio, existindo alguns exemplos em mau estado, que, de um modo geral, correspondem a edifícios não ocupados.

O aglomerado conserva ainda grande parte dos edifícios primitivos, pois a maioria das intervenções são de conservação e preenchimento, não havendo muitos casos de substituição. Tem-se verificado a ocupação dos espaços urbanizáveis em *Casas dos Riscos*, em *Orçário* e em *Portela de Baixo*.

Além de Alvados, a freguesia é composta por outro aglomerado que na presente revisão vai ser alvo de delimitação de perímetro urbano: a **Barrenta**, localizada na zona Norte da freguesia, possui um povoamento disperso e um grande percentagem de lotes destinados à agricultura.

### **FREGUESIA DO ARRIMAL**

Esta freguesia é constituída por quatro aglomerados com características distintas, Arrimal (sede de freguesia), Alqueidão do Arrimal, Portela de Vale de Espinho e Vale de Ventos

**Arrimal** encontra-se a sul da Serra de Porto de Mós e a norte da Serra dos Candeeiros e engloba a povoação de Arrabal. Descendo da encosta, o aglomerado desenvolve-se ao longo de um vale fértil e de apertado emparcelamento, tendo como espinha dorsal o CM1351. O povoamento é um pouco disperso, na medida em que o aglomerado se encontra recortado por várias ruas perpendiculares e duas paralelas ao caminho municipal e se desenvolve em torno das mesmas, formando quarteirões, que revelam a existência de frentes edificadas e interiores desocupados. O núcleo antigo desenvolve-se ao longo desse caminho, sendo as suas construções, em alvenaria de adobe ou em pedra caiada de branco, de um modo geral com 1 ou 2 pisos.

Apresenta uma dinâmica de crescimento razoável, que se faz sentir ao longo do CM 1354 em direcção a Sul, assim como ao longo do CM1351, para Norte, em direcção ao Alqueidão do Arrimal. As moradias unifamiliares possuem dois pisos, essencialmente.

**Alqueidão do Arrimal** localiza-se a Norte de Arrimal e é de estrutura linear, sendo o seu núcleo mais antigo constituído por um conjunto de casas bastante degradadas e antigas, de linguagem tradicional. Na zona Norte surgem novas construções unifamiliares, posicionadas ao longo do caminho municipal.

**Portela do Vale de Espinho e Vale dos Ventos** são duas pequenas povoações em que não é possível identificar uma estrutura lógica de desenvolvimento. Localizam-se, nas extremidades Norte e Sul, respectivamente, da freguesia do Arrimal. Estes dois aglomerados não foram incluídos em perímetro urbano no PDM em vigor.

Fotografia 40: Igreja do Arrimal



Fotografia 41: Igreja de Alqueidão do Arrimal



## **FREGUESIA DE CALVARIA DE CIMA**

A freguesia de Calvaria de Cima localiza-se 7 Km a Noroeste de Porto de Mós, sendo constituída pela sede de freguesia - Calvaria de Cima - e pelos aglomerados de Casais dos Matos e de S. Jorge.

**Calvaria de Cima**, desenvolveu-se numa zona relativamente plana. Apresenta uma estrutura radial e é formada por três núcleos edificados, Calvaria de Cima, Casais do Além e Casal do Ruivo. O núcleo primitivo, que tem o seu centro no largo da Igreja possui um tecido consolidado, tendo sido sujeito a diversas intervenções de preenchimento.

O aglomerado tem vindo a crescer de uma forma tentacular ao longo do CM 1340, da EM546 e, principalmente, da EM 547-2. Existem novas construções a emergir em zonas definidas como urbanizáveis, uma vez que é um dos locais com mais população do concelho. Esta pressão é mais notória no desenvolvimento ao longo da EN243, para Sul, e na área a Sul do CM 547-2.

**Casais dos Matos** é um aglomerado com desenvolvimento linear, que teve origem num cruzamento entre vias. Nos últimos anos, verificou-se que a tendência de expansão é fundamentalmente ao longo de arruamentos para Sul.

**S. Jorge**, é das zonas do Concelho com uma maior tradição histórica, uma vez que se encontra junto ao campo militar onde se travou a Batalha de Aljubarrota. É um aglomerado que se desenvolve paralelamente à EN1, longitudinalmente ao longo da estrada, sendo caracterizado por uma forte ocupação industrial. O edificado, é constituído por pequenas moradias unifamiliares, com 1 ou 2 pisos. É formado por diversos sítios, nomeadamente, Carqueijal, Chão da Feira, Moitalina e S. Jorge, sendo as duas ultimas de caracter industrial e as restantes habitacionais.

Fotografia 42: Campo militar da Batalha de Aljubarrota



O seu crescimento tem-se feito essencialmente por preenchimento, ao longo da EN243, ou por expansão ao longo do CM1344. As áreas urbanizáveis definidas no PDM, estão já ocupadas.

### FREGUESIA DO JUNCAL

A 8 Km de Porto de Mós, o Juncal é a sede de freguesia mais ocidental do Concelho, e juntamente com os aglomerados de Andam, Andainho/ Casais Garridos, Casal do Alho, Chão Pardo, Cruz da Légua, C. Seixeira e Picamilho constituí a freguesia do Juncal.

O núcleo antigo do **Juncal** desenvolve-se numa suave encosta, descendo sobre terrenos férteis. Apresenta um tecido consolidado em toda a zona Norte/Poente, dispersando-se ao longo de caminhos no sentido Sul/Nascente. A povoação desenvolveu-se, numa primeira fase, radialmente em torno de um cruzamento entre vias e em torno da igreja, e que, posteriormente, ao longo dos arruamentos entretanto criados.

Fotografia 43: Edifícios no núcleo antigo do Juncal



O Juncal apresenta um dos maiores índices de crescimento do Concelho, tanto a nível populacional, como do parque edificado. Esse crescimento fez-se sentir, numa primeira fase, numa ocupação ao longo de caminhos no sentido da EN242-4, que constitui hoje o seu principal acesso. Assim, densificou-se a construção em banda ao

longo dos caminhos, ficando para trás grandes áreas desocupadas. Actualmente essas áreas, têm sido alvo de diversas operações de preenchimento. Também a EN242-4 tem vindo a ser procurada para construção de moradias unifamiliares, bem como para pequenos estabelecimentos industriais. As novas construções, com um piso, encontram-se, preferencialmente, na periferia, sendo a zona central mais procurada para edifícios de dois pisos.

A crescimento do aglomerado tem sido mais notório na sua periferia para Nordeste, ao longo do CM1296, assim como na ocupação dos espaços urbanizáveis, localizados em toda a faixa Norte, por moradias unifamiliares de 1 e 2 pisos.

**Cruz da Légua** é um eixo consolidado que se desenvolve ao longo da EN 8, sendo um dos maiores constrangimentos a este nível. Este aglomerado está inserido nas freguesias de Juncal e de Pedreiras. É formado por um conjunto de núcleos urbanos (Cumeira de Cima, Albergaria e Boeira) e é caracterizado por uma ocupação fundamentalmente industrial, na zona a Norte do eixo de atravessamento, e por moradias unifamiliares para Sul.

O crescimento do aglomerado reflectiu-se na junção a Boeira e na construção de moradias, em alguns eixos para o interior, existindo, ainda, muitos espaços desocupados.

**Andam e Casal do Alho** são dois aglomerados localizados muito perto um do outro, que se desenvolvem ao longo do CM 1296, com características diferentes. O primeiro, orgânico e radiocêntrico, e, o segundo, de formação linear. Em Andam o desenvolvimento processou-se para Norte.

**Andinho e Casais Garridos** compõem um único aglomerado, constituído por moradias unifamiliares de 1 e 2 pisos, algumas recentes. Esta povoação é de estrutura linear, ao longo do caminho municipal e da EN 547.

**Chão Pardo** é outro aglomerado localizado no prolongamento da EN 547, bastante povoado, embora não se verifique grande evolução do parque edificado.

**Casal Seixeira e Picamilho** são dois pequenos núcleos, sendo este último de maior dimensão, localizado na fronteira do concelho.

### **FREGUESIA DE MENDIGA**

A freguesia de Mendiga está situada no Maciço Estremenho, depressão com orientação N/S. Fica entre a Serra dos Candeeiros, a Poente, e o Planalto de S.to António, a Nascente, a treze quilómetros para Sul de Porto de Mós. É constituída por quatro sítios: Bemposta, Cabeça Veada, Marinha/Matos/Marinha de Baixo e a sede de freguesia – Mendiga.

**Mendiga** está apoiada na EN362. O seu núcleo antigo, que tem como centro a zona da Igreja e apresenta um tecido consolidado. Situa-se na zona serrana, onde os terrenos são pobres. Embora seja dos aglomerados da zona sul do Concelho com um maior crescimento, é pouco significativo no contexto geral. Esse crescimento faz-se quase exclusivamente apoiado na EN362, ao longo da qual têm vindo a ser construídas várias moradias unifamiliares, com um ou dois pisos, implantadas em pequeno lote. É um aglomerado de alguma dimensão e com alguma dinâmica, uma vez que parte das áreas consideradas a urbanizar já se encontram ocupadas, verificando-se que a tendência para a expansão é mais forte nos extremos do aglomerado ao longo dos arruamentos, particularmente da EN 362, no sentido para Sul.

Fotografia 44: Igreja da Mendiga



**Cabeça Veada** localiza-se na zona sul da freguesia, e do concelho, e desenvolve-se em torno de dois arruamentos, a EN 362 e um caminho de carácter local. Possui uma imagem bastante ruralizada por existirem diversos campos agrícolas no seu interior. Não se verificou um crescimento significativo nesta povoação.

**Marinha, Matos e Marinha de Baixo** formam, no seu conjunto, um aglomerado, que no início era apenas formado pelas duas primeiras, havendo, agora, um continuo edificado. Marinha e Matos têm uma formação linear apoiada na EN 362, enquanto que Marinha de Baixo se desenvolveu para o interior a partir de Matos.

**Bemposta** não estava incluída em perímetro urbano, mas uma vez que possui já uma dimensão razoável, proceder-se-á à sua delimitação.

### **FREGUESIA DE MIRA DE AIRE**

Constitui, a par de Cruz da Légua, uma das áreas mais importantes do ponto de vista industrial e é constituída apenas por dois aglomerados, a sede de freguesia (Mira de Aire) e por Covão da Carvalha.

**Mira de Aire** localiza-se na ponta Nascente do Concelho, a 15 Km de Porto de Mós, fazendo fronteira com o Concelho de Alcanena. É a povoação com mais população do concelho. Tem dois núcleos antigos, que se encontram em avançado estado de descaracterização. O aglomerado, que se localiza numa encosta sobre um vale fértil, tem como espinha dorsal a EN243e como centro o largo das duas igrejas.

A actividade industrial permitiu o crescimento rápido da sua população, sendo que hoje é também centro de actividade comercial e de prestação de serviços.

A topografia e a pressão construtiva contribuíram para que o seu crescimento se processasse de forma desordenada e tentacular de duas formas distintas: uma de exclusiva actividade de renovação urbana e de preenchimento, que se faz sentir ao longo da artéria principal e a Sul desta, e a outra na expansão a norte da Estrada Nacional, no prolongamento do aglomerado.

Enquanto os edifícios mais antigos tem um ou dois pisos, as novas construções variam entre os 2 e os 3 pisos, atingindo, em alguns casos, os 4 pisos, na zona Norte. Mira de Aire concentra, pois, alguns edifícios de habitação colectiva, que reservam o piso térreo para comércio.

Actualmente a maior dinâmica construtiva verifica-se essencialmente na ocupação dos terrenos a Nordeste com moradias unifamiliares, assim como na ocupação do interior do aglomerado através do processo de preenchimento ou mesmo de renovação urbana.

**Covão da Carvalha** é um pequeno aglomerado, localizado a noroeste de Mira de Aire, caracterizado por uma estrutura orgânica e confusa, com desenvolvimento inicial em redor do largo da igreja e, posteriormente, ao longo do arruamento que permite o acesso ao aglomerado. É composta por moradias com 1 e 2 pisos e não apresenta muitas construções recentes.

Fotografia 45: Núcleo consolidado de Mira de Aire apoiado na EN 243



Fotografia 46: Igreja de Covão da Carvalha



## **FREGUESIA DE PEDREIRAS**

A presente freguesia é uma das mais urbanizadas de todo o concelho e insere-se na faixa oeste do Concelho, com um desenvolvimento paralelo à EN1. É composta por três povoações, a sua sede de freguesia (Pedreiras), parte do eixo Cruz da Léguas e pelo Vale Travelho.

**Pedreiras**, composta por diversos núcleos edificados (Azoio, Casal Boeiro, Casal da Nogueira, Covão, Feteira, Outeiro e Pedreira), situa-se numa zona baixa. Apresenta duas formas distintas de ocupação: um povoamento linear, ao longo da antiga estrada D. Maria (paralela à EN1), existindo uma grande alternância entre construções

tradicionais e novas, que de um modo geral são de um ou dois pisos; e, um povoamento caracterizado pelo conjunto de pequenos núcleos dispersos mas perfeitamente identificados constituídos por novas moradias unifamiliares de um piso, em pequeno lote individual e por interessantes exemplos de arquitectura tradicional.

Com a ajuda de pequenas unidades oficinais, e gozando da proximidade, tanto da EN1 como da zona industrial da Cruz da Léguas, Pedreiras tem tido um crescimento significativo. As novas construções têm contribuído para aumentar a dimensão dos pequenos núcleos dispersos e para a consolidação de toda a faixa envolvente da antiga Estrada D. Maria, assistindo-se a uma tendência, cada vez maior, de ligação entre estes núcleos, através de uma ocupação ao longo da estrada. Na zona Norte, a pressão verificada é no sentido da instalação de unidades industriais.

Fotografia 47: Antiga estrada D. Maria, paralela à EN1



Fotografia 48: Largo da Igreja de Pedreiras, junto à entrada do Cemitério



Dentro da freguesia de Pedreira insere-se uma outra parte do aglomerado de **Cruz da Léguas**, que tem um desenvolvimento sustentado na EN8 e na EN242-4. É formado pela povoação de Casal da Luisa, pela Cruz da Léguas e pela Tremoceira. O núcleo antigo está localizado no cruzamento das duas estradas nacionais mencionadas. No perímetro da área urbanizada, aqui considerada como Cruz da Léguas, encontra-se ainda o núcleo antigo da **Tremoceira**. O parque edificado que, alternando entre moradias unifamiliares e unidades industriais, confere ao conjunto uma imagem heterogénea. Aqui predominam as indústrias cerâmicas, uma vez que, o desenvolvimento urbano está intimamente ligado à existência de boas jazidas de argila, que conduziu à localização das unidades industriais junto das "barreiras", e posteriormente, no cruzamento de S. Jorge.

As novas construções surgem ao longo da EN8 e na zona da Tremoceira e são, de um modo geral, novas instalações industriais e moradias unifamiliares de 1 e 2 pisos. Nota-se que existe uma grande pressão, ao nível das actividades industriais, para se instalarem ao longo do eixo principal, EN 8, onde as acessibilidades são mais fáceis.

**Vale Travelho** é um aglomerado de casas que se dispõem ao longo dos arruamentos. Localiza-se num local de fácil acesso a Porto de Mós e numa área fronteiriça entre estas duas freguesias. As moradias que compõem a pequena povoação, são unifamiliares com 1 e 2 pisos, algumas bastante recentes, em resultado da forte dinâmica induzida pela proximidade à Vila de Porto de Mós.

### **PORTO DE MÓS (S. JOÃO BAPTISTA E S. PEDRO)**

Constituída por nove aglomerados (Bom Sucesso/ Casal Oleiro, Castanheiro, Fonte do Oleiro/ Fonte dos Marcos/ Mendigas/ Ribeira Baixa, Porto de Mós, Pragais, Tojal de Baixo/ Tojal de Cima e Valbom).

A Vila de **Porto de Mós** dista 18 Km de Leiria e 16 Km de Alcobaça, sendo servida pelas EN243, EN362 e EM543, que lhe conferem uma boa acessibilidade. Localizada nas abas da serra e apoiada no morro do Castelo, a vila tem uma parte alta mais antiga e uma parte baixa relativamente moderna.

À medida que nos aproximamos do Castelo, as ruas vão sendo cada vez mais estreitas, apresentando a configuração da época medieval. O núcleo antigo da vila, é também a zona mais consolidada, onde ainda se encontram interessantes exemplos de arquitectura civil, sobretudo de carácter mais erudito. Com ruas estreitas e tortuosas a ocupação fez-se em banda no contínuo dos arruamentos. Os edifícios que têm de um modo geral 2 pisos, em alguns casos pontuais 3 pisos, foram construídos em alvenaria de pedra ou tijolo, rebocada e pintada (caiada, nos exemplos mais antigos), com caixilharia em madeira, ou alumínio em se tratando de edifícios mais recentes. É também nesta zona que se situam os 4 paços existentes na vila. Este núcleo não se encontra muito descaracterizado, sendo as operações dominantes as de recuperação e, em alguns casos, de renovação, que de um modo geral são feitas com algum cuidado.

Ao longo da EN362, na saída para a Batalha, a ocupação caracteriza-se, principalmente a poente da estrada, por moradias unifamiliares em lotes individuais, apresentando uma traça interessante, aspecto que se vai perdendo à medida que nos afastamos da vila.

Na zona nascente, que acompanha a saída para Alqueidão da Serra, a Nordeste, a ocupação ocorre ao longo da estrada sob a forma de moradias unifamiliares em pequeno lote individual, com 1 ou 2 pisos. Encontrando-se alguns exemplos de arquitectura tradicional, no entanto, a maioria dos edifícios são recentes e sem qualquer interesse arquitectónico, já que utilizam cores não tradicionais e azulejos, como revestimento exterior.

A Sul/Sudeste, encontra-se a zona mais recente que se estende desde o topo da colina, a Nascente, até à parte baixa da vila (jardim). No topo da colina predominam os edifícios com 1 ou 2 pisos, unifamiliares em lote individual. Na encosta um caso excepcional que, acompanhando o declive, atinge, numa das frentes, 7 pisos.

Ao longo da EN243, na saída para Mira de Aire, a ocupação é menos densa, caracterizando-se por pequenas moradias de 1 ou 2 pisos.

A sul da Vila, ao longo da EN362 na saída para Santarém, a ocupação é de baixa densidade, com características rurais. Os edifícios, geralmente com 1 ou 2 pisos, são de tipologia unifamiliar em lotes individuais. No entanto, existem pequenos núcleos de maior concentração, com construção em banda.

Separada do "casco" de Porto de Mós pela várzea, temos toda a zona Oeste (sujeita a PP), cuja ocupação dispersa é pontuada por situações de grande concentração, nomeadamente ao longo da EN243. De um modo geral, os edifícios possuem 2 pisos.

As características do local orientam o crescimento urbano para núcleos periféricos - Carrascal da Corredoura, Ribeira de Cima, Rio Alcaide e Eiras da Lagoa. Contudo, este crescimento tem-se processado de uma forma aleatória, ao longo das estradas nacionais e municipais que permitem o acesso à vila.

Embora o crescimento urbano se encontre fortemente condicionado por factores naturais, a dinâmica de crescimento tem sido acentuada. Se por um lado a topografia e os factores geológicos constituem uma forte condicionante, por outro, o rio Lena com as suas margens de solos altamente produtivos, não é menos importante.

O Castelo, embora de pequenas dimensões, de modo algum passa despercebido, constituindo a imagem de referência não só do casco urbano antigo, mas de toda a estrutura urbana da sede de Concelho.

Porto de Mós é o núcleo mais populoso de todo o concelho e onde se localizam todas as actividades terciárias e equipamentos mais importantes, daí a forte dinâmica construtiva deste aglomerado. Nos últimos anos, tem-se desenvolvido através da ocupação de solos urbanizáveis, ao longo do CM 543 que permite o acesso a outras povoações da freguesia, para Norte, em certos pontos da EN 362, para Sul, e em parte da zona a Poente de Porto de Mós, ao longo da EN 243.

Fotografia 49: Rua D. Fuas Roupinho do núcleo histórico de Porto de Mós



Fotografia 50: Edifício dos Paços do Concelho - Porto de Mós



**Fonte do Oleiro, Fonte dos Marcos, Mendigos e Ribeira de Baixo** constituem um único aglomerado que é formado pela conjugação de diversos sítios num contínuo urbano. A presença de campos agrícolas é constante. A estrutura urbana deste aglomerado é confusa e orgânica, embora na zona da Ribeira de Baixo o povoamento seja linear ao longo da EN 362, que liga Porto de Mós à Batalha. O crescimento neste aglomerado é significativo, reflectindo-se em edifícios recentes de moradias unifamiliares de grande dimensão, com 1 e 2 pisos. A procura deste local para construção de habitação é ditada pela proximidade a Porto de Mós.

**Tojal de Baixo, Tojal de Cima, Bom Sucesso, Casal Oleiro e Castanheiro**, formam um aglomerado com um desenvolvimento linear ao longo da EM543, que é constituído por edifícios unifamiliares de 1 e 2 pisos. O crescimento urbano levou à junção de diversos núcleos edificados, razão pela qual não existe uma interrupção física entre eles.

**Figueiredo, Livramento, Pragais e Valbom**, são quatro pequenos aglomerados situados a sul da Vila, à excepção do último que se localiza ao longo da EN 362, na zona Norte. São, na generalidade, de estrutura linear e possuem um núcleo primário correspondente à origem da sua formação.

### **FREGUESIA DE SÃO BENTO**

Freguesia de grandes dimensões e uma das menos populosas. Localiza-se em plena zona serrana, sendo constituída por pequenos aglomerados, num total de onze (Azelha, Barreira da Junqueira/ Curraleira, Cabeça das Pombas, Casal das Correias, Casal Velho, S.Bento/ Covão do Sabugueiro, Covões Largos, Espinheiro/ Moliana, Fontainhas, Fradilhão/ Poço Chainça, Paiã, Pia Carneira, Raimunda e Telhados Grandes).

**São Bento** (São Bento, Lugar do Covão do Sabugueiro e Casal das Correias) localiza-se junto à EM506. É um aglomerado de pequenas dimensões, cuja designação provém da antiga Capela do séc. XVII, que foi substituída

pela actual. O aglomerado desenvolveu-se primeiro, em função do largo da Igreja, e, posteriormente, ao longo de um dos eixos viários.

**Barreira da Junqueira/ Curraleira e Telhados Grandes**, formam um contínuo urbano, de moradias unifamiliares de 1 e 2 pisos, constituído por dois aglomerados distintos, que se desenvolvem, fundamentalmente, ao longo da EN 506 e onde se verifica a existência de algumas moradias bastante recentes. Os extremos do aglomerado estão sujeitos a maior pressão urbanística.

**Azelha, Covões Largos, Fradilhão/ Poço Chainça** são três aglomerados de povoamento disperso localizados a Norte de S. Bento, nas intermediações da EN 506, sendo formados por um conjunto de moradias unifamiliares.

Fotografia 51: Moinho de Telhados Grandes



**Cabeça das Pombas, Casal Velho, Espinheiro/ Moliana e Fontainhas** possuem um povoamento disperso, com diversas áreas interiores desocupadas.

**Paiã e Raimunda** são duas pequenas povoações situadas nas proximidades do limite do concelho. Possuem um povoamento disperso, sendo Raimunda de maiores dimensões.

### **FREGUESIA DE SERRO VENTOSO**

A freguesia de Serro Ventoso é constituída por nove aglomerados, Bezerra/ Vale da Portela, Cabeço das Pias, Casais do Chão da Mendiga, Chão das Pias, Codaçal, Mato Velho/ Casal Velho, Serro Ventoso, Sobreira/ Lagar Novo e Vale Figueirinhas.

**Serro Ventoso** é sede de freguesia e situa-se seis quilómetros a Sul de Porto de Mós, em plena serra calcária. O seu núcleo antigo desenvolveu-se em função da EN362 com infiltrações para poente. Com um tecido consolidado, a ocupação fez-se preferencialmente em banda com edifícios de 1 ou 2 pisos. A sua dinâmica de crescimento, embora por comparação com os outros aglomerados do concelho tenha pouco significado, assume alguma expressão atendendo a que é um aglomerado da zona serrana. Tem crescido ao longo da estrada nacional, tanto para Sul, como para Norte, assim como junto às EM's 554 e 506, onde se torna mais disperso. As novas construções são moradias unifamiliares, com um ou dois pisos, isoladas em pequeno lote.

Fotografia 52: Bezerra

**Bezerra/ Vale da Portela, Mato Velho/ Casal Velho e Chão das Pias**, são três aglomerados de estrutura idêntica, que tem uma formação linear ao longo de arruamentos.



**Casais do Chão da Mendiga** é um pequeno e denso aglomerado com habitações de 1 e 2 pisos, em lotes de pequena dimensão, que tem formação num pequeno núcleo concentrado que se desenvolveu, posteriormente, de uma forma orgânica e espontânea pelos arruamentos. Verifica-se que as novas construções se localizam na saída Norte do aglomerado.

**Cabeço das Pias, Codaçal e Sobreira/ Lagar Novo e Vale Figueirinhas** são quatro aglomerados de ocupação dispersa.

Fotografia 53: Núcleo histórico de Serro Ventoso



Fotografia 54: Núcleo histórico de Serro Ventoso



## 6.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Como se disse, o estabelecimento de uma hierarquia de centros urbanos, no âmbito de um Plano Director Municipal, resulta da necessidade de definição de um zonamento correcto e de uma melhor utilização e gestão do território concelhio, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. De facto, este aspecto é fundamental enquanto instrumento orientador da implantação espacial de equipamentos e de actividades económicas, promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais. Desta forma, conseguirá favorecer-se o desenvolvimento de relações inter-centros e atenuar-se-á a actual dependência polarizadora das sedes concelhias.

A primeira aproximação ao escalonamento hierárquico dos aglomerados é, então:

<b>1º Nível</b>	Porto de Mós
<b>2º Nível</b>	Mira de Aire
<b>3º Nível</b>	Juncal Cruz da Légua/São Jorge Alqueidão da Serra Calvaria de Cima Mendiga Pedreiras
<b>4º Nível</b>	Alcaria Alvados Arrimal Serro Ventoso
<b>5º Nível</b>	Restantes Aglomerados

Testemunhando a ocupação humana desde a pré-história, e passando por todas as vicissitudes e transformações resultantes da humanização do território, ao longo dos séculos, o concelho de Porto de Mós, tal como a maioria dos concelhos da região, apresenta hoje, essencialmente, quatro **tipologias de povoamento**:

- Aglomerados de formação linear (desenvolvimento ao longo dos arruamentos);
- Aglomerados de características nucleadas;
- Aglomerados de formação incaracterística;
- Aglomerados resultantes da sucessiva união de lugares.

As expansões na maioria dos casos assumiram formas lineares, que, numa primeira fase, conduz ao prolongamento ao longo da via que suporta o aglomerado, e, numa segunda fase, dá origem a uma “teia” menos densa na envolvente de núcleos orgânicos (mais concentrados de ruas estreitas e tortuosas) e, finalmente induz a uma ocupação espontânea e dispersa. As zonas de expansão recentes, desenvolveram-se marginalmente aos núcleos primitivos, ou ao longo dos principais acessos. Estas situações conduzem à criação de espaços, que, em muitos casos, acabam por ficar ao abandono. Com a ocupação das áreas periféricas dos aglomerados, vem-se assistindo gradualmente à degradação dos núcleos mais antigos, e, paralelamente, à descaracterização provocada pela introdução de linguagens arquitectónicas importadas.

Mesmo dentro destas tipologias, os aglomerados apresentam características diversas, que são facilmente justificáveis pela sua localização, em zonas baixas junto a terrenos agrícolas e linhas de água, em encostas férteis, em cabeços, ao longo de linhas de festo, ou simplesmente, se são aglomerados localizados na zona da serra.

Em traços gerais, não houve lugar a grandes transformações, à excepção dos aglomerados com maiores dimensões, como é o caso de Porto Mós, de Mira de Aire, do Juncal, da zona de Calvaria/ Cruz da Légua, de

Alqueidão da Serra e de Pedreiras. Nas áreas envolventes à vila de Porto de Mós, melhor servida em serviços e equipamentos, tem-se assistido à construção de um maior número de moradias unifamiliares..

Constatou-se que o **estado de conservação** do parque edificado, numa leitura geral é razoável, apresentando algumas situações já em avançado estado de degradação. Veja-se, a título de exemplo, o núcleo mais antigo de Serro Ventoso. A imagem da maioria dos aglomerados encontra-se descaracterizada pelas intervenções que se realizaram essencialmente a partir da década de 70, processo ao qual não são alheios os fenómenos migratórios. Embora seja uma situação comum a todos, são contudo, os aglomerados com maior dinâmica construtiva os que mais sofrem desta patologia urbana. No entanto há ainda alguns núcleos primitivos de aglomerados que mantêm um valor de conjunto que interessa preservar, e para os quais deviam ser realizados Planos de Pormenor, uma vez que constituem uma mais-valia para o Concelho.

A **dinâmica de construção** tem aumentado timidamente mas de forma relativamente constante, sendo a maior percentagem destinada à habitação unifamiliar.

Detectam-se assim como principais debilidades do povoamento:

- A proliferação do povoamento linear.
- A fragmentação do espaço urbano envolvente aos aglomerados inicialmente de forma nucleada;

O desenvolvimento dos aglomerados tendo como espinha dorsal, estradas nacionais com fluxos elevados, constituindo um factor de degradação urbana e de perigo para a saúde pública.

## 7. PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Neste capítulo é feito um levantamento de todos os instrumentos ou estudos eficazes, em elaboração ou que estão previstos para o território concelhio, são identificados todos os compromissos e intenções previstas para o município de Porto de Mós, sendo também efectuada um análise das pretensões ou sugestões apresentadas na fase do inquérito público.

### 7.1 PLANOS E ESTUDOS EFICAZES OU EM ELABORAÇÃO NO CONCELHO DE PORTO DE MÓS

No concelho de Porto de Mós existem 6 instrumentos de planeamento eficazes:

- Plano de Bacia Hidrográfica do Lis;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros;
- Plano Director Municipal de Porto de Mós;
- Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós;
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós;
- Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mira de Aire.

Em elaboração encontra-se:

- Plano de Pormenor da Zona dos Colos.

A Câmara Municipal manifestou a intenção de realizar outros Planos, nomeadamente:

- Plano de Urbanização da Vila do Juncal;
- Plano de Urbanização da Vila de Alqueidão da Serra;
- Plano de Pormenor da Zona Antiga de S. Jorge;
- Plano de Pormenor da Zona Antiga de Alvados,
- Plano de Pormenor da Zona Antiga de Alcaria;
- Plano de Pormenor da Zona Antiga de Porto de Mós.

#### **Plano de Bacia Hidrográfica do Lis**

Este plano sectorial, ratificado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/2002, publicado no D.R., 1ª Série – B de 3 de Abril de 2002, tem por principal objectivo a definição de uma política de planeamento adequada, visando a valorização, a protecção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos, assim como a sua correcta articulação com o desenvolvimento regional através da racionalização dos seus usos. Este Plano, que deve ser entendido

como um instrumento dinâmico, susceptível de ser actualizado, tem a duração máxima de 8 anos, devendo ser iniciado o processo de revisão no prazo máximo de seis anos. O PBH do Lis<sup>11</sup> abrange uma área total de 1009 Km<sup>2</sup> e 33% da área do concelho de Porto de Mós.

### **Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros**

O Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros foi criado com a publicação do D. L. n.º 118/79, de 4 de Maio, tendo por objectivo a protecção dos aspectos naturais existentes, o desenvolvimento e a renovação da economia local, a defesa do património arquitectónico e cultural e a promoção do recreio ao ar livre.

O Plano do Parque foi aprovado pela Portaria n.º 21/88, de 12 de Janeiro, constituindo um elemento regulador e definidor das formas de utilização preferencial do território desta área protegida, promovendo o bom uso dos seus recursos naturais e a intervenção de diversas entidades que, de alguma forma, se encontrem ligadas ao Parque. O Plano está a ser objecto de revisão (estando, de momento, na fase de caracterização) pelo que deverá promover-se a sua conciliação e articulação com o PDM, também em revisão.

### **Plano Director Municipal de Porto de Mós**

O Plano Director Municipal, agora em fase de revisão, foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/94, publicada no D.R., 1ª Série – B de 14 de Agosto de 1994, alterado pela declaração n.º 71/99, 2ª Série, publicada no D.R. n.º 52 de 3 de Março de 1999.

Torna-se mais importante, neste sub-capítulo proceder a uma breve avaliação dos aspectos que se prendem com a necessidade de efectuar uma revisão do PDM, do que simplesmente descrever o seu conteúdo.

Para além das questões comuns a todas as revisões dos PDM's, como a adequação à legislação em vigor, às novas bases cartográficas actualizadas e em suporte informático, às mais recentes orientações para o ordenamento do território e a adequabilidade à nova realidade, decorridos que estão 8 anos sobre ratificação deste PDM, importa salientar os aspectos que especificamente respeitam a este Concelho e que estão subjacentes à sua revisão:

- Corrigir algumas discrepâncias entretanto detectadas ao nível do uso do solo;
- Salvaguardar, em Regulamento, os espaços industriais existentes;
- Resolver situações conflitantes com as condicionantes e os usos do solo existentes;
- Solucionar o problema relativo à localização dos parques de sucata;
- Permitir índices de construção mais favoráveis aos espaços de utilização colectiva localizados fora do perímetro;

---

<sup>11</sup> Não foi possível obter atempadamente o limite da área do PBH do Lis junto da entidade competente, pelo que esta será incluída numa fase posterior.

- Regularizar as acções compatíveis com a Reserva Ecológica Nacional;
- Rever os espaços afectos à exploração de inertes.
- Ajustar os Perímetros Urbanos à realidade actual e às tendências de crescimento e procura verificadas. Nesta matéria, para além dos ajustes, resultantes do maior rigor permitido pela escala de trabalho e pelos levantamentos cartográficos actualizados, salientam-se alguns aspectos:
  - Para alguns aglomerados de pequena dimensão o PDM não definiu os perímetros urbanos, como por exemplo, em Portela do Vale de Espinho, Boeira, Picamilho, Marinha de Baixo, etc.
  - Prever expansão urbana em aglomerados com maior dinâmica;
  - Alargar o perímetro de S. Jorge (para Sudeste), por forma a compensar as áreas *non aedificandi* resultantes da elaboração de um Plano de salvaguarda no núcleo histórico (intenção);
  - Equacionar o perímetro de Calvaria/ Cruz da Léguas/ Pedreiras/Juncal.
- Introduzir alterações ao regulamento;
- Compatibilizar e articular com outros Planos de Ordenamento eficazes ou em elaboração.

#### **Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós**

Este Plano foi aprovado em Assembleia Municipal a 24 de Fevereiro de 1995, tendo sido publicado no Diário da República n.º 244, II Série de 21 de Outubro de 1995.

A área objecto deste plano destina-se à instalação de diversos equipamentos de apoio às necessidades da Vila e do concelho de Porto de Mós, nomeadamente, no âmbito da saúde, da cultura, do desporto, do turismo, assim como da instalação de actividades comerciais.

#### **Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós**

Este Plano foi aprovado pela Assembleia Municipal a 28/04/95 e foi publicado no Diário da República n.º 239, II Série a 15 de Outubro de 1996.

A necessidade de garantir a existência de uma área afecta exclusivamente ao uso industrial no concelho, devidamente pensada e que possuísse as condições básicas necessárias à operação das unidades industriais que aí se implantassem, conduziu à elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós. Com efeito, do ponto de vista económico, a implantação de uma área industrial assumia, no contexto concelhio, uma oportunidade para atrair investidores, e do ponto de vista urbanístico, a possibilidade de relocalizar algumas unidades localizadas de forma inadequada.

#### **Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mira de Aire**

Este Plano foi aprovado pela Assembleia Municipal a 30/06/95 e a 27/09/96 e foi publicado no Diário da República n.º 244, II Série a 21 de Outubro de 1997. A área objecto do Plano, estabelece as condições necessárias para a concretização de uma zona industrial no concelho e define a criação de uma área destinada à construção de lotes industriais e de uma área destinada à implantação de equipamentos colectivos públicos, ambas articuladas a uma estrutura de espaços verdes de utilização colectiva.

## 7.2 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA

A legislação em vigor (D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro) no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, consagra a participação pública dos cidadãos no processo de planeamento, devendo para tal a Câmara Municipal facilitar o acesso de todos os interessados aos elementos relevantes para que possam conhecer o estado dos trabalhos e formular sugestões. Dentro desta filosofia, a revisão do PDM terá que ser também precedida de uma consulta pública. Neste contexto, foram apresentadas à Câmara Municipal diversas sugestões e pretensões, que se agruparam nas seguintes categorias (a sua identificação consta da Planta n.º 8 dos Estudos de Caracterização e do Volume Anexo):

- Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço;
- Pretensões para desafecção de RAN e/ou exclusão de REN;
- Pretensões para construção de edifícios, para loteamento ou para inclusão em perímetro urbano;
- Pretensões para ampliação das áreas de extracção de inertes;
- Pretensões de Juntas de Freguesia.

Após cartografadas foi possível fazer uma leitura espacial sobre as situações que predominam e os locais de maior pressão, evidenciando-se desde logo que a maioria corresponde às pretensões particulares para construção de edifícios, para loteamento ou para inclusão em perímetro urbano, assim como para desafecção de RAN e/ou exclusão de REN.

Assim sendo, desta análise ressalta que a incidência destas pretensões, se processa essencialmente na zona Norte do concelho, em torno dos aglomerados de Porto de Mós, Pedreiras, Juncal e no eixo Cruz da Légua.

Os pedidos para construção de edifícios, para loteamento ou para inclusão em perímetro urbano têm maior incidência nas seguintes zonas:

- Porto de Mós:
  - Expansão para Poente ao longo da EN362;
  - Ampliação do perímetro a Sudoeste.
- Pedreiras:

- Aumentos pontuais do perímetro;
- Expansão para Nascente, para o interior do aglomerado.
- Cruz da Légua/ S.Jorge:
  - Expansão para Nascente, na zona da Tremoceira;
  - Inclusão de áreas em perímetro urbano, ao longo da EN1.
- Juncal
  - Expansão para Noroeste, ao longo do caminho municipal;
  - Expansão para sudeste.

Os pedidos para desafecção de RAN e/ou exclusão de REN, localizam-se essencialmente em Mira de Aire, em Porto de Mós, em Cruz Légua/ S. Jorge e Juncal e têm por objectivo permitir a expansão dos perímetros:

- Mira de Aire – expansão para Noroeste;
- Porto de Mós – expansão para Sudeste;
- Cruz da Légua (zona da Tremoceira) – expansão para Nascente, para Norte e ao longo da EN1;

Surgiram também inúmeras pretensões para ampliação das zonas de extracção de inertes, que abrangem 7 áreas bastante significativas e constituem pedidos conjuntos de diversas empresas. Estão localizadas na zona sul do concelho, nomeadamente em:

- Penedos Negros;
- Serro Ventoso (Cabeço Vedeiro);
- Alvados (Alfavaça);
- S. Bento (Encosta Vale de Carneiro);
- Arrimal (Cabeça Veada, Vale dos Ventos);
- Mendiga (Cova Grande).

Foram duas as Juntas de Freguesia que apresentaram sugestões/pretenções:

- Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, sugere algumas alterações aos perímetros da sua freguesia;
- Junta de Freguesia de S. Bento, que apresenta, em conciliação com os proprietários das pedreiras, as áreas propostas para a ampliação das unidades extractivas.

### 7.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

No que respeita aos instrumentos de planeamento importa salientar a existência e/ou a elaboração de diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território que devem ser incluídos ou articulados com o presente Plano. No total contabilizam-se seis Planos com acção sobre o concelho (o PBH do Lis, o Plano de Ordenamento do PNSAC, o PDM e três Planos de Pormenor), estando em elaboração um outro Plano de Pormenor. É intenção da Câmara Municipal elaborar outros 6 Planos, 2 Planos de Urbanização, para Juncal e Alqueidão da Serra, e 4 Planos de Salvaguarda, para S. Jorge, Alvados, Alcaria e Porto de Mós.

Quanto às Pretensões resultantes do inquérito público, é importante ter em consideração a franca participação da população, no entanto, com maior pressão sobre determinadas zonas do território, nomeadamente nas freguesias de Porto de Mós, de Pedreiras, do Juncal e de Calvaria de Cima, situadas na vertente Norte do concelho.

Note-se que apesar da sua importância, enquanto elemento de dinamização do processo de planeamento e de aproximação do Plano às necessidades da população, não há qualquer obrigatoriedade na aceitação ou na aplicação destas pretensões.

## 8. HABITAÇÃO

### 8.1 INTRODUÇÃO

A questão habitacional é um dos principais factores que levam à transformação do território, daí que, já os Decretos-Lei n.º 69/90, de 2 de Março e o n.º 211/92, de 8 de Outubro, que regulavam os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), definiam, como um dos objectivos destes Planos, "determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação" (Art.º 5º, n.º 2, alínea C).

De acordo com a actual legislação (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), "o Plano Director Municipal estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, (...)" (Art.º 84º, nº1), no âmbito da qual deverá enquadrar-se a política de habitação do município.

Mais à frente, o mesmo diploma explicita, no artigo relativo ao conteúdo material do Plano, que o "Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo: (...) i) a definição de programas na área habitacional; (...)" (Art.º 85º do mesmo diploma).

Não sendo tão pormenorizado, em termos de conteúdo nesta matéria, o actual diploma tem implícito, contudo, o cálculo das carências habitacionais, bem como a estimativa das necessidades previsíveis no período de vigência do Plano, pois só em função daquelas se poderão definir os programas habitacionais, mencionados no Artº 85º do DL nº 380/99, de 22 de Setembro.

Neste contexto, as características da problemática da habitação combinadas com o quadro legal e administrativo das actuações autárquicas nesta matéria e com as normas estabelecidas no DL nº 380/99, de 22 de Setembro, recomendam que os PDM's desenvolvam os respectivos conteúdos baseando-se em três pontos essenciais:

1. Caracterização da situação - O objectivo desta componente é o de reunir, de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, nomeadamente na vertente das situações de carência.
2. Estimativa dos parâmetros de planeamento - Os parâmetros de planeamento destinam-se a estabelecer o enquadramento quantificado da intervenção camarária no sector da habitação. Eles fazem a articulação entre o estudo da situação existente e a definição das medidas a tomar com base nos instrumentos disponíveis e nas necessidades previsíveis no período de vigência do Plano.

3. Orientação e medidas de política (definição de programas) - Esta componente consiste na apresentação de propostas/programas ao nível da política de habitação, da produção de habitação social, da reabilitação do parque existente, etc.

O presente Relatório (1ª fase do PDM) integra o ponto 1 - Caracterização da Situação. Dentro deste capítulo autonomizam-se dois sub-capítulos:

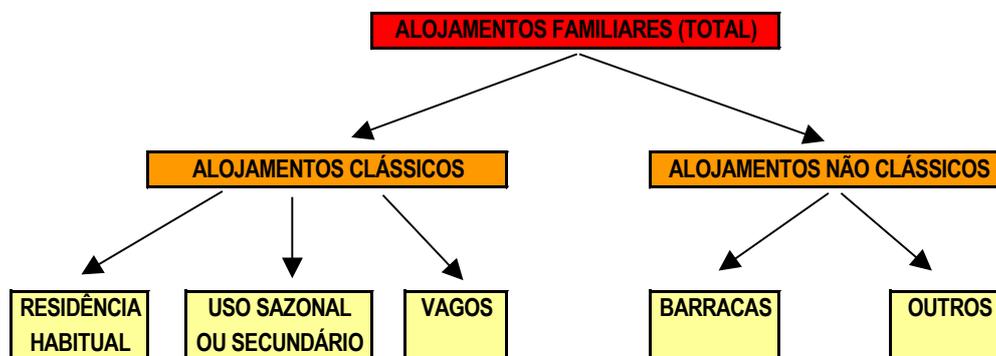
**I - O Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico**, que aborda os seguintes temas:

- c) População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação;
- d) Épocas de construção e dinâmicas de crescimento;
- e) Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de pisos;
- f) Condições de habitabilidade;

**II - Avaliação das Carências Habitacionais**, onde é sistematizado e sintetizado, de forma operacional, o conteúdo do ponto anterior e onde são quantificadas as carências habitacionais, por freguesia.

No Relatório final serão tratados os dois outros pontos, nomeadamente a Estimativa dos Parâmetros de Planeamento e as Orientação e Medidas de Política (definição de programas). Será nesse momento que, com base nas carências actuais e nas necessidades estimadas para o horizonte do Plano, se indicará o número previsível de alojamentos que será necessário edificar nos próximos dez anos, em Porto de Mós, e se identificarão os programas mais adequados para a sua concretização.

O presente capítulo integra já os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, cujas designações mais comuns se apresentam de seguida:



**NOTAS:**

Alojamentos Familiares (Total) = Alojamentos Clássicos + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos das Famílias Residentes = Alojamentos de Residência Habitual + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos Familiares Ocupados = Alojamentos de Residência Habitual + Aloj. de Uso Sazonal ou Secundário.

A abordagem realizada neste capítulo foi, tanto quanto possível, dirigida aos objectivos a atingir, embora a informação disponível nem sempre esteja adaptada à análise aprofundada da problemática habitacional. Tanto por um motivo, como pelo outro, sugere-se que se considere, sobretudo, o cálculo das carências habitacionais estruturalmente indicativo.

Uma última nota metodológica diz respeito à opção pela junção das freguesias de São João Baptista e São Pedro em todas as análises efectuadas, por não haver compatibilidade entre a divisão administrativa do concelho e os dados oficiais do INE, e também pelo facto de o centro urbano de Porto de Mós ser atravessado pelas duas freguesias.

## **8.2 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO**

### **8.2.1 População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação**

#### **População e Alojamentos**

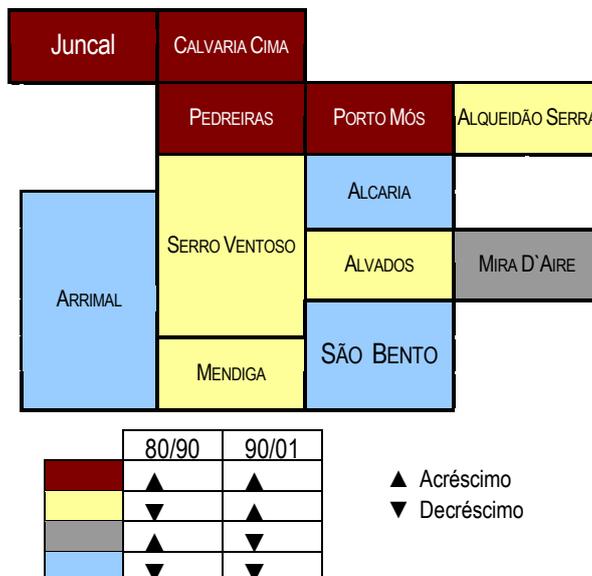
O parque habitacional do concelho de Porto de Mós era constituído, em Março de 2001, por 11511 alojamentos que albergavam 24271 pessoas, dos quais, cerca de três quartos (73%), eram ocupados como residência habitual. Relativamente à década anterior registou-se um incremento de 1848 novos alojamentos (19%) e um ganho populacional de 928 indivíduos (+4%).

No contexto regional e em termos de evolução recente, o concelho de Porto de Mós situa-se abaixo da média da região do Pinhal Litoral, tanto em termos demográficos como habitacionais. Com efeito, enquanto a região do Pinhal Litoral viu aumentar o seu número de efectivos em 12,5%, Porto de Mós só cresce 4%; enquanto o parque habitacional do Pinhal Litoral cresceu 24% na década de 90, o concelho de Porto de Mós cresceu menos cinco pontos percentuais.

Internamente, o comportamento demográfico das freguesias do concelho, entre 1981 e 2001, permite evidenciar os seguintes comportamentos:

- manutenção da tendência de crescimento (década de 80 e 90) das freguesias de Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras e Porto de Mós;
- inversão da tendência de crescimento negativo, registada na década de 80, das freguesias de Alqueidão, Alvados, Mendiga e Serro Ventoso;
- inversão do crescimento populacional, iniciado na década de 80, da freguesia de Mira de Aire;
- reforço do declínio demográfico, já registado na década de 80, nas freguesias de Alcaria, Arrimal e São Bento.

**Quadro 60: Sentidos da evolução populacional (acrécimo/decrécimo) nas décadas de 80 e 90 nas freguesias do concelho de Porto de Mós**



Entre 1991 e 2001, o **parque habitacional do concelho de Porto de Mós cresceu 19%**, significando um acréscimo generalizado que representou, em termos absolutos, um incremento de 1848 novos alojamentos, tendo sido as freguesias de Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal as principais responsáveis (+ 567, 381 e 229 alojamentos, respectivamente). Apenas a freguesia de Alcária registou uma diminuição do número de alojamentos, significando que na década de noventa deixaram de existir ou de estar ocupados, com as respectivas condições de habitabilidade, trinta e dois alojamentos nesta freguesia. Sendo esta a única excepção ao nível dos alojamentos, interessa salientar que mesmo as freguesias que registaram decréscimos demográficos (Arrimal, Mira de Aire e São Bento), verificaram importantes acréscimos ao nível do parque habitacional (15%, 22% e 19%, respectivamente).

Em termos globais, na década de 90, registou-se um abrandamento, tanto demográfico, como do parque habitacional, relativamente à década anterior. Contudo, o ritmo de crescimento do número de alojamentos foi, nas duas décadas, significativamente superior ao ritmo de crescimento do número de indivíduos.

São estes fenómenos que estão ilustrados nas figuras seguintes onde se contrapõe, para cada uma das décadas em análise, o crescimento relativo da população *versus* crescimento dos alojamentos, por freguesia.

Gráfico 22: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1981 e 1991 (%)

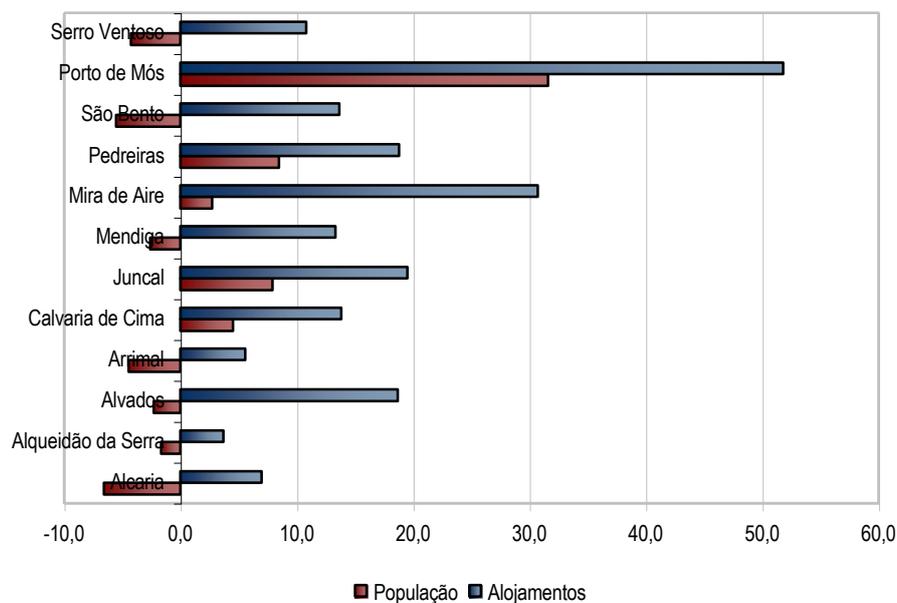
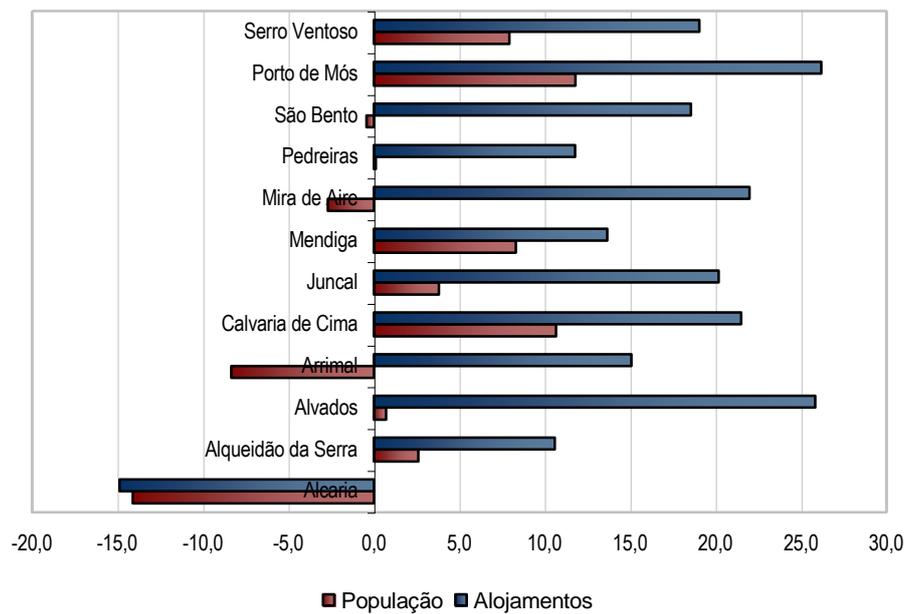


Gráfico 23: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1991 e 2001 (%)



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981 a 2001

**Quadro 61: População e Alojamentos por freguesia, em 1981, 1991 e 2001**

Freguesias	População					Alojamentos				
	1981	1991	2001	Tx.Var 81/91 (%)	Tx.Var 91/01 (%)	1981	1991	2001	Tx.Var 81/91 (%)	Tx.Var. 91/01 (%)
Alcaria	319	298	256	-6.6	-14.1	201	215	183	7.0	-14.9
Alqueidão da Serra	1797	1767	1813	-1.7	2.6	783	812	898	3.7	10.6
Alvados	567	554	558	-2.3	0.7	225	267	336	18.7	25.8
Arrimal	853	815	747	-4.5	-8.3	270	285	328	5.6	15.1
Calvaria de Cima	1884	1969	2179	4.5	10.7	666	758	921	13.8	21.5
Juncal	2893	3122	3241	7.9	3.8	949	1134	1363	19.5	20.2
Mendiga	963	938	1016	-2.6	8.3	368	417	474	13.3	13.7
Mira de Aire	3952	4060	3951	2.7	-2.7	1325	1732	2113	30.7	22.0
Pedreiras	2445	2652	2655	8.5	0.1	836	993	1110	18.8	11.8
São Bento	1013	957	953	-5.5	-0.4	417	474	562	13.7	18.6
Porto de Mós (*)	3936	5179	5788	31.6	11.7	1422	2158	2725	51.8	26.3
Serro Ventoso	1078	1032	1114	-4.3	7.9	379	420	500	10.8	19.0
<b>Concelho de Porto de Mós</b>	<b>21700</b>	<b>23343</b>	<b>24271</b>	<b>7.6</b>	<b>4.0</b>	<b>7841</b>	<b>9665</b>	<b>11513</b>	<b>23.3</b>	<b>19.1</b>
<b>Sub-região de Pinhal Litoral</b>	<b>-</b>	<b>223025</b>	<b>250990</b>	<b>-</b>	<b>12.5</b>	<b>-</b>	<b>99307</b>	<b>122965</b>	<b>-</b>	<b>23.8</b>

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

## Famílias

Nas duas últimas décadas são evidentes a diminuição da dimensão média das famílias e uma tendente alteração da estrutura familiar. Estes fenómenos não são particulares do concelho de Porto de Mós, mas são extensíveis à generalidade do território nacional.

A análise destas alterações é tanto mais importante quanto se sabe que estes fenómenos têm implicações óbvias na produção de habitação.

As alterações da dimensão média das famílias tiveram tradução, na década de 90, num crescimento mais rápido do número de famílias do que do número de habitantes. Com efeito, no concelho de Porto de Mós, as famílias cresceram, entre 1991 e 2001, cerca de 12%, enquanto que em termos de indivíduos a variação foi de apenas 4%.

Na região do Pinhal Litoral, e à semelhança do que já aconteceu com a população e com os alojamentos, as famílias cresceram a um ritmo bastante superior (27%) ao do concelho de Porto de Mós.

O acréscimo das taxas de divórcio, bem como a crescente tendência para a constituição de famílias sem núcleo (apenas um indivíduo) são as explicações mais óbvias para este fenómeno. Efectivamente, no concelho de Porto de Mós as famílias com um indivíduo cresceram 29% na década de noventa.

Quadro 62: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001

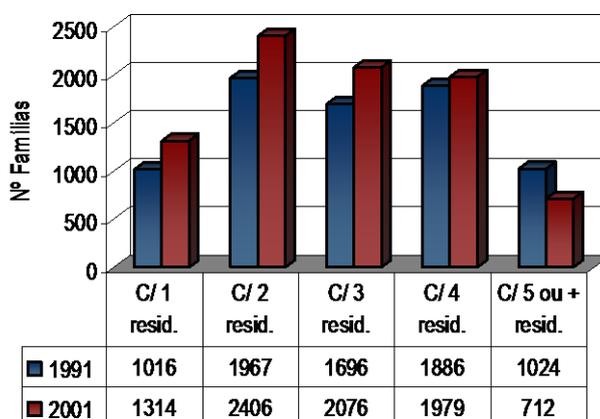
Freguesias	Famílias 1981	Famílias 1991	Famílias 2001	Tx. Var.81/91	Tx. Var.91/01	Pess./famíl. 1981	Pess./famíl. 1991	Pess./famíl. 2001
Alcaria	135	124	114	-8.1	-8.1	2.4	2.4	2.2
Alqueidão da Serra	522	591	640	13.2	8.3	3.4	3.0	2.8
Alvados	198	204	215	3.0	5.4	2.9	2.7	2.6
Arrimal	239	245	253	2.5	3.3	3.6	3.3	3.0
Calvaria de Cima	560	622	762	11.1	22.5	3.4	3.2	2.9
Juncal	879	983	1068	11.8	8.6	3.3	3.2	3.0
Mendiga	308	322	371	4.5	15.2	3.1	2.9	2.7
Mira de Aire	1222	1353	1454	10.7	7.5	3.2	3.0	2.7
Pedreiras	734	818	888	11.4	8.6	3.3	3.2	3.0
São Bento	353	339	348	-4.0	2.7	2.9	2.8	2.7
Porto de Mós (*)	1192	1654	1993	38.8	20.5	3.3	3.1	2.9
Serro Ventoso	334	340	385	1.8	13.2	3.2	3.0	2.9
Concelho de Porto de Mós	6676	7595	8491	13.8	11.8	3.3	3.1	2.9
Pinhal Litoral	-	72423	91755	-	26.7	-	3.1	2.7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

A figura seguinte traduz claramente a evolução ao nível da dimensão das famílias em apenas uma década, em que se evidencia um claro aumento das famílias mais reduzidas (com entre 1 e 3 indivíduos) ao contrário do que acontece com as famílias numerosas, em que se verifica a diminuição, em quase um terço, do número de famílias com cinco e mais pessoas (30%).

Gráfico 24: Evolução do número de famílias segundo a sua dimensão, entre 1991 e 2001



Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e da IV da Habitação 2001

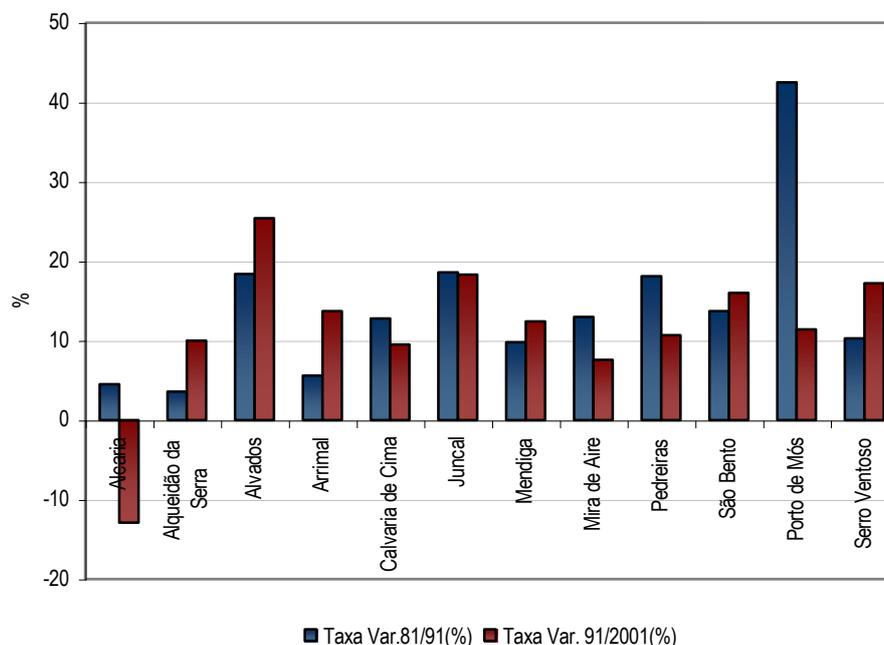
O diferencial de crescimento entre o número de famílias e o número de pessoas, no concelho de Porto de Mós traduziu-se, em apenas duas décadas, na passagem de 3,3 pessoas/família, em 1981, para 2,9 pessoas/família, em 2001.

Para se compreender o efeito que esta diminuição da dimensão média das famílias tem na produção de habitação, refira-se o seguinte exemplo: se em 1981, para um universo de 1000 pessoas eram necessários 303 alojamentos, em 2001 seriam necessários, para o mesmo universo, mais 42, ou seja, 345 alojamentos.

### Edifícios

Em 1991, o concelho de Porto de Mós detinha um parque edificado composto por 8829 edifícios, tendo registado, relativamente a 1981, um incremento de 18% (1324 edifícios). Na década seguinte, o incremento do número de edifícios foi ligeiramente inferior em termos relativos e absolutos (12% - 1045 edifícios), tendo-se atingido, em 2001, um parque edificado constituído por 9876 edifícios.

**Gráfico 25: Evolução do número de edifícios, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001**



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

As taxas de crescimento dos edifícios por freguesia acompanham de perto a evolução registada ao nível dos alojamentos, apenas se salientando as freguesias de Porto de Mós, Mira de Aire e Calvaria de Cima, com um crescimento muito inferior ao nível dos edifícios, justificada pela incidência da construção em altura que se verifica sobretudo nas duas primeiras.

**Quadro 63: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, entre 1981 e 2001**

Freguesias	1981	1991	2001	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/01 (%)
Alcaria	201	210	183	4.5	-12.9
Alqueidão da Serra	780	808	888	3.6	10.0
Alvados	223	264	331	18.4	25.4
Arrimal	269	284	324	5.6	14.1
Calvaria de Cima	663	748	819	12.8	9.5
Juncal	945	1121	1325	18.6	18.3
Mendiga	367	403	453	9.8	12.4
Mira de Aire	1173	1325	1429	13.0	7.8
Pedreiras	824	973	1076	18.1	10.7
São Bento	417	474	551	13.7	16.0
Porto de Mós (*)	1265	1802	2008	42.5	11.4
Serro Ventoso	378	417	489	10.3	17.3
<b>Total - Concelho</b>	<b>7505</b>	<b>8829</b>	<b>9876</b>	<b>17.6</b>	<b>11.9</b>

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

### Indicadores médios de ocupação

Os níveis de ocupação dos alojamentos podem ser, genericamente, avaliados, a partir de indicadores médios.

O concelho de Porto de Mós, registando valores médios aproximados à sub-região em que se insere, apresentava, em 2001, 1,0 família por alojamento, 2,9 pessoas por alojamento, 0,6 pessoas por divisão e 5 divisões por alojamento. Estes indicadores são determinados com base nos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, por famílias clássicas. Relativamente à década anterior registou-se um aumento do número de divisões por alojamento, bem como do número de pessoas por alojamento.

Representando valores médios, estes indicadores escondem, obviamente, situações críticas, nomeadamente situações de famílias que partilham o mesmo alojamento, bem como a existência de alojamentos superlotados, como se terá oportunidade de observar, mais adiante.

**Quadro 64: Indicadores Médios de Ocupação, 1991 e 2001**

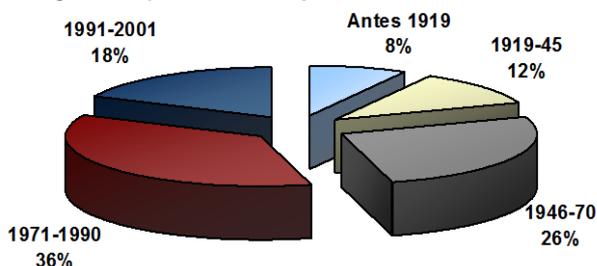
Indicadores	Divisões/ Alojamento		Famílias/ Alojamento		Pessoas/ Alojamento		Pessoas/ Divisão	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Concelho de Porto de Mós	4,7	5,0	1,0	1,0	3,1	2,9	0,7	0,6
Sub-região de Pinhal Litoral	4,8	5,0	1,0	1,0	3,1	2,8	0,6	0,6
Região Centro	4,8	4,9	1,0	1,0	3,0	2,8	0,6	0,6

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991 e 2001

### **8.2.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento**

Desde a década de 70 até aos nossos dias (Março 2001) construiu-se 54% do parque edificado actualmente existente no concelho de Porto de Mós (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos), reflectindo a relativa juventude daquele, sendo que apenas 8% é anterior a 1919.

Gráfico 26: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Porto de Mós (em %) em 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População e da IV da Habitação, 2001

Através do quadro seguinte é possível verificar que as épocas de construção dos edifícios do concelho de Porto de Mós são ligeiramente diferenciadas das da região em que se insere, traduzindo, essa diferença, uma maior juventude do parque edificado da região (60% dos edifícios da região do Pinhal Litoral são posteriores a 1970 contra 54% do concelho de Porto de Mós).

Quadro 65: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho de Porto de Mós (em %)

Freguesias	Edifícios	Antes 1919	1919 a 1945	1946 a 1970	1971 a 1990	1991 a 2001
Alcaria	183	8,7	14,2	14,2	42,1	20,8
Alqueidão da Serra	888	6,0	7,8	26,9	44,8	14,5
Alvados	331	9,4	19,9	23,3	23,9	23,6
Arrimal	324	15,7	17,6	19,8	27,8	19,1
Calvaria de Cima	819	2,6	6,7	25,9	40,2	24,7
Juncal	1325	6,0	8,5	28,2	35,3	21,9
Mendiga	453	13,5	20,1	28,9	19,9	17,7
Mira de Aire	1429	5,2	16,9	29,2	38,6	10,1
Pedreiras	1076	5,3	9,0	27,3	34,7	23,7
São Bento	551	16,9	19,2	29,0	26,0	8,9
Porto de Mós (*)	2008	4,8	8,2	23,7	42,7	20,6
Serro Ventoso	489	21,5	13,5	29,0	26,4	9,6
<b>Concelho de Porto Mós</b>	<b>9876</b>	<b>7,5</b>	<b>11,7</b>	<b>26,4</b>	<b>36,3</b>	<b>18,1</b>
<b>Sub-região de Pinhal Litoral</b>	<b>96676</b>	<b>3,8</b>	<b>8,0</b>	<b>27,7</b>	<b>41,8</b>	<b>18,6</b>

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

Outros dados, obtidos a partir do quadro dos edifícios segundo a época de construção, nomeadamente o número de edifícios construídos por ano, tanto no concelho de Porto de Mós como na região do Pinhal Litoral, evidenciam uma dinâmica (média), claramente, superior da região, relativamente à verificada no concelho de Porto de Mós.

Assim, os valores seguintes informam da posição de Porto de Mós em relação à média da região em que se insere, em que Porto de Mós apresentou, desde sempre um ritmo de construção de edifícios largamente inferior ao ritmo da região Pinhal Litoral. Só entre 1991 e 2001, essa diferença, foi a seguinte: 179 edifícios/ano em Porto de Mós contra 359 edifícios/ano na região Pinhal Litoral.

Interessa salientar que a retração na construção de edifícios, na década de 90, relativamente ao período entre 1971 e 1990, no concelho de Porto de Mós é acompanhada pelo Pinhal Litoral

Períodos	Média de Edifícios/ano no concelho de Porto de Mós	Média de Edifícios/ano no Pinhal Litoral
1919 – 1945	44	60
1946 – 1970	109	223
1971 – 1990	189	426
1991 – 2001	179	359

### 8.2.3 Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de pisos

#### Tipo de alojamentos

O parque habitacional do concelho de Porto de Mós é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos (99,8%) sendo insignificante o número de barracas e outros alojamentos improvisados (2 e 22, respectivamente).

Este cenário, referindo-se aos quantitativos em questão, é substancialmente idêntico ao registado uma década antes (em 1991 existiam 5 barracas e 16 situações de improvisação), sendo certo que este fenómeno é irrelevante no contexto global (cf. Quadro). No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer, forçosamente, que existam condições dignas de habitabilidade, como adiante se verá.

Quadro 66: Tipo de Alojamentos, 1991 e 2001

Freguesias	Alojamentos Clássicos		Barracas		Outros		Total	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Alcaria	215	183	0	0	0	0	215	183
Alqueidão da Serra	811	897	0	0	1	1	812	898
Alvados	267	335	0	0	0	1	267	336
Arrimal	285	328	0	0	0	0	285	328
Calvaria de Cima	748	913	1	0	9	8	758	921
Juncal	1133	1360	0	2	1	1	1134	1363
Mendiga	417	473	0	0	0	1	417	474
Mira de Aire	1729	2110	1	0	2	3	1732	2113
Pedreiras	991	1105	0	0	2	5	993	1110
São Bento	474	561	0	0	0	1	474	562
Porto de Mós (*)	2155	2724	2	0	1	1	2158	2725
Serro Ventoso	419	500	1	0	0	0	420	500
<b>Total - Concelho</b>	<b>9644</b>	<b>11489</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>9665</b>	<b>11513</b>

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991 e 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

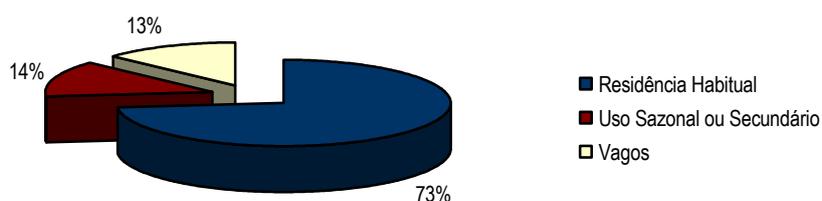
#### Formas de Ocupação

Dadas as características do concelho de Porto de Mós, a residência habitual é, obviamente, predominante (73%), não possuindo especial relevância o peso dos alojamentos com uso sazonal ou secundário (14%), nem

os fogos devolutos (13%), importando, contudo, reparar que, na década de 90, o peso da residência habitual diminuiu a favor do aumento da importância dos fogos devolutos. Destes, 208 destinavam-se a venda (13,9%), 236 a aluguer (15,6%), 96 a demolição (6,4%) e a grande maioria (958 alojamentos), encontrava-se noutras situações (64%).

Ao nível das formas de ocupação dos alojamentos, o concelho de Porto de Mós apresenta uma estrutura ligeiramente distinta da Região em que se insere (cf. Quadro), na medida em que esta detém um peso bastante superior de alojamentos com uso secundário ou sazonal, e um menor peso de fogos vagos.

**Gráfico 27: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Porto de Mós, em 2001**

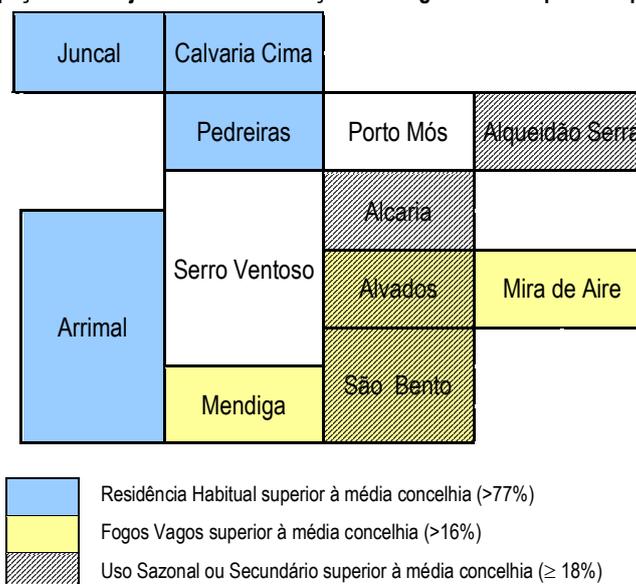


Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e da IV da Habitação 2001

Internamente, são de salientar os seguintes comportamentos:

- freguesias com peso superior ao do concelho em termos de residência habitual (>que 77%), nomeadamente Calvaria de Cima, Pedreiras, Juncal e Arrimal;
- freguesias com um peso significativo de fogos vagos (>16%): São Bento, Alvados, Mira D`Aire e Mendiga;
- freguesias com uma importante componente de fogos afectos ao uso sazonal ou secundário (>18%): Alcaria, Alqueidão da Serra, Alvados e São Bento.

Quadro 67: Formas de ocupação dos alojamentos - Distribuição das freguesias com pesos superiores às médias concelhias



Quadro 68: Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, 1991 e 2001 (em %)

Freguesias	Residência Habitual		Uso Sazonal ou Secundário		Vagos		Total Alojamentos Clássicos (Nº)	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Alcaria	57.7	62,3	27.0	25,7	15.3	12,0	215	183
Alqueidão da Serra	72.6	71,1	20.2	18,6	7.2	10,3	811	897
Alvados	76.4	63,9	16.1	18,5	7.5	17,6	267	335
Arrimal	85.3	77,1	10.2	7,9	4.6	14,9	285	328
Calvaria de Cima	81.6	81,9	10.7	10,6	7.8	7,4	748	913
Juncal	85.7	77,8	9.4	12,1	4.9	10,1	1133	1360
Mendiga	77.2	75,1	9.1	8,9	13.7	16,1	417	473
Mira de Aire	77.4	68,7	12.1	14,5	10.5	16,8	1729	2110
Pedreiras	81.2	79,5	7.5	9,9	11.3	10,6	991	1105
São Bento	71.5	61,9	19.8	18,0	8.6	20,1	474	561
Porto de Mós (*)	76.2	72,8	15.0	14,5	8.8	12,7	2155	2724
Serro Ventoso	80.7	76,8	10.0	10,2	9.3	13,0	419	500
<b>Total - Concelho</b>	<b>78.0</b>	<b>73,3</b>	<b>13.1</b>	<b>13,7</b>	<b>8.9</b>	<b>13,0</b>	<b>9644</b>	<b>11489</b>
<b>Sub-região de Pinhal Litoral</b>	<b>71.9</b>	<b>71.6</b>	<b>18.8</b>	<b>17.9</b>	<b>9.3</b>	<b>10.5</b>	<b>99105</b>	<b>122653</b>

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e da IV da Habitação 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

Nota: Em 1991, o Uso Sazonal ou Secundário estava desagregado em Uso Sazonal e Ocupante Ausente

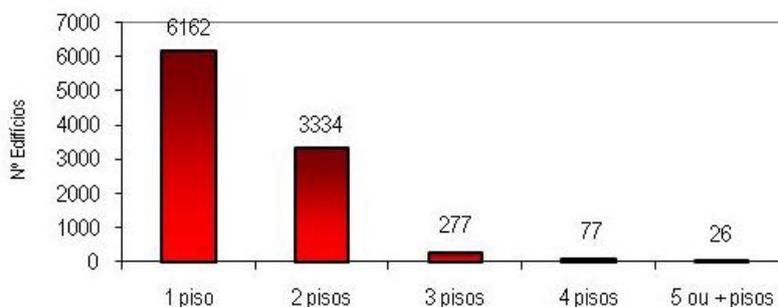
### Edifícios segundo o número de pisos

A análise dos edifícios segundo o número de alojamentos é aqui integrada a título de enquadramento, uma vez que, indirectamente, já foi abordado o número de pisos com algum pormenor no Capítulo 6 – Rede Urbana.

O parque edificado é predominantemente constituído por edifícios com um e dois pisos (62% e 34%, respectivamente), fazendo juz à sua vocação rural e industrial, apenas se destacando, obviamente, as

freguesias de Mira de Aire e Porto de Mós, as quais apresentam alguns edifícios com três e mais pisos (cf. Quadro).

Gráfico 28: Edifícios segundo o número de pisos, 2001



Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Quadro 69: Edifícios segundo o número de pisos, 2001

Freguesias	Edif. c/ 1 piso	Edif. c/ 2 pisos	Edif. c/ 3 pisos	Edif. c/ 4 pisos	Edif. C/5 ou + pisos	Total edifícios
Alcaria	104	79	0	0	0	183
Alqueidão da Serra	386	463	39	0	0	888
Alvados	218	110	3	0	0	331
Arrimal	275	49	0	0	0	324
Calvaria de Cima	588	218	12	0	1	819
Juncal	841	444	39	1	0	1325
Mendiga	363	87	3	0	0	453
Mira de Aire	580	706	99	36	8	1429
Pedreiras	806	255	15	0	0	1076
São Bento	479	72	0	0	0	551
Porto de Mós	1166	719	66	40	17	2008
Serro Ventoso	356	132	1	0	0	489
Concelho de Porto de Mós	6162	3334	277	77	26	9876

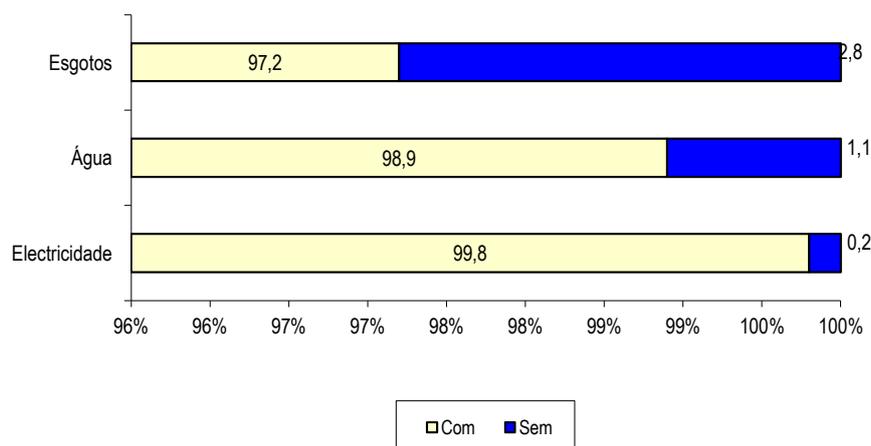
Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

## 8.2.4 Condições de habitabilidade

As condições de habitabilidade são um importante indicador de avaliação de qualidade de vida da população. Podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores: (i) dotação de infraestruturas básicas; (ii) instalações existentes nos alojamentos; (iii) tipo de ocupação; (iv) índices de lotação.

No âmbito do serviço de infraestruturas (electricidade, abastecimento de água e saneamento básico) o concelho está praticamente coberto (cf. Figura seguinte). Este é um domínio que conheceu melhorias significativas na última década, pois em 1991: 1% dos alojamentos não possuía electricidade (contra 0,2% em 2001), 9,9% não possui abastecimento de água (contra 1,1% em 2001) e 10,6% não possuía esgotos (contra 2,8% em 2001).

Gráfico 29: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infraestruturas urbanas, em 2001



Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Tipo de Infraestrutura	Alojamentos Familiares de Residência Habitual SEM Infraestruturas Urbanas(%)		
	1981	1991	2001
Electricidade	4.4	1.0	0.2
Abastecimento de Água	24.6	9.9	1.1
Saneamento Básico	28.7	10.6	2.8

Fonte: PDM em vigor e Censos 91 e 2001, INE

Em 2001, existiam cinco alojamentos que não possuíam qualquer tipo de infraestrutura nem instalação e as freguesias de Serro Ventoso, Mendiga e Arrimal, são aquelas que apresentam maiores carências relativas ao nível dos esgotos e as freguesias de Serro Ventoso e Alcaria ao nível do abastecimento de água.

Relativamente às instalações existentes nas habitações a situação, é hoje, francamente satisfatória, atendendo a que apenas cerca de 4,4% dos alojamentos de residência habitual não tem instalações de banho ou duche. Contudo, é de assinalar a evolução claramente positiva registada na última década, atendendo a que, em 1991, cerca de 15,3% dos alojamentos não possuía este tipo de instalações.

Relativamente a sistema de aquecimento é de registar que 4,6% dos alojamentos não possuíam qualquer tipo de aquecimento e, dos sistemas existentes, o grande predomínio é, naturalmente, a lareira (69,3%). O aquecimento central apenas existe em 6,6% dos alojamentos clássicos.

**Quadro 70: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação infraestruturas urbanas, por freguesia (%) em 2001**

Freguesias	Alojamentos Familiares <sup>12</sup>	Electricidade		Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
Alcaria	114	99,1	0,9	95,6	4,4	97,4	2,6
Alqueidão da Serra	639	99,8	0,2	97,5	2,5	95,1	4,9
Alvados	215	100,0	0,0	98,1	1,9	95,8	4,2
Arrimal	253	99,6	0,4	99,2	0,8	92,5	7,5
Calvaria de Cima	756	99,7	0,3	99,3	0,7	99,3	0,7
Juncal	1061	99,8	0,2	99,2	0,8	97,6	2,4
Mendiga	356	100,0	0,0	98,3	1,7	92,4	7,6
Mira de Aire	1453	99,9	0,1	99,9	0,1	99,4	0,6
Pedreiras	884	99,4	0,6	99,3	0,7	98,5	1,5
São Bento	348	99,1	0,9	96,0	4,0	91,4	8,6
Porto de Mós (*)	1983	100,0	0,0	99,8	0,2	98,9	1,1
Serro Ventoso	384	99,5	0,5	93,5	6,5	88,5	11,5
<b>Concelho de Porto de Mós</b>	<b>8446</b>	<b>99,8</b>	<b>0,2</b>	<b>98,9</b>	<b>1,1</b>	<b>97,2</b>	<b>2,8</b>
<b>Sub-região de PinhalLitoral</b>	<b>88124</b>	<b>99,7</b>	<b>0,3</b>	<b>99,0</b>	<b>1,0</b>	<b>98,0</b>	<b>2,0</b>

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

A ocupação partilhada de um alojamento (mais de uma família por alojamento), bem como a existência de situações de sobrelotação, denunciam, na maior parte dos casos, a ausência de condições dignas de habitabilidade.

No concelho de Porto de Mós existiam, em 2001, cerca de 67 famílias que partilhavam alojamento e cerca de 812 famílias a residir em fogos sobrelotados.

Internamente, são as freguesias de Mendiga, Porto de Mós e Juncal as que denunciam um maior número de situações de ocupação partilhada. Em termos de casos de sobrelotação, o maior número surge nas freguesias de Porto de Mós, Juncal e Mira de Aire, embora existam, indiscriminadamente, em todas as freguesias do concelho.

**Quadro 71: Famílias que partilham o alojamento e famílias em alojamentos sobrelotados, 2001**

Freguesias	Ocupação Partilhada (Nº de famílias)	Sobrelotação (Nº de famílias)
Alcaria	-	5
Alqueidão da Serra	-	62
Alvados	-	16
Arrimal	-	18
Calvaria de Cima	9	63
Juncal	13	150
Mendiga	24	52
Mira de Aire	-	127
Pedreiras	5	82

<sup>12</sup> Alojamentos de residência habitual + Alojamentos não clássicos

Freguesias	Ocupação Partilhada (Nº de famílias)	Sobrelotação (Nº de famílias)
São Bento	-	24
Porto de Mós (*)	14	196
Serro Ventoso	2	17
Total - Concelho	67	812

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

### 8.3 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

O parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números é perigosa e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema. No entanto, apresenta-se uma análise, em termos estruturais, das situações de carência.

No presente caso, quando se fala em défices/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Consideram-se, então, défice/carência habitacional, situações em que:

1. famílias vivem em alojamentos não clássicos;
2. famílias partilham fogos;
3. famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, sobreocupam-nos por falta de divisões assoalhadas;
4. famílias vivem em fogos obsoletos (degradados).

Existem vários critérios utilizados no cálculo de carências habitacionais (estáticas). Por razões de consenso é utilizado, estruturalmente, o de Abílio Cardoso<sup>13</sup>, que considera que as carências quantitativas resultam da "soma das famílias em alojamentos não clássicos com metade do excesso de famílias (ou indivíduos isolados) sobre fogos no parque partilhado e com um terço das famílias que não partilhando, sobreocupam as suas habitações", à qual se adiciona a componente dinâmica da depreciação do parque habitacional (1/3 dos fogos anteriores a 1932).

Assim, para efeitos de cálculo das carências habitacionais no concelho de Porto de Mós, utilizou-se a seguinte fórmula:

<sup>13</sup> Planeamento Municipal e a Habitação, Coleção CCRN, Escher, Nov. 1991

$$CQ = F_{AnC} + 1/2 F_{FP} + 1/3 F_S + 1/3 F_{a1932}$$

CQ = Carência Quantitativa  
 $F_{AnC}$  = Famílias em Alojamentos não Clássicos  
 $F_{FP}$  = Famílias em Fogos Partilhados  
 $F_S$  = Fogos Sobrelotados  
 $F_{a1932}$  = Fogos de construção anterior a 1932

Os **alojamentos não clássicos** são todos aqueles que não correspondem aos padrões de habitabilidade socialmente aceites (barracas, improvisações, construções rudimentares de madeira, instalações móveis, entre outros). Consideram-se, portanto, carências todas as situações existentes contabilizadas. Existiam, à data do Censo 2001, 24 alojamentos não clássicos, nos quais residiam 24 famílias.

As **situações de partilha** ocorrem quando um alojamento familiar é ocupado, como residência habitual, por mais de uma família. Existiam, à data do Censo de 2001, 67 famílias em fogos partilhados.

Os **fogos sobrelotados** são aqueles em que existe défice de divisões em relação às pessoas que nele residem. Existiam, à data do Censo 2001, 812 famílias em fogos sobrelotados.

A **obsolescência do parque habitacional** (componente qualitativa dinâmica) tenta captar a depreciação do parque, quantificando as necessidades de substituição dos fogos que vão atingindo o termo da vida útil, isto é, quando começam a faltar alguma ou algumas funções e/ou surgem deficiências no desempenho global (degradação). Este indicador é representado por parte dos alojamentos de construção anterior a 1932. À data dos Censos de 2001, existiam 777 fogos anteriores a 1932.

A ponderação feita nos quatro indicadores tem a ver com a necessidade de consideração de algumas situações, nomeadamente:

- a ponderação feita no segundo e terceiro indicadores (1/2 Famílias em Fogos Partilhados + 1/3 Fogos Superlotados) está a considerar a existência de casos de partilha de alojamentos por pessoas consideradas como famílias diferentes e que podem não necessitar de alojamentos independentes, enquanto jovens casais que ficam em casa dos pais por dificuldade de acesso a uma habitação são consideradas como fazendo parte da família daqueles. O conceito de núcleo familiar seria mais operacional, mas o cada vez maior número de famílias sem núcleos, impede o conhecimento das carências reais de alojamento para os utentes destes fogos. Acresce, ainda, a possível ocorrência de situações de dupla contagem, devido ao facto de que fogos partilhados poderão estar sujeitos a superlotação;
- sendo o mais difícil de contabilizar, "Obsolescência do Parque Habitacional", este indicador é representado por 1/3 dos edifícios de construção anterior a 1932 (considerando-se a idade técnica limite de  $\pm 70$  anos). A ponderação feita neste indicador contempla a eventual tripla contagem

devido à possível hipótese de os fogos mais antigos poderem registar, paralelamente, situações de partilha, as quais, por sua vez, poderão ocorrer, em simultâneo, com situações de superlotação crítica;

De acordo com esta metodologia, à data do último Recenseamento Geral da População e da habitação (2001), **existia no Concelho de Porto de Mós, um défice de, aproximadamente, 587 fogos** (cerca de 5% do parque de alojamentos clássicos) e as freguesias com maior peso de carências habitacionais, naquela data, eram Mendiga, Serro Ventoso, Juncal e Arrimal.

Se atendermos a que estão devolutos cerca de 13% dos alojamentos clássicos (1498 alojamentos), afigura-se imediato concluir que não há necessidade de mais fogos para suprir as carências actualmente existentes. Obviamente, esta não é uma leitura legítima na medida em que quando se fala em défice/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Os fogos identificados como “carência”, referem-se exclusivamente a situações de barracas e outras improvisações, a fogos com ocupação partilhada (mais de uma família por fogo), a situações de falta de assoalhadas para a população residente (sobrelotação) e fogos (teoricamente) degradados, com idades superiores a 70 anos, onde as condições de habitabilidade não serão as ideais. Mas porque, à excepção das barracas e outras improvisações (24 fogos e famílias), as situações identificadas anteriormente não terão de ser forçosamente casos de carência, foram feitas ponderações (explicadas anteriormente).

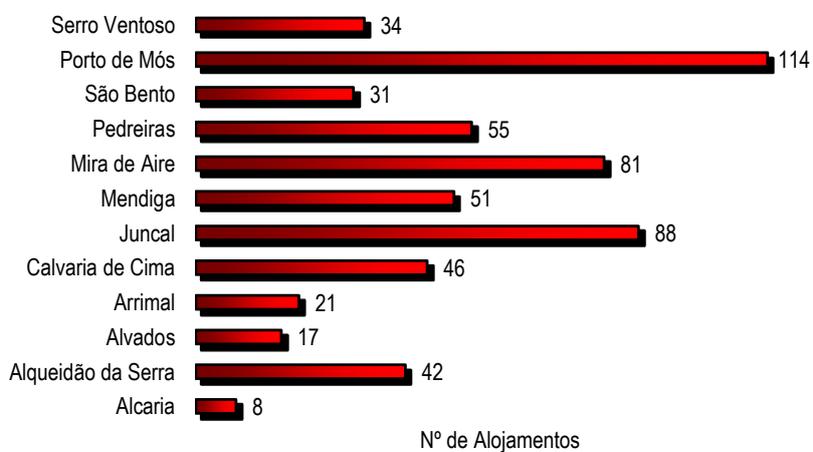
Os fogos devolutos, dos quais 208 para venda e 236 para aluguer, não serão provavelmente destinados à população residente nos alojamentos referidos anteriormente, daí referir-se que se considera carência quando há falta de alojamento a custos adequados aos escalões de rendimento da população e não à falta absoluta de casas que, como se sabe, não é o caso do concelho de Porto de Mós.

Obviamente que neste contexto, devem considerar-se situações de carência habitacional mais premente e preocupante os casos de alojamentos não clássicos, nomeadamente as barracas e outras improvisações, que no caso, e em 2001, eram 24.

Como se referiu no início deste sub-capítulo, o parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números pode ser perigosa e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema, tendo por este mesmo motivo de usar-se vias indirectas e aplicação de ponderações numa tentativa de aproximação à realidade. Daí que, os valores apresentados são, obviamente, indicativos. Um conhecimento exaustivo das situações de carência extravasa a escala do PDM, mas será naturalmente importante conhecer num contexto de necessidade de resposta social.

Por freguesia, a distribuição de carências habitacionais é a que se pode observar na figura e quadro seguintes.

**Gráfico 30: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001**



Fonte: Plural

**Quadro 72: Carências habitacionais, por freguesia, no concelho de Porto de Mós, em 2001**

Freguesias	Alojamentos Clássicos	Carências Habitacionais	
		N.º	%
Alcaria	183	8	4,4
Alqueidão da Serra	897	42	4,7
Alvados	335	17	5,1
Arrimal	328	21	6,4
Calvaria de Cima	913	46	5,0
Juncal	1360	88	6,5
Mendiga	473	51	10,8
Mira de Aire	2110	81	3,8
Pedreiras	1105	55	5,0
São Bento	561	31	5,5
Porto de Mós (*)	2724	114	4,2
Serro Ventoso	500	34	6,8
<b>Concelho de Porto Mós</b>	<b>11489</b>	<b>587</b>	<b>5,1</b>

Fonte: Plural

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

#### 8.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

**O parque habitacional do concelho de Porto de Mós tem crescido a um ritmo bastante superior ao ritmo de crescimento da população residente**, facto que, se, por um lado, permite renovar o parque existente, por outro, tem tido reflexos no aumento do peso dos fogos vagos, disponíveis no mercado (só entre 1991 e 2001 os fogos vagos que representavam 9% passaram a 13%).

Com efeito, se nos últimos vinte anos (1981-2001) a população cresceu 11,8% (+ 2571 indivíduos), o número de alojamentos sofreu um incremento quatro vezes superior, na ordem dos 47% (+ 3672 fogos). Estes ritmos de crescimento são, contudo, inferiores aos registados pelo Pinhal Litoral.

Não obstante a dinâmica construtiva registada no concelho, existem ainda algumas carências habitacionais que urge ultrapassar.

Em 2001, a ocupação dos alojamentos é feita de três formas e com pesos bastante diferenciados: residência habitual (73%), ocupação sazonal ou secundária (14%) e fogos vagos (13%).

A dotação de **condições de habitabilidade é muito satisfatória**, tendo-se registado nos últimos vinte anos melhorias assinaláveis, sendo que a taxa de cobertura das infraestruturas de electricidade, abastecimento de água e saneamento é, hoje, muito próxima da cobertura total.

O peso das situações críticas, nomeadamente, barracas e outras improvisações, sobrelotação, ocupação partilhada, vetustez do parque habitacional, não é particularmente relevante.

A análise conjunta de vários indicadores permitiu identificar **cerca de 590 fogos em carência, à data de 2001**, valor que, em termos relativos, representa cerca de 5% do parque habitacional clássico (fogos de residência habitual, de uso sazonal ou secundário e vagos).

Se atendermos a que estão devolutos cerca de 13% dos alojamentos clássicos (aproximadamente 1500 fogos) afigura-se imediato concluir que não haveria necessidade de mais fogos para suprir as carências actualmente existentes. Obviamente, esta é uma análise pouco legítima, na medida em que, quando se fala em défice/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Na próxima fase do PDM, **a este valor de carência será acrescentado o número previsível de fogos necessários para colmatar as necessidades que vão surgir no decurso da vigência do presente PDM**, determinadas, por sua vez, pela população esperada no horizonte do Plano.

## 9. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

### 9.1 INTRODUÇÃO

#### 9.1.1 Enquadramento geral

No âmbito da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) “o plano director municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo “ b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos” (Art.º 85º, nº2).

O nível de desenvolvimento sócio-económico de qualquer população mede-se não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos colectivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

Os equipamentos colectivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a optimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à actividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores. É, neste sentido, que se fez a análise da situação actual e, em fase posterior, serão ponderadas as tendências futuras, em termos de necessidades para cada equipamento, de acordo com o cenário demográfico adoptado no Plano Director.

#### 9.1.2 Metodologia

Os equipamentos colectivos considerados, pelo seu papel essencial de apoio social e de satisfação das necessidades básicas da população, são os seguintes:

- Equipamento escolar;
- Equipamento de segurança social;
- Equipamento de saúde;

- Equipamento desportivo;
- Equipamento cultural e recreativo;
- Equipamento de prevenção e segurança.

São analisadas duas componentes no âmbito das carências actuais e, posteriormente, nas necessidades futuras de equipamento escolar:

- Necessidades quantitativas, que deverão traduzir um ajustamento entre a população utilizadora, específica para cada tipo de equipamento, e o equipamento necessário;
- Necessidades de melhorias qualitativas, de acordo com o estado de conservação actual dos edifícios e com a existência de instalações próprias ou provisórias/adaptadas. A necessidade de melhorias "qualitativas" é representada pelos edifícios em mau estado de conservação e em instalações provisórias/adaptadas, sendo consideradas como carência "quantitativa". Com efeito, estas unidades não estarão nas condições normais de funcionamento, representando muitas vezes perigo, devendo ser, progressivamente, substituídas. Estas situações associadas a outras, em que há subutilização de determinados espaços, deverão conduzir a soluções de melhor gestão e não forçosamente, de mais construção, como normalmente se procede.

Os critérios utilizados na análise e diagnóstico estão em conformidade com as "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos" da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Edição Revista e Actualizada, Maio 2002. Estas normas constituem apenas uma base de trabalho de carácter indicativo e relativo, não devendo ser analisadas de forma linear e mecânica. Caso a caso são feitas as adaptações necessárias, de acordo com as características e enquadramento das áreas e equipamentos em estudo.

Os dados populacionais de base datam de 2001 (Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, INE. No caso das escolas, os dados referem-se ao ano lectivo 2001/2002, e os dados dos restantes equipamentos datam de Março de 2003.

A metodologia e faseamento utilizados no decurso da elaboração do PDM será a seguinte:

1. na presente Fase (1ª), faz-se a análise da situação actual e determinam-se as carências existentes;
2. na 2ª Fase, será desenvolvida a proposta de novos equipamentos que se prevê, virem a ser necessários, durante a vigência deste Plano (previsivelmente 2004/2014), em função do cenário demográfico adoptado e do modelo de desenvolvimento proposto para o território concelhio.

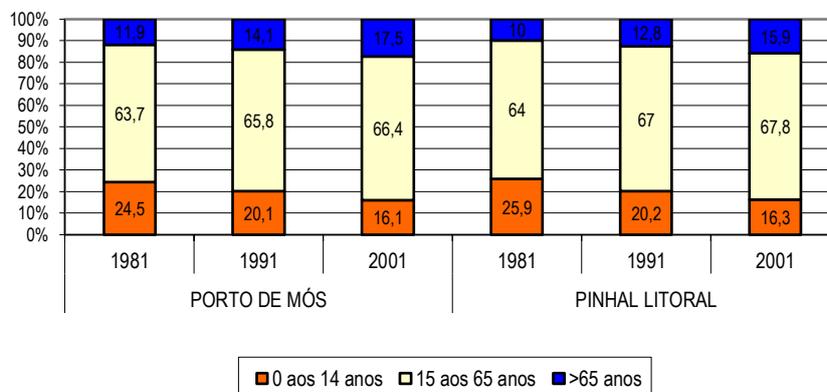
### 9.1.3 Considerações de destaque

As tendências demográficas mais recentes apontam, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Esta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Efectivamente, e de acordo com o já mencionado na Caracterização Demográfica (Capítulo 2), o concelho de Porto de Mós está a registar um tendencial envelhecimento da sua pirâmide etária, materializado duplamente, tanto ao nível do esvaziamento da base (de 1991 para 2001 a população jovem passou de 20% para 16%), bem como do empolamento do topo (no mesmo período, a população idosa, que representava 14% da população total, viu ascender este valor para 18%).

Não obstante este cenário, a evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Porto de Mós acompanham, estruturalmente, a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais velho do que a sub-região do Pinhal Litoral. Com efeito, Porto de Mós, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma proporção de jovens aproximadamente idêntica, mas uma maior proporção de idosos.

**Gráfico 31: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2001 no Concelho de Porto de Mós e no Pinhal Litoral**



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001

Os equipamentos colectivos são destinados à utilização de toda a população concelhia, com o fim último de satisfazer as necessidades básicas da população.

A análise do dimensionamento de cada tipologia de equipamento face à população que se destina servir exige, em alguns casos, o conhecimento da idade da população, por grupos etários específicos. Com efeito, se os equipamentos de saúde, desportivos e culturais e recreativos são dimensionados tendo por base a população concelhia total, já os equipamentos de ensino e segurança social destinam-se a populações específicas, nomeadamente crianças, jovens e idosos.

Tendo em conta esta necessidade, apresenta-se, no quadro seguinte, a população por idades para as tipologias de equipamentos ou níveis de ensinos considerados nesta abordagem.

**Quadro 73: População em 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino**

Escalão etário	Nível de Ensino e/ou Tipologia do Equipamento	População 1991	População 2001
0 – 2 anos	Creche	737	809
3 – 5 anos	Jardim Infantil	780	782
6 – 9 anos	1º Ciclo do Ensino Básico	1302	1040
10 – 11 anos	2º Ciclo do Ensino Básico	690	491
12 – 14 anos	3º Ciclo do Ensino Básico	1177	787
<b>Sub-total (população jovem)</b>	-	<b>4686</b>	<b>3909</b>
15 – 17 anos	Ensino Secundário	1077	904
<b>&gt; 65 anos (população idosa)</b>	<b>Lares e Centros de Dia</b>	<b>3299</b>	<b>4236</b>

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

## 9.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR

### 9.2.1 Introdução

Os níveis de ensino da rede escolar, em análise, são os seguintes:

- Ensino Pré-escolar:
  - Jardins de Infância
- Ensino Básico Integrado:
  - 1º Ciclo (EB1)
  - 2º Ciclo (EB2)
  - 3º Ciclo (EB3)
- Ensino Secundário

### 9.2.2 Ensino pré-escolar

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo "a educação pré-escolar é facultativa e destinada a crianças com 3, 4 e 5 anos de idade" ( nº3 e nº8, Art.º 5º). Nos termos do artigo 40º da mesma Lei, está determinado que a "educação pré-escolar deve ser realizada em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares em que também seja ministrado o 1º ciclo do ensino básico ou, ainda, em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar".

O ensino pré-escolar (Ensino Pré-Primário) é ministrado nos Jardins de Infância (estabelecimentos da rede oficial - Ministério da Educação/Autarquia, mas também por Instituições de Solidariedade Social e Privados), e, presentemente, as unidades existentes no concelho de Porto de Mós, cobrem, globalmente, em termos teóricos e quantitativos, as necessidades da população afectada a este nível de ensino, não significando que caso a caso (análise à freguesia), não existam assimetrias na distribuição dos estabelecimentos face às populações a servir.

No concelho de Porto de Mós existem **26 Jardins de Infância**, distribuídos por todas as freguesias com excepção de Alcária, (mais quatro estabelecimentos que em 1991/92), **com capacidade para 845 crianças**, mas no ano lectivo 2001/2002 frequentam este nível de ensino 706 crianças (mais 87 que em 1991/92), indicando uma subocupação global, já que a totalidade da capacidade existente não é utilizada. Há, contudo, vários estabelecimentos ocupados no limiar da sua capacidade, facto que poderá indiciar a existência de uma oferta incapaz de satisfazer totalmente a procura existente.

Uma análise mais pormenorizada, envolvendo outros aspectos mais específicos, que ultrapassam o âmbito do PDM, poderá denunciar alguns desajustes espaciais e funcionais entre a oferta e a procura existentes, que poderão vir a justificar um reordenamento da rede pré-escolar que actualmente serve a população concelhia.

De um modo geral o estado de conservação dos edifícios é bom, apenas se destacando o Centro Infantil “O Pinguim”, em Mira de Aire, que se encontra a funcionar em instalações adaptadas e em péssimo estado de conservação.

Em 1992, a Câmara Municipal de Porto de Mós aderiu ao projecto “Educação Itinerante” para obstar a situações de declarada subocupação dos edifícios e de outros recursos. O projecto consistia na deslocação de uma educadora que prestava assistência diária, na parte de manhã, numa freguesia e na parte da tarde, noutra freguesia. Na altura, este projecto incidia sobre freguesias de São Bento e Serro Ventoso. Hoje, este projecto ainda se mantém no concelho, no entanto, em Juncal e igualmente em Serro Ventoso, prestando apoio a 16 e 9 crianças, respectivamente.

Quadro 74: Ensino pré-escolar (Jardins de Infância ) no ano lectivo 2001/2002

Freguesias	Designação	Capacidade ( nº de alunos)	Número de alunos	Número de salas	Entidade proprietária
Alcaria	-	-	-	-	
Alqueidão da serra	E.P. Bouceiros	25	4	1	Pública
	E.P. Alq. Da Serra	50	42	2	Pública
Alavados	E.P. Alvados	25	18	1	Pública
Arrimal	E.P. Arrimal	25	25	1	Pública
Calvaria de Cima	E.P. Calvaria Cima	25	23	1	Pública
	E.P. São Jorge	25	22	1	Pública
	“Moinho dos Pequeninos”	25	25	2	Privada
Juncal	Centro Paroquial Juncal	65	65	3	IPSS
	E.P. Juncal	50	37	2	Pública
	E.P. Cumeira de Cima	25	16	1	Pública
	Ed.Itin-Adam e	- (16)	16	2	Pública
	C.Garridos				
Mendiga	E.P. Mendiga	25	25	1	Pública
Mira de Aire	C. Infantil “O Pinguim”	25	23	1	Pública
	Casa São José	60	60	4	IPSS
	E.P. nº2 Mira D’Aire	25	8	1	Pública
	E.P. nº1 Mira D’Aire	25	23	1	Pública
Pedreiras	E.P. Pedreiras	25	25	1	Pública
	E.P. Tremoceira	25	13	1	Pública
	E.P. Cruz da Légua	25	25	1	Pública
São Bento	E.P. São Bento	25	21	1	Pública
São João Baptista	E.P. Fonte do Oleiro	25	10	1	Pública
São Pedro	Sta Casa da Misericórdia	70	70	3	IPSS
	E.P. nº2 Porto de Mós	75	69	3	Pública
	E.P. nº2 Tojal de Cima	25	19	1	Pública
Serro Ventoso	E.P. Serro Ventoso	25	13	1	Pública
	Ed.Itin-C.Chão e Bezerra	- (9)	9	2	Pública
<b>CONCELHO</b>	<b>26 estabelecimentos</b>	<b>820</b>	<b>706</b>	<b>40</b>	<b>-</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Com base nos dados apresentados (população em 2001 com entre 3 e 5 anos e a população a frequentar o ensino pré-escolar), estima-se que a taxa de cobertura (diferencial entre a população escolarizável e a população escolarizada) se situará muito próximo dos 90%. Porto de Mós encontra-se, deste modo, a cumprir largamente aqueles que são os objectivos da actual Administração Central para os próximos anos, nomeadamente uma cobertura do ensino pré-escolar na ordem dos 90%, até 2005.

### 9.2.3 Ensino Básico Integrado

"O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de 4 anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos" ( n.º1, Art.º 8º da LBSE) e "a articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico" (Art.º 8º n.º 2).

#### 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º ciclo do ensino básico corresponde ao antigo ensino primário, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 9 anos.

O ensino básico que se pretende implantar, e de acordo com a actual Lei de Bases, deverá assegurar a sequencialidade dos três ciclos em que se divide, devendo evitar-se a vinculação exclusiva das instalações a um único ciclo de ensino. No entanto, a actual rede do ensino primário compõe-se, ainda, por edifícios de pequena dimensão, situados em zonas de significativa dispersão populacional.

Em Porto de Mós, no presente ano lectivo 2001/2002, existe um total de 69 salas de aula **em 36 Escolas Básicas do 1º Ciclo** (EB 1), frequentadas por 1174 alunos (menos 375 (24%) que no ano lectivo 1991/92), o que em termos médios se resume à existência de 17 alunos/sala. Este valor situa-se no intervalo de variação indicado oficialmente, nomeadamente entre o limite mínimo de 15 alunos e o limite máximo de 25 alunos/turma.

Cerca de 50% das escolas possuem um número de alunos inferior ao limiar mínimo, e apenas duas apresentam um número de alunos igual ao limiar máximo, nomeadamente, as EB1 de Calvaria de Cima e de Adro Pereiras.

Verifica-se, pois, que as Escolas Básicas do 1º Ciclo têm uma capacidade bastante superior às necessidades, atingindo-se mesmo situações de subocupação na maioria das salas. Das 36 escolas existentes, 9 têm um número de alunos inferior a 10, pelo que, a concretizarem-se as intenções da actual legislatura, é possível que se venham a encerrar algumas escolas.

As escolas existentes encontram-se, de um modo geral, em razoável/bom estado de conservação.

Este é o nível de ensino em que, a prazo, apenas se esperam melhorias qualitativas no estado de conservação e de funcionamento das mesmas e não aumento do número de escolas, perspectivado que está o contínuo envelhecimento da população do concelho (com diminuição das crianças e dos jovens), comportamento este, no entanto, integrado no contexto regional e nacional.

À imagem do que se referiu para o ensino pré-escolar, poderá, contudo, haver espaço a um reordenamento da rede escolar que, por sua vez possa vir a justificar a abertura de novos estabelecimentos, nomeadamente, que

integrem outros níveis de ensino e estruturas de apoio mais flexíveis e mais adaptados à realidade escolar actual.

**Quadro 75: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano lectivo 2001/2002**

Freguesia	Nome do estabelecimento de ensino	N.º de alunos	N.º de salas
Alcaria	EB do 1º Ciclo de Alcaria	4	1
Alqueidão da serra	EB do 1º Ciclo de Alqueidão da Serra	60	3
	EB do 1º Ciclo de Bouceiros	9	1
	EB do 1º Ciclo de Casais dos Vales	13	1
Alavados	EB do 1º Ciclo de Alavados	20	2
Arrimal	EB do 1º Ciclo de Arrimal	24	2
Calvaria de Cima	EB do 1º Ciclo de Calvaria de Cima	50	2
	EB do 1º Ciclo de Casais dos Matos	17	1
	EB do 1º Ciclo de São Jorge	58	2
Juncal	EB do 1º Ciclo de Juncal	119	8
	EB do 1º Ciclo de Andam	14	1
	EB do 1º Ciclo de Picamilho	9	1
	EB do 1º Ciclo de Casais Garridos	9	1
	EB do 1º Ciclo de Chão Pardo	10	1
	EB do 1º Ciclo de Cumeira de Cima	38	2
Mendiga	EB do 1º Ciclo de Mendiga	28	2
	EB do 1º Ciclo de Cabeça Veada	14	1
Mira de Aire	EB do 1º Ciclo de Mira de Aire nº1	84	5
	EB do 1º Ciclo de Mira de Aire nº2	101	5
Pedreiras	EB do 1º Ciclo de Adro Pedreiras	50	2
	EB do 1º Ciclo de Tremoceira	17	1
	EB do 1º Ciclo de Cruz da Légua	62	3
São Bento	EB do 1º Ciclo de S. Bento	18	1
	EB do 1º Ciclo de Fontainhas	7	1
	EB do 1º Ciclo de Poço da Chainça	6	1
	EB do 1º Ciclo de Telhados Grandes	10	1
São João Baptista	EB do 1º Ciclo de Porto de Mós	155	7
	EB do 1º Ciclo de Casais de Baixo	13	1
	EB do 1º Ciclo de Fonte do Oleiro	29	2
	EB do 1º Ciclo de Ribeira de Cima	20	1
São Pedro	EB do 1º Ciclo de Corredoura	40	2
	EB do 1º Ciclo de Tojal de Cima	30	2
Serro Ventoso	EB do 1º Ciclo de Serro Ventoso	17	1
	EB do 1º Ciclo de Mato Velho	3	1
	EB do 1º Ciclo de Bezerra	7	1
	EB do 1º Ciclo de Lagar Novo	9	1
<b>Concelho</b>	<b>36 EB1</b>	<b>1174</b>	<b>71</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

## 2º Ciclo do Ensino Básico

O 2º ciclo do ensino básico corresponde ao ciclo preparatório e ao escalão etário 10-11 anos.

Este nível de ensino é prestado a 561 (ano lectivo 2001/2002) e é assegurado por três estabelecimentos de ensino, nomeadamente a EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua, EB2 Dr. Luciano Justo Ramos e pelo Instituto Educativo do Juncal, localizados nas freguesias de São Pedro, Mira de Aire e Juncal, respectivamente.

**Quadro 76: 2º Ciclo do Ensino Básico (Ano lectivo 2001/2002)**

Freguesia	Nome do Estabelecimento de Ensino	Capacidade (n.º alunos)	Número de Alunos
São Pedro	EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua	280	244
Mira de Aire	EB2 Dr. Luciano Justo Ramos	192	88
Juncal	Instituto Educativo do Juncal	288	229
TOTAL		760	561

Fonte: Câmara Municipal

As necessidades, em termos de estruturas físicas, para este nível escolar encontram-se satisfeitas, se considerarmos que qualquer dos três estabelecimentos tem uma taxa de ocupação inferior à capacidade existente.

## 3º Ciclo do Ensino Básico

O 3º ciclo encerra os 9 anos de escolaridade básica e corresponde a um período de 3 anos (7º, 8º e 9º anos), destinado à população com 12, 13 e 14 anos.

Este nível de ensino é assegurado a 879 alunos (ano lectivo 2001/2002) por três estabelecimentos de ensino: Escola Secundária/3 de Porto de Mós, Escola Secundária/3 de Mira de Aire e Instituto Educativo do Juncal, localizadas também nas freguesias de São Pedro, Mira de Aire e Juncal, respectivamente.

**Quadro 77: 3º Ciclo do Ensino Básico (Ano lectivo 2001/2002)**

Freguesia	Nome do Estabelecimento de Ensino	Capacidade (n.º alunos)	Número de Alunos
São Pedro	Escola Secundária/3 de Porto de Mós	1500 *	351
Mira de Aire	Escola Secundária + 3ºCEB de Mira de Aire	350 *	139
Juncal	Instituto Educativo do Juncal	480	389
TOTAL		2330	879

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

\* capacidade total do 3º ciclo + secundário

As necessidades, em termos de estruturas físicas, para este nível escolar encontram-se satisfeitas, se considerarmos que os estabelecimentos existentes se encontram subocupados.

## 9.2.4 Ensino Secundário

O ensino secundário corresponde a um ciclo global com a duração de 3 anos e surge no final dos nove anos de escolaridade básica. A faixa etária a que se destina este nível de ensino é a dos 15-17 anos.

Os mesmos estabelecimentos que possuem o 3º ciclo do ensino básico, possuem o ensino secundário. Este nível de ensino é assegurado a 650 alunos (ano lectivo 2001/2002).

Quadro 78: Ensino Secundário (Ano lectivo 2001/2002)

Freguesia	Nome do Estabelecimento de Ensino	Capacidade (n.º alunos)	Número de Alunos
São Pedro	Escola Secundária/3 de Porto de Mós	1500 *	330
Mira de Aire	Escola Secundária + 3ºCEB de Mira de Aire	350 *	86
Juncal	Instituto Educativo do Juncal	345	234
<b>TOTAL</b>		<b>2195</b>	<b>650</b>

Fonte: Câmara Municipal

\* capacidade total do 3º ciclo + secundário

As necessidades, em termos de estruturas físicas, para este nível escolar encontram-se satisfeitas, se considerarmos que os estabelecimentos existentes se encontram subocupados.

## 9.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL

### 9.3.1 Introdução

Com o objectivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua acção na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No Concelho de Porto de Mós, essa acção passa designadamente por:

- apoio à infância e juventude:
  - creches
  - centros ATL
- apoio à população idosa:
  - lares
  - centros de dia
  - apoio domiciliário

### 9.3.2 Creches

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, nomeadamente as que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social.

De acordo com as normas de programação para este equipamento, a área de irradiação deve estender-se à freguesia e a população base não deverá ser inferior a 5000 habitantes. A unidade mínima não deverá ter menos de 25 crianças, nem a máxima mais de 35. A taxa de cobertura deverá ser, de acordo com as actuais intenções da Administração Central, de 20% até 2005 e 33% até 2010.

A existência de equipamento de apoio à infância, em especial no período que antecede a escolaridade obrigatória, torna-se fundamental em áreas onde se verificam elevadas taxas de actividade feminina, o que acontece em Porto de Mós (a taxa de actividade feminina é de 41,8% e a taxa de actividade global é de 49,4%)

No Concelho de Porto de Mós **existem 5 unidades com a valência creche**, as quais apoiam 168 crianças (ano lectivo 2001/2002), num total de 14 salas, apresentando uma taxa de cobertura de aproximadamente 21%. Não obstante o concelho de Porto de Mós ter a dotação mínima exigida pelo Estado até 2005, a total ocupação dos estabelecimentos das IPSS, a par da “pressão” sentida pela câmara municipal, denunciam a necessidade de incrementar a dotação destes equipamentos.

Quadro 79: Creches (Ano lectivo 2001/2002)

Freguesia	Estabelecimento	Capacidade (n.º alunos)	N.º de Alunos	N.º de salas	Entidade Proprietária
Calvaria de Cima	“O Ninho dos Pequenininos”	26	18	1	Privada
Juncal	Centro Paroquial Juncal	50	50	4	IPSS
Mira de Aire	Centro Infantil “O Pinguim”	30	25	3	Pública
	Abrigo Fam. Casa São José	35	35	3	IPSS
São Pedro	Santa Casa da Misericórdia	40	40	3	IPSS
<b>TOTAL</b>		<b>181</b>	<b>168</b>	<b>14</b>	<b>-</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

### 9.3.3 Actividades de Tempos Livres

Os centros de actividades de tempos livres destinam-se a acolher crianças de idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos - manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas actividades de animação sócio-recreativa com o objectivo da prevenção de situações sociais de risco.

Os critérios de dimensionamento oficiais não apresentam valores indicativos, apenas aconselham a existência destas unidades em situações de elevada percentagem de mão de obra feminina e situações de risco social.

Quadro 80: Actividades de Tempos Livres (ATL), em 2003

Freguesia	Estabelecimento	Capacidade (n.º alunos)	N.º de Alunos	N.º de salas	Entidade Proprietária
Alqueidão da Serra	- Casa do Povo de A. Serra	24	24	3	IPSS
Calvaria de Cima	- Ana Maria Santos	45	10	3	Privada
	- "O Ninho dos Pequenos"	36	12	1	Privada
Juncal	- C. Paroquial Assist. Juncal	112	112	5	IPSS
São Pedro	- Santa Casa da Misericórdia	20	20	3	IPSS
<b>TOTAL</b>		<b>237</b>	<b>178</b>	<b>15</b>	<b>-</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Existem apenas **cinco unidade de ATL** localizadas nas freguesias de Alqueidão da Serra, Calvaria de Cima, Juncal e São Pedro, as quais apoiaram, no ano lectivo 2001/2002, 178 crianças, estando lotadas as capacidades dos ATL das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

#### 9.3.4 Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio

É cada vez mais preocupante e problemática, a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões deverão ser tratadas com mais acuidade, devendo começar-se a pensar no conjunto de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas, de resposta a este fenómeno emergente.

"O chamado **envelhecimento demográfico** da Europa comunitária é, segundo a publicação "A Europa em Números", do Serviço de estatística da CE, "o fenómeno mais importante deste fim de século" e "levanta problemas múltiplos: a redução de parte dos activos criará dificuldades financeiras ao financiamento das pensões de reforma, porá em perigo o equilíbrio dos orçamentos de protecção social e **aumentará a necessidade de serviços especializados de alojamento**" (Expresso, 12 de Junho de 1993).

Entre outras consequências, aparentemente mais importantes, coloca-se, precisamente, a questão que nos interessa, da "necessidade de serviços especializados de alojamento".

O recurso ao Lar obriga ao abandono das casas e, normalmente, têm implícita uma maior dependência dos idosos. Os Centros de Dia têm por objectivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à disposição dos idosos, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas.

Existem **cinco lares, cinco centros de dia e dois centros de convívio**, quase todos lotados ou muito próximo da lotação, permitindo uma taxa de cobertura aproximada de 7,2%, ultrapassando largamente os 3,5% indicados pelo GEPAT. Não obstante, a actual lotação de quase todos os equipamentos de apoio à população idosa, bem

como o tendencial envelhecimento demográfico, apontam para a necessidade de uma melhor dotação a este nível.

**Quadro 81: Lares, Centros de Dia e de Convívio, no concelho de Porto de Mós, em 2003**

Freguesia	Estabelecimento	Tipologia	Capacidade (Nº utentes)	Nº de Utentes	Entidade Proprietária
Alqueidão da Serra	Casa do Povo Alq. Da Serra	Centro de Dia	30	30	IPSS
	Casa do Povo Alq. Da Serra	Centro de Convívio	30	15	IPSS
	Aconchego N.S.Fátima	Lar	22	22	Privada
	Aconchego N.S.Fátima	Lar	20	20	Privada
Juncal	"Solar do Povo"	Centro de Dia	30	14	IPSS
Mira de Aire	Abrigo Fam. Casa São José	Lar	30	30	IPSS
	Abrigo Fam. Casa São José	Centro de Dia	15	15	IPSS
	Ass. "Amparo Familiar"	Centro de Convívio	40	40	IPSS
Pedreiras	Ass. Bem Estar Cruz Légua	Lar	41	41	IPSS
	Ass. Bem Estar Cruz Légua	Centro de Dia	20	15	IPSS
São Pedro	Santa Casa da Misericórdia	Lar	58	56	IPSS
	Santa Casa da Misericórdia	Centro de Dia	30	10	IPSS
<b>Total</b>			<b>366</b>	<b>308</b>	<b>-</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

O Quadro seguinte sistematiza a evolução ocorrida no espaço de uma década, sendo de salientar o esforço realizado para se ter hoje a dotação que se conhece. A oferta mais do que duplicou (+ 175%) e o recurso a estes equipamentos também (entre 1991 e 2003 o número de utentes aumentou 137%).

**Quadro 82: Evolução da dotação de Equipamentos de Apoio aos Idosos, no concelho de Porto de Mós, entre 1991 e 2003**

Freguesia	1991			2003		
	Tipologia	Capacidade (n.º alunos)	N.º de Utentes	Tipologia	Capacidade (n.º alunos)	N.º de Utentes
Alqueidão Serra	Centro de Dia	30	30	Centro de Dia	30	30
	-	-	-	Centro de Convívio	30	15
	-	-	-	Lar	22	22
	-	-	-	Lar	20	20
Mira de Aire	Lar	30	30	Lar	30	30
	-	-	-	Centro de Dia	15	15
	-	-	-	Centro de Convívio	40	40
Pedreiras	Lar	41	41	Lar	41	41
	Centro de Dia	20	20	Centro de Dia	20	15
São Pedro	Lar	12	9	Lar	58	56
	-	-	-	Centro de Dia	30	10
Juncal	-	-	-	Centro de Dia	30	14
<b>Total</b>		<b>133</b>	<b>130</b>	<b>-</b>	<b>366</b>	<b>308</b>

Fonte: PDM em vigor; Câmara Municipal de Porto de Mós

Não obstante a evolução ocorrida e a dotação actual bastante satisfatória, este é um domínio que deverá, a prazo, a julgar pela evolução tendencial da estrutura etária concelhia (regional e mesmo nacional), vir a ser cada vez mais exigente em termos de estruturas físicas (e humanas) de apoio.

Poderão, no entanto, existir outras formas mais adequadas, tanto em termos financeiros como sociais, para a resolução ou, pelo menos, minoração, das dificuldades deste sector, nomeadamente o recurso ao apoio domiciliário, que já existe em Porto de Mós, em cinco das treze freguesias concelhias.

### 9.3.5 Apoio domiciliário

O apoio domiciliário é considerado a forma mais eficaz e económica de resolver o problema do apoio à população idosa, não só por não implicar o abandono do meio familiar, com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também a sua existência é menos dispendiosa do que a manutenção de lares.

A ajuda domiciliária pode incluir serviços de alimentação, higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre.

Quadro 83: Apoio domiciliário no concelho de Porto de Mós, em 2003

Freguesias	Capacidade	Utentes
Alqueidão da Serra	42	20
Juncal	30	30
Mira de Aire	42	20
Pedreiras	49	40
São Pedro	42	40
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>150</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

No concelho, o apoio domiciliário complementa a intervenção do município neste grupo etário. O apoio domiciliário é realizado nas freguesias de Alqueidão da Serra (20 pessoas), Juncal (30 pessoas), Mira de Aire (20 pessoas), Pedreiras (40 pessoas) e São Pedro (40 pessoas), no entanto, só a freguesia de Juncal é que presta este serviço no limiar das suas possibilidades.

## 9.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE

### 9.4.1 Introdução

O equipamento de saúde considerado integra as seguintes tipologias:

- Centros de Saúde
- Extensões do Centro de Saúde
- Farmácias

## 9.4.2 Centros de Saúde e Extensões

Os centros de saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde, cujo objectivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados.

Em termos indicativos o Centro de Saúde deverá ser dimensionado tendo por base entre 25.000 e 30.000 pessoas. As extensões deste centro justificam-se em zonas de fraca acessibilidade da área de influência do centro de saúde.

Existe um Centro de Saúde em Porto de Mós e Extensões do mesmo em todas as freguesias.

O estado de conservação destes equipamentos é muito variável: as extensões de Alcaria, Alqueidão, Alvados, Juncal, São Bento e Serro Ventoso estão em mau estado de conservação e apenas quatro dos treze estabelecimentos existentes se encontram em bom estado, nomeadamente os de Calvaria de Cima, Mira de Aire, Pedreiras e Porto de Mós. Afigura-se, pois, urgente, a substituição dos que estão em mau estado, todos eles a funcionar em instalações adaptadas.

A nível de estabelecimentos de saúde privados, o concelho possui um laboratório de análises clínicas, quatro consultórios médicos e 20 médicos.

Quadro 84 - Centro de Saúde e Extensões em 2003

Freguesia	Tipologia	Tipo de Instalações	Estado de Conservação
Alcaria	Extensão C.S.	Adaptadas	Péssimo
Alqueidão da serra	Extensão C.S.	Adaptadas	Péssimo
Alvados	Extensão C.S.	Adaptadas	Mau
Arrimal	Extensão C.S.	Próprias	Razoável
Calvaria de Cima	Extensão C.S.	Próprias	Bom
Juncal	Extensão C.S.	Próprias	Péssimo
Mendiga	Extensão C.S.	Adaptadas	Razoável
Mira de Aire	Extensão C.S.	Próprias	Bom
Pedreiras	Extensão C.S.	Próprias	Bom
São Bento	Extensão C.S.	Adaptadas	Mau
Porto de Mós (*)	Centro de Saúde	Próprias	Bom
Serro Ventoso	Extensão C.S.	Adaptadas	Mau

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

(\*) Freguesias de São João Baptista e São Pedro

## 9.4.3 Farmácias

A implantação de farmácias, segundo as "Normas de Programação" está condicionada à capitação de pelo menos 6000 habitantes/farmácia e a uma área de irradiação de 250m.

As oito farmácias existentes no concelho localizam-se nas freguesias de Alqueidão da Serra, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras e vila de Porto de Mós.

Em relação à captação farmácia/habitantes, o concelho responde largamente àqueles critérios (6000 habitantes \* 8 farmácias = 48 000 habitantes, e Porto de Mós possui cerca de 24000 habitantes, de acordo com os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001). Com efeito, a existência de distâncias superiores a 5 Km entre farmácias justifica a existência de um número de farmácias bastante superior, quando aferido com a captação definida.

Não obstante a dotação actual, a área central do concelho, que inclui algumas das freguesias mais desfavorecidas, nomeadamente, Serro Ventoso, Alcaria, Alvados e São Bento e mais afastadas tanto do centro de Porto de Mós, como dos outros pólos de desenvolvimento do concelho, justificará a existência de uma farmácia ou de um posto de medicamentos que sirva esta área do concelho.

Quadro 85: Farmácias por freguesia no concelho de Porto de Mós, em 2003

Freguesias	N.º
Alqueidão da Serra	1
Calvaria de Cima	1
Juncal	1
Mendiga	1
Mira de Aire	2
Pedreiras	1
Porto de Mós	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

## 9.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Na análise da situação dos equipamentos desportivos do Concelho de Porto de Mós consideram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar.

Segundo as Normas para a Programação de Equipamentos Colectivos (GEPAT) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída **a quota global de 4 m<sup>2</sup> de superfície desportiva útil por habitante**. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território.

São predominantes os pavilhões e salas de desporto (24), seguidos pelos grandes campos de jogos, nomeadamente os campos de futebol (15) e pelos pequenos campos de jogos (9). Em menor número, existem três piscinas, duas das quais ainda em construção (Porto de Mós e Juncal).

Todas as freguesias possuem pelo menos uma instalação desportiva, no entanto, verificam-se grandes desigualdades espaciais na distribuição destes equipamentos quando aferidos com a população residente respectiva. Com efeito, temos áreas úteis/habitante que oscilam entre 1,0 m<sup>2</sup>/habitante, na freguesia de Alcaria, e 7,2 m<sup>2</sup>/habitante, em Mendiga.

**Quadro 86: Número e área (m<sup>2</sup>) das instalações desportivas, por freguesia, em 2003**

Freguesias	Área útil/habitante	Área total (m <sup>2</sup> )	Grandes Campos de Jogos (Campos de Futebol, ...)		Pequenos Campos de Jogos (Polidesportivos, ...)		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas (cobertas e descobertas)	
			N.º	Área (m <sup>2</sup> )	N.º	Área (m <sup>2</sup> )	N.º	Área (m <sup>2</sup> )	N.º	Área (m <sup>2</sup> )
Alcaria	1.0	260	0	0	0	0	1	260	0	0
Alqueidão da serra	4.1	7474	1	6400	1	450	2	624	0	0
Alvados	2.7	1500	1	5376	0	0	1	260	0	0
Arrimal	4.9	3660	1	3400	0	0	1	260	0	0
Calvaria de Cima	5.4	11740	2	10600	1	880	1	260	0	0
Juncal	3.0	9738	1	5880	2	1600	6	2150	1	108
Mendiga	7.2	7360	1	5376	1	968	3	1016	0	0
Mira de Aire	3.7	14806	2	12450	2	1600	2	756	0	0
Pedreiras	4.3	11396	2	11136	0	0	1	260	0	0
São Bento	5.6	5376	1	5376	0	0	0	0	0	0
São João Baptista	2.5	7418	1	6000	1	968	2	342	1	108
São Pedro	2.6	7320	1	5180	1	968	2	872	1	300
Serro Ventoso	4.7	5256	1	4500	0	0	2	756	0	0
<b>CONCELHO</b>	<b>3.8</b>	<b>93304</b>	<b>15</b>	<b>81674</b>	<b>9</b>	<b>7434</b>	<b>24</b>	<b>7816</b>	<b>3</b>	<b>516</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

No seu conjunto, a relação área desportiva útil/habitante é, neste concelho, de 3,8 m<sup>2</sup>, ligeiramente inferior aos 4 m<sup>2</sup> indicados. Contudo, há uma série de outros equipamentos que completam a oferta, embora não entrem na contabilização global das áreas desportivas do concelho (não são considerados equipamentos desportivos de base). São eles, dois circuitos de manutenção (Alqueidão da Serra e Pedreiras), um clube hípico (Juncal) e dois campos de tiro (Mira de Aire e Alvados).

Tendo em consideração a dotação actual e a tendência para o envelhecimento demográfico, o concelho de Porto de Mós encontra-se bem dotado ao nível do equipamento desportivo, havendo, no entanto, espaço a uma maior diversificação.

## 9.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO

O equipamento cultural, enquanto estrutura física fixa, não traduz, necessariamente, a actividade cultural de um concelho ou região, estando esta, sobretudo, dependente de uma política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas.

Em termos de estruturas fixas, existe, no concelho de Porto de Mós, alguma oferta, nomeadamente: três bibliotecas, dois museus, um cine-teatro, um espaço de exposições e espectáculos musicais, duas imprensas e uma rádio locais e um posto de turismo.

**Quadro 87: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2003**

Tipologia do equipamento	Número de Unidades	Freguesia
Biblioteca	3	Porto de Mós, Juncal e Alqueidão da Serra
Museu	2	São João Baptista e Calvaria de Cima
Cine-Teatro	1	São Pedro
Espaço de Exposições e Espectáculos Musicais	1	São Pedro (Castelo de Porto de Mós)
Imprensa Local	2	Porto de Mós e Mira de Aire
Rádio Local	1	São João Baptista
Posto de Turismo	1	Porto de Mós
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	42	Todas as freguesias

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

É de salientar a actividade associativa do concelho, marcada pela existência de um conjunto de associações, com incidência para as actividades desportivas, culturais e recreativas (cf. Quadro seguinte).

**Quadro 88: Associações culturais, recreativas e desportivas, em 2003**

Freguesia	Associação	Freguesia	Associação
Alcaria	Clube Cultural e Recreativo de Alcaria Grupo de Jovens "Os Pena d'Águia"	Mira de Aire	União Recreativa Mirense Associação de Jovens Mata Jovem Mirense Andebol Clube Associação Recreativa e Cultural de S. João da Fraga Clube de Caça e Pesca de Mira D' Aire
Alqueidão da serra	C. Cultural e Recreativo de Alqueidão da Serra Clube de Caça e Pesca de Alqueidão da Serra Casa do Povo (ginástica e coral)	Pedreiras	Grupo Desportivo de Pedreiras Clube Desportivo "Os Andorinhas" Associação Cultural e Recreativa de São João da Tremoceira
Alvados	Clube de Caçadores Alvados	São Bento	Clube Desportivo de São Bento
Arrimal	Clube Cultural, recreativo e Desportivo de Arrimal	São João Baptista	Grupo Cultural e Recreativo D. Fuas Clube Desportivo Ribeirense Clube Automóvel de Porto de Mós Associação Desportiva Portomosense Ballet Christiane Vieira
Calvaria de Cima	Associação Cultural e Desportiva Nova Vida Associação de Casais de Matos	São Pedro	Grupo Desportivo do Tojal Casa do Povo de Porto de Mós Grupo Recreativo da Corredoura
Juncal	Associação Recreativa e Cultural Andam Clube Jónia Pesca Liga D. Amigos Picamilho O. Nova Associação Cultural e Recretiva Chão Pardo Casa do Povo de Juncal (Judo) União Recreativa e Desportiva Juncalense Associação Recreativa Cumeirense União Recreativa Casais Garridos Andainho Clube Hípico do Juncal	Serro Ventoso	Associação Popular Bezerra Figueirinhas Vertigem União Recreativa Casais do Chão Grupo Recreativo Serro Ventoso
Mendiga	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Mendiga Clube Desportivo Serra D'Aire Tempos Livres Sociedade Recreativa de Cabeça Veada		

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

## 9.7 PREVENÇÃO E SEGURANÇA

As instituições de prevenção e segurança existentes no concelho de Porto de Mós são a GNR, localizada nas freguesias de São João Baptista e Mira de Aire e os Bombeiros, localizados em Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal.

As instalações existentes apresentam algumas insuficiências, nomeadamente o posto da GNR de Mira de Aire que é de dimensão reduzida para as necessidades e que se encontra em mau estado de conservação, bem como o Quartel de Bombeiros, localizado em Porto de Mós que, apesar de se encontrar em razoável estado de conservação, apresenta uma dimensão reduzida.

É de salientar, contudo, o salto qualitativo dado no espaço de 10 anos (desde 1991 até hoje), em que, sobretudo ao nível dos Bombeiros, se melhorou exponencialmente a dotação em termos de capacidade e de efectivos, nomeadamente, em 1991, a capacidade das instalações existentes apontava para 16 efectivos e hoje existem 200. A GNR também elevou os seus efectivos, contudo, numa dimensão bastante mais moderada (passou de 25 para 32).

Quadro 89: Equipamento de Prevenção e Segurança, em 2003

Tipo de Unidade	Freguesia	N.º de efectivos	Tipo de Instalações	Estado de Conservação	Dimensão
Posto da GNR	São João Bapt.	19	Próprias	Bom	Suficientes
	Mira de Aire	13	Adaptadas	Mau	Reduzidas
Quartel de Bombeiros	Porto de Mós	80	Próprias	Razoável	Reduzidas
	Mira de Aire	60	Próprias	Em construção	Suficientes
	Juncal	60	Próprias	Razoável	Suficientes

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

## 9.8 SÍNTESE CONCLUSIVA

O concelho de Porto de Mós encontra-se, em termos globais, **razoavelmente dotado de equipamentos e serviços de apoio social**, quando dimensionados em função dos quantitativos populacionais em presença, existindo, contudo, alguns domínios onde ainda se terá de intervir, de modo a dar uma resposta mais adequada às necessidades actuais e previsíveis da população.

Na óptica da distribuição espacial dos equipamentos colectivos, salienta-se que é na sede de Concelho que se localizam os de ordem superior e que as freguesias de Mira de Aire e Juncal são as segunda e terceira melhor equipadas do concelho.

Um aspecto fundamental na análise e avaliação dos equipamentos colectivos é o significativo envelhecimento demográfico da população concelhia : i) envelhecimento na base da pirâmide: reduzida dimensão da população jovem (16%) e ii) significativa percentagem de população idosa (17,5%). Este facto obriga a pensar, em termos

estratégicos, que a dotação do equipamentos colectivos deverá ser reforçada no sector de apoio da população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Uma avaliação por tipo de equipamentos, permite salientar os seguintes aspectos:

- a **nível escolar**, o concelho encontra-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença: vinte e seis jardins de infância, trinta e seis escolas básicas do 1º ciclo, duas Escolas Básicas do 2º, duas Escolas Secundárias com 3º ciclo em um Instituto que lecciona os 2º e 3º ciclos e o secundário. Quase todos os estabelecimentos se encontram subocupados no presente ano lectivo 2001/2002. Uma análise mais pormenorizada, envolvendo outros aspectos mais específicos, que ultrapassam o âmbito do PDM, poderá denunciar alguns desajustes espaciais e funcionais entre a oferta e a procura existentes, que poderão vir a justificar um reordenamento da rede pré-escolar que actualmente serve a população concelhia.
- os **serviços de saúde** no concelho são prestados pelo centro de saúde e pelas onze extensões distribuídas por todas as freguesias do concelho, das quais, seis se encontram a funcionar em instalações adaptadas e em mau estado de conservação; existem oito farmácias no concelho.
- ao nível do **apoio à infância**, há a registar a existência de cinco creches e cinco centros ATL, predominantemente localizadas em freguesias onde existem as maiores taxas de actividade feminina. A lotação de todos os estabelecimentos pertencentes a Instituições Particulares de Solidariedade Social poderá indiciar a existência de carências a este nível.
- ao nível do **apoio à 3ª idade**, há um conjunto significativo de estruturas de apoio que passa pela existência de quatro lares, cinco centros de dia, dois centros de convívio e pela prestação de apoio domiciliário, os quais dotam o concelho de uma taxa de cobertura que ronda os 7%, o dobro do indicado oficialmente como dotação mínima. Contudo, alguns deles, nomeadamente os lares, encontram-se lotados, facto que a julgar pelo tendencial envelhecimento da população deverá vir a exigir uma melhor dotação a este nível. Uma das possíveis soluções poderá passar pelo crescente recurso ao apoio domiciliário, que presentemente, é realizado em apenas cinco das treze freguesias do concelho.
- na oferta de **equipamento desportivo** salienta-se a tipologia designada por “pavilhões e salas de desporto” (24), seguidos pelos grandes campos de jogos (15) e pelos pequenos campos de jogos (9). De acordo com os indicadores oficiais (4m<sup>2</sup>/hab de superfície desportiva útil), este concelho fica aquém do definido oficialmente (3,8 m<sup>2</sup>/hab.). Não obstante, existe um conjunto de outras estruturas desportivas/lazer que permitem completar esta oferta, nomeadamente, dois circuitos de manutenção, um clube hípico e dois campos de tiro. Tendo em conta que a população

potencialmente utilizadora do equipamento desportivo está tendencialmente em regressão, julga-se que o concelho tem capacidade para satisfazer as exigências a este nível.

- no âmbito do **equipamento cultural**, atendendo aos quantitativos populacionais do concelho, há uma oferta razoável de equipamentos culturais e recreativos, sendo de salientar a importância da intervenção da população, nomeadamente materializada nas 42 associações culturais /recreativas/ /desportivas existentes. Enquanto estruturas fixas, podem encontrar-se em Porto de Mós três bibliotecas, dois museus, um cine-teatro, um espaço de exposições e espectáculos musicais (castelo de Porto de Mós), duas imprensas e uma rádio locais e um posto de turismo.

Em síntese, estamos em presença de um concelho razoavelmente equipado quando dimensionado com a respectiva população, havendo no entanto espaço para:

- eventual reordenamento da rede escolar, adaptado às novas exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo;
- incrementar a dotação de estruturas sociais de apoio tanto a jovens (creches e ATL) como aos idosos (sobretudo lares e apoio domiciliário);
- substituição das extensões do Centro de saúde que se encontram a funcionar em instalações adaptadas e em mau estado de conservação.

## 10. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

### 10.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo é desenvolvida a caracterização das infraestruturas e dos sistemas de transportes existentes no Concelho de Porto de Mós, referente, nomeadamente, à **rede rodoviária** (*incluindo a análise das acessibilidades servidas, funções desempenhadas e suas características físicas*), ao tráfego e ao serviço de transporte público, procurando estabelecer um diagnóstico dos seus actuais níveis funcionais e operacionais.

Metodologicamente, esta caracterização foi desenvolvida com base numa recolha de elementos diversos, processada a diferentes níveis:

- contactos com técnicos da Câmara Municipal de Porto de Mós;
- contactos com outras entidades (I.E.P., operadores de transportes, etc.);
- levantamentos de campo;
- consulta de dados estatísticos, de estudos e de publicações existentes.

O tratamento da informação recolhida, possibilitou a caracterização do sistema, nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências, perspectivando a sua previsível evolução, e, assim, alicerçando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada que, no âmbito do presente PDM, possibilite a melhoria dos seus níveis de funcionamento.

No **sub-capítulo 2**, procede-se à caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, à análise da sua inserção na rede exterior, da sua estrutura e hierarquia actual e das suas características físicas (extensões, perfis transversais, traçado, pavimentação, etc.), salientando, igualmente, alguns dos aspectos mais significativos no que diz respeito às suas perspectivas de evolução no prazo de vigência do previsto para o presente Plano Director.

No **sub-capítulo 3**, efectua-se uma análise sumária das características mais relevantes do tráfego nas vias da rede nacional – intensidade, composição, evolução recente – tendo por base os dados disponíveis a partir dos recenseamentos do Instituto de Estradas de Portugal.

Por último, no **sub-capítulo 4**, efectua-se uma análise do serviço de transporte público de passageiros existente, incidindo sobretudo no domínio da oferta e da qualidade do serviço prestado.

## 10.2 REDE VIÁRIA

### 10.2.1 Inserção Nacional, Regional e Local

#### 10.2.1.1 Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias que integram a rede viária concelhia, nomeadamente no que se refere aos níveis de ligações servidas, apresentam-se como um factor determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, constituindo objecto de análise no sentido da verificação do seu ajustamento à estrutura, às características e à importância dos troços que a constituem.

Deste modo, a análise da **inserção na rede exterior** das vias que servem o Concelho assume um papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais pólos exteriores de geração e atracção de fluxos, estabelecida em função da qualidade das acessibilidades existentes. São de salientar os seguintes aspectos:

- A **localização geográfica** do concelho de Porto de Mós, situado em plena Região Litoral Centro, a relativa proximidade a dois nós do IP1/A1 (Fátima, a Nordeste e Torres Novas, a Sudeste) e o facto de ser atravessado pelo IC2/EN1 (situado a poente do território assegura as principais ligações longitudinais do Concelho ao exterior), conferem-lhe satisfatórias condições de acessibilidade rodoviária;

Refira-se, no entanto, que estas condições se manifestam sobretudo ao nível das **ligações longitudinais Norte/Sul** servidas pelo IC2/EN1, uma vez que, as ligações ao IP1/A1 a nascente, são algo condicionadas, quer pela distância a que se encontram os seus nós de acesso (Fátima, a cerca de 17 Km de Porto de Mós, e Torres Novas, a 27 km), quer pela orografia do terreno, quer pelas características das vias que as servem (EN243 na ligação ao Nó de T. Novas; vias municipais, no caso do Nó de Fátima), factores que deverão ser substancialmente atenuados com a implementação do IC9, nomeadamente, do lanço Chão da Feira (IC2) - Nó de Fátima (IP1-A1);

- O facto de parte significativa do território concelhio apresentar uma orografia bastante desfavorável, integrando sistemas montanhosos de certa importância (Serras de Aire e Candeeiros), traduz-se num elemento condicionante, quer das ligações de carácter local, quer de algumas das ligações ao exterior, com excepção da região poente;

Figura 6: Principais ligações à rede exterior

Via	Principais Ligações Asseguradas (Nível)		
	Nacional	Regional	Local
IC2/EN1	AM Lisboa Região Sul Porto Região Norte Coimbra	Leiria Sub-região Baixo Mondego Santarém (via A15)	Rio Maior Batalha Marinha Grande
EN243	Região Sul (via A1) Alto Alentejo Interior Centro	Santarém (via A1) Sub-região Médio Tejo Abrantes Tomar	Minde Alcanena Torres Novas
EN8	AML Norte/Oeste (via A8)	Sub-região Oeste Caldas da Rainha	Alcobaça Nazaré
Antiga EN362 (Municipal)	-	Santarém	Batalha Alcanede
Antiga EN242-4 (Municipal)	-	-	Marinha Grande S. Pedro de Muel Pataias (IC1/A8)

- A EN243 constitui o principal eixo transversal de **ligação ao exterior** - IC2/EN1/Porto de Mós/Mira D'Aire/Concelho de Alcanena -, servindo importantes acessibilidades no sentido Sul (via IP1/A1), ao Interior Centro e à Sub-região do Médio Tejo, através da continuidade assegurada pelo IP6 a partir do Nó de Torres Novas, sendo, como já referido, algo condicionada pelas suas características de traçado e pelo atravessamento de importantes núcleos urbanos, como são os casos de Porto de Mós e de Mira de Aire;
- A um outro nível, de **âmbito marcadamente regional e local**, são igualmente de destacar as ligações servidas pela EN8 que, a partir do IC2/EN1 (Chão da Feira), assegura ligações à Sub-região do Oeste, bem como a alguns pólos de importância local, como Alcobaça ou Nazaré;
- Relativamente às vias que, de acordo com o PRN2000, passaram ou, no prazo de vigência do presente P.D.M., deverão passar, a título definitivo, à competência da autarquia, refiram-se as **acessibilidades regionais e locais** servidas pelas antigas EN's 362 e 242-4, nomeadamente, ao Concelho de Santarém e à Batalha, no primeiro caso, ao IC1/A8 e à Marinha Grande, no segundo;
- Referência ainda para uma via municipal, a EM543-1, que se desenvolve no sentido nordeste em direcção a S. Mamede e a Fátima a qual, dadas as suas razoáveis características, assegura relevantes ligações ao Nó de Fátima do IP1/A1 a partir da sede de concelho, constituindo, de entre as vias que integram este nível hierárquico, a mais importante ligação ao exterior.

As **restantes ligações ao exterior, de importância nitidamente inferior**, são asseguradas por diversas Estradas Municipais, merecendo destaque as seguintes: a EM546, ligação a Maceira e à Marinha Grande, a partir do IC2/EN1 através de Calvaria de Cima, muito utilizada pelo tráfego de pesados; a EM547 que, para além

de constituir um eixo estruturante da região noroeste do território, estabelece igualmente ligação a Maceira a partir da Cruz da Légua; a EM591, ligação a S. Mamede/ Fátima a partir de Mira de Aire; a EM543, ligação à EN356 a partir de Alqueidão da Serra; e a EM506, ligação a Alcanena a partir de S. Bento.

### 10.2.1.2 Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais, é sempre função da distância e das características das infra-estruturas viárias que os unem. Assim, a análise que seguidamente se apresenta foi efectuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas pelo actual conjunto de infra-estruturas viárias da rede nacional.

O quadro seguinte, apresenta uma síntese das distâncias registadas, através das vias que garantem melhor grau de acessibilidade aos principais pólos geradores de importância nacional, regional e local, permitindo estabelecer algumas considerações a este nível.

**Quadro 90: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores**

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Vias Utilizadas
<b>Pólos Nacionais</b>	Lisboa	115	ant. EN242-4, IC2/EN1, IP1/A1
		130	ant. EN242-4, IC1/A8
	Porto	195	EM543, EM543-1 (lig. à A1), IP1/A1
	Coimbra	95	EM543, EM543-1 (lig. à A1), IP1/A1
<b>Pólos Regionais</b>	Santarém	50	ant. EN362
	Leiria	22	ant. EN242-4, IC2/EN1
	Abrantes	70	EN243, IP6
	Caldas da Rainha	43	ant. EN242-4, EN8, IC1/A8
<b>Pólos Locais</b>	Torres Novas	38	EN243, IP6
	Rio Maior	35	ant. EN242-4, IC2/EN1
	Alcanena	27	EN243, ant. EN360
	Alcobaça	18	ant. EN242-4, EN8
	Batalha	9	ant. EN362
	Fátima	17	EM543, EM543-1
	Marinha Grande	31	ant. EN242-4, EN242
Nazaré	30	ant. EN242-4, EN8-5	

Assim, é possível constatar os bons níveis acessibilidade relativamente aos principais pólos de importância nacional, favorecidos pelas razoáveis distâncias que se verificam e pelas ligações em Auto-estrada, sendo de referir, no caso da ligação a Lisboa, a eficaz alternativa constituída pelo IC1/A8, proporcionando elevados padrões de mobilidade, embora com custos acrescidos devidos ao pagamento de portagem.

Relativamente aos principais pólos de importância regional verifica-se que, à excepção de Leiria, a uma curta distância, se registam condições menos favoráveis, sobretudo se atendermos ao tipo de vias que servem as

ligações deste tipo, não oferecendo, na sua maioria, padrões de mobilidade adequados às exigências impostas pelo tipo e importância das relações estabelecidas.

Em síntese, podem classificar-se como **moderados os actuais níveis de acessibilidade regional do Concelho**, nomeadamente, se tomarmos em linha de conta o restante território, na sua quase totalidade, com condições algo penalizantes em termos de ligação às vias que servem as principais acessibilidades a este nível.

Em contrapartida, a **acessibilidade local** é relativamente elevada, com distâncias relativamente reduzidas a quase todos os principais pólos deste nível e, na sua generalidade, dispondo de ligações com características compatíveis com as funções desempenhadas.

Contudo, pela sua importância nas ligações estabelecidas na direcção nascente, são de referir as condições algo deficientes do traçado da EN243, a que acresce uma extensa travessia urbana de Mira de Aire, condicionando fortemente a sua funcionalidade. A prazo, a implementação do lanço Chão da Feira (IC2)/Fátima (IP1/A1) do IC9, em articulação com a projectada Variante a Porto de Mós (ligando o IC2 à EN243 a nascente, permitindo desviar parte substancial do actual tráfego de atravessamento registado na Sede de Concelho) e, eventualmente, com a construção de uma variante a Mira de Aire, possam contribuir para um aumento qualitativo destas acessibilidades, promovendo uma melhoria das suas condições de utilização como eixo distribuidor a nível intra-concelhio.

## 10.2.2 Rede Viária Concelhia

### 10.2.2.1 Estrutura e Hierarquização Actual

A rede viária do Concelho de Porto de Mós, representada na respectiva peça desenhada, é fundamentalmente composta por **três níveis hierárquicos**, diferenciados quanto à sua respectiva categoria administrativa, a saber:

- Vias integradas na Rede Nacional Complementar (IC's e EN's), de acordo com o PRN2000 em vigor (Dec-Lei 222/98);
- As antigas Estradas Nacionais, desclassificadas no âmbito do PRN2000, passando a adoptar a designação de Estradas Municipais;
- As restantes vias da Rede Municipal, constituída por estradas e caminhos (EM, CM e vias não classificadas).

Tendo em consideração o **prazo de vigência da presente Revisão do P. D. M.** e o facto da passagem à competência da autarquia dos troços desclassificados – no caso presente, as **antigas EN's 242-4 e 362** -, dever ocorrer, a título definitivo, ao longo desse período, consideraremos, desde já, para efeitos de análise, estas vias como **parte integrante da Rede Municipal**.

Da **Rede Nacional** que serve o concelho fazem parte os seguintes troços:

- Da **Rede Complementar**, assegurando importantes funções ao nível das acessibilidades externas regionais e inter-concelhias, destaca-se o papel desempenhado pelo **IC2/EN1**, que atravessa longitudinalmente a zona noroeste do concelho, estabelecendo na zona do Chão da Feira/Entroncamento de S. Jorge (a poente de P. de Mós), um importante nó com as restantes duas vias que integram esta rede, as EN's 8 e 243;
- Destas duas vias, classificadas como **Estradas Nacionais**, destacam-se as funções asseguradas a nível municipal pela **EN243** que, para além das relevantes ligações exteriores asseguradas, assume igualmente um papel fundamental ao nível da distribuição interna das deslocações, atravessando transversalmente a totalidade do território e constituindo um eixo estruturante no acesso a algumas das freguesias mais populosas e economicamente mais desenvolvidas;
- Relativamente ao **troço da EN8**, que se desenvolve entre o Chão da Feira e o limite poente com o Concelho de Alcobaça, predominam funções de ligação ao exterior servindo, portanto, significativos volumes de **tráfego de atravessamento** e garantindo, ainda, a articulação com algumas vias municipais de importância na zona da Cruz da Léguas.

Quanto à **Rede Municipal**, e no que diz respeito às antigas Estradas Nacionais, tendo embora um papel secundário ao nível das ligações exteriores, é de destacar o papel desempenhado pela **antiga EN242-4** que, a partir de Porto de Mós, se desenvolve no sentido poente (ligação ao Concelho de Alcobaça, IC1/A8 e Pataias), servindo a Freguesia de Juncal e estabelecendo articulação com diversas vias nacionais e municipais desta área do território concelhio.

A este nível, referência, ainda, para a importância interna das funções asseguradas pela **antiga EN362**, que atravessa longitudinalmente toda a região poente do concelho, entre o seu limite norte (próximo da Batalha), Porto de Mós e o limite sul (Concelho de Santarém), constituindo-se como eixo estruturante de parte significativa da sua zona sul e servindo directamente as freguesias de Serro Ventoso, Mendiga e Arrimal.

A **restante Rede Municipal** é constituída por um conjunto de vias bastante heterogéneo (Estradas, Caminhos e vias não classificadas), quer em termos físicos, quer funcionais, devendo sobretudo ser consideradas pela relevância que assumem ao nível das deslocações intra-concelhias de acesso às sedes de freguesia e na ligação complementar a alguns lugares de menor importância. De entre estas, destacam-se as funções desempenhadas pelas seguintes:

- A **EM543-1** que assume funções de importância bastante relevante no âmbito das acessibilidades externas, designadamente a Fátima e ao respectivo Nó da A1, sendo contudo de referir o facto de,

ao contrário do que sucede no interior do concelho, esta via apresentar condições bastante deficitárias após o limite do concelho;

- As **EM's 506, 543 e 546** que servem acessibilidades às freguesias de S. Bento, Alqueidão da Serra e Calvaria de Cima, respectivamente, e, pela sua continuidade, ligações secundárias ao exterior;
- A **EM 547** a partir da Cruz da Légua e a **EM591** de Mira de Aire, que asseguram ligações secundárias ao exterior (Maceira e Fátima, respectivamente)
- Por fim, referência para os dois troços da **EM555** que ligam as sedes de freguesia de Alvados e Alcaria à EN243 e para o **CM1354**, que constitui o principal acesso à Freguesia de Arrimal a partir da antiga EN362 e, também, um acesso alternativo ao IC2/EN1;

Quanto às funções desempenhadas pelas vias e que permitem a definição da sua **hierarquia funcional**, haverá que distinguir essencialmente três níveis:

- **Sistema Primário:** integra as vias que asseguram as ligações principais ao exterior e que servem sobretudo tráfegos de atravessamento;
- **Sistema Secundário:** as vias em que predominam as ligações intra-concelhias entre os principais aglomerados e a sede do concelho e que estabelecem, em simultâneo, ligações secundárias ao exterior;
- **Sistema Terciário:** as vias em que prevalecem funções de carácter meramente local ou de acessibilidade a pequenos aglomerados;

Esta é uma matéria de importância fundamental, por permitir avaliar a adequação entre as características das vias que integram a rede concelhia e a importância hierárquica das funções desempenhadas, quer no âmbito das acessibilidades internas, quer pelo peso específico das relações de atractividade existentes entre as diferentes zonas do território concelhio e o exterior.

Assim, na sequência da análise atrás efectuada, pode estabelecer-se a seguinte hierarquização funcional das vias que servem o concelho:

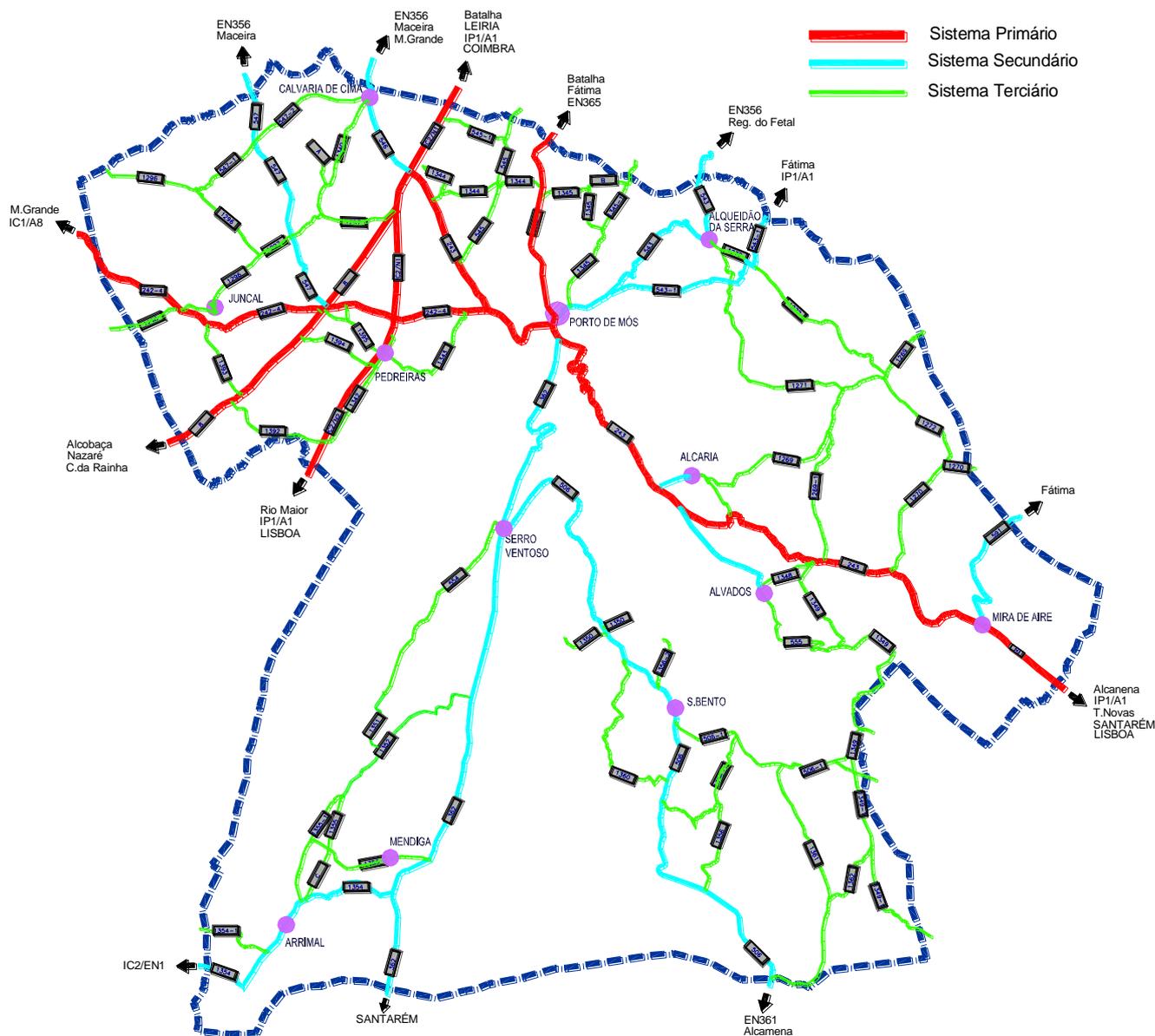
- No **Sistema Primário**, integram-se a totalidade das vias da Rede Nacional, ou seja, o IC2/EN1 e as EN's 8 e 243 e, ainda, a antiga EN242-4;
- O **segundo escalão hierárquico** abrange a antiga EN362, as EM's 506, 543, 543-1, 546, 547 e 591 e, ainda, o CM1354;

Relativamente à EM543-1, a importância das funções desempenhadas surge actualmente de certo modo atenuada uma vez que, a recente implementação de um conjunto de eixos variantes a Leiria

passou a constituir uma alternativa com características adequadas ao encaminhamento das deslocações de Porto de Mós com destino a Norte, através do IP1/A1;

- As restantes vias do sistema viário concelhio, integram-se na sua totalidade no terceiro nível, constituído na sua maioria por troços muito curtos e por ramificações dos eixos principais, assegurando ligações locais ou vicinais e, por vezes, de carácter meramente urbano.

Figura 7: Rede Viária: Hierarquia Funcional



### 10.2.2.2 Caracterização Física

#### Extensões Viárias

A rede viária objecto de inventário e análise englobou a totalidade dos troços descritos anteriormente, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal.

No quadro seguinte, apresentam-se as extensões viárias totais da rede inventariada, desagregadas de acordo com a sua hierarquia funcional, elemento essencial na avaliação da sua adequada estruturação.

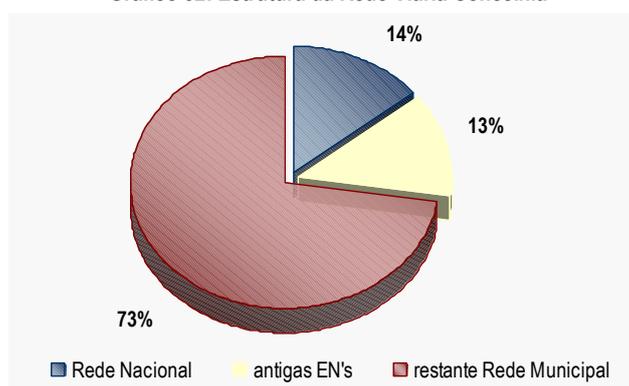
Da sua análise, constata-se que a **extensão total** da rede viária concelhia inventariada é da ordem dos **237 km**, a que corresponde uma densidade viária global da ordem dos 912 m/km<sup>2</sup>, valor que se deve considerar como bastante significativo e revelador de uma **eficaz cobertura do território**, sobretudo se tivermos em conta a sua orografia e as características rurais, com inúmeras áreas de densidade bastante reduzida.

Quadro 91: Extensões Viárias

Tipos de Vias	Extensão	
	(km)	%
Rede Nacional	33,7	14,2
antigas EN's	31,8	13,4
Estradas Municipais	57,2	24,1
Caminhos Municipais	114,3	48,2
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>100</b>

Quanto à sua repartição relativamente aos níveis hierárquicos definidos em função da classificação administrativa, verifica-se que a rede se apresenta relativamente bem estruturada, sendo composta preponderantemente por vias municipais que asseguram funções predominantes ao nível da distribuição do tráfego interno e local, conduzindo à ocorrência de situações perturbadoras decorrentes de sobreposições funcionais significativas ao longo das vias principais (as que devem garantir melhores índices de mobilidade) que integram a rede concelhia e que compõem o seu sistema primário.

Gráfico 32: Estrutura da Rede Viária Concelhia



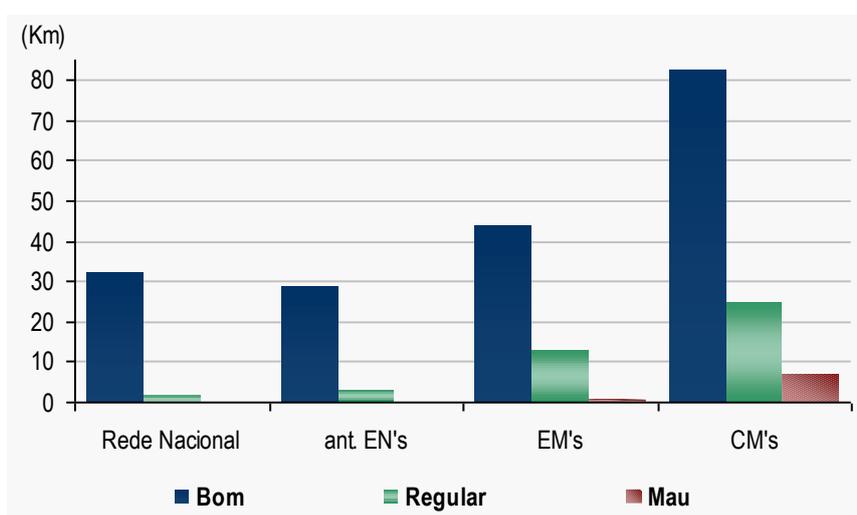
Por outro lado, verifica-se que as melhorias introduzidas num vasto conjunto de vias municipais (através da pavimentação e/ou reperfilamento de caminhos existentes), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância como elementos estruturantes da rede concelhia, com benefícios claros para a qualidade das acessibilidades internas.

### Pavimentação

O tipo de pavimento e o estado de conservação das vias constituem importantes factores na determinação da qualidade de serviço prestado pela rede viária em análise, com implicações ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Com o objectivo de caracterizar a rede viária do concelho relativamente a estes aspectos, bem como às suas características geométricas, foi efectuado um levantamento exaustivo, abrangendo a totalidade das vias consideradas (aquelas que desempenham funções relevantes), consistindo na recolha de elementos respeitantes a troços homogéneos significativos.

Gráfico 33: Tipo e Estado de Conservação por Categorias Viárias



Assim, verifica-se que a quase totalidade da rede viária inventariada (numa extensão total de 237 km) se encontra **pavimentada em betuminoso**, constituindo excepções um curto troço urbano, no Juncal, em calçada, e dois CM's situados na zona sudoeste do concelho, em terra batida com características bastante aceitáveis.

Relativamente ao seu **estado de conservação**, constata-se que a esmagadora maioria dos troços que integram a rede se apresentam em bom (BB = 79% do total) ou regular (BR + CR + TBR = 17.2%) estado, sendo as principais excepções representadas pelos CM's 1269 e 1355 que se encontram bastante degradados, no caso deste último devido a obras de infraestruturção, implicando a necessidade de obras de reconstrução profundas na sua quase totalidade.

De realçar, as satisfatórias características apresentadas a este nível pela totalidade das vias da Rede Nacional, bem como de parte muito significativa das vias municipais (sobretudo se atendermos à sua elevada extensão), fruto de intervenções recentes por parte da autarquia, que levaram à sua repavimentação.

Importará apenas referir a ausência de marcação rodoviária por pintura e a por vezes deficiente sinalização vertical que se verifica em grande parte da rede municipal, aspectos aos quais deverá ser dada especial atenção nos troços que efectuem travessias urbanas de aglomerados.

### **Características Geométricas e de Ocupação Marginal**

As características geométricas das vias - **perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta** - têm uma grande influência nas condições de operação da rede viária, com reflexos ao nível da capacidade e da velocidade de circulação, da segurança, de economia e do conforto de utilização.

Por seu turno, as condições marginais de ocupação das vias (travessias urbanas, conflitos com peões ou veículos estacionados, etc.) exercem igualmente uma grande influência sobre estes mesmos parâmetros.

Resultante do inventário efectuado, o quadro seguinte apresenta uma síntese dos aspectos mais relevantes que, a este nível, permitem caracterizar a totalidade das vias da rede concelhia, nomeadamente, em termos de características físicas (dimensões em perfil transversal, tipo e estado dos pavimentos) e respectivas ligações asseguradas.

Quadro 92: Rede Viária Concelhia: Inventário Físico e Acessibilidades

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	larg FR (m)	BB	BR	BM	CR	TBR	
<b>Rede Nacional</b>								
IC2 / EN1	8,2	10.0 (var)	8,2					Conc. Alcobaça, Pedreiras, S. Jorge, Conc. Batalha
EN8	6,5	6.0 <> 7.0	6,5					Conc. Alcobaça, Cruz da Légua, Chão da Feira (IC2/EN1)
EN243	19,0	6,0	17,6	1,4				S. Jorge, P. Industrial, Corredoura, Porto de Mós, Alcaria (prox), Alvados (prox) Mira de Aire, Conc. Alcanena (Minde)
<b>sub Total</b> (Rede Nacional)	<b>33,7</b>		<b>32,3</b>	<b>1,4</b>				
			96%	4%				
<b>Rede Municipal</b>								
ant. EN242-4	10,6	5,5	9,7	0,9				Porto de Mós, Corredoura, IC2/EN1, Tremoceira, Juncal, Conc. Alcobaça
ant. EN362	21,2	5.2 <> 6.0	19,1	2,1				Conc Batalha, Porto de Mós, Serro Ventoso, Mendiga, Arrimal (prox), Conc Santarém
<b>sub Total</b> (antigas EN's)	<b>31,8</b>		<b>28,8</b>	<b>3,0</b>				
	16%		91%	9%				
EM506	14,4	5,2	10,3	4,1				Serro Ventoso, S. Bento, Conc. Santarém
EM506-1	4,0	5,2	4,0					S. Bento, Telhados Grandes
EM543	6,1	6,0	6,1					Porto de Mós, Alqueidão da Serra, Conc. Batalha
EM543-1	4,5	6,0	3,6	0,9				EM543, Carreirancha, Conc. Batalha
EM545	3,3	4.5 <> 5.5	2,3	1,0				P. Industrial, Tojal de Cima, Conc. Batalha
EM545-1	1,3	4,0	1,3					EM545, S. Jorge
EM546	2,1	5,2	2,1					S. Jorge, Calvaria de Cima, Conc. Batalha
EM547	4,0	6,0	4,0					Cruz da Légua, Conc. Leiria (Freg. Maceira)
EM547-1	1,6	6,0	1,6					Casais Garridos (EM547), Andam
EM547-2	2,8	4,5		2,8				Calvaria de Cima, C. Garridos
EM554	4,6	4,5	2,1	1,8	0,7			Serro Ventoso, Portela de Vale de Espinho
EM555	5,5	4.0 <> 6.0	3,4	2,1				EN243, Alcaria, Alvados, Grutas
EM591	3,0	6,0	3,0					Mira de Aire, Conc. Batalha
<b>sub Total</b> (EM's)	<b>57,2</b>		<b>43,8</b>	<b>12,7</b>	<b>0,7</b>			
	28%		77%	22%	1%			

Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos: BB - Betuminoso Bom; BR - idem Regular; BM - idem Mau; CR - Calçada Regular; TBR - Terra Batida Regular

**Quadro 93: Rede Viária Concelhia: Inventário Físico e Acessibilidades (cont.)**

Via	Extensão (km)	Dimensões larg FR (m)	Tipo e Estado do Pavimento					Principais Ligações Asseguradas
			BB	BR	BM	CR	TBR	
CM1269	8,0	4.0 <> 4.5	4,6		3,4			Alcaria, Barrenta, Conc. Batalha
CM1269-1	3,0	4,0	3,0					EN243, Barrenta
CM1270	3,5	5,2	3,5					EN243, Casal Duro, Conc. Batalha
CM1271	5,5	4.0 <> 5.0	5,5					Alqueidão da Serra, Casais dos Vales, CM1269
CM1272	7,2	5.0 <> 6.0	7,2					Alqueidão da Serra, Bouceiros, CM1270
CM1296	7,4	5,0	4,9	2,2		0,3		Conc. Alcobaça, Juncal, Andam, Picamilho, Conc. Leiria
CM1297	3,3	4,0	1,7	1,6				Chão da Feira, EM547, CM1296
CM1340	2,3	5,0	2,3					Calvaria de Cima, CM1297
CM1342	2,3	5,0	2,3					arruamento urbano de Pedreiras
CM1343	2,6	4,0	1,2	1,1	0,3			Pedreiras, Corredoura
CM1344	3,9	4,0	3,5		0,4			ant. EN362, EM545, S. Jorge
CM1345	3,8	4.5 <> 5.2	3,1	0,7				Porto de Mós (EM543), Fte do Oleiro, ant. EN362
CM1345-1	1,3	5,2	1,3					Fte dos Marcos, VALORLIZ, Conc. Batalha
CM1348	1,4	4,5	1,4					Alvados, EN243
CM1349	7,6	5,5	7,6					EN243, Grutas, Telhados Grandes
CM1349-1	4,7	5,0	1,5	3,2				Telhados Grandes, Conc. Alcanena
CM1350	1,0	4,0		1,0				EM506, Codaçal, Chainça
CM1351	1,2	5,5				1,2		Portela de Vale de Espinho, CM1352
CM1352	2,9	5,5	0,4	1,0		1,5		ant. EN362, Alqueidão do Arrimal
CM1354	5,4	5.0 <> 5.5	4,1	1,3				Mendiga, Arrimal, Conc. Alcobaça (IC2/EN1)
CM1354-1	1,5	5,0		1,5				Arrimal, Conc. Alcobaça (IC2/EN1)
CM1355	3,9	4,5	0,7	0,5	2,7			Mendiga, Arrabal, Alqueidão do Arrimal
CM1355-1	2,5	4,5	2,5					Arrimal, Alqueidão do Arrimal (urbano)
CM1356	3,1	4,8	3,1					EM506, Espinho
CM1356-1	2,0	5,0	2,0					Espinho, EM506-1
CM1356-2	1,1	4,5		1,1				EM506, Covões Largos
CM1360	4,6	4,0	3,2	1,4				EM506, Casal das Correias
CM1361	5,9	4,8	3,1	2,8				Vale Florido, Curraleira
CM1361-1	1,0	4,0		1,0				CM1361, CM1349-1
CM1392	2,4	4,5	2,4					Cumeira de Cima (EN8), Casal Boieiro (IC2/EN1)

Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos: BB - Betuminoso Bom; BR - idem Regular; BM - idem Mau; CR - Calçada Regular; TBR - Terra Batida Regular

**Quadro 94: Rede Viária Concelhia: Inventário Físico e Acessibilidades (cont.)**

Via	Extensão	Dimensões <i>larg FR (m)</i>	Tipo e Estado do Pavimento					Principais Ligações Asseguradas
	<i>(km)</i>		BB	BR	BM	CR	TBR	
CM1393	1,7	4,5	1,7					Cumeira de Cima (EN8), Juncal
CM1394	1,7	4,0	1,7					Cruz da Légua (EN8), Pedreiras (IC2/EN1)
CM1395	1,3	4,5	1,0	0,3				Tremoceira, Pedreiras
A	1,0	4,0	1,0					CM1340, Casais dos Matos
B	1,2	5,2	1,2					CM1345-1, Mendigos, CM1345
C	1,1	4,5		1,1				Arrimal (urbano)
<b>sub Total</b> <i>(CM's)</i>	<b>114,3</b> 56%		<b>82,7</b> 72%	<b>21,8</b> 19%	<b>6,8</b> 6%	<b>0,3</b> 0,3%	<b>2,7</b> 2%	
<b>sub Total</b> <i>(Rede Municipal)</i>	<b>203,3</b>		<b>155,3</b> 76%	<b>37,5</b> 18%	<b>7,5</b> 4%	<b>0,3</b> 0,1%	<b>2,7</b> 1,3%	

Síntese das Características da Rede Viária Concelhia							
Tipo de Via	Extensão		Tipo e Estado do Pavimento				
	<i>(km)</i>		BB	BR	BM	CR	TBR
<b>Rede Nacional</b>	<b>33,7</b> 14%		<b>32,3</b> 17%	<b>1,4</b> 4%			
antigas EN's	31,8 13%		28,8 15%	3,0 8%			
Est. Mun. (EM)	57,2 24%		43,8 23%	12,7 33%	0,7 9%		
Cam. Mun. (CM)	114,3 48%		82,7 44%	21,8 56%	6,8 91%	0,3 100%	2,7 100%
<b>TT Rede Municipal</b>	<b>203,3</b> 86%		<b>155,3</b> 83%	<b>37,5</b> 96%	<b>7,5</b> 100%	<b>0,3</b> 100%	<b>2,7</b> 100%
<b>TOTAL</b>	<b>237,0</b>		<b>187,6</b> 79%	<b>38,9</b> 16%	<b>7,5</b> 3%	<b>0,3</b> 0,1%	<b>2,7</b> 1,1%

Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos: BB - Betuminoso Bom; BR - idem Regular; BM - idem Mau; CR - Calçada Regular; TBR - Terra Batida Regular

Numa análise sucinta das principais características verificadas a este nível, refira-se que, de um modo geral, **a rede municipal apresenta dimensões adequadas** às características do tráfego servido e à sua inserção em meio rural.

Contudo, são de assinalar **alguns estrangulamentos bastante gravosos** no atravessamento urbano de alguns dos núcleos mais importantes, sendo de destacar as situações verificadas em **Porto de Mós**, que constitui um importante “nó rodoviário” onde se registam significativos volumes de tráfego de passagem, em **Mira de Aire**, num extenso atravessamento urbano do tráfego que utiliza a EN243, na zona da **Cruz da Légua**, com a EN8 a atravessar uma área de intensa actividade marginal e, ainda, na zona da **Corredoura**, na ligação ao IC2/EN1 servida pela antiga EN242-4.

Estas circunstâncias, altamente negativas para a qualidade de vivência urbana dos núcleos atravessados, e, em simultâneo, penalizadoras da mobilidade e segurança de utilização destas vias, fazem antever **a necessidade de implementação de um conjunto de variantes** (tal como previsto e em fase de estudo relativamente a Porto de Mós) que permitam **eliminar os constantes conflitos originados pela sua utilização intensiva** por parte de tráfegos de passagem significativos que apresentam como agravante o facto de integrarem uma elevada componente de veículos pesados.

### 10.2.2.3 Análise das Acessibilidades Internas

Tendo por base a análise anteriormente efectuada, que permite a compreensão da estrutura funcional e das características da rede viária concelhia, apresenta-se, neste ponto, a análise das acessibilidades intra-municipais, nomeadamente, entre as principais sedes de freguesia e a sede de concelho.

O quadro seguinte, permite estabelecer uma análise das acessibilidades internas em função das distâncias entre os principais pólos geradores (sede de Concelho/Freguesia), medidas em função da estrutura, hierarquia e características das vias utilizadas nas respectivas ligações.

Tendo em conta a geografia do território concelhio, as suas condicionantes orográficas e a estrutura da sua rede viária, podemos proceder à sua subdivisão em duas grandes zonas, com características distintas em termos de acessibilidade: a zona noroeste, relativamente plana e com uma maior densidade viária; a zona sueste, bastante acidentada e, logo, servida por uma rede mais rarefeita e de características menos favoráveis.

Este facto, associado às melhores características geométricas das vias existentes, dadas as condições mais favoráveis da topografia local, permite afirmar inequivocamente ser **a acessibilidade da zona Noroeste** do concelho francamente **superior à da zona Sueste**.

Quadro 95: Distâncias entre os Principais Pólos Geradores

Sede de Concelho / Freguesias	Alcaria	Alqueidão da Serra	Alvados	Arrimal	Calvaria de Cima	Juncal	Mendiga	Mira de Aire	Pedreiras	São Bento	Serro Ventoso
PORTO DE MÓS	5,8	4,7	8,6	16,2	7,0	7,5	13,0	14,0	4,7	13,5	5,5
Alcaria		10,5	2,8	21,4	12,8	13,3	18,2	8,2	10,5	15,6	10,7
Alqueidão da Serra			12,1	20,9	11,7	12,2	17,7	13,2	9,4	18,2	10,2
Alvados				24,8	15,6	16,1	21,6	5,5	13,3	12,9	14,1
Arrimal					23,2	20,5	3,2	30,2	18,5	18,4	10,7
Calvaria de Cima						5,5	20,0	21,0	5,5	20,5	12,5
Juncal							20,5	21,5	5,5	21,0	13,0
Mendiga								26,7	17,7	15,0	7,5
Mira de Aire									18,7	15,7	19,5
Pedreiras										18,2	10,2
São Bento											7,7
Serro Ventoso											

Considerando apenas as **distâncias das diferentes sedes de freguesia relativamente a Porto de Mós**, a estrutura radial da rede, centrada na sua sede de concelho, permite constatar que a maioria destes núcleos atinge um grau de acessibilidade elevada, constituindo excepções Mira de Aire, Mendiga, S. Bento e Arrimal, a distâncias próximas dos 15Km e, portanto, com níveis de acessibilidade médio a reduzido.

No entanto, tendo em consideração a totalidade da área do território concelhio e a ausência de ligações directas com condições satisfatórias entre alguns dos principais núcleos urbanos, nomeadamente, na referida região sueste, teremos de considerar como moderada/baixa a acessibilidade interna entre muitas das diferentes sedes de freguesia, factor que constitui um aspecto de menor relevância, uma vez que as principais necessidades de deslocações ocorrem, obviamente, nas ligações a Porto de Mós.

Saliente-se que, embora o grau de dependência relativamente à sede de concelho (procura associada a serviços, equipamentos, emprego, ensino, etc.) constitua um factor determinante na matriz de mobilidade interna, é de referir que, algumas das freguesias mais periféricas territorialmente apresentam igualmente uma atractiva relação de proximidade com sedes de concelho limítrofes, casos de: Mira de Aire, relativamente a Alcanena; Juncal, relativamente a Alcobaça; Calvaria de Cima, em relação à Batalha.

### 10.2.3 Perspectivas de Evolução

As perspectivas de evolução das actuais condições de acessibilidade rodoviária do Concelho de Porto de Mós, decorrerão das intervenções previstas no âmbito das infraestruturas viárias, quer a nível nacional e regional, com a gradual implementação do PRN2000, quer a nível local, através da construção de novas vias ou do melhoramento das existentes.

Assim, a implementação, a prazo, de algumas das vias integradas na Rede Nacional permitirá uma melhoria sensível das suas ligações exteriores de nível nacional, regional e, mesmo, local, salientando-se, pela sua importância, as seguintes:

- A construção dos **lanços Nazaré/Alcobaça, Chão da Feira/ Fátima e Fátima/ Ourém/ Tomar do IC9**, de enorme importância, sobretudo ao nível das acessibilidades externas do concelho e como alternativa, promovendo o desvio de parte do tráfego que actualmente utiliza algumas das vias concelhias de hierarquia superior;
- A **Variante a Porto de Mós** (actualmente com duas soluções de traçado em estudo), que permitirá desviar parte substancial do actual tráfego de atravessamento registado na sede de concelho, nomeadamente, na ligação entre o IC2 e a EN243 a Nascente/Sul;
- A futura **Variante do IC2 à Batalha**, com um traçado quase todo exterior aos limites concelho, desenvolvendo-se entre o Chão da Feira (Nó com o IC9) e o Nó de Parceiros (com o IC36) próximo de Leiria;
- O **IC36**, entre a Marinha Grande (IC1/A8) e o Nó de Leiria do IP1/A1, formando uma variante Sul à Cidade de Leiria e passando a constituir uma via com enorme potencial de atractividade para o acesso, a partir de Porto de Mós à Auto-estrada A1, no sentido Sul/Norte;
- A gradual **implementação do IC1**, junto à orla litoral, que, atendendo ao seu traçado bastante atraente e ao facto de integrar alguns troços significativos sem portagem paga pelo utente, deverá constituir uma alternativa à utilização intensiva do IC2, contribuindo para um decréscimo dos seus actuais volumes de tráfego.

Relativamente a alguns investimentos previstos ou desejáveis a nível concelhio, uma vez que a sua consideração se integra plenamente no âmbito da presente Revisão do Plano Director Municipal, sobre eles nos debruçaremos em fase posterior, tendo por base a caracterização aqui efectuada, procurando nomeadamente, intervir no sentido de atenuar ou corrigir alguns dos principais estrangulamentos e carências detectadas.

### 10.3 CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO TRÁFEGO

Os dados disponíveis relativos aos Recenseamentos de Tráfego efectuados pelo E.P. (ex-JAE), possibilitam uma análise da evolução verificada a este nível nos últimos anos uma vez que, do conjunto de cinco postos considerados como representativos do tráfego registado nas vias nacionais que servem o Concelho (relativos a 2001).

No quadro seguinte, apresenta-se uma súmula dos resultados das contagens efectuadas nestes cinco postos nos últimos dez anos, sendo indicados os respectivos Tráfegos Médios Diários Anuais (TMDA), a composição do tráfego em cada Posto e os factores de crescimento anual verificados (FCA).

Assim, na via mais importante que atravessa o território do Concelho, o **IC2/EN1**, os dados mais recentes disponíveis apontam para valores da ordem dos 21 700 veíc/dia (TMDA) no troço localizado a norte do entroncamento de S. Jorge (Posto 487/a34) o que, se traduz em valores ainda assim relativamente elevados, sobretudo se tivermos em conta o desvio de parte substancial do tráfego que anteriormente utilizava esta via ocorrido com a abertura do lanço Condeixa/ Torres Novas (em 1991), com incidência directa ao nível das deslocações de médio e longo curso (tráfego regional e nacional).

Este factor, pode facilmente ser entendido pela análise dos dados relativos ao **Posto 494A**, situado a sul na mesma via, o qual sofreu um decréscimo ainda mais acentuado neste período, sobretudo no que diz respeito ao tráfego de veículos ligeiros.

Tendo em conta a análise atrás efectuada, relativa ao corredor do IC2/EN1, a observação dos **significativos ritmos de crescimento registados na EN8 e na EN243 a poente de Porto de Mós** (postos 487A e 487B, respectivamente), permite concluir pela importância dos volumes de tráfego regional (de atravessamento) registado nestas duas vias, facto que apenas é, de certo modo, contrariado pela relativa estagnação verificada nos últimos anos (1994/2001) no Posto 492, situado entre Porto de Mós e Mira de Aire, onde apenas os volumes de tráfego pesado sofreram um incremento assinalável.

**Quadro 96: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1990/2000)**

Posto / Localização	Anos	Volume de Tráfego (TMDA)		
		Ligeiros	Pesados	Total
487/a34 IC2/EN1 - km 109.4 (S. Jorge/Batalha)	1990	17882 75%	5818 25%	23700
	1995	16981 83%	3550 17%	20531
	FCA			0,97
	2000	17350 79%	4485 21%	21835
	FCA			1,01
487A EN8 - km 131.2 (Cruz da Légua)	1990	4725 86%	755 14%	5480
	1994	7086 89%	861 11%	7947
	FCA			1,10
	2000	7608 83%	1561 17%	9169
	FCA			1,02
487B EN243 - km 3.6 (Porto de Mós/S. Jorge)	1990	6202 87%	913 13%	7115
	1995	8149 86%	1370 14%	9519
	FCA			1,06
	1998	9502 89%	1219 11%	10721
	FCA			1,04
492 EN243 - km 13.3 (Porto de Mós/Mira de Aire)	1990	1659 88%	230 12%	1889
	1994	2188 91%	229 9%	2417
	FCA			1,06
	2000	1877 87%	280 13%	2157
	FCA			0,98
494A IC2/EN1 - km 104.5 (Molianos/Chão da Feira)	1990	12400 75%	4072 25%	16472
	1993	7353 67%	3695 33%	11048
	FCA			0,88
	1999	8914 64%	4985 36%	13899
	FCA			1,04

FCA: Factor de Crescimento Anual

Quanto à **composição do tráfego**, salientem-se as elevadas percentagens de pesados registadas no IC2/EN1, sobretudo a sul do Chão da Feira, sendo igualmente de salientar o peso relativo deste tráfego, em crescendo, que se verifica na EN8 (Cruz da Légua).

#### 10.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

O serviço de transporte público colectivo é assegurado em exclusivo por um único operador, a empresa Rodoviária do Tejo, sendo actualmente constituído por um conjunto relativamente vasto de carreiras, que poderemos desagregar da seguinte forma:

- **1 carreira regular local** (Porto de Mós/Mira de Aire), ou seja, efectuando serviço no interior do concelho;

- **3 carreiras regulares interurbanas** (Porto de Mós/Leiria, Porto de Mós/Santarém e Arrimal/Fátima), estabelecendo ligação a sedes de concelho limítrofes;
- **4 carreiras regulares regionais** (Leiria/Valverde, Leiria/Torres Novas, Alcobaça/Santarém e Nazaré/Torres Novas), servindo a sede de concelho e/ou parte do seu território.

Deste modo, o serviço prestado a nível concelhio alicerça-se, essencialmente, em **ligações de carácter interurbano e regional**, com diversas ligações a Leiria (Sede de Distrito) e a outros pólos regionais e locais (Batalha, Alcobaça, Nazaré, Santarém, Torres Novas e Fátima) a servirem os seus principais núcleos urbanos através de pontos intermédios de passagem.

Relativamente às suas **frequências diárias**, saliente-se a importância das carreiras que utilizam as EN's 243 (ligações a T. Novas e Mira de Aire) e 8 (Alcobaça e Nazaré) e o troço norte do IC2/EN1 (ligações a Leiria), constituindo estes os eixos com maior número de circulações/dia.

A **nível local**, constata-se que é a zona noroeste do concelho a que dispõe de maior acessibilidade em transporte colectivo, o qual assegura, nesta zona, um conjunto significativo de ligações.

Nas **restantes zonas do concelho**, com uma densidade viária mais reduzida e vias com características menos favoráveis, o serviço é assegurado através dos eixos principais - EN's 243 e 362 - e com frequências mais reduzidas.

Estas carreiras, têm na sua maioria **pontos intermédios de passagem ou terminais na Sede de Concelho**, sendo o serviço prestado a nível local assegurado por paragens intermédias nos seus principais aglomerados urbanos, proporcionando deste modo o estabelecimento de variadas ligações internas.

Em síntese, podemos considerar como relativamente reduzido o grau de cobertura alcançado pelo transporte colectivo de passageiros, cingido essencialmente aos percursos servidos pelas vias de hierarquia principal, mesmo se tivermos em conta as características geográficas do território e a ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo.

Em termos de procura de passageiros, e de acordo com indicadores fornecidos pelo operador, é de salientar o peso relativo das seguintes ligações:

- Porto de Mós <> Leiria;
- Porto de Mós <> Santarém;
- Leiria <> Torres Novas;

Os **principais problemas sentidos** pelo operador estão relacionados na sua maioria com as dificuldades de circulação existentes nalguns troços da rede viária concelhia, quer devidos a congestionamentos pontuais (v.g.,

eixo IC2/EN1 ou travessia de Mira de Aire) verificados nos períodos de ponta, quer devidos às características físicas, geométricas e de ocupação marginal de alguns deles (maus pisos, perfis transversais insuficientes, estacionamento irregular, etc.).

## 10.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

O presente capítulo integra a caracterização da Rede Viária, do Tráfego e do Transporte Público de Passageiros.

Relativamente à **Rede Viária**, verifica-se que as principais ligações do concelho à rede exterior são principalmente asseguradas pelo IC2/EN1 que o atravessa de norte a sul, pela EN243, que constitui o principal eixo transversal de ligação ao exterior e pela EN8, que, a partir do IC2/EN1 (Chão da Feira), assegura ligações à Sub-região do Oeste, bem como a alguns pólos de importância local, como Alcobaca ou Nazaré. Apesar da grande proximidade geográfica de Porto de Mós a dois nós do IP1/A1 (Fátima, a Nordeste e Torres Novas, a Sudeste), estas ligações são algo condicionadas, quer pela distância a que se encontram os seus nós de acesso, quer pela distância a que se encontram os seus nós de acesso, quer pela orografia do terreno, quer pelas características das vias que as servem.

A Rede Viária Concelhia é fundamentalmente composta por três níveis hierárquicos, diferenciados quanto à sua respectiva categoria administrativa, a saber: Vias integradas na Rede Nacional Complementar (IC2/EN1, EN 8 e EN243), as antigas Estradas Nacionais (EN242-4 e EN362) e as restantes vias da Rede Municipal (EM543-1, EM 506, EM543 e EM546, EM547, EM591, EM555 e CM1354 e restantes vias não classificadas).

Quanto às funções desempenhadas pelas vias e que permitem a definição da sua **hierarquia funcional**, haverá que distinguir essencialmente três níveis: Sistema Primário, integra a totalidade das vias da Rede Nacional, ou seja, o IC2/EN1 e as EN8 e EN243 e, ainda, a antiga EN242-4; o Sistema Secundário abrange a antiga EN362, as EM506, EM543, EM543-1, EM546, EM547 e EM591 e, ainda, o CM1354; e o Sistema Terciário incluem as restantes vias do sistema viário concelhio.

A extensão total da rede viária concelhia inventariada é da ordem dos 237 km, a que corresponde uma densidade viária global da ordem dos 912 m/km<sup>2</sup>, valor que se deve considerar como bastante significativo e revelador de uma eficaz cobertura do território, sobretudo se tivermos em conta a sua orografia e as características rurais, com inúmeras áreas de densidade bastante reduzida. Relativamente a pavimentação, verifica-se que a quase totalidade da rede viária inventariada (numa extensão total de 237 km) se encontra pavimentada em betuminoso, e que a maior parte dos troços que integram a rede encontram-se em bom estado de conservação.

De uma análise sucinta das principais características verificadas à características geométricas da rede viária concelhia refira-se que, de um modo geral, apresenta dimensões adequadas às características do tráfego servido e à sua inserção em meio rural. Contudo, são de assinalar alguns estrangulamentos bastante gravosos no atravessamento urbano de alguns dos núcleos mais importantes, nomeadamente em Porto de Mós, por constituir um “nó rodoviário” onde se registam significativos volumes de tráfego de passagem, em Mira de Aire, num extenso atravessamento urbano do tráfego que utiliza a EN243, na zona da Cruz da Légua, com a EN8 a atravessar uma área de intensa actividade marginal, e na zona da Corredoura, na ligação ao IC2/EN1 servida pela antiga EN242-4.

Ao nível da Rede Viária estão previstos um **conjunto de investimentos** que permitirão melhorar as ligações exteriores de nível nacional, regional e, mesmo, local, das quais se salientam a construção do IC9, a Variante a Porto de Mós, a futura Variante do IC2 à Batalha, o IC36 e a gradual implementação do IC1, entre outros.

Quanto à análise do **Tráfego**, os dados disponíveis permitem concluir que na via mais importante que atravessa o território do Concelho, o IC2/EN1, os dados mais recentes disponíveis apontam para valores da ordem dos 21 700 veículos/dia e que se têm verificado significativos ritmos de crescimento registados na EN8 e na EN243 a poente de Porto de Mós. Quanto à composição do tráfego, salientem-se as elevadas percentagens de pesados registadas no IC2/EN1, sobretudo a sul do Chão da Feira, sendo igualmente de salientar o peso relativo deste tráfego, em crescendo, que se verifica na EN8 (Cruz da Légua).

O serviço de **transporte público colectivo** é assegurado em exclusivo por um único operador, a empresa Rodoviária do Tejo, sendo actualmente constituído por um conjunto relativamente vasto de carreiras, onde se inclui 1 carreira regular local (Porto de Mós/Mira de Aire), 3 carreiras regulares interurbanas (Porto de Mós/Leiria, Porto de Mós/Santarém e Arrimal/Fátima) e 4 carreiras regulares regionais (Leiria/Valverde, Leiria/Torres Novas, Alcobaça/Santarém e Nazaré/Torres Novas). Considera-se reduzido o grau de cobertura alcançado pelo transporte colectivo de passageiros, cingido essencialmente aos percursos servidos pelas vias de hierarquia principal.

## **11. INFRAESTRUTURAS URBANAS**

### **11.1 INTRODUÇÃO**

Um dos principais objectivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, eléctricas, de comunicação e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanísticas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa óptica de optimização dos sistemas.

Nos últimos anos foram implementadas algumas melhorias, por exemplo, ao nível da recolha e tratamento de resíduos sólidos com a criação de uma empresa de valorização e tratamento de resíduos sólidos (ValorLis) cuja actuação passou pelo encerramento de todas as lixeiras, pela implementação de um sistema de tratamento e deposição de resíduos em aterro sanitário, pela instalação de um sistema eficiente de recolha selectiva, etc. Ao nível do abastecimento de água poucas são as alterações a apontar, destacando-se apenas a implementação de algumas condutas adutoras, de captações e de novos reservatórios por forma a fazer face ao aumento de consumo. A principal preocupação do corpo camarário no que diz respeito à drenagem e tratamento de águas residuais foi no sentido de efectivar as redes de drenagem em alguns aglomerados (Pedreiras, Tremoceira, Ribeira de Cima e S. Jorge).

Existem ainda alguns constrangimentos a que urge dar solução. Em alguns aglomerados, são efectuadas descargas indevidas de águas residuais domésticas não tratadas, contribuindo para a deposição de matéria orgânica em aquíferos com os consequentes danos ambientais.

Procede-se, então, à caracterização da situação actual das Infraestruturas Urbanísticas no concelho de Porto de Mós, com base nos dados recolhidos junto da Câmara Municipal (em alguns casos, relativamente incompletos), do Instituto Nacional de Estatística e das restantes entidades com intervenção nesta área.

### **11.2 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

#### **11.2.1 Considerações Gerais**

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das actividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada.

Os usos múltiplos, por vezes conflitantes, da água obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada sector e da acção das diversas entidades que participam, directa ou indirectamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

No quadro e na figura seguintes, são apresentados, a título de exemplo, os volumes de água consumidos e cobrados por freguesia, em 2001, consoante o tipo de **consumo**:

**Quadro 97: Volumes de água consumidos e cobrados pelos serviços municipalizados, por tipo de consumo, em 2001**

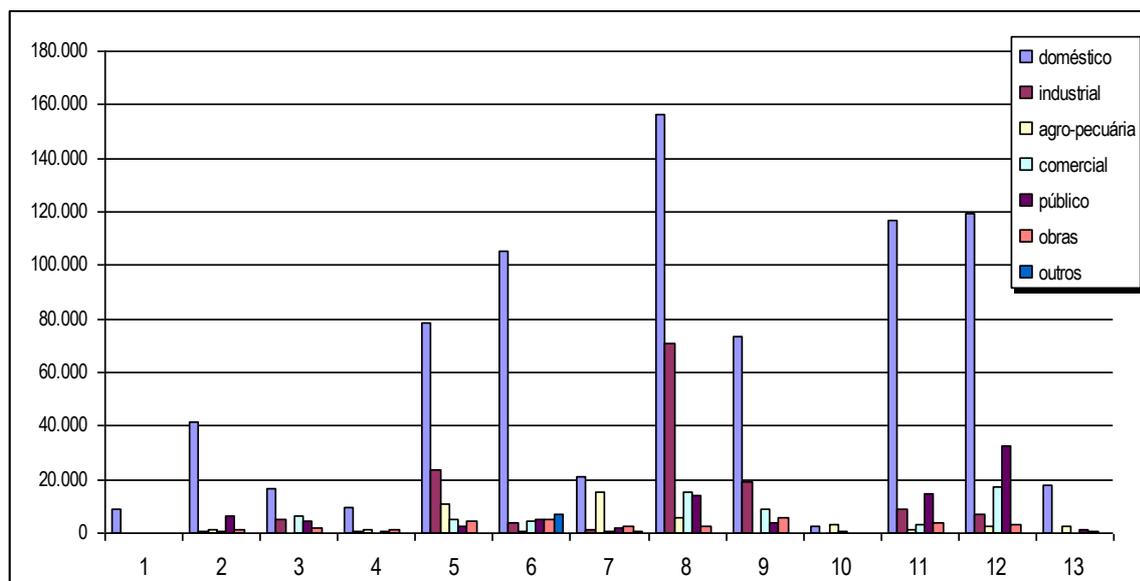
Freguesia	População 2001	Consumo (m <sup>3</sup> )						
		doméstico	industrial	agro-pecuária	comercial	público	obras	outros
Alcaria	256	9.060	-	-	304	33	299	-
Alqueidão da Serra	1813	41.604	414	1.175	790	6.448	1.252	108
Alvados	558	16304	4.924	246	6.217	4.520	1.646	-
Arrimal	747	9.547	415	1.326	24	861	1.018	-
Calvaria de Cima	2179	78.441	23.475	10.904	5.300	2.787	4.201	-
Juncal	3241	105.259	3.973	537	4.226	4.898	5.167	6934
Mendiga	1016	20.982	1.595	15.487	368	2.114	2.386	742
Mira de Aire	3951	156.555	70.703	5.445	15.409	14.292	2.281	77
Pedreiras	2655	73.469	18.931	193	8.742	4.111	5.756	72
São Bento	953	2.445	2	2.987	470	-	-	-
S. João - Porto de Mós	2919	116.905	9.011	1.139	3.325	14.543	3.590	-
S. Pedro - Porto de Mós	2869	119.406	6.902	2.605	16.990	32.803	2.988	-
Serro Ventoso	1114	17.997	50	2.699	99	1.302	779	-
<b>TOTAL</b>	<b>24271</b>	<b>767.974</b>	<b>140.395</b>	<b>44.743</b>	<b>62.264</b>	<b>88.712</b>	<b>31.363</b>	<b>7.933</b>

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

Como seria de esperar, o consumo doméstico assume maior importância nas freguesias mais populosas, nomeadamente no conjunto São João Baptista/ São Pedro (Vila de porto de Mós) e nas freguesias de Mira de Aire e Juncal. Os restantes consumos estão directamente associados ao tipo de estrutura económica das freguesias. De facto, as freguesias com maior peso do sector secundário, possuem maiores consumos industriais (por exemplo, Mira de Aire e Pedreiras), e naquelas onde o sector terciário se assume como dominante, consumos comerciais são mais significativos (por exemplo, São Pedro e Mira de Aire).

No cômputo geral, em 2001, o volume de água consumida e cobrada dividia-se pelos diversos tipos de consumo do seguinte modo: 62.7% - doméstico, 12.3% - industrial, 7.8% - público (abastecimento de edifícios públicos, de escolas do ensino básico, dos bombeiros, de pavilhões gimnodesportivos, etc.), 5.4% - comercial, 3.9% - agro-pecuária e 2.7% - obras.

Gráfico 34: Volumes de água consumidos e cobrados, por tipo de consumo e freguesia, em 2001



Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

1 – Alcária      2 – Alqueidão da Serra      3 – Alvados      4 – Arrimal      5 – Calvaria de Cima  
6 – Juncal      7 – Mendiga      8 – Mira de Aire      9 – Pedreiras      10 – São Bento  
11 – S. João      12 – S. Pedro      13 – Serra Ventoso

No concelho de Porto de Mós, a água tem, na quase generalidade dos casos, **origem subterrânea**, em resultado da permeabilidade e solubilidade dos calcários do solo que facilitam a infiltração da água, sendo que a maioria das captações são furos.

Actualmente, o **nível de atendimento** é de 95%, aproximadamente, sendo o volume médio diário de água consumida de 3660 m<sup>3</sup>. Calcula-se que a capitação deva rondar os 166 L/hab-dia. É efectuada a contabilização de consumos e sua cobrança em todos os locais onde há abastecimento domiciliário de água. Os serviços municipalizados têm instalados 10201 contadores na área do concelho. Estima-se que as perdas sejam de 30/35%.

As **redes de distribuição** são, na sua generalidade, constituídas por tubagens de pequeno diâmetro (nas mais antigas este é inferior a 90 mm) cujo traçado acompanha o de arruamentos urbanos (ou vias de acesso local). Alguns troços da rede de distribuição são bastante extensos uma vez que servem zonas de povoamento disperso.

O **tratamento** é efectuada, consoante as necessidades ditadas pelas análises periódicas efectuadas à água para abastecimento, em reservatórios intermédios por um sistema de clorímetros automáticos.

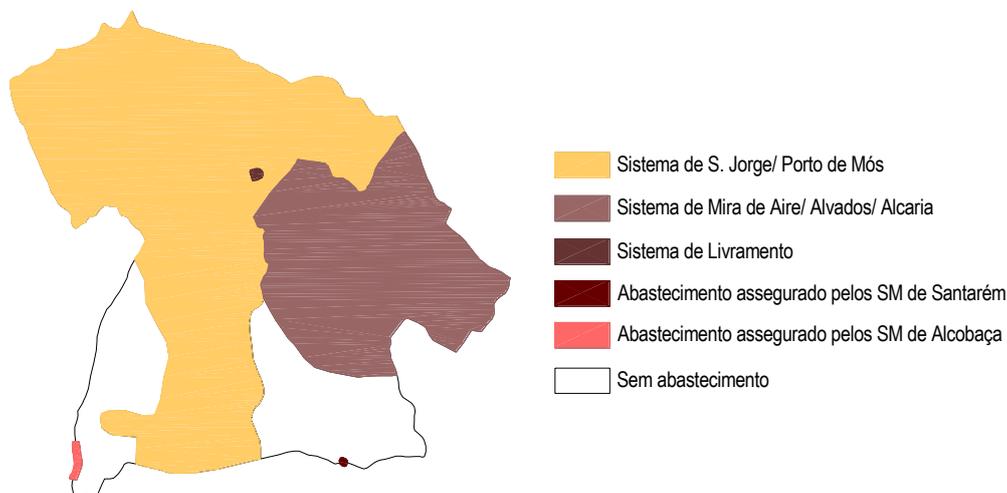
### 11.2.2 Sistemas de Abastecimento de Água

Neste capítulo procede-se à caracterização do sistema de abastecimento de água, nomeadamente no que se refere à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede. Em termos genéricos, e seguindo as designações adoptadas no PDM em vigor, podem identificar-se três sistemas de abastecimento de água:

1. Sistema de S. Jorge/ Porto de Mós/ Mendiga;
2. Sistema de Mira de Aire/ Alvados/ Alcaria;
3. Sistema de Livramento;
4. Captações próprias e Outras Situações.

Algumas povoações do concelho são servidas pelos Serviços Municipalizados de concelhos vizinhos. É caso de Vale Florido (servido pelos S.M. de Santarém) e de Portela de Pereiro e C. de Vale de Ventos (abastecidas pelos CM de Alcobaça).

**Figura 8: Esquema ilustrativo da cobertura do concelhos pelos Sistemas de Abastecimento de Água**



Cada um destes sistemas será tratado de forma diferenciada, por forma a facilitar a sua caracterização e análise. Uma vez que não foram implementadas alterações de fundo à rede de abastecimento de água, o estudo apresentado é baseado no PDM em vigor. De facto, não se procederá à descrição exaustiva da rede, antes remetendo a sua análise para a leitura do PDM em vigor e da Peça Desenhada actualizada no âmbito da sua revisão. A análise foi completada tendo em atenção os elementos fornecidos pela Câmara Municipal e as informações prestadas nas reuniões realizadas. A rede de abastecimento de água (captações, condutas adutoras, reservatórios e acessórios) está representada, de forma esquemática, na Peça Desenhada n.º 13, sendo também apresentadas as alterações que a Câmara Municipal prevê introduzir nos próximos anos.

### 11.2.2.1 Sistema de S. Jorge/ Porto de Mós/ Mendiga

As condutas adutoras deste sistema abrangem a maior parte do território concelhio tendo sido alargadas, face ao que é descrito no PDM em vigor, até São Bento, entre Chão Pardo e Tremoceira, entre Mendiga e Arrabal e em Ribeira de Cima. Desta forma, o sistema de S. Jorge/ Porto de Mós, serve todas as freguesias do concelho à excepção de Mira de Aire, Alvados, Alcária, de parte das freguesias de Alqueidão da Serra e Arrimal e da povoação de Livramento. Associado a 5 zonas de captação, possui, no total, 9 furos, um poço de captação e uma tomada de superfície, estando prevista a implementação de um poço (Chão Pardo, adjudicado), de um furo (Pedreiras, em adjudicação) e de um furo nas proximidades de Casais dos Matos, para reforço do sistema. Veja-se o quadro seguinte:

Quadro 98: Captações - Sistema de S. Jorge/ Porto de Mós

Tipo de Captação	Profundidade (m)	Zona drenante (m)	Caudal (l/s)	Localização	Aquíferos captados
Furo	220	93-216	12,5	Calvaria	Arenitos (Cretácico)
Furo	241	92-237	12,5	Calvaria	Arenitos (Cretácico)
Furo	243	93-238	12	Casais de Matos	Arenitos (Cretácico)
Furo	244	92-239	5,5	Casais de Matos	Arenitos (Cretácico)
Furo	197	96-194	7	Calvaria	Arenitos (Cretácico)
Furo	222	81-219	8,3	Calvaria	Arenitos (Cretácico)
Furo	49	<i>open-hole</i>	35	Fonte de Vais	Arenitos (Cretácico)
Furo	46	<i>open-hole</i>	15	Fonte de Vais	Arenitos (Cretácico)
Furo	280	114-280	11,2	Chão Pardo	Arenitos (Cretácico)
Tomada de superfície	-	-	-	Porto de Mós	Rio Alcaide
Poço	-	-	-	Nascentes do rio Lena	Calcários (Jurássico)

Fonte: elementos fornecidos pela Câmara Municipal (Estudo de Caracterização dos Sistemas de Abastecimento público de Água do Distrito de Leiria)

As condutas adutoras são, salvo algumas excepções em troços mais antigos, de PVC com diâmetros variáveis, tal como se apresenta na Peça Desenhada. No quadro abaixo, apresentam-se os dados disponíveis (PDM em vigor, CM de Porto de Mós) no que concerne aos reservatórios existentes.

À excepção de três (elevados), os reservatórios são semi-enterrados. Aos reservatórios situados em S. Jorge, está associada uma central de bombagem com uma capacidade de 300 C<sub>v</sub>. Aos reservatórios R237, R1 e R13 estão acopladas Estações Elevatórias. Este sistema possui uma capacidade de armazenamento próxima dos 2350 m<sup>3</sup>. Nesta área, estão instalados, aproximadamente, 7370 contadores. Em 2001, foram cobrados 807000 m<sup>3</sup> de água, sendo o consumo médio diário total de 2200 m<sup>3</sup>/dia.

Em Fonte dos Vais o caudal é reforçado pela água captada nos furos existentes em Pinheiros – Casal do Marra, concelho da Batalha, podendo verificar-se a situação inversa - reforço do abastecimento da Batalha.

Estão previstas algumas alterações à rede, nomeadamente a sua ampliação até Fontainhas e até à zona S/SE do concelho, bem como a implementação de outra ligação, com origem em Bouceiros, e de uma ligação entre Bezerra e Vale de Espinho.

**Quadro 99: Reservatórios - Sistema S. Jorge/ Porto de Mós/ Mendiga**

ID	Localização	Capacidade (m <sup>3</sup> )	Tipo
R1	Pragais	200	semi-enterrado
R2	Pragais	2x50	semi-enterrado
R3	Cabeço dos Carvalhos	2x100	semi-enterrado
R7	Marinha de Baixo	100	semi-enterrado
R9	Mendiga	100	semi-enterrado
R11	Cabeça Veada	100	semi-enterrado
R13	Arrabal	2x100	semi-enterrado
R14	Arrabal	100	semi-enterrado
R20	Portela de Vale de Espinho	100	semi-enterrado
R21	Cabeço Gordo	2x150	semi-enterrado
R23	Codaçal	100	semi-enterrado
R27	S. Bento	2x150	semi-enterrado
R45	Cruz da Légua	2x100	semi-enterrado
R55	Juncal	2x100	semi-enterrado
R57	Cruz da Légua	300	elevado
R80	Corredoura	300	semi-enterrado
R94	Ribeira de Cima	50	semi-enterrado
R98	Porto de Mós	250	semi-enterrado
R98A	Porto de Mós	500	semi-enterrado
R100	Alqueidão da Serra	100	semi-enterrado
R111	Fonte do Oleiro	50	semi-enterrado
R237	Chão Pardo	2x100	semi-enterrado
R	Andáinhos	50	elevado
R	S. Jorge	300	elevado

Fonte: Câmara Municipal de Porto de Mós

### 11.2.2.2 Sistema de Mira de Aire/ Alvados/ Alcaria

Este sistema é abastecido por uma única captação, situada em Olho de Água, constituída por um poço com galeria (profundidade – 110 metros) que possui acoplada uma Estação Elevatória.

Este sistema garante o abastecimento, através de três ramos de adutoras (em Fibrocimento – mais antigas - e PVC, com diâmetros de 110 e 90 mm, respectivamente), aos núcleos populacionais de Mira de Aire, Alvados, Alcaria e Minde (no concelho de Alcanena), bem como a outros de menores dimensões. No quadro abaixo, apresentam-se os dados disponíveis no que se refere à capacidade de armazenamento de água para abastecimento. O reservatório enterrado situado na zona baixa de Mira de Aire (capacidade de 600 m<sup>3</sup>) tem acoplada uma Estação Elevatória, o que também se verifica no reservatório situado no Covão da Carvalha (que abastece todos os outros reservatórios deste sistema). Do reservatório situado em Barreira do Cume (associado

a uma estação de bombagem), sai uma conduta para abastecer o reservatório das Grutas de St. António. O sistema de Mira de Aire/ Alvados/ Alcaria é reforçado pela EPAL, no mínimo, com 1000 m<sup>3</sup>/dia.

**Quadro 100: Reservatórios – Sistema de Mira de Aire/ Alvados/ Alcaria**

ID	Localização	Capacidade (m <sup>3</sup> )	Tipo
R183	Cabeço do Bezerril	100	semi-enterrado
R199	Casal Duro	100	semi-enterrado
R204	Alto de Alvados	2x100	semi-enterrado
R204A	Alcaria (Castanhal)	2x100	semi-enterrado
R202	Covão da Carvalha	2x50	semi-enterrado
R	Barreira do Cume	50	semi-enterrado
R	Grutas de St. António	100	semi-enterrado
R	Piçarreira	250	semi-enterrado
R	Mira de Aire	2x50	semi-enterrado
R	Mira de Aire	600	enterrado
R	Mira de Aire	250	semi-enterrado

Neste sistema foram instalados 2530 contadores, aproximadamente, tendo sido contabilizado e cobrado um consumo total de 300 000 m<sup>3</sup>, em 2001, o que equivale a 821 m<sup>3</sup>/dia.

#### 11.2.2.3 Sistema de Livramento

No caso específico do Livramento (S. João Baptista) não pode falar-se em adução uma vez que a conduta que liga o furo de captação ao reservatório (R102) é bastante reduzida. Este sistema é abastecido por um furo que permite retirar um caudal de 2 l/s, possuindo, inclusivamente, uma pequena bomba (dados do PDM em vigor). Em 2001, foram consumidos e cobrados 4916 m<sup>3</sup> no Livramento.

#### 11.2.2.4 Captações Próprias e Outras Situações

Alguns dos aglomerados do concelho de Porto de Mós, são abastecidos por captações próprias (Arimal – 194 contadores instalados e um consumo, em 2001, de 13191 m<sup>3</sup> - e pequenos aglomerados na sua proximidade) ou por outros concelhos (Portela do Pereiro – abastecido por Alcobaça, Vale Florido – abastecido pelos S. M. Santarém). É de realçar, ainda, facto de que o concelho de Porto de Mós vende água a Leiria para abastecimento da povoação de Porto Carro.

### 11.3 INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

#### 11.3.1 Considerações Gerais

Os problemas ambientais resultantes da produção de resíduos são vários e complexos. Mas, além de serem uma potencial fonte de poluição, os resíduos podem constituir recursos naturais secundários com consequências

económicas e efeitos ambientais directos de relevância fundamental no delinear de estratégias económicas, de desenvolvimento tecnológico e de consumo.

A drenagem e o tratamento de águas residuais são um grave problema a nível nacional. Situações de contaminação das águas (usualmente por falta de tratamento ou tratamento deficiente) e de solos (por saturação) são ainda comuns.

Neste sub-capítulo procede-se a uma breve caracterização das redes de drenagem de águas residuais no concelho de Porto de Mós, bem como dos equipamentos e métodos aplicados a estes resíduos.

Nos últimos anos, foram introduzidas várias melhorias ao sistema de drenagem e tratamento de águas residuais que passaram, por exemplo, pela implementação de rede de drenagem em S. Jorge e em Cruz da Léguas/Tremoceira e pela completação da rede nas proximidades do Juncal e na zona de Porto de Mós/ Ribeira de Cima/ Figueiredo.

### **11.3.2 Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais**

Por forma a melhor perceber que evolução experimentou o sistema de drenagem e tratamento de águas residuais desde a elaboração do PDM em vigor, passa a resumir-se a situação descrita neste documento (Abril 1993):

- Porto de Mós, Juncal e Calvaria de Cima possuíam redes separativas de águas residuais, sendo que os efluentes de da vila do Juncal eram lançados directamente para uma linha de água uma vez que não existia qualquer infraestruturas de tratamento;
- Quer Alqueidão da Serra, quer Mira de Aire, estavam servidas por redes de drenagem de esgotos domésticos, ainda que nenhuma delas estivesse em funcionamento. No primeiro caso, a rede era muito recente e aguardava a construção da ETAR, e, no segundo caso, só parte do aglomerado havia sido abrangida pela rede (zona antiga) implementada há mais de 25 anos, sem que nunca tivesse sido posta em funcionamento;
- Só o Bairro de São Miguel, em Porto de Mós, era servido por uma rede de drenagem de águas pluviais;
- Nas restantes áreas do concelho, a eliminação de esgotos domésticos, industriais e outros (por exemplo, de suiniculturas e de unidades de extracção de inertes) processava-se por meio de fossas individuais, com consequências ambientais gravíssimas, particularmente na zona do Maciço Calcário Estremenho, onde, as características do solo – calcário – facilitam a infiltração de sedimentos, contribuindo para a contaminação de aquíferos subterrâneos;

- Relativamente ao tratamento de águas residuais era apontada a existência de 2 Estações de Tratamento de Águas Residuais: (1) ETAR situada no concelho de Batalha - recebia e tratava (arejamento prolongado) os efluentes de Porto de Mós, Corredoura e Calvaria de Cima; (2) ETAR de Porto de Mós – possuía um tanque Imhoff com leito percolador, mas o seu funcionamento era deficiente e a sua localização inadequada (muito próxima da Vila).

Eram apontadas como melhorias a introduzir:

- A expansão da rede de drenagem de Porto de Mós, por forma a acompanhar a expansão urbana da localidade, actualmente já em fase de Projecto de Execução;
- A construção da nova ETAR de Porto de Mós (e do respectivo Emissário), com localização prevista a cerca de dois quilómetros a Norte da Vila;
- A construção da ETAR da Vila do Juncal (valas de oxidação), já iniciada;
- A construção da rede de drenagem (já com Projecto de Execução) da Tremoceira/Cruz da Léguas (parte) e, futuramente, da respectiva ETAR;
- A construção da ETAR de Alqueidão da Serra;
- A construção da rede de drenagem de Mira de Aire, já com Projecto de Execução actualizado;
- O estudo da solução mais adequada para o tratamento dos efluentes residuais de Mira de Aire.

Recentemente, e por forma a fazer frente aos elevados níveis de poluição urbana e industrial que se verificam na bacia do rio Lis, foi criado, nos termos do regime contido na Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, o sistema multimunicipal de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e agro-industriais gerados nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós - **Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes nos concelhos englobados pela bacia hidrográfica do Rio Lis (SIMLIS)**. Criada pelo D. L. n.º 543/99, de 13 de Dezembro, esta sociedade tem por titulares originários os 5 concelhos abrangidos (Batalha (1,56%), Leiria (15,3%), Marinha Grande (9,89%), Ourém (1,64%) e Porto de Mós (1,62%)), a IPE – Águas de Portugal, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (com 51% do capital) e a IPE – Capital (com 19% do capital social). As participações de cada uma das câmaras municipais no capital da SIMLIS é proporcional ao nível de caudal de esgotos/efluentes produzido por cada um dos municípios a ser captado pelo Sistema de Tratamento e, posteriormente, drenado para o Rio Lis, em condições de equilíbrio com o meio ambiente. Os principais objectivos da SIMLIS prendem-se com a construção, a extensão, a reparação, a renovação e a melhoria das obras e equipamentos necessários ao desenvolvimento das acções a que se propõe. Este sistema terá como principais componentes 13 Estações de Tratamento de Águas Residuais, 15 Estações Elevatórias e, aproximadamente, 325 Km de Emissários. Uma vez implementado o sistema, a SIMLIS, S.A., permanecerá com a responsabilidade da sua gestão, como empresa concessionária até 2029.

Desta forma, nos últimos anos foram já **introduzidas ao sistema algumas melhorias**, quer pela Câmara Municipal de Porto de Mós, quer pela SIMLIS, estando **previstas** outras a que se fará referência. Destaquem-se, então:

- Foi ampliada a rede de Porto de Mós/ Ribeira de Cima/ Figueiredo (Câmara Municipal);
- A ETAR do Juncal, cuja construção havia sido já iniciada, irá agora ser remodelada, sensivelmente no mesmo local (adjudicada – SIMLIS);
- A rede de drenagem de Cruz da Légua/ Tremoceira está já executada (Câmara Municipal), sendo que, parte desta rede será, em breve, abrangida por um sistema de tratamento (ETAR de Pedreiras – adjudicada – SIMLIS);
- A ETAR de Porto de Mós foi desactivada, estando previsto que os efluentes de Minde e Porto de Mós sejam canalizados para uma ETAR inter-municipal fora do concelho (SIMLIS);
- Foi executada a rede de drenagem de S. Jorge (CM), estando em fase de adjudicação o emissário que vai ligar ao emissário da Batalha (SIMLIS);
- Está em fase de execução o colector que irá estabelecer a ligação Porto de Mós – Leiria; Este colector está dimensionado para receber, no futuro, os esgotos de Serro Ventoso (SIMLIS);
- A ETAR que servia Calvaria de Cima/ Batalha será desactivada e ligada ao sistema SIMLIS (em execução física);
- Os efluentes de Arrimal/ Mendiga serão conduzidos, em parte, para o emissário de Porto de Mós, sendo o restante tratado na ETAR a implantar nas proximidades de Serro Ventoso (ETAR Mista – tratamento de efluentes domésticos e de resíduos provenientes das suiniculturas);
- Está prevista a instalação de ETAR's compactas em Alvados e Alcaria;
- Está prevista a instalação de infraestruturas de drenagem e de tratamento de águas residuais em São Bento.

Desconhecem-se quais as intervenções previstas pela SIMLIS para Alqueidão da Serra e Mira de Aire no que diz respeito à drenagem e ao tratamento de efluentes.

## 11.4 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

### 11.4.1 Considerações Gerais

A nível nacional, a principal carência verifica-se no tratamento de resíduos sólidos, existindo vários aterros, projectados para funcionar como tal, mas constituindo, alguns deles, meras lixeiras sem controlo sanitário.

De acordo com a legislação nacional e comunitária é possível definir três linhas estratégicas a seguir nesta área:

- Implementar mais unidades de valorização de matéria orgânica, seguindo o estipulado na Directiva Aterros;
- Criar condições para que se proceda à reciclagem/ valorização dos resíduos de embalagem, investindo na sensibilização das populações, na eficiência das estruturas de recolha selectiva e de triagem, assim como na investigação, para que cada vez mais resíduos possam ser reciclados;
- Garantir que as infraestruturas de tratamento, entretanto construídas, são geridas de forma adequada, reforçando a fiscalização/ inspecção e o recurso a auditorias externas certificadas por entidades certificadas.

#### 11.4.2 Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

Toda a área do concelho de Porto de Mós se encontra coberta pelo sistema de recolha e tratamento de Resíduos Sólidos. Esta componente das Infraestruturas Urbanas está a cargo da **Valorlis** - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., criada a 6 de Agosto de 1996, pelo D.L. n.º 116/96. Esta é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós. O seu objectivo é realizar a valorização e o tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Alta Estremadura. A acção desta empresa tem sido sobremaneira importante na melhoria da qualidade ambiental da região. Das medidas entretanto implementadas destacam-se:

- O encerramento de todas as lixeiras existentes nos concelhos abrangidos;
- A implementação um sistema de tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos através da construção de um aterro sanitário;
- A instalação de um sistema de recolha selectiva de embalagens para reciclagem eficiente;
- A construção de uma unidade de triagem junto ao aterro sanitário.

Os resíduos dos concelhos de Batalha, de Porto de Mós, de Ourém e de Pombal são depositados, numa primeira fase, em 3 estações de transferência (por forma a diminuir o movimento dos camiões de recolha), e, só posteriormente, transferidos para o Aterro Sanitário Inter-municipal. Nestas estações, procede-se a uma primeira compactação dos resíduos. O sistema Integrado de Gestão de RSU assim constituído trata dois tipos de resíduos: recicláveis e não recicláveis. Os primeiros são depositados pela população nos Ecopontos distribuídos pela área dos seis concelhos e, uma vez recolhidos pela Valorlis, são entregues a fábricas de reciclagem (papel,

**Fotografia 55: Deposição de RSU no Aterro Sanitário de Leiria**



Fonte: [www.valorlis.pt](http://www.valorlis.pt)

embalagens de cartão, de vidro, de metal e de plástico). Os resíduos não recicláveis são depositados nos contentores para “lixo normal” (verdes) e, uma vez recolhidos pela Câmara Municipal, são conduzidos à Estação de Compactação (onde são enfardados) e, finalmente, colocados em Aterro Sanitário.

O aterro sanitário da Valorlis, construído na fronteira entre os concelhos de Leiria e Marinha Grande, obedece a todos os critérios de boa gestão ambiental, sendo constituído por uma área de instalações de apoio (edifício técnico/ administrativo, unidade de triagem – para separação dos RSU -, ecocentro e unidade de tratamento complementar – compactação), três células de deposição de RSU e uma ETAR (onde é realizado o pré-tratamento dos lixiviados). À medida que as células de deposição forem sendo preenchidas, a Valorlis procederá à sua recuperação natural, através da criação de espaços verdes e da sua integração paisagística no meio envolvente.

A recolha do “lixo normal” está a cargo da Câmara Municipal de Porto de Mós, que tem em operação 3 viaturas pesadas, cada uma com uma equipa constituída por um motorista e dois cantoneiros:

**Viatura OC-49-00, Mercedes Benz 1617 CK/39, de 1988**

Sistema de caixa com tambor rotativo; Capacidade - 7.100 Kg;

Zona 1

2ª feira/ 6ª feira – Vila de Porto de Mós – Ribeira de Cima – Bairro de S.Miguel – Corredoura;

3ª feira/ 5ª feira - Vila de Porto de Mós – Tojal de Cima – Tojal de Baixo – Pragosa – Eiras da Lagoa – Fonte dos Marcos – Fonte do Oleiro – Casais de Baixo – Tourões – Pedreiras – Casal Boieiro – Pé da Serra – Vale Travelho – Esparrela;

4ª feira – Vila de Porto de Mós – Ribeira de Cima – S. Miguel – Ribeira de Baixo – Anaia – Corredoura – Amarela – S.Jorge (E.N n.º 1, do Cruzamento de S.Jorge até ao Concelho da Batalha).

**Viatura 36 – 07-BA, Mercedes Benz 1717 K/39 (652 117), de 1992**

Sistema de caixa com tambor rotativo; Capacidade - ± 7 ton.

Zona 3 e Zona 5

2ª feira – Chão da Feira – Moitalina – Cruz da Légua – Cumeira – Boieira- Juncal - Vale de Água- Portela- Casais de Matos - Calvaria de Cima;

3ª feira - Serro Ventoso – Mato Velho – Poio – Casal Velho – Casais do Chão – Lagar Novo – Marinha da Mendiga – Mendiga – Alqueidão de Arrimal – Arrimal – Bemposta – Cabeça Veada;

4ª feira – Moitalina – Cruz da Légua – Albergaria – Cumeira – Chão da Feira – Casal da Luísa – Casal da Fonte– Azoio – D’Inês - Juncal;

5ª feira – Calvaria-Casais de Além, Casal Ruivo, Casais Garridos - Andam- Picamilho – Andainho - Casal do Alho -Chão Pardo-Serro Ventoso - Mato Velho, Lagar Novo, Mendiga – Bezerra;

6ª feira – Moitalina - Cruz da Légua –Albergaria - Cumeira- Boieira – Juncal - Casais de Matos – Calvaria.

**Viatura 23 – 69-MV, M.A.N 18264 LC K001, de 1999**

Sistema com caixa de sistema prensa de compactação; Capacidade - 9 ton.

Zona 2

2ª feira – Mira de Aire – Alqueidão da Serra;

3ª feira - Mira de Aire – Alcaria – Alvados;

4ª feira – Mira de Aire– Covão da Carvalha – Casal Duro – Valongo – Bouceiros – Demó – Barrenta– Covas Altas – Casais dos Vales, Covão de Oles - Vales;

5ª feira – Mira de Aire – Alcaria – Alvados - Livramento;

6ª feira - Mira de Aire – Alqueidão da Serra.

Aos Sábados folga um dos 3 veículos, sendo que os restantes recolhem os resíduos da zona 2 (apenas a Vila de Mira de Aire), da zona 1 (apenas a Vila de porto de Mós) e da zona 4 ( Freguesia de S. Bento e parte da freguesia de Serro Ventoso). Enquanto uma viatura faz a recolha em Mira de Aire e em Porto de Mós, a outra percorre a zona da Serra (S. Bento, Stº António, Alvados e Tremoceira). A viatura folga no Sábado, faz um acréscimo de trabalho na terça-feira seguinte (S. Bento, Serro Ventoso, Grutas e Tremoceira).

**Quadro 101: RSU - Capacidade do sistema, por zonas**

	Capacidade	n.º
<b>Zona 1</b> - Porto de Mós - Pedreiras - São Jorge	1100	275
	800	122
	100	130
	TOTAL	527
<b>Zona 2</b> - Mira de Aire - Alqueidão da Serra - Alcaria - Alvados - Livramento	Capacidade	n.º
	1100	241
	800	70
	100	103
TOTAL	414	
<b>Zona 3</b> - Pedreiras - Calvaria - Juncal - Serro Ventoso - Mendiga - Arrimal	Capacidade	n.º
	1100	304
	800	108
	100	160
TOTAL	572	
<b>Zona 4</b> - Serro Ventoso - Chão de Pias - S. Bento	Capacidade	n.º
	1100	275
	800	122
	100	130
TOTAL	527	
<b>Zona 5</b> - Porto de Mós - Pedreiras - São Jorge	Capacidade	n.º
	1100	42
	800	26
	100	66
TOTAL	134	
<b>Zona 6</b> - Restaurantes das grutas de St.º António - Alvados - Tremoceira	Capacidade	n.º
	1100	28
	800	14
	100	18
TOTAL	60	

Resumindo, em Porto de Mós e Mira de Aire, é efectuada a recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos em todos os dias da semana, à excepção do Domingo. Na vila do Juncal, a recolha é realizada três vezes por semana. Nas freguesias de São Bento e Serro Ventoso, os veículos camarários só recolhem o lixo uma vez por semana e nas restantes freguesias duas vezes.

A deposição destes resíduos é efectuada em contentores espalhados pelas diversas zonas de recolha, num total de 890 contentores de 1100 L, 340 contentores com 800 L (destes, 60 são em chapa), e 477 contentores de 100 L.

Como se referiu, a Valorlis colocou, nos seis concelhos abrangidos, diversos EcoPontos, onde é feita a recolha dos resíduos recicláveis. No concelho de Porto de Mós existem, no total, 45 EcoPontos (vidrão, papelão e embalagens) a que se somam mais 11 Vidrões (as pilhas e as baterias são depositadas directamente no Ecocentro).

Existem ainda 10 oliões para recolha de óleos queimados e domésticos, recolhidos pela Auto-Vila (Leiria).

Fotografia 56: EcoPonto - Mira de Aire



A recolha de “*monstros domésticos*” ou “*monos*” (objectos de grandes dimensões que não cabem nos contentores disponíveis – por exemplo, mobílias, electrodomésticos ou colchões) é efectuada pela Câmara Municipal, mediante pedido telefónico dos interessados (que devem colocar o objecto a ser recolhido junto ao contentor que lhes é mais próximo), podendo, ainda, proceder-se directamente à sua deposição no Ecocentro existente na Unidade de Transferência - Alcanadas/ Mendigos.

Por forma a alertar a população para a recolha selectiva de resíduos e para a necessidade de proceder ao seu tratamento/reciclagem têm sido realizadas **acções de sensibilização** que compreenderam a publicação de anúncios em jornais, o envio de brochuras a todos os habitantes dos concelhos abrangidos pelo sistema, a realização de acções de rádio, a entrega de brindes (p. ex. do CD – Fiscais do Ambiente, direccionado às camadas mais jovens da população) e a realização de concursos de índole ambiental.

Na Peça Desenhada relativa à Recolha e ao Tratamento de Resíduos Sólidos as informações são apresentadas por aglomerado, tornando a sua leitura mais fácil.

## 11.5 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS

### 11.5.1 Considerações Gerais

O processo de avaliação das infraestruturas eléctricas, de comunicação e gasistas a efectuar no âmbito da 1ª revisão do Plano Director Municipal deve atender, essencialmente, à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.

Nesta perspectiva as infraestruturas eléctricas, de comunicação e gasistas (IECG's) não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes se constituindo num factor quantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a existência de IECG de qualidade, fiáveis e a preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atractibilidade do espaço físico a ser ocupado por potenciais investidores.

A operacionalização da gestão integrada destas infraestruturas no contexto autárquico passa, então, pela constituição de um órgão de coordenação e consulta entre as distribuidoras e a autarquia, visando a tomada de decisões e a definição de estratégias de desenvolvimento em tempo útil.

No âmbito do Plano Director Municipal o interesse destas condicionantes prende-se particularmente com a definição de Condicionantes, não sendo elaborados propostas uma vez que a introdução de melhorias é da competência das entidades gestoras.

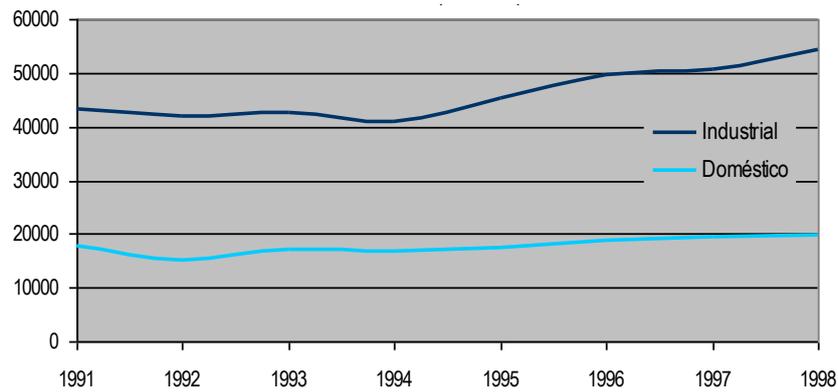
### 11.5.2 Infraestruturas Eléctricas

O concelho de Porto de Mós está dotado de infraestruturas eléctricas capazes de satisfazer as necessidades da população, embora necessite urgentemente de obras de renovação, uma vez que têm havido cortes de energia com alguma regularidade.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos consumos doméstico e industrial de electricidade no concelho de Porto de Mós, no período compreendido entre 1991 e 1998. Repare-se que, em 1998, o consumo doméstico de electricidade representava cerca de 22% do consumo total e o consumo industrial aproximava-se dos 61%. O restante dizia respeito a consumos relacionados com o sector agrícola e com a iluminação de edifícios de Estado e de Utilidade Pública e das vias públicas. Tanto o consumo industrial como o doméstico têm vindo a aumentar gradualmente, ainda que o aumento do consumo industrial tenha apresentado uma tendência de crescimento mais acentuada (neste concelho, o sector industrial assume grande importância face aos restantes).

O mesmo se passa com o número de consumidores.

**Gráfico 35: Evolução do Consumo de Electricidade em Porto de Mós (1991-1998)**



Fonte: INE, Portugal em Números

Não foi, ainda, possível obter junto da entidade responsável (EDP Distribuição) dados actualizados dos consumos (por tipo de consumo) e das características da rede de distribuição.

### 11.5.3 Infraestruturas de Comunicação

De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, em 1999, era este o serviço prestado no concelho de Porto de Mós pela Portugal Telecom:

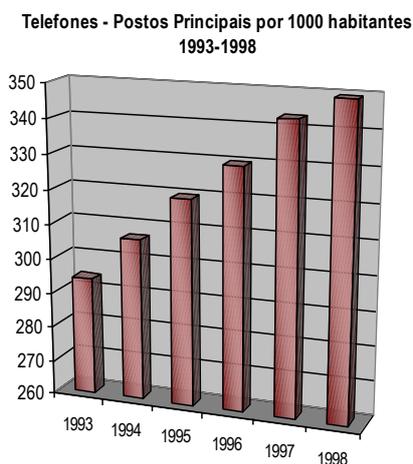
**Quadro 102: Parques de Telefones e Acessos RDIS da Portugal Telecom 1999**

Postos telefónicos principais (acessos)				Telefones per capita
Analógicos			Digitais	
Principais		Públicos		
Residenciais	Profissionais			
6708	1477	61	464	0,4

Fonte: INE

De 1993 para 1999, o número de postos telefónicos principais por cada 1000 habitantes passou de, aproximadamente, 294.09 para 349.1, o que, a não constituir uma alteração significativa, é compreensível, já que, nas povoações mais pequenas do concelho, as pessoas mantêm ainda o hábito de “usar o telefone” do vizinho ou o posto público que serve o aglomerado.

Gráfico 36: Evolução do número de postos telefónicos principais por 1000 habitantes



Fonte: INE

Foram pedidas informações à Portugal Telecom, bem como às operadoras móveis (Vodafone, Optimus e TMN), no sentido de avaliar o grau de cobertura, mas não foi obtida qualquer resposta. Desta forma, se recepcionados os dados necessários, completar-se-á esta análise na próxima fase.

#### 11.5.4 Infraestruturas Gasistas

Parte do concelho de Porto de Mós é servida pela rede de Gás Natural implementada pela Lusitânia Gás. A rede existente serve apenas as áreas de Calvaria de Cima/ Juncal/ Cruz da Léguas/ parte de Porto de Mós. Como se referiu, estas infraestruturas serão incluídas nesta 1ª revisão no âmbito das Condicionantes Urbanísticas, sendo que o traçado da rede será representado na Peça Desenhada relativa às *Outras Condicionantes*.

Além desta condicionante, também o gasoduto que atravessa o concelho, será considerado assim que se consigam obter as informações necessárias junto da entidade gestora (Transgás).

#### 11.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

Apesar de, nos últimos anos, terem sido postas em prática algumas melhorias, quer pela gestão autárquica, quer pelas empresas entretanto criadas (SIMLIS e Valorlis), e de estarem previstas outras tantas de uma importância vital para a gestão integrada e sustentada dos sistemas de infraestruturas urbanas em causa e do meio ambiente, são de apontar alguns condicionalismos a que urge dar resposta, nomeadamente: (i) a inexistência de rede de abastecimento de água em alguns locais do concelho; (ii) a inexistência de infraestruturas de tratamento de água para abastecimento adequadas, já que o sistema utilizado, além de não permitir uma monitorização atenta da qualidade da água, pode ser insuficiente em caso de contaminação dos aquíferos subterrâneos; (iii) a necessidade de proceder à renovação de algumas redes de distribuição de água que já vão apresentando deficiências; e (iv) a inexistência de rede de drenagem e de tratamento de águas residuais em alguns pontos do

concelho, que induz à utilização de fossas sépticas individuais, situação que, nomeadamente, nas zonas do Maço Calcário, poderá conduzir à contaminação dos aquíferos subterrâneos por infiltração de matéria orgânica.

## ANEXO - PRETENSÕES E SUGESTÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA PÚBLICA

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
1	Cerâmica Condestável Lda	Juncal	REN	Zona Extractiva	- Por existirem, nesses terrenos, pedreiras de argila a meia exploração, e muito ricas em argila
2	Joaquim Vieira	Alqueidão da Serra	REN	Incluir em Perímetro Urbano	- As zonas confinantes encontram-se construídas e não se justifica a existência de uma "ilha" entre áreas Urbanas e por ser uma zona privilegiada pelas acessibilidades.
3	Lisa Vieira	Porto de Mós	Zona Verde de Integração	Área Urbanizável	- Para a construção de uma piscina e campo de ténis
4	Freguesia Alqueidão da Serra	Alqueidão da Serra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de um pequeno parque industrial (não poluentes) na zona do Vale da Sobreira</li> <li>- Reduzir a REN/RAN para permitir o aumento dos perímetros urbanos</li> <li>- Passar algumas zonas de REN a Urbanas</li> <li>- Alargar perímetros: Barreiro da Lage, Tojeira, Casais dos Vales, Covões de Oles, Covas Altas, Demó, Boceiros, Valongo e Casal Duro</li> <li>- Afastar a REN cerca de 100m das construções já existentes</li> <li>- Estudo para a área das pedreiras</li> <li>- Prever uma maior área de protecção às escolas da freguesia, com direito de opção na aquisição dos terrenos vizinhos pela autarquia.</li> <li>- Desanexar da rede Natura 2000 as novas áreas urbanas, as de exploração de pedreiras e industrial e também caminhos e estradas que sejam fundamentais e acessos para combate a fogos.</li> <li>- Rever IUB, sugerindo 50% em vez de 30% de Al.</li> <li>- Integrar a freguesia toda no parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros.</li> <li>- Elaborar um PP para a Freguesia</li> <li>- Estudar a possibilidade de um Plano de Florestação para a freguesia</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pela proximidade à rede de esgotos que está a ser implementada pela SIMLIS</li> <li>- Necessidade natural de expansão</li> <li>- Para um planeamento urbanístico segundo padrões modernos e funcionais</li> <li>- São zonas que se encontram em franco desenvolvimento</li> </ul>
5	José Amado Carvalho	Porto de Mós	REN	Espaço Urbano	- Terrenos localizados numa zona de expansão habitacional onde se tem verificado um aumento significativo na construção, e onde recentemente foi construído um loteamento para moradias, estando, assim, toda a zona dotada de infraestruturas
6	Pedro Carreira Crespo	Matas, Porto de Mós (S. Pedro)	Espaço Florestal de produção condicionada	Uma faixa de 50m ao longo do caminho seja Espaço Urbano ou Urbanizável	- Por o terreno se encontrar junto a espaço urbano e ter acesso directo a caminho público com todas as infraestruturas excepto saneamento
7	Pedro Carreira Crespo	Rodeiro, Pedreiras	Aptidão Agrícola	Espaço Urbano ou Urbanizável	- Por o terreno se encontrar junto a espaço urbano e ter acesso directo a caminho público com todas as infraestruturas excepto saneamento
8	Carlos Rodrigues Vala	Porto de Mós (S. Pedro)	Aptidão Agrícola /REN	RAN	- A área é plana por isso não pode estar em risco de erosão

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
9	Maria de Lurdes Conceição Horta	Vale da Carreira/Juncal	Aptidão agrícola	Espaço Urbanizável	- Por o terreno se encontrar a 40m de moradias existentes e ter acesso directo a caminho público com todas as infraestruturas excepto saneamento
10	Rui Manuel Conceição Horta	Pouço Mourinho, Juncal	Espaço Agrícola /RAN	Espaço Urbanizável	- Por localizar-se a pouca distância do limite urbano
11	José Carreira Crespo	Covadas, Porto Mós (S.Pedro)	Aptidão Agrícola/ REN	Espaço Urbanizável	- Por se considerar a construção do Parque industrial municipal e pela existência de infraestruturas
12	Manuel Rosa Frazão	Mal Casada, Alqueidão da Serra	Espaço agro-silvo-pastorais /REN	Espaço Urbanizável	- O terreno confina com dois prédios já existentes havendo apenas a separação da estrada
13	Manuel Rosa Frazão	Comeiras, Alqueidão da Serra	Espaço agro-silvo-pastorais /REN	Espaço Urbano	- O terreno encontra-se classificado indevidamente, por nele existir uma suinicultura com diversos pavilhões construídos, e existirem construções recentes a cerca de 40m do limite destes terrenos.
14	António José da Silva Crachat	Porto de Mós (S.João)	RAN/REN	Espaço Urbano	-
15	João Paulo Pereira Vieira	Sítio da Casinha, Porto de Mós(S.João)	Aptidão agrícola/ RAN	Espaço Urbanizável	- Visto o terreno possuir todas as infraestruturas necessárias excepto saneamento, e está inserido num espaço rodeado de moradias existentes e afastado cerca de 200m do aglomerado urbano.
16	José Manuel Conceição Saloio	Carrascosa, Pedreiras	Aptidão agrícola	Espaço Urbanizável	- Dado o forte desenvolvimento no local e consequente aumento de indústrias.
17	Carlos Manuel Nogueira da Silva	São Jorge, Calvaria de Cima	Aptidão agrícola e zona urbana	Faixa de 200m // à EN passe a urbano	- Tenciona instalar uma oficina para desmontagem e reciclagem de viaturas nessa ampliação de espaço urbano
18	Emílio da Silva Neto	Covadas, Porto de Mós (S.Pedro)	Aptidão agrícola/ REN	Espaço Urbanizável	- Por se considerar que a construção do Parque industrial municipal e existência de infraestruturas
19	Pedro Carreira Crespo	Rodeiro, Pedreiras	Aptidão agrícola	Espaço Urbano ou Urbanizável	- O terreno tem acesso directo a caminho público com todas as infraestruturas excepto saneamento
20	Joaquim Vieira Pragosa	Bom sucesso, Porto de mós (S.Pedro)	REN	Espaço Urbano	- Prevê-se proceder a construções nesse prédio
21	Joaquim Vieira Pragosa	Cabeceiras, Calvaria de cima	RAN	Espaço Urbano	- Prevê-se proceder a construções nesse prédio
22	Joaquim Vieira Pragosa	Bom sucesso, Porto de mós (S.Pedro)	REN	Espaço Urbano	- Prevê-se proceder a construções nesse prédio
23	Airemármores- extracção de mármore, Lda	Poço da Chainça, Serro Ventoso	Ampliação da área da industria extractiva até abrangerem 10166m <sup>2</sup>		- Por ser a área viabilizada para a instalação da pedra pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
24	Mármore Garcogel, Lda	Chão de Pias, Serro Ventoso	Ampliação da área da industria extractiva até abrangerem 16000m <sup>2</sup>		- De modo a abrangerem as formações calcárias da área e visto ser uma região do maciço calcário estremo e ter um potencial para o abastecimento em Semirijo da industria de transformação de rochas.
25	Margarida Santos Miguel	Pedreiras	RAN/REN	Espaço Urbano	- Para poder construir uma habitação
26 <sup>A</sup> , B e C	Armando Silva Carreira	Alqueidão da Serra	REN	Espaço Urbano	- Para requer licenciamento de construções novas e reconstrução das existentes.

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
27	Mármorez Garcogel, lda	Serro Ventoso	Ampliação da área da industria extractiva		- Para vir a abranger a área da pedreira de "Cabeço Vedeiro" e zona envolvente, de modo a constar na PAC e na PO para o PNSAC viabilizar a pedreira
28	Mármorez Garcogel, lda	Serro Ventoso	Ampliação da área da industria extractiva para um total de 39300m <sup>2</sup>		- A pedreira já está licenciada (31/08/92), nº5490 Cabeço Gordo, é para fazer constar nas plantas PAC e PO
29	Júlio Rino Pereira	Calvaria de Cima	RAN/REN	Espaço Urbano	- Fazer novas construções junto da sua casa de habitação
30	Empresa Marcelino Vicente Martins	Arrimal	Inserir na PAC e PO pedreira "Salgueira" em fase de licenciamento com 7600m <sup>2</sup>		- Porque está em fase de viabilização e é para constar na presente revisão do PDM
31	Imobatalha, Imobiliária, lda	Calvaria de Cima	Integrar toda a parcela em espaço urbano e não parcialmente		- Contorno pouco precisos, uma vez que o seu terreno é abrangido por espaço urbano e rústico
32	José Alves Rodrigues	Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
33	José Alves Rodrigues	Covão de Oles, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
34	José Alves Rodrigues	Casais dos Vales, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
35	José Alves Rodrigues	Borda da Ladeira, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
36	José Alves Rodrigues	Lombo, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
37	José Alves Rodrigues	Talhos, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
38	José Alves Rodrigues	Lombo, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
39	José Alves Rodrigues	Talhos, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
40	José Alves Rodrigues	Talhos, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
41	José Alves Rodrigues	Borda da Ladeira, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
42	José Alves Rodrigues	Lombo, Sobreirinho, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
43	José Alves Rodrigues	Carvalinhos Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
44	António Vieira	Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		- Por se situar inserido num aglomerado disperso, ser servido de infraestruturas de arruamento, energia eléctrica, abastecimento de água e rede de telefones e por não se encontrar em zona húmida ou baixo.
45	Maria Vieira da Fonseca	Porto de Mós (S. Pedro)	RAN/REN	Espaço Urbano	- Pretende construir uma habitação

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
46	Atlantis Móveis, Lda	Calvaria de Cima	Zona Industrial		- Por no local já existir uma unidade industrial, assim como infraestruturas que englobam cabina eléctrica, abastecimento de água e caminho público.
47	Silvério dos Santos Martins	S. Pedro	Espaço Urbano		- Construir moradias individuais em lotes com área entre 1000 e 2000 m2, não prejudicando a vegetação existente.
48	José Vieira Marques	S. João Baptista	RAN	Espaço Urbano	- Construir um Barracão para arrecadações
49	João da Conceição Meireles	Alqueidão da Serra	REN	Espaço Urbano	- Para requerer o licenciamento de construções novas e reconstrução das existentes
50	Conchego do Valongo de N.º Sr.ª Fátima – Lar 3ª idade, Ida	Alqueidão da Serra	REN	Espaço Urbano	- Construção nova destinada a lar de 3ª idade
51	Silvério dos Santos Martins	Pedreiras	RAN/REN	Zona Industrial	- Por o local possuir excelentes condições para a implantação de instalações industriais
52	José Alves Rodrigues	Escudeira, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
53	José Alves Rodrigues	Costa, Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
54	Nuno Rodrigues de Sousa Pinção	Outeiro Atrás do Castelo, Porto de Mós	REN	Espaço Urbano	- O local apresenta as condições mínimas das infraestruturas
55 (*)	Manuel Ferreira	Casais de Baixo, S. Pedro	RAN	Espaço Urbano	- Construir uma habitação
56 (*)	Vários	Cerrada da Vala, Lagoa de Mule, Calvaria de Cima	Zona de Extração Industrial	Espaço Urbano	- No local já não existe a extração de Seixo, e existem habitações na envolvente.
57 (*)	Rogério de Jesus Taborda	Cabeçalta, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano	- Sendo Mira de Aire uma vila cuja expansão só é possível para esta zona alta
58	Imobiliária Pedra d' Aire, AS – apresenta as seguintes sugestões:	A - Fábrica de Mármore Central de Porto de Mós, Manjolo,	Industria	Espaço Urbano	- Desviar os terrenos industriais para outro local, permitindo a reclassificação dos terrenos para urbanos
		B - Terreno da Patinha – Pedreiras, Casais de baixo	Abranger todo o terreno como Industrial		- Terreno com boas condições para construir as novas instalações de MCPM
		C - Terreno da encosta da Pragosa	Zona Natural	Urbano	- Excelente exposição solar, é um terreno para construção de residências de elevada qualidade – baixa densidade
59	Joaquim Gomes Marques	Moredo, S. João Baptista	Fazer um PP que envolvesse o terreno		- Valoriza a propriedade
60	João Fidalgo Rosa	Chão Pardo, Pregais	REN/ Industria Extractiva	Espaço Urbano	- Dado que se encontra próximo de espaço urbano e de outras habitações e não tem condições para implantar uma indústria, pelo que se pretende Construir uma moradia nesse terreno.

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
61	José Jorge Caseiro	Outeiro das Abertas, S. João Baptista	RAN/REN	Espaço Urbano	- Deseja construir uma habitação
62	José Jorge Caseiro	Jardim, S. João Baptista	RAN/REN	Espaço Urbano	- Deseja fazer várias construções
63	Joaquim Ferreira Cardoso Casaleiro	Chão Pardo, Juncal	RAN/REN	Espaço Urbano	- Deseja construir uma habitação no terreno
64	António Batista Mendes Caetano	Cabeça Alta, Mira de Aire	REN	Perímetro Urbano	- É uma firma de compra e venda de propriedades que foi adquirida antes de pertencer à REN, pelo que, se julga ser uma zona de expansão do aglomerado de Mira de Aire
65	João Silva Ascenso	Casal, Pedreiras	Espaço Urbano		- Permitir a construção de um loteamento urbano, em virtude da zona possuir já uma forte implantação urbana
66	João Silva Ascenso	Volta, Pedreiras	Espaço Urbano		- Permitir a construção de habitação
67	João Silva Ascenso	Sobral, Pedreiras	Espaço Urbano		- Permitindo a construção de habitação, atendendo às construções já existentes na zona
68 (*)	João Silva Ascenso	Marco, Juncal	Espaço Urbano		- Permitir a construção de habitação
69	João Silva Ascenso	Rodeiro, S. Pedro	Urbano/uso Industrial		- Atendendo à existência de unidades industriais já implantadas e à necessidade futura de ampliar as mesmas e/ou criar novas unidades
70	João Silva Ascenso	Olival da Fonte, Tojal, S. João Baptista	Espaço Urbano- Pretende Construir		- Permitir a construção de habitação, em virtude de a envolvente já possuir várias habitações
71	João Silva Ascenso	Arneirinho, Pedreiras	Espaço Urbano-Loteamento		- Construção de um loteamento urbano
72	Maria de Fátima Torres Marto	Pereiras, Alvados	RAN/Parque Serra de Aire e Candeeiros	Espaço Urbano- Pretende Construir	- Construir uma habitação unifamiliar
73	Carlos Manuel Amado Cordeiro	Negrões, Amarela-Calvaria de Cima	REN	Espaço Urbano	-
74	José Carlos Monteiro Santo	Amarela, Calvaria de Cima	REN	Espaço Urbano	- Um loteamento foi aprovado no terreno, em 92, antes da publicação da carta da REN
75	Armando Batista Carreira	Ferraria, Calvaria de Cima	Urbano - Construir		- Existirem várias edificações em seu redor e pretender construir uma habitação
76	José Francisco Pedro	Pereiras, Alvados	RAN	Espaço Urbano	- Perto do terreno encontra-se um possível licenciamento para construção unifamiliar
77	José Francisco Pedro	Mato da Sombra, Alvados	REN	Espaço Urbano	-
78	José Francisco Pedro	Felgar, Alvados	RAN	Espaço Urbano- Pretende construir	- Parte do terreno é urbano e outra pertence à RAN, embora o que se possa construir é bastante acidentado, e o classificado mais propício à construção
79	Avelino Vitória Gomes	Pede, S. Pedro	Aumento da Zona Industrial Proposta da Zona Urbana		- Possui energia eléctrica, possui conduta adutora e distribuidora de água, a junta está a proceder ao alargamento da via, está próximo da vila e com bons acessos
80	Avelino Vitória Gomes, Ida	Outeiro trás do Castelo, S. João Baptista	REN	Espaço Urbano	- Encontra-se dentro do perímetro do aglomerado de Porto de Mós, mas pertence à REN

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
81	Avelino Vitória Gomes	Livramento, S. João	Aptidão Agrícola/Espaços agro silvo-pastoria	Espaço Urbano	- No plano do PNSAC é classificada como zona de conservação da Natureza
82	C.J. Vala – Construções, Ida	Sobral, eiras da Lagoa, S. João Baptista	RAN	Espaço Urbano	- Proceder à execução de uns anexos nas duas fracções abrangidas pela referida reserva
83	Armando e João Monteiro	Covas, S. Pedro	RAN	Espaço industrial	- Dotado de todas as infraestruturas, afim de proceder à execução de um edifício para implantar uma unidade industrial.
84	Manuel Rodrigues Correia	Sobral, S. João Baptista	RAN	Espaço Urbano – Pretende construir	- Dotado de todas as infraestruturas, e localizado numa zona com diversas construções
85	Henrique Manuel Ascenso Calção	Moitalina, Calvaria de Cima	Espaço de reserva para industria extractiva	Espaço industrial	- O terreno tem cerca de 60% em unidade fabril, que actualmente se encontra em “espaço de reserva para industria extractiva- proposto”
86 A,B,C	Ramiro de Jesus Vieira	Alqueidão da Serra	Espaço Urbano – Pretende construir		- Crescimento da freguesia, existência de habitações muito próximas, e local com boas condições para construção
87	Armando Esteves Monteiro	Covas, S. Pedro	RAN	Espaço industrial	- Proceder à execução de um edifício para instalar uma unidade industrial de carpintaria
88	Henrique Manuel Ascenso Calção	Moitalina, Calvaria de Cima	Espaço de reserva para industria extractiva	Espaço industrial	- Servem de apoio à zona de estaleiro da unidade industrial
89	Adriano Rodrigues correia	Beijacão, Cabezeiras, Calvaria de Cima	REN/RAN	Espaço Urbano – Pretende construir	-
90	Miexport – Mármores, industria e exportação, Ida	Covão Grande, Mendiga	Ampliação do Espaço de Industria Extractiva		- De modo a abrangerem a área de 34.594m2 aprovada pela CMPM
91	Manuel Santos	Pitigal, S. Jorge, Calvaria de Cima	RAN/REN	Espaço Urbano - Pretende construir	- Parte do terreno encontra-se em espaço urbano e outra em espaço de reserva, pretende-se que seja todo urbano
92	Manuel Santos	Pitigal, S. Jorge, Calvaria de Cima	RAN/REN	Espaço Urbano - Pretende construir	- Parte do terreno encontra-se em espaço urbano e outra em espaço de reserva, pretende-se que seja todo urbano para construir habitação
93	Maria Gabriela Faria	Carqueijal, Calvaria de Cima	REN	Espaço Urbano	- Situa-se próximo do limite da zona urbana e é servido pelas infraestruturas mínimas
94	Manuel António Ferreira	Patinha, Casais de Baixo, S. Pedro	RAN/REN	Espaço Urbano	- Junto do local encontra-se já implantado um loteamento industrial com pavilhões industriais
95	Maria Cordeiro Sousa	Cabeço, Pedreiras	Espaço Urbano - Pretende construir		- Pretende construir uma vivenda , visto que na zona já existem moradias e um parque de campismo
96	Maria Cordeiro Sousa	Barreiro, Pedreiras	Espaço Urbano- Pretende construir		- Pretende construir moradia unifamiliar
97	Maria Cordeiro Sousa	Covão, Pedreiras	Espaço Urbano - Pretende construir		- Pretende construir moradia, visto já existirem outras no local
98	Maria Cordeiro Sousa	Cabeço do Rocho, Pedreiras	Espaço Urbano – alargamento da classe		- Pretende construir moradia

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
99	Bentel – sociedade extrac. de mármore, lda	Arrimal	Introduzir na PO		- Documentação relativa à pedreira nº5465, “Salgueira nº10”, com 14000m <sup>2</sup> , no sentido de identificar o limite da mesma na PO do PDM
100	M Anastácio, lda	Cabeço Gordo, Serro Ventoso	Ampliação da Pedreira “Cabeça Gorda nº7” para 17000m <sup>2</sup>		-
101	Bentel – sociedade extractiva de mármore, lda	Codaçal, Serro Ventoso	Ampliação dos Espaços de industria extractiva para 25000m <sup>2</sup> da pedreira de “Margaço nº2 nº2867”		- Ampliar os espaços de industria extractiva, incluindo a área da escombreira, de modo a serem criadas condições para que o processo de licenciamento chegue ao seu termo
102	Bentel – sociedade extractiva de mármore, lda	Pedra do Altar Alvaldos	Ampliação dos Espaços de industria extractiva da pedreira de “Moia nº6 nº5810”		-
103	Rui Lisboa da Fonseca	Santeira, Pedreiras	Espaço Florestal de produção	Espaço Urbano-perímetro	- Localizado entre loteamentos existentes
104	Lucilia dos Santos Martins	Mendiga	Aptidão Agrícola	Espaço Urbano-incluir em Perímetro	- O terreno contem uma moradia e oliveiras
105	Ricardo Manuel Narciso Carvalho	Arrife, Mendiga	Aptidão Agrícola	Espaço Urbano - incluir em Perímetro	- A moradia encontra-se no limite do espaço urbano
106	Joaquim de Almeida Carvalho	Arneiro, Cumeira de Cima, Juncal	RAN/REN	Espaço Urbano - Pretende construir	- Proceder construções no terreno
107	Mário Luz Ferreira	Amarela, Calvaria de Cima	REN	Urbanizável	- No local encontram-se já construídos pavilhões industriais de diferentes firmas em actividade, e uma moradia de R/chão.
108	José Vieira da Costa	Patinha, S. Pedro e Pedreiras	RAN/REN	Espaço Urbano e Espaço Industrial	- Os terreno serão objecto de loteamento
109	Rui Manuel Abraúl de Sousa	Cumeira de Cima, Juncal	Aptidão Agrícola	Espaço Urbano - incluir em Perímetro	- O terreno não está em REN, nem RAN, e beneficiam da existência de um caminho
110	José Luis Vieira da Costa	Serrada de Vale, Calvaria de Cima	Zona Extractiva	Espaço Urbano – faixa de 50m para os lados da EM	- O terreno possui todas as infraestruturas necessárias, e de acordo com o PDM não são permitidas explorações a menos de 100m dos espaços urbanos e urbanizáveis
111	Casimiro e Santos, lda	Penedos Negros, Serro Ventoso	Ampliação dos espaços de industria extractiva até abrangerem a área da pedreira “Penedos Negros” nº4513, com 7460m <sup>2</sup> ,		- A pedreira é produtora de calcário dolomítico para a industria de cerâmica
112	Maria Fernanda das Neves Marto	Freixa, S. João Baptista	RAN/REN	Espaço Urbano - Pretende Construir	-
113	José Alves Rodrigues	Carvalinhos Alqueidão da Serra	Espaço Urbano		-
114	José Alves Rodrigues	Da Vaca, Porto de Mós	Espaço Urbano		-
115	Airemámore s- extracção de Mármore, lda	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeço Vedeiro - Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 15 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
116	José Luís vieira Pedro, José Graça Cruz, Adriano dos Santos	S. João Baptista, S. Pedro	Espaço Urbano - incluir em Perímetro		- Localiza-se muito próximo do limite da zona urbana e é servido de infraestruturas mínimas e não é abrangido por nenhuma área de reserva
117	Custódio Palma Guerreiro	Pé da Serra, Pedreiras	Espaço Urbano		- Por o local se situar muito próximo do limite da zona urbana, ser servido de infraestruturas e não se encontrar abrangido por RAN
118	José Carvalhana	Terra da Chameca, Alqueidão da Serra	REN	Espaço Urbano - Pretende construir	- Deseja proceder à construção neste prédio, uma vez que não possui outro nas mesmas condições
119	José Carvalhana	Sobreirão, Alqueidão da Serra	REN/RAN	Espaço Urbano - Pretende Construir	- Deseja proceder à construção neste prédio, uma vez que não possui outro nas mesmas condições
120	Adriano Rodrigues Correia	Carrascal, Calvaria de Cima	RAN/REN	Espaço Urbano - Pretende construir	- Deseja proceder à construção neste prédio, uma vez que não possui outro nas mesmas condições
121	Manuel dos Santos Franco	Carrascal, S. João	REN	Espaço Urbano - construir/perímetro	- Localiza-se junto de algumas construções, e possui condições para implantar moradias
121A	Manuel dos Santos Franco	Casa da Velha-Figueiredo, S. Pedro	REN	Espaço Urbano - Pretende construir	- Localiza-se junto de algumas construções, e possui condições para implantar moradias
122	Manuel dos Santos Franco	Vais Quintais, S. Pedro	REN	Espaço Urbano - Pretende Construir	- Localiza-se junto de algumas construções, e possui condições para a construção
123	Manuel dos Santos Franco	Carrascal, S. João	REN	Espaço Urbano - incluir em perímetro	- Possui condições para a construção de habitação, pelo que pretende que o mesmo seja requalificado de forma a ser integrado na zona urbana
124	Joaquim Almeida Cordeiro de Sousa	Outeiros, Pedreiras	Aptidão Agrícola	Espaço Urbano - loteamento	- Prédio envolvido por várias habitações
125	Manuel Luís Coelho Santiago - Juncalis - imobiliária e construção, lda	A - Boleira, Juncal	Espaço Urbano - Construções sociais		- É um terreno da junta de freguesia do Juncal e que seria indicado para construções sociais, de baixo preço, a atribuir a famílias carenciadas
		B - Juncal	Espaço Urbano	Ampliação da zona	- Crescimento futuro da vila do Juncal
		C - Cumeira de Cima, Juncal	Industrial	Espaço Urbano	- Por existirem construções e ser uma zona com infraestruturas, onde poderiam ser implementados serviços
		D - Cumeira de Baixo, Juncal	Espaço Urbano		- Área limite do concelho, que confine com a povoação de Casais d'Além, Alcobaga e zona habitacional
		E - Juncal	Espaço Urbano		- Está classificada como Urbana
126	José Carvalhana	Maranhão, Alqueidão da Serra	RAN	Espaço Urbano - pretende construir	- Deseja proceder a construções
127	Maria Madalena Tabau	Campolide, Várzea de Santo António, Porto de Mós	Espaço Urbano nível I	Zona de construção intensiva de grau 1	- A proprietária teve a viabilização do seu loteamento e com o actual PDM não o pode pôr em prática
128	Joaquim Almeida Cordeiro de Sousa	Outeiro de S. Sebastião, Pedreiras	Aptidão agrícola/Espaço Urbano	Espaço Urbano - inclui em Perímetro	- Tendo em conta a proximidade à EN 1, a envolvente habitacional, comercial, industrial e sua dimensão, possibilitando um eventual loteamento, autonomizando as parcelas dos herdeiros
129	António da Encarnação Vieira	Cova da Manecas, S. Pedro	REN	Espaço Urbano	-

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
130	Avelino Gomes	Pisão, S. João	Zona florestal de produção	Espaço Urbano	- Encontra-se dentro da malha urbana, com água, luz, esgotos e rua pavimentada
131	Maria Inês de Mascarenhas Monteiro de Matos	Patinha, Casais de Baixo, S. Pedro	Aptidão agrícola	Espaço Urbano – incluir em Perímetro	- Dado que o terreno possui as infraestruturas necessárias
132	Ilídio Carreira Pires	Carqueijal, Calvaria de Cima	Rústico	Espaço Urbano – integrar a totalidade do prédio	- Os perímetros urbanos definidos sejam ajustados ao cadastro geométrico afim de se evitarem situações de seccionamento do prédio em parte urbana e parte rústica de contornos pouco precisos.
133	Junta de Freguesia de Mendiga	Covão Grande, Serra da Cabeça Veada, Mendiga	Ampliação da mancha área de exploração do PDM e alteração do regulamento		- 14 pedreiras localizadas no local e a pretenderem a sua ampliação
134	Fernando Cerejo dos Santos	Amarela, S. Pedro	REN/aptidão agrícola	Industrial	- Na zona existem já vários pavilhões industriais, e o terreno possui condições para a implantação de instalações industriais
135	Fernando Cerejo dos Santos	Lagoa da Vala, S. Pedro	RAN/ produção agrícola	Espaço Urbano – pretende construir	- O terreno encontra-se perto do limite da zona urbana, e pretende implantar uma moradia
136	Fernando Cerejo dos Santos	Relva do Lagar, S. Pedro	RAN/produção agrícola	Espaço Urbano – pretende construir	- Localização perto da zona urbana e possui condições para a implantação de uma moradia
137	Paulo José Duque Carreira	Antreposta, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano – Espaço Urbano de nível II	- O terreno situa-se junto a um arruamento infraestruturado, com arruamento pavimentado, água, luz, iluminação pública e rede de telefones, encontra-se junto a um parque de jogos, a 30m de um bairro social cujo índice é superior e encontra-se numa zona de expansão de Mira de Aire
138	Manuel Olímpio Silva Fontes	Vale do Rossio, Mira de Aire	REN/Agro silvo pastoril	Espaço Urbano – incluir perímetro	- Ladeado por um arruamento devidamente infraestruturado, junto a moradias unifamiliares, dentro da zona de expansão de Mira de Aire
139	Paulo José Duque Carreira	Antreposta, Mira de Aire	REN/Agro silvo pastoril	Espaço Urbano – pretende construir	- O terreno situa-se junto a um arruamento infraestruturado, encontra-se junto a um parque de jogos, a 30m de um bairro social cujo índice é superior e encontra-se numa zona de expansão de Mira de Aire
140	Paulo José Duque Carreira	Antreposta, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano – nível II	- O terreno situa-se junto a um arruamento infraestruturado, encontra-se junto a um parque de jogos, a 30m de um bairro social cujo índice é superior e encontra-se numa zona de expansão de Mira de Aire
141	Eduardo da Conceição Gomes	Calvaria de Cima	REN	Espaço Urbano	- Não existe motivo para o terreno se encontrar classificado como REN
142	José Heitor Beato Ferreira	Santeira, Calvaria de Cima	REN/aptidão agrícola	Espaço Urbano – permitir a ampliação da firma de reparação de automóveis	- No terreno já uma parte da escavação está feita para fazer as obras de ampliação das instalações da firma de reparação de automóveis que já se encontra no local há mais de 20 anos
143	Margon – materiais e revestimentos modernos para edificações SA	Cruz da Légua, Pedreiras	REN/espaco de reserva para industria extractiva	Ampliação das instalações fabris em área envolvente	- Necessitam de proceder à ampliação das actuais instalações, para tal solicitam que a zona da fábrica e envolvente seja classificada como zona industrial e que seja incluída nessa zona uma área significativa, para que de futuro seja possível proceder a ampliações

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
145	Margon – materiais e revestimentos modernos para edificações SA	Juncal	Espaço de industria extractiva	Zona industrial – classe B	- Não existem espaços industriais com possibilidade de instalação de indústrias com as características da actual no concelho
146	Ilídio Carreira Pires	Santeira, Pedreiras		Espaço Urbano – integrar a totalidade no perímetro	- Ajustar o cadastro geométrico afim de se evitarem situações de seccionamento do prédio em parte urbana e parte rústica de contornos pouco precisos
147	Elsa da Silva Tenrinho	Alcaria	Aptidão agrícola	Espaço Urbano/industrial - Oficina de reparação de viaturas automóveis	- O solo é constituído por solos pedregosos, sem grande aptidão agrícola, pelo que se pretende que o uso seja alterado para se poder instalar a oficina.
148	Armando da Mota Matos	Valbom, Porto Mós	Espaço Urbano/aptidão agrícola	Espaço Urbano – integrar a totalidade do prédio	- O terreno possui uma casa e alguns barracões, actualmente desocupados
149	Armando da Mota Matos	Cortinas, Porto de Mós	REN	Espaço Urbano	- Parte do prédio está integrado na REN, pelo que se pretende que seja integrado em espaço urbano
150	Manuel Coelho Ferreira Guerra	Pevide, Porto de Mós	RAN	Espaço Urbano	- Na carta PO o terreno é urbano, enquanto que na da RAN pertence à reserva agrícola
151	Vitor Manuel Coelho Mateus	Jardim, Porto de Mós	Aptidão agrícola	Espaço Urbano - construir	- Pretende construir uma habitação
152	Álvaro Coelho da Silva Mendes	Boavista, Porto de Mós	REN/Produção florestal	Espaço Urbano – fim turístico	- Pretende aproveitar o moinho que actualmente se encontra abandonado e introduzir novas construções turísticas, no sentido de ser aproveitada para fins turísticos
153	Alberto de Sousa Oliveira	Santeira, Pedreiras	Espaços Florestais de Produção	Espaço Urbano	- O terreno localiza-se entre dois parques industriais e é vocacionado à construção urbana, pelo que a sua classificação não faz sentido. Pretende-se uma malha urbana consolidada, para um índice previsto no loteamento industrial ou no aglomerado urbano da freguesia das Pedreiras
154	Transportes Bandeiras, lda	Bairrada, Juncal	RAN/aptidão agrícola	Espaço Urbano – aglomerado Chão Pardo	-
155	Mário João Marques Volante	Santeira, Pedreiras	Espaços Florestais de produção	Espaço Urbano	- Consolidar a malha urbana, para um índice previsto no loteamento industrial existente ou no aglomerado urbano da freguesia das Pedreiras
156	Alfredo Monteiro de Matos	Selão, Pedreiras	RAN/aptidão agrícola	Espaço Urbano – incluir em perímetro	- O terreno possui todas as infraestruturas necessárias
157	Alfredo Monteiro de Matos	Covadas, Pedreiras	Aptidão agrícola	Espaço Urbano – incluir em perímetro	- O terreno possui uma inclinação de cerca de 12% confinante a nascente com a EN nº1, a qualidade do terreno torna inviável qualquer exploração agrícola levando já ao abandono das vinhas e pomares existentes
158	Avelino Vitória Gomes	Terras Velhas, Livramento, S. João	Silvo pastorícia	Espaço Urbano	- Possui as infraestruturas necessárias e no PNSAC é urbano
159	Maria Madalena Cordeiro Beato Gonçalves	Barreiro, Pedreiras	Espaço Urbano		-

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
160	Maria Inês de Mascarenhas Monteiro de Matos	Belo, Pedreiras	RAN	Espaço Urbano – incluir em perímetro	- Possui todas as infraestruturas
161	Maria Inês de Mascarenhas Monteiro de Matos	Santeira, Pedreiras	Espaços florestais de produção e aptidão agrícola	Espaço Urbano - incluir em perímetro	- A exploração agrícola é inviável
162	Victor Manuel Pires Leal	Carqueijal, Calvaria de Cima	REN	Espaço Urbano	-
163	Manuel Rafael Filipe e Irmão, lda	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeço Videiro, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 15 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
164	João Modesto Rosa	Casal do Alho, Juncal	Espaço Florestal de Produção	Industrial	- Contíguo a nascente com um pavilhão com câmaras frigoríficas, localiza-se relativamente próximo de um aglomerado urbano e encontra-se servido pelas infraestruturas necessárias
165	Jorge Manuel da Piedade Volante	Pragal, Alvagares, Cardeal, S. João	Espaço Urbano		- Os prédios encontram-se em zonas de forte implantação populacional, com infra-estruturas e muito próximos da zona urbana
166 (*)	João Modesto Rosa	Charneca, Juncal	Espaço Florestal de produção	Espaço Urbano	- Já se encontra implantada uma habitação num dos prédios e estes confinam com um caminho público infraestruturadas com rede eléctrica e bocas de incêndio
167	Sónia Marisa Pires Vala	Relva do lagar, Casais de Baixo, Pedreiras	RAN/aptidão agrícola	Espaço Urbano – pretende construir	- Já existem construções urbanas num dos prédios
168	José Rodrigues Vala	Casal do Gerós, S. João	REN	Aptidão agrícola	- O proprietário está interessado em realizar obras na construção existente, pelo que foi erradamente classificado como REN
169	Bentel – sociedade extractiva de mármore, lda	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 15 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
170	Airemámore s- extracção de mármore, lda	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 15 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
171	António Vieira Pragosa e outros	Lameira, Ribeira de Cima, S. João	RAN	Espaço Urbano	- A terra já não é cultivada, e pode ser valorizada como espaço de expansão urbana
172	Adelino Pereira	Pragosa, s. João Baptista	REN	Espaço Urbano – pretende construir	- Proceder a construções nesse prédio
173	Adelino Pereira	Pragosa, S. João Baptista	REN	Espaço Urbano - pretende Construir	- Proceder a construções nesse prédio

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
174	Maria José Marques David	Charambeis, Ribeira de Cima, S. João	RAN	Espaço Urbano - pretende construir	-
175	Construções Pragosa, SA	Ferraria, S. Pedro	Zona Industrial, Espaços florestais e REN	Ampliação da Zona Industrial	- Pretende-se abranger a totalidade do prédio com a classificação de zona industrial existente
176	Luis Manuel Martins Pereira	Trás do Lagar, S. João		Espaço Urbano	- Encontra-se em zona de forte implantação, com infraestruturas e muito próximo do limite da zona urbana
177	Maria José Marques David	Charambeis, Ribeira de Cima, S. João	RAN, aptidão agrícola	Espaço Urbano	- Encontra-se próximo de várias habitações construídas e recentes
178	José da Fonseca Amado	Cavadas, S. Pedro	REN	Espaço Urbano	-
179	José da Fonseca Amado	Casais de Baixo, S. Pedro	RAN	Espaço Urbano	-
180	José da Fonseca Amado	Patinha, S. Pedro	RAN	Espaço Urbano	- Pretende construir uma construção
181	João Cordeiro	Patinha, Casais de Baixo, S. Pedro	RAN/REN	Espaço Urbano	- Junto encontra-se um loteamento industrial licenciado, onde se encontram implantados pavilhões industriais, pelo que o presente prédio deveria ser requalificado e integrado em zona urbana
182	António Bento e Irmão, Ida	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Sero Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de indústria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 26 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
183	José António Pena Pereira	Manjolo, S. Pedro	Espaço Urbano		-
184	Marmorimal, Ida	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Sero Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de indústria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 26 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
185	Manuel Cordeiro	Tojeiras, Arrimal	Espaço florestal de produção condicionada	Espaço Urbano – nível VI - pretende construir	- Pretende edificar uma habitação visto o terreno ter 50% de solo rochoso e encontra-se no limite da zona urbana
186	Pedro José Alves Cordeiro	S. Miguel, S. João Baptista	RAN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende construir uma habitação, visto o terreno se encontrar junto do espaço urbano
187	Manuel Cordeiro	Chouso do Buraco, Bemposta, Mendiga	Agro silvo pastoris	Espaço Urbano – nível VI - pretende construir	- Pretende construir habitação e o terreno
188	Armando da Mota Matos	Amarela, S. Pedro	Espaço florestal de produção condicionada	Industrial	- Pretende implantar construções com carácter industrial ou de armazéns
189	Joaquim de Sousa Vala	Amarela, S. Pedro	RAN/REN	Industrial	- Situa-se em zona contígua ao parque industrial, existem na proximidade estaleiros e construções industriais de diversa natureza e actualmente a produção agrícola é inexistente
190	Joaquim de Sousa Vala	Terra da Eira, S. João Baptista	Espaço Urbano – integrar a totalidade do prédio		- O prédio encontra-se fora da RAN e REN e parte é urbana, onde existem construções

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
191	M. Anastácio, Ida	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 26 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
192	Irmão Baptista, Ida	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 26 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
193	Mármore Gargocel, Ida	Codaçal, Cabeço Gordo, Cabeços Videiro, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		- 26 empresas de extracção de mármore, nomeadamente as pedreiras n.º 5479, 5490, 5700, 5511, 5477, 5537, 5571, 5510, 5572, 5515, 3826, 5556, 5821, 2867, 3867, 3807, 2866 pretendem ver no PDM alterada a sua área e regulamentação de modo a poderem ser ampliadas.
194	Irmão Baptista, Ida	Codaçal, Serro Ventoso	- alargamento da área de exploração dos espaços de industria extractiva e alteração do regulamento do PDM		-
195	António da Silva Justo	Além do Vale, S. Jorge, Calvaria de Cima	Outros espaços agrícolas	Espaço Urbano – nível III – Comercial e Industrial	- De forma a ser possível a expansão de unidades económicas de grande relevância para o concelho
196	Manuel Ferreira Santo	Casal Ruivo, Calvaria de Cima	Espaço Urbano		-
197	Ferreira da Silva e Santos, Ida	Pragosa, S. João Baptista	REN	Espaço Urbano – incluir em perímetro	- Parte do prédio já se encontra em espaço urbano e outra em REN
198	António Júlio Vieira	Rio Alcaide, S. João Baptista	REN/RAN/aptidão auricular	Espaço Urbano	-
199	António Júlio Vieira	Pragosa, S. João Baptista	REN	Espaço Urbano	- Sugere-se que o prédio seja na totalidade integrado em urbano, uma vez que, parte já o é
200	João Manuel dos Santos Pinto	Casal Carreira, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende edificar o prédio
201	João Manuel dos Santos Pinto	Casal Carreira, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende edificar o prédio
202	João Manuel dos Santos Pinto	Casal Carreira, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende edificar o prédio
203	João Manuel dos Santos Pinto	Casal Carreira, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende edificar o prédio
204	João Manuel dos Santos Pinto	Casal Carreira, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende edificar o prédio
205	João Manuel dos Santos Pinto	Casal Carreira, Mira de Aire	REN	Espaço Urbano - pretende construir	- Pretende edificar o prédio
206	Carlos da Conceição da Silva Tremeceiro	Labêgos, Juncal	RAN/Aptidão agrícola	Espaço Urbano	-

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
207	António da Silva Tremoceiro	Albergaria, Juncal	RAN	Espaço Urbano	- O prédio encontra-se em zona urbana, zona de produção florestal e RAN. O terreno é pouco fértil, sem aptidão, pelo que se considera uma zona apta a ser urbanizável
208	Carlos da Conceição da Silva Tremouceiro	Vale Painho, Juncal	REN, Aptidão agrícola, espaço florestal de produção cond.	Espaço Urbano	- Encontra-se a poucos metros da zona para desenvolvimento industrial
209	João Filipe Gomes Vieira	Campos, Alqueidão da Serra	REN	Espaço Urbano – incluir em perímetro	-
210	Adelino Augusto da Mota Marques	Eiras da Lagoa, S. João Baptista	RAN/REN/Matos de protecção, espaço agrícola de produção, espaço florestal de prod. Cond.	Espaço Urbano - pretende construir	-
211	Manuel Ferreira Santo	Lameirinhas, Calvaria de Cima	Espaço Urbano		-
212	Manuel Ferreira Santo	Quinta de S. Paio, Calvaria de Cima	Espaço Urbano		-
213	João José Duarte Ferreira	Pé da Serra, Pedreiras	Aptidão agrícola	Espaço Urbano	- A envolvente é urbana e possui as infraestruturas necessárias
214	Joaquim Luís Gomes Vieira	Carvalhal, Alqueidão da Serra	REN	Espaço Urbano – incluir em Perímetro	- Condições para a criação de um espaço urbano condizente com as necessidades de desenvolvimento, quer como habitacional ou Industrial
<b>Pretensões recebidas após o prazo previsto pelo DL 380/99</b>					
215	Rocha Verde		REN	Aumento da Empresa transformadora	- Necessita de ampliar a empresa, de forma a não ver o futuro comprometido a curto prazo
216	António Esperança Virgílio	Trás do Outeiro, Juncal		Espaço Urbano – pretende construir	- Pretende construir uma pequena vivenda no único terreno de que é proprietário
217	Maria do Carmo Mangas Pereira	Barreiro das trepadas, Mira de Aire		Espaço Urbano – incluir em Perímetro Espaço Urbano	- Pretende edificar uma moradia unifamiliar
218	Gaspare, Extracção e Transformação de Mármore, Ida	Espinheiro, S. Bento	Ampliar ou criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira dos Espinheiros		- Pretende licenciar
219	Sousa & Catarino, Lda	Cabeça Veada, Mendiga	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeça Veada (5521)		-
220	Joaquim Paulo Alves & Filhos, Ida	220A – Salgueira, Arrimal	Ampliar ou criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Salgueira N°3 (3073)		-
		220B Vale da Pia, Arrimal	Ampliar /licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Vale da Pia		- Pretende licenciar

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
221	Airemármore s, extracção de mármore s, lda	221A – Pia das Lages, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Pia das Lages nº2 (5515)		-
		221B – Codaçal, Serro Ventosos	Ampliar/ licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Codaçal (5477)		- Licenciada pela DREC
		221C – Vale da Moita, Salgueira, Arrimal	Ampliar ou criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Vale da Moita nº2 (5552)		- Licenciada pela DREC
		221D – Covão Grande, Mendiga	Ampliar ou criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Covão Grande (6232)		- Licenciada pela DREC
222	M Anastácio, lda	Cabeço Gordo, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeça Gorda nº7 (5821)		- Licenciada pela DREC
223	António Bento & Irmãos	223A Pia das Lages, Codaçal	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Pia das Lages nº3 (5556)		- Licenciada pela DREC
		223B - Espinheiro, S. Bento	Ampliar/licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Espinheiro		-
		223C (*) - Margaço, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Margaço nº1 (2866)		- Os herdeiros pretendem retomar a exploração
		223D - Cabeça Veada, Mendiga	Ampliar/licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeça Veada		- Aprovado pelo PNSAC
224	Celestino Ribeiro & filhos, lda	Salgueira, Arrimal	Ampliar/licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Salgueira nº1 (3076)		-
225	Miexport, mármore s, industria, exportação, lda	225A – Covão Grande, Mendiga	Ampliar/ licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Covão Grande		- Pretende licenciar
		225B – Salgueira, Arrimal	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Salgueira		- Pretende licenciar e posteriormente ampliar
226	Marmorrial, Lda	226A Cabeço Gordo, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeço Gordo (5479)		- Pretende ampliar
		226B – Cabeço Vedeiro, Serro Ventoso	Ampliar/licenciar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeço Vedeiro		- Pretende licenciar
227	Bentel, sociedade extractiva de mármore s	227A – Salgueira, Arrimal	Ampliar/criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Salgueira nº10 (5465)		- Licenciada pela DREC
		227B – Moitas, Alvados	Ampliar/criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Moitas n.º 6 (5810)		- Licenciada pela DREC
		227C – Margaço, Serro Ventoso	Ampliar/criar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Margaço n.º 2		- Licenciada pela DGGM, encontra-se abandonada, mas os proprietários desejam retomar a exploração

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
228	Casimiro & Santos, lda	Penedos Negros, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Penedos Negros (4513)		- Pretende ampliar
229	Manuel Rafael Filipe & Irmãos, lda	Codaçal, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Codaçal nº2 (5510)		-
230	Mármorees Garcogel, lda	230A – Cabeço Gordo, Serro Ventoso	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeço Gordo nº2 (5490)		-
		230B – Cabeço Gordo, Serro Ventoso	Pretende legalizar o Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeço Gordo		-
		230C – Cabeço Vedeiro, Serro Ventoso	Pretende legalizar o Espaço de industria Extractiva da Pedreira Cabeço Vedeiro		-
231	Irmão Baptista, lda	231A – Casal, Codaçal, Serro Ventoso	Pretende licenciar o Espaço de industria Extractiva da Pedreira Casal		-
		231B – Covão Grande, Mendiga	Pretende licenciar e ampliar o Espaço de industria Extractiva da Pedreira Codaçal		-
		231C - Alvados	Pretende licenciar o Espaço de industria Extractiva da Pedreira Alvados		-
232	Marcelino Vicente Martins	Salgueira, Arrimal	Ampliar Espaço de industria Extractiva da Pedreira Salgueira		-
233	Geoinforma, lda	Serro Ventosos	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
234	Geoinforma, lda	Mendiga	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
235	Geoinforma, lda	Arrimal	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
236	Geoinforma, lda	Alvados	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
237	Geoinforma, lda	S. Bento	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
238	Geoinforma, lda	Cabeça Veada, Mendiga	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
239	Geoinforma, lda	Penedos Negros, Serro Ventosos	Proposta de espaço de Industria Extractiva		-
240	Solancis, sociedade exploradora de pedreiras S.A.	Codaçal, serra de S. Bento	Ampliação da área de Indústria extractiva		- Virá contribuir para o desenvolvimento socio-económico e futuro das populações locais
241	António Franco	Catadouro, S. João	Integrar em Espaço Urbano		- Não possui outros terrenos para construção
242	Solancis, sociedade exploradora de pedreiras S.A.	Casal Vale dos Ventos, Arrimal	Ampliação da área de Indústria Extractiva		- Virá contribuir para o desenvolvimento socio-económico e futuro das populações locais

Código	Identificação	Freguesia	Objectivo		Justificação
			De:	Para:	
243	Margon	Juncal	RAN	Indústria Extractiva	- O local não apresenta qualquer actividade agrícola que motive a sua salvaguarda para este fim
244	José Carreira Fernandes	Vale Pragais, Ribeira de Cima, S. Pedro	Inserir o terreno em Zona Industrial		-
245	Marcofil	Penedos altos, Serro Ventoso	Desafecção da REN		- Deseja ampliar a empresa
246	Cerâmica condestável, Lda	Cumeira, Juncal	Ampliação da área industrial		-
247	Morgados, indústria de mobiliário, Lda	Pedreiras	Incluir em perímetro		-
248	Donato's – Comércio de Madeira, Lda	Covão da Carvalha, Mira de Aire	REN	Espaço Industrial	- pretende ampliar a empresa para um terreno que adquiriu com cerca de 3000m <sup>2</sup> , destinado à instalação de um armazém
249	Margon	Juncal	Espaço de Indústria Extractiva e Espaço Florestal de Produção (RAN)	Espaço Industrial	- a empresa pretende instalar num terreno que adquiriu no Juncal, novas instalações fabris, dentro do mesmo ramo da sua empresa, embora com fabrico de novos materiais e com novas tecnologias.
250	Luis Manuel Martins	Terra do Poço, Arrimal	Introduzir em Espaço Industrial		- Pretende ampliar uma oficina de mármore e cantarias

(\*) Localização indeterminada